

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

Raimundo Edson Pinto Botelho

**O CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO E OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO
DA SOJA NO MARANHÃO NO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-
INFORMACIONAL**

Natal
2010

Raimundo Edson Pinto Botelho

**O CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO E OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO
DA SOJA NO MARANHÃO NO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-
INFORMACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Aldo Aloísio Dantas da Silva.

Natal

2010

Raimundo Edson Pinto Botelho

O Circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da soja no período técnico-científico-informacional

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Aldo Aloísio Dantas da Silva.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Ricardo Adib Castillo
Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Celso Donizete Locatelli
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Apresentada em: ____/____/____

Conceito: _____

Natal
2010

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Maria e Antero que, por quase toda vida, abdicaram de sua felicidade para proporcionar, a mim e meus irmãos, educação, conforto, cuidado, carinho, enfim, muitas das coisas que infelizmente nem a eles foram ofertadas;

Aos meus irmãos e familiares, pelo apoio, respeito e confiança depositados em mim ao longo destes anos;

À minha esposa Cristina que, mesmo com toda dificuldade, sempre esteve ao meu lado compartilhando as minhas vitórias e derrotas, mas também por abdicar de alguns sonhos e desejos para ficar ao meu lado, lhe sou eternamente cúmplice;

A meu filho, João Emanuel, com quem aprendo a cada dia que ser pai é estar sempre pronto para muitos desafios, e também ter um coração grandioso para cuidar e amar;

Ao meu sogro, sogra e cunhadas, pelo apoio e incentivo constantes;

Aos meus professores da Graduação, Juarez, Irla, Márita, Biné, Antônio José, Cordeiro, Edgar, Trovão, Batista, Rosalva, Glória, Carlão, Mantovani, Liduína, que me ensinaram que o conhecimento se constrói pela atividade crítica, sem extrapolar os muros da ética;

Ao Professor Baltazar Macaíba e a companheira Gleide, do grupo de pesquisa Sindicalismo, pelas discussões e orientações constantes, sempre muito firmes e proveitosas, tanto no rumo da política, quanto da academia;

Aos meus colegas da Graduação, Edilson, Edmilson, Luciley, Elizeu, Rosângela, Luciana, Franklin, Plínio, João Pedro, pelas discussões e embates que me despertaram para a criticidade;

À Superintendente de Educação do Município, Áurea, pelo empenho e dedicação que dispensou a um humilde professor da Rede Municipal de Educação de São Luís;

Às Secretarias de Educação do Estado e do Município de São Luís, por me conceder a Licença para cursar o Mestrado e, assim, me proporcionar colaborar ainda mais com a Educação do Maranhão;

À acolhida dos alunos da Residência da Graduação da UFRN, Bruno, Canindé, Branquinho, Rodrigo, Alexandre, Luís, João Batista, Pascoal e Elias,

peessoas com quem convivi e aprendi a valorizar pequenas coisas que o *lugar* oferece;

Aos colegas do Pouso, Elias (Elienais), João, Marwila e Valmara, pela paciência que tiveram comigo nesta caminhada;

Às Assistentes sociais, Margarida e Graça, que prontamente me atenderam e sempre se mostraram muito solícitas em todos os momentos;

Ao colega Janilson, da Biblioteca Setorial do CCHLA, pelos serviços prestados, e também pelo seu jeito sempre muito respeitável de tratar as pessoas;

Aos colegas do Mestrado, Alexandre, Alian, Aglene, Bruno Luís, Bruno Gomes, Cármem, Edseys, Gênisson, Iapony, Joseara, Janaína, Kelson, Larissa e Pablo, por me proporcionarem um dos melhores e mais grandiosos momentos da minha vida, que é a realização de parte de um sonho;

A Curioso, James e a “galera” da base de pesquisa, que incansável e pacientemente, contribuíram para que eu desenvolvesse os mapas e tornasse possível a espacialização do circuito de produção da soja;

Aos colegas Diego e Carlos Eugênio, com quem mantive muito diálogo e aprendizagem, por termos discutido questões tanto atinentes à teoria miltoniana e de outros intelectuais importantes aos nossos objetos de estudo;

Aos professores do Mestrado, Ademir, Rita de Cássia, João Mendes, José Williton, Elias e Valdenildo, pelas muitas lições ensinadas e muitas experiências trocadas;

Ao Professor Aldo Dantas, pela orientação nos viéses da teoria miltoniana e de uma Geografia que se proponha ser uma ciência autônoma e consciente do seu papel na sociedade, e também pela sua incansável luta junto ao Programa de Pós-Graduação, trazendo grandes intelectuais e nos possibilitando ser discípulos de grandes nomes da Geografia Brasileira e Mundial como Maria Adélia, Paulo César da Costa Gomes, Maria Laura Silveira, Maria da Encarnação Beltrão Spósito, Paul Claval, Lia Ozório, Márcio Cataia, Fábio Contel, dentre vários outros;

À Professora Maria Adélia, pelas lições e por me proporcionar grandiosos momentos de intelectualidade na Academia;

À Elaine Lima, secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pelos excelentes serviços prestados junto ao Programa, e à grandiosa instituição que é a UFRN;

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Estado do Maranhão – FAPEMA, pelo apoio depositado durante estes anos e pelo incentivo constante;

Aos professores Celso Locatel e Maria Adélia pelas grandiosas arguições e direcionamentos para uma melhor sistematização do trabalho dissertativo.

À Professora Ilza Galvão da Universidade Federal do Maranhão pelo auxílio e atenção dispensados na correção do texto;

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste humilde trabalho.

“Não há prática revolucionária sem teoria revolucionária”.

V. I. Lênine

“Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de distintos modos; trata-se é de transformá-lo”.

Karl Marx

RESUMO

O estudo em tela tem como objetivo a compreensão do circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da soja que se desenvolvem no Maranhão no período técnico-científico-informacional. Caracterizados pelos fluxos materiais e imateriais se desenvolvem no Maranhão, a partir do momento em que houve um processo de integração do território maranhense enquanto espaço periférico da dinâmica capitalista, que se deu através das políticas de integração regional criadas pelo Estado, mas também quando houve um processo de modernização seletiva, parcial e conservadora da agricultura, que possibilitou o aumento significativo da produção e reprodução do capital. O estudo mostra que com o advento da soja, houve uma concentração das técnicas de produção, principalmente na região agrícola de Balsas, devido à maior oferta de terras, tempo de implantação da cultura, técnica acumulada na produção, enquanto que na região agrícola de Chapadinha, esses índices ainda são inexpressivos. Além disso, a intensificação do crédito rural, as políticas fundiárias e incentivos fiscais são elementos que têm propiciado aumento da produção da soja. O desenvolvimento do circuito espacial e círculos de cooperação da soja, de um lado, criam novas forças políticas no Maranhão que podem resultar na criação de um novo estado, do outro, são responsáveis, pela eliminação de parte da agricultura de subsistência, produzindo problemas sociais como, concentração fundiária e desemprego. O estudo evidencia ainda que a apropriação do lugar por um pequeno número de empresas tem gerado, além de intensa concentração de renda, uma alienação do território, tendo em vista que este é usado para uma finalidade estranha ao lugar e não para os anseios da população local.

Palavras-chave: Circuito espacial. Círculos de Cooperação. Soja.

ABSTRACT

The study in screen it has as objective the understanding of the space circuit of production and the circles of cooperation of the soy that if develop in the Maranhão in the technician-scientific-informational period. Characterized for the material and incorporeal flows if they develop in the Maranhão, from the moment where it had a process of integration of the maranhense territory while peripheral space of the capitalist dynamics, that if gave through the politics of regional integration created by the State, but when it had a process of selective modernization, also partial and conservative of the agriculture, that made possible the significant increase of the production and reproduction of the capital. The study sample that with the advent of the soy, had a concentration of the production techniques, mainly in the agricultural region of Balsas, due to bigger it offers of lands, time of implantation of the culture, technique accumulated in the production, whereas in the agricultural region of Chapadinha, these indices still are without representation. Moreover, the intensification of the agricultural credit, the agrarian politics and tax incentives are elements that have propitiated increase of the production of the soy. The development of the space circuit and circles of cooperation of the soy, a side, create new forces politics in the Maranhão that can result in the creation of a new state, the other, are responsible, for the elimination of part of the subsistence agriculture, producing social problems as, agrarian concentration and unemployment. The study it still evidences the appropriation of the place for a small number of companies that has generated, beyond an intense concentration of income, an alienation of the territory, in view of that this is used for a strange purpose to the place and the yearning of the population does not stop.

Keyword: Space circuit. Circles of cooperation. Soy.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Total de estabelecimentos que possuem tratores no Maranhão em 2006.....	86
Mapa 02	Total de tratores existentes no Maranhão em 2006.....	88
Mapa 03	Total de colheitadeiras existentes no Maranhão em 2006.....	90
Mapa 04	Pessoal ocupado na agricultura no Maranhão em 2006.....	95
Mapa 05	Total de emprego permanente existente na agricultura no Maranhão em 2006.....	97
Mapa 06	Pessoal ocupado na agricultura com qualificação profissional no Maranhão em 2006.....	99
Mapa 07	Total de emprego temporário existente na agricultura no Maranhão em 2006.....	101
Mapa 08	Total de estabelecimentos com emprego temporário na agricultura no Maranhão em 2006.....	103
Mapa 09	Terminais multimodais no estado do Maranhão em 2007.....	112
Mapa 10	Produção de soja em 2007.....	120
Mapa 11	Estabelecimentos que produziram soja no Maranhão em 2007.....	122
Mapa 12	Área plantada de soja no Maranhão em 2007.....	123
Mapa 13	Produtividade da soja no Maranhão em 2007.....	125
Mapa 14	Estabelecimentos que possuem silos no Maranhão em 2006.....	133
Mapa 15	Total de silos existentes no Maranhão em 2006.....	134
Mapa 16	Capacidade dos silos no Maranhão em 2006.....	136
Mapa 17	Capacidade de armazenagem de produtos agrícolas no Maranhão em 2006.....	139
Mapa 18	Estabelecimentos que usaram adubo no Maranhão em 2006.....	141
Mapa 19	Estabelecimentos que usam adubos em lavouras em 2006.....	143
Mapa 20	Estabelecimentos que possuem área irrigada no Maranhão em 2006.....	148
Mapa 21	Área irrigada no Maranhão em 2006.....	149

Mapa 22	Estabelecimentos com irrigação com <i>pivot</i> central no Maranhão em 2006.....	150
Mapa 23	Área irrigada com pivot central em 2006.....	152
Mapa 24	Estabelecimentos com outras formas de irrigação no Maranhão em 2006.....	154
Mapa 25	Área irrigada com outras formas de irrigação no Maranhão em 2006.....	155
Mapa 26	Total de estabelecimentos existentes no Maranhão em 2006.....	164
Mapa 27	Total de agências financeiras existentes no Maranhão em 2006....	171
Mapa 28	Total de estabelecimentos que receberam financiamentos no Maranhão em 2006.....	172
Mapa 29	Valor do financiamento da agricultura no Maranhão por município em 2006.....	174
Mapa 30	Estabelecimentos que receberam orientação técnica de empresas privadas no Maranhão em 2006.....	185
Mapa 31	Estabelecimentos agropecuários maranhenses que possuem orientação técnica em 2006.....	187
Mapa 32	Estabelecimentos que receberam orientação técnica do Governo Federal no Maranhão em 2006.....	188

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fluxograma 01	Circuito espacial de produção da soja no Maranhão.....	140
Fluxograma 02	Sistema Nacional de Crédito Rural.....	168
Fluxograma 03	Círculos de cooperação da soja.....	176
Foto 01	Colheita de soja no Município de Balsas/MA.....	91
Foto 02	Trator de 182 cv e Plantadeira 15 linhas. Plantação de soja na Fazenda Cajueiro no Município de Balsas/MA.....	92
Foto 03	Silo localizado na fazenda cajueiro em Balsas/MA.....	138
Foto 04	Irrigação da soja com <i>pivot</i> central na Fazenda Cajueiro no Município de Balsas/MA.....	153
Foto 05	Seagro, empresa nacional localizada na cidade de Balsas/MA.....	159
Foto 06	Cargill, <i>trading</i> localizada na cidade de Balsas/MA.....	158
Foto 07	Agência do Banco do Brasil da cidade de Balsas/MA.....	169
Foto 08	Agência do Banco do Bradesco da cidade de Balsas/MA.....	169
Gráfico	Produção, rendimento e área produzida de soja no período de 1990-2008.....	58
Tabela 01	Uso de Tratores, pessoal ocupado, número de estabelecimentos rurais no Brasil no período de 1950-2006...	84
Tabela 02	Estrutura fundiária do Maranhão e das regiões agrícolas de Balsas e Chapadinha de 1975-2006.....	165

LISTA DE SIGLAS

ABC-INCO	Indústria e Comércio SA
ABIOVE	Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
ADM	<i>Archer-Daniels-Midland Company</i>
ALCOA	<i>Aluminum Company of America</i>
ALGAR	Alexandrino Garcia
ALUMAR	Consórcio de Alumínio do Maranhão
ANEC	Associação Nacional dos Exportadores de Cereais
BACEN	Banco Central do Brasil
BASA	Banco da Amazônia SA
BB	Banco do Brasil SA
BNB	Banco do Nordeste SA
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDS	Banco Nacional do Desenvolvimento Social
CEPRAMA	Centro de Produção Artesanal do Maranhão
CESTE	Consórcio Estreito Energia
CINTRA	Centro Integrado do Rio Anil
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONFAZ	Conselho Nacional de Política Fazendária
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos
EEB	Encefalopatia Espongiforme Bovina
EFC	Estrada de Ferro Carajás
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAPCEN	Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte
FAPEMA	Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Estado do Maranhão

FBN	Fixação Biológica de Nitrogênio
FETAEMA	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura do Estado do Maranhão
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICM	Imposto sobre Circulação de Mercadoria
IED's	Investimentos Externos Diretos
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IVC	Imposto sobre Vendas e Consignações
JICA	<i>Japan International Corporation Agency</i>
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agropecuária
MDIC	Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PCAT	Projeto de Colonização do Alto Turí
PGC	Programa Grande Carajás
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POLAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO	Programa Especial de Desenvolvimento dos Cerrados na região Centro-Oeste
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PPA	Plano Plurianual
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de

	Desenvolvimento dos Cerrados
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRORURAL	Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária do Norte-Nordeste
RR	<i>Roundup ready</i>
SIOGE	Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado do Maranhão
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
STR	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UDR	União Democrática Ruralista
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

	Pg.
1. INTRODUÇÃO.....	18
2. DOS CIRCUITOS REGIONAIS AOS CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO.....	26
2.1. Os circuitos regionais de produção no Maranhão no Período Técnico.....	26
2.2. Os circuitos regionais e a inserção do Maranhão na Divisão Internacional do Trabalho.....	32
2.3. Breves considerações sobre o circuito espacial de produção.....	44
2.4. Breves considerações sobre a produção de soja no Mundo e no Brasil..	55
3. MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A IMPLANTAÇÃO DOS GRANDES PROJETOS NO MARANHÃO.....	61
3.1. O Período Técnico-científico-Informacional diante da gênese dos circuitos espaciais de produção.....	61
3.2. Planejamento regional e a integração do território maranhense à dinâmica global capitalista enquanto espaço periférico.....	65
3.3. Os grandes projetos minero-metalúrgicos (PGC e ALUMAR) e agropecuários no contexto da globalização e da inserção da soja no Maranhão.....	75
3.4. Modernização da agricultura Maranhense.....	80
3.5. A fluidez do território usado pelo circuito espacial de produção da soja.....	105

4. O CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DE SOJA NO MARANHÃO.....	117
4.1. A produção de soja no Maranhão.....	117
4.2. Transporte e logística do circuito espacial de produção da soja.....	130
4.3. Os insumos e defensivos.....	141
4.4. Desenvolvimento tecnológico e a reprodução de sementes.....	145
4.5. Dinâmicas criadas pelo circuito espacial de produção da soja.....	156
5. OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO DIANTE DO USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO.....	162
5.1. As políticas fundiárias no Maranhão e a concentração de terra.....	162
5.2. O financiamento da soja no Maranhão.....	167
5.3. Política de incentivos fiscais e a guerra dos lugares.....	177
5.4. A cooperação técnica e o aprofundamento da especialização produtiva.....	183
5.5. Divisão do trabalho, especialização produtiva, alienação do território e vulnerabilidade territorial.....	194
6. CONCLUSÃO.....	202
REFERÊNCIAS.....	210

1. INTRODUÇÃO

Os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação constituem um tema da Geografia que vem merecendo destaque, na medida em que contribui para que se compreenda como a sociedade e o mercado, vêm criando novas dinâmicas territoriais.

O advento do circuito espacial de produção e de círculos de cooperação da soja, via agronegócio, tem promovido no Estado mudanças na divisão tanto social quanto territorial do trabalho, pois nas municipalidades a soja cria novas solidariedades para atender a demanda provocada pela agricultura nas municipalidades produtoras, bem como concentra uma especialização da produção agravando ainda mais as desigualdades locais. As municipalidades das regiões agrícolas de produção de soja, sobretudo Balsas, e com menos intensidade Chapadinha, criam uma especialização produtiva perante os demais municípios configurando uma hierarquia no que diz respeito aos serviços, mas ainda são “locais do fazer e do obedecer”, o que configura um território alienado.

Nos circuitos espaciais de produção, o uso do território pelos agentes produtivos, tais como Estado, instituições e empresas, é um elemento indispensável. Ao ser inserida em território maranhense, por meio de diversos eventos¹ (integração territorial, modernização territorial, política de crédito, política fundiária, intensificação do capital na agricultura, modernização da agricultura, criação de infra-estrutura, etc.), a soja promove uma desconfiguração de parte dos circuitos regionais de produção anterior (que têm por base a agricultura tradicional) e, em seguida, configura o território por meio de uma agricultura voltada para os moldes da agroindústria. A realização da pesquisa espera somar esforços para aprofundar a temática e contribuir para entender a dinâmica territorial promovida pelos agentes produtivos, assim como as técnicas usadas na produção da soja. Almeja-se

¹ Os eventos “[...] são, simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço [...] São os eventos que criam o tempo, como portadores da ação presente [...] [Estes] não se repetem [...] são, pois, todos novos. Quando eles emergem, também estão propondo uma nova história [...]” (SANTOS, 2002, p. 145, grifo nosso). Os eventos caracterizam o acontecer e a dinâmica territorial. Eles caracterizam uma situação geográfica, que deve ser entendida como “[...] um resultado de um impacto de um feixe de eventos sobre um lugar e contém existências materiais e organizacionais [...]” (SILVEIRA, 1999, p.25). Ainda de acordo com autora em tela, a situação geográfica é uma construção histórica que no, plano metodológico, corresponde a “[...] um esforço de seleção e hierarquização” (SILVEIRA, 1999, p. 24).

entender como tem se dado o processo de configuração territorial a partir da agricultura no Centro-Sul e Nordeste do Estado tendo como repercussão a configuração do território.

Neste sentido, a história das técnicas no Maranhão, por meio dos circuitos espaciais de produção é imprescindível para se entender as formas como estes vêm se desenvolvendo no Estado, principalmente no período técnico-científico-informacional, momento em que a fusão da técnica, ciência e informação é responsável pela condução de tais circuitos e círculos.

Trata-se de um estudo que já existe sobre a realidade maranhense, mas não com a mesma compreensão que se tem da temática, sobretudo, porque com a bibliografia pesquisada tenta-se estabelecer uma nova visão na interpretação do tema, e romper com alguns conceitos criados pela ciência econômica e cristalizados na ciência geográfica, cujo eixo de investigação é a necessidade de aprofundar e sistematizar conteúdos sobre os estudos já existentes, pretendendo-se acrescentar às preciosas contribuições científicas levantadas por Giordano (1999) quando trata da competitividade regional entre Balsas e Barreiras, Nonato (2005) quando desenvolve a análise sobre a crise da federação e do federalismo corporativo, por meio da criação de novos estados (Araguaia, Gurguéia, Maranhão do Sul e São Francisco) no *front* agrícola brasileiro, bem como da análise feita por Ferreira (2008) sobre o processo de organização do espaço a partir da produção de soja em Balsas, e Costa (2008) que trata das transformações econômicas existentes no pólo de Balsas a partir do desenvolvimento tecnológico.

Este estudo consiste numa proposta de pesquisa, cuja fundamentação teórica foge do modelo pautado na relação causa-efeito e, ao mesmo tempo, propõe um elo explicativo que possibilite entender o processo como ele se produz e se desenvolve no território maranhense, e não somente em parte do Estado, pois um estudo apenas da parte não é capaz de explicar a totalidade embora nesta a produção de soja se apresente com as mesmas características.

Ao longo de sua implantação, o circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da soja têm promovido novas dinâmicas territoriais, já que ao se inserirem em um determinado lugar configuram-se como elemento “novo”, cercado de elementos e firmas globais, chocando-se com o “velho” e local (agricultura tradicional). Para garantir o princípio da coabitação e coexistência das

duas estruturas produtivas há a necessidade da normatização do território, que advém com os círculos de cooperação da soja.

Este estudo é importante, na medida em que procura entender como o território tem se configurado diante da produção de soja e como o lugar – por meio dos trabalhadores rurais e entidades da sociedade civil – têm resistido às investidas das grandes empresas multi e transnacionais e às suas formas de dominação e de produção impostas sobre o conjunto da população dos municípios, que antes tinham como fonte de riqueza a agricultura de subsistência e circuitos espaciais baseados numa solidariedade orgânica.

O crescente processo de urbanização, que marca a sociedade brasileira, tem deixado sua marca em cidades onde as filiais das grandes empresas multinacionais estão localizadas. Essas cidades tendem a sofrer as consequências de forma mais intensa devido à presença da expropriação e concentração fundiária. A urbanização, enquanto processo que se desenvolve por meio de um complexo jogo de dinâmica territorial, tem provocado principalmente pelas migrações campo-cidade, exige do poder público novas demandas. No Maranhão, tem havido uma intensa dinâmica entre as principais cidades das regiões agrícolas (como Balsas e Chapadinha) e o campo, principalmente a partir da inserção do agronegócio nos lugares de produção de soja, que tem delineado uma nova configuração territorial.

O desenvolvimento da pesquisa no Maranhão se deve, de um lado, ao fato de o estado possuir regiões agrícolas com considerados índices de densidade técnica e de produtividade agrícola e, de outro, por existirem regiões rarefeitas² e processos de tecnificação extremamente tradicionais, onde prevalecem baixos indicadores econômicos e sociais. O Estado maranhense se enquadra no perfil da pesquisa, por possuir “espaços luminosos” e “opacos” que se contrastam com muita evidência pela realidade de pobreza generalizada e estrutura altamente regressiva de repartição da renda e desarticulação da produção agrícola tradicional, elementos que caracterizam a dinâmica e uso do território pela soja.

Trata-se de um estudo vinculado à dinâmica territorial voltada para a produção no campo numa visão geral, e que no seu sentido mais específico constitui-se de uma discussão sobre os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação da soja no Maranhão, enquanto elementos que propiciam à

² De acordo com Milton Santos, tanto a densidade técnica como a rarefação são indicadores substanciais para o entendimento da dinâmica territorial.

sociedade um melhor entendimento de como os agentes, sobretudo as grandes empresas, vêm ocupando e usando o território. Desse modo, esta proposta de pesquisa vincula-se à área de concentração “Dinâmica e reestruturação do território”, do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Com base na concepção de totalidade do conhecimento científico, e mediante abrangência do tema, será estabelecida uma interface entre os processos de produção e reorganização do espaço, que se materializarão no uso do território propiciando uma maior ampliação do universo da pesquisa.

Parte-se do princípio segundo o qual os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação da soja, geridos por grandes empresas, tem criado uma dinâmica e uso do território no Maranhão principalmente a partir da integração, modernização e fluidez do território - condições essenciais para o desenvolvimento da sociedade. Tais circuitos e círculos estão organizados de acordo com o atual modo de produção e têm se intensificado no período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008b; 2006), cujas nuances não podem ser concebidas pelo modelo causa-efeito e nem isoladas da totalidade. Isto pressupõe que a soja se insere no Maranhão por meio de um conjunto de possibilidades (interesses, contradições, solidariedades, lógicas diferentes e harmoniosas com o todo) que acontecem numa mesma formação socioespacial.

O uso do território pelos agentes que produzem soja no Maranhão (Estado, sociedade e empresa), enquanto processo que se materializa pela produção, leva em consideração interesses e conflitos e se desenvolve por intermédio de uma série de eventos.

Parte-se do princípio de que os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação da soja devem ser percebidos a partir do domínio e grau do desenvolvimento das forças produtivas do capital sobre a agricultura. Trata-se de uma problemática que pertence ao relacionamento entre a infra e a superestrutura. É dessa premissa da totalidade – conjunto das relações sociais de produção – sobre as partes, que se encaminhará a compreensão do processo não como ele se produz e funciona, mas como ele se inscreve no contexto da produção, cujas leis explicativas se encontram nas articulações e conflitos específicos que as caracterizam, implicando num vínculo dialético entre as instâncias econômica, política e ideológica.

A proposta teórica de trabalhar os circuitos espaciais de produção tem como base o território usado enquanto sinônimo de espaço banal, cuja materialização se dá a partir das relações sociais de produção, propiciadas pela técnica, ciência e informação, pois ao produzir a soja tem-se, de um lado, um uso seletivo do território pelas grandes empresas, de outro, as bases materiais para a transformação do uso seletivo em uso banal do território.

No intuito de compreender o uso e dinâmica do território que o circuito espacial de produção da soja cria a partir do advento do agronegócio além da matriz teórica adotada, propiciada pelo cumprimento dos créditos ofertados pelo Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia desta Universidade, nos anos de 2008, 2009 e 2010, consultou-se várias teses e dissertações disponibilizadas no banco de teses da Universidade de São Paulo e Campinas, bem como de outras instituições que ajudam a compreender como o processo se manifesta em outras regiões do país. Foi feita uma consulta também em artigos nas principais revistas e periódicos de geografia e de áreas que enfatizam tal temática, pois a produção de soja possui elementos comuns às demais áreas de produção do Brasil, porém, possui suas particularidades que só podem ser compreendidas quando analisadas no local. É necessário compreender a produção local, sempre fazendo uma interface com a produção nacional e global porque a soja, a exemplo da produção capitalista, extrapola a dimensão local, principalmente a partir do advento da Globalização.

Considerando a temática – circuito espacial de produção e círculos de cooperação – abrangente delimitou-se uma abordagem nos âmbitos espacial e temporal. No âmbito espacial, deu-se ênfase ao espaço geográfico maranhense, sobretudo às regiões agrícolas de Balsas e Chapadinha. A primeira compreende as municipalidades de Alto Parnaíba, Balsas, Benedito Leite, Carolina, Estreito, Feira Nova do Maranhão, Fernando Falcão, Formosa de Serra Negra, Fortaleza dos Nogueira, Fortuna, Grajaú, Loreto, Mirador, Nova Colinas, Pastos Bons, Riachão, Sambaíba, São Félix de Balsas, São Pedro dos Crentes, São Raimundo das Mangabeiras e Tasso Fragoso. A segunda compreende as municipalidades de Afonso Cunha, Anapurus, Brejo, Burití, Chapadinha, Magalhães de Almeida, Mata Roma, Milagres do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão e Urbano Santos. No âmbito temporal, o período de abrangência é o técnico-científico-informacional, uma vez que neste houve a intensificação das forças produtivas ditadas pelo capital, integração, planejamento e modernização do território, por meio da implantação da

agricultura da soja no estado do Maranhão; a configuração da agricultura por meio do agronegócio e, sobretudo, porque foi neste período que a agricultura se subordinou à indústria e ao capital financeiro.

Para isto, fez-se uma periodização, identificando os principais eventos que caracterizam a criação de infra-estrutura para atender o processo produtivo da soja na agricultura maranhense, pois, alguns eventos são essenciais para entender-se como a soja se instalou nesses municípios e não em outras regiões do território maranhense. Neste sentido, o recorte temporal escolhido (década de 50 aos dias atuais) se deve ao fato de na década de 50, com a integração territorial, implantação do crédito rural, política fundiária, avanço da técnica, realização de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de cultivares adaptadas às condições edafoclimáticas do cerrado e de todo um conjunto de infra-estrutura construído pelo Estado é que se desenvolveram condições propícias para implantação da soja no Maranhão.

O universo empírico da presente pesquisa é constituído pelas municipalidades que se destacam, sobretudo, pelo uso de técnicas e tecnologia avançadas nos processos produtivos da soja³, dando ênfase a Balsas e Chapadinha, que dentro da hierarquia urbana, concentram condições técnicas que as tornam os grandes vetores da produção no estado. Por outro lado, entende-se que estes sozinhos não explicam a dinâmica da produção de soja no estado, mas quando analisados com outros locais do Brasil, como Sorriso e Campo Novo do Parecis no Mato Grosso, Formosa do Rio Preto e São Desidério na Bahia e a grande região produtora de soja do Paraná que produzem em larga escala ajudam a entender como esta dinâmica se desenvolve no território maranhense.

Busca-se entender, ainda, o processo de modernização seletivo e conservador da agricultura maranhense que se desenvolve com o uso de máquinas e equipamentos na produção de soja em especial desde o final da década de 1970 até os dias atuais no intuito de verificar se há uma densidade técnica, através da quantidade de infra-estrutura inserida no processo produtivo.

Para isso, utilizou-se a base de dados do IBGE, no que diz respeito ao Levantamento Sistemático da Produção Agropecuária (LSPA) e os Censos

³ Aliás, em todos os locais de produção desta cultura o uso de técnicas avançadas é garantia não somente de produtividade, mas da hegemonia do uso corporativo do território, uma vez que são ofertadas tanto condições estruturais, bem como há uma hegemonia de grandes multinacionais.

Demográficos e Agropecuários. A partir da base de dados do Censo Agropecuário de 2006-7, objetivou-se investigar se houve um desenvolvimento técnico e qual a quantidade de recursos investidos na produção de soja no Maranhão. Além disso, fez-se um levantamento da composição da força de trabalho no agronegócio, nas regiões de Balsas e Chapadinha, no intuito de compreender as modificações ocorridas. Desenvolveu-se, ainda, um estudo da dinâmica populacional dos municípios que produzem soja, tanto no que diz respeito à composição, quanto às migrações entre campo e cidade, com o propósito de verificar até que ponto tal dinâmica constitui mudanças significativas para uma configuração do território.

Procedeu-se a um levantamento da estrutura fundiária do território maranhense, em geral, e dos locais produtores de soja, em particular, para averiguar se há uma concentração fundiária substancial nestes municípios e, se esta se materializou a partir da implantação da Política Fundiária maranhense da década de 1970 e do agronegócio.

Mediante pesquisa de campo e observação *in locu* (nas cidades de Balsas e Chapadinha) no ano de 2010 foram identificados os tipos de transportes usados no processo de produção de soja e as condições de trafegabilidade das vias objetivando identificar se há um território “fluido” ou “viscoso”. A dinâmica dos fluxos no processo de produção de soja no período de safra não é o mesmo da entressafra, mas que outras atividades são criadas e usadas nos locais que produzem soja no período de entressafra?

Neste sentido, fizeram-se visitas às empresas de consultoria técnica para entrevistar os profissionais técnicos especializados e identificar quais os serviços prestados por estes no processo de produção de soja, fato que ajudará a entender as especializações produtivas presentes nos municípios e, conseqüentemente, compreender como os círculos de cooperação vêm se desenvolvendo a partir da divisão territorial do trabalho existente no agronegócio maranhense.

Realizaram-se também visitas às fazendas produtoras de soja para verificar a quantidade de máquinas, insumos, adubos, agrotóxicos, tipos de sementes usadas e melhoradas, o transporte, a comercialização do produto. Procedeu-se ainda ao trabalho de fotografar as áreas, aplicar questionários e entrevistas junto a trabalhadores e proprietários. Buscou-se identificar as funções desempenhadas pelos trabalhadores no processo produtivo e a modalidade de

trabalho (se é assalariado), no sentido de se comparar os dados fornecidos por estes.

Realizaram-se entrevistas com trabalhadores rurais que ainda residem próximo às áreas das fazendas, no intuito de entender se há pressão por parte dos fazendeiros para aquisição das terras em que estes moram e trabalham, e com trabalhadores que migraram do campo para as cidades, objetivando identificar os motivos que levaram a migração.

No sentido de compreender a dinâmica que envolve a produção de soja no Maranhão confeccionou-se os mapas, utilizando o *software Map Info Professional 6.0*. Destacaram-se os principais municípios produtores de soja, bem como, a estrutura fundiária e os demais elementos pesquisados, objetivando espacializar e assim entender a dinâmica do circuito espacial de produção e dos círculos de cooperação da soja no Maranhão.

De posse dos dados, no final do ano de 2009 realizou-se a tabulação, no sentido de se compreender como o circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da soja se desenvolvem no Maranhão. Em abril de 2010 defendeu-se o trabalho e, em maio entregou-se as versões finais com as devidas correções recomendadas pela orientação e examinadores.

2. DOS CIRCUITOS REGIONAIS AOS CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é compreender os principais circuitos regionais interiores de produção que se desenvolveram no Maranhão, no período que antecedeu a formação do circuito espacial de produção e círculos de cooperação da soja, e buscar compreender quais as relações com o desenvolvimento da sojicultura no Estado. Tomar-se-á como base de investigação obras contemporâneas de autores maranhenses (economistas, antropólogos, geógrafos), que produziram estudos sobre a temática.

2.1. Os circuitos regionais de produção no Maranhão no Período Técnico

No intuito de compreender a realidade maranhense analisar-se-á os circuitos regionais de produção do algodão, do gado, do arroz, têxtil, da cana-de-açúcar e dos “grandes projetos”, que se desenvolveram em território maranhense, e identificar se estes, por meio do seu desenvolvimento, criaram fluxos (circulação de matéria), sobretudo de produtos primários que possibilitaram a acumulação de técnica e capitais responsáveis pelo desenvolvimento do circuito espacial de produção da soja. Para isso, buscar-se-á compreender os fluxos materiais (mercadorias e produtos) desenvolvimento técnico, a política, economia, ideologia, lançando mão do processo de periodização como recurso de método que impulsionaram tais circuitos.

Ao contrário dos circuitos espaciais de produção, os circuitos regionais se limitam pela técnica, informação, conteúdo científico em seu processo produtivo, mas principalmente pela débil capacidade de fluidez da produção e distribuição das mercadorias, informações, normas, comandos, etc. Trata-se de uma produção que se circunscreve praticamente ao âmbito local e que desenvolve uma limitada horizontalidade, embora o resultado desta não seja consumida/usada/trocada nesta dimensão espacial, mas está voltada para o comércio externo.

Com esse intuito, analisar-se-á alguns dos principais e mais referenciados autores que discutem a realidade maranhense, como Maluf (1977), que discute a

expansão do capitalismo no campo por meio da rizicultura; Feitosa (1998) que trata da economia maranhense desde a sua gênese; Almeida (1983), que trata especificamente da decadência da lavoura algodoeira no Maranhão; Arcangeli (1987) e Lima Júnior (1987), que discutem o processo de colonização direcionado pelo Estado existente no Maranhão; Trovão (1989), que trata das questões fundiárias no Maranhão, especificamente em Santa Inês, tendo em vista que esta constitui uma das portas de entrada para a Amazônia maranhense, por meio das vias BR 222 e 316, onde se cria um mercado de terras, propícios ao desenvolvimento dos projetos de colonização e dos grandes projetos (agropecuários e minero-metalúrgicos), além dos clássicos da história e história econômica brasileira.

Tais autores são indispensáveis para o entendimento dos circuitos regionais que se desenvolveram no Maranhão, no período que antecede a fusão entre técnica, ciência e informação, apesar de existirem, entre eles, poucos geógrafos. Este último fato, de um lado, pode dificultar nosso argumento, tendo em vista que há a necessidade da abordagem espacial, de outro, abre espaço para uma nova interpretação e compreensão do objeto em tela, tendo em vista a teoria usada ainda não ter sido aplicada para compreender tal realidade. Uma outra questão central diz respeito à forma de exposição do conteúdo que, de um lado, pode nos remeter a uma abordagem estruturalista (fato que não ajuda a entender a sucessão e coexistência dos circuitos regionais e, por isso, possui uma incoerência com a abordagem miltoniana), de outro, leva-nos à realização de um trabalho que não se limita ao campo meramente histórico, como se tem feito. Neste sentido, tentar-se-á compreender como as técnicas propulsoras dos circuitos regionais de produção organizaram as manchas que se desenvolviam num arquipélago e contribuíram para integrar o território maranhense enquanto espaço periférico à dinâmica de uma capital internacional.

O período técnico foi marcado pela existência e coexistência da técnica como elemento central do espaço geográfico, e teve como substrato as grandes invenções que possibilitaram os fluxos entre os Estados Nacionais, bem como a substituição do trabalho manual pelo mecânico. Nesse período houve uma modificação no modo de produção capitalista, tanto em sua organização como em sua estrutura, a partir do processo de industrialização, que impulsionou tanto a divisão territorial do trabalho quanto a criação de novas técnicas. O desenvolvimento

dos transportes recebeu grande impulso com as estradas de ferro, que permanecem recebendo recursos, (o ferro deixou de ser um produto industrializado, para se tornar matéria-prima para o aço), a substituição do vapor de água pela eletricidade e pelo petróleo, como uma fonte de energia. A indústria química também permitiu que ocorresse uma crescente independência industrial das matérias naturais, introdução da produção fabril, tornando a ciência um esforço metódico e sistemático para o avanço da técnica, e a administração dos negócios adquiriu um caráter científico. Este evento representou na história da humanidade um grande marco no processo de configuração do território.

Esse período promove consideráveis mudanças na relação espaço tempo, sobretudo com o desenvolvimento dos transportes marítimos de longo curso, da vela, da pólvora, da bússola, dentre outros. Essas invenções técnicas promoveram um grande avanço no intercâmbio de pessoas, de informações e de produtos. Por esse motivo diz-se que a história da humanidade é a história dos fluxos. Estes, tanto os materiais (mercadorias, pessoas, etc.) quanto imateriais (informações, ordens, etc.) sempre constituíram um dos elementos centrais do processo produtivo e possibilitaram as trocas e intercâmbios entre os lugares e, com isso, a materialização da dinâmica territorial.

Desse modo, os fluxos são uma condição *sine qua non* para o processo de configuração territorial. Mesmo no período colonial, apesar de todo isolamento e toda limitação técnica, ou seja, apesar de todo um conjunto de fatores que dificultassem a comunicação, havia intercâmbio entre os lugares, embora Lopes (2006) afirme que é “neste contexto que o Brasil [em geral e o Maranhão de um modo especial], como o restante do continente americano, passa a existir: como parte integrante, e subordinada, de um circuito espacial de produção internacionalizado” (LOPES, 2006, p. 16, grifo nosso), ainda não se trata de um circuito espacial, na acepção mais específica do termo, mas sim regional, uma vez que o intercâmbio e as relações entre os lugares eram restritos, devido, principalmente, à debilidade dos meios de comunicação. Este período representa a luta constante do homem para com a natureza.

Na concepção de Santos e Silveira (2006, p. 23), “[...] a história do território brasileiro é una e diversa, [...] a soma e a síntese da história das suas regiões.” Não se pode entendê-la sem levar em consideração esse fator, nem a concepção trotskista do “desenvolvimento desigual e combinado capitalista”

(TROTSKY, NOVACK, MORENO, [s./d.]). Não se deve desconsiderar também os circuitos espaciais produtivos e os círculos de cooperação, uma vez que “a produção é o motor do lugar” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 30) e, conseqüentemente, da configuração territorial, tendo como principal agente transformador da produção a técnica que se desenvolve no espaço/tempo, por meio dos períodos num eterno processo *continuum*.

O território brasileiro, no período técnico (do desenvolvimento das lavouras até a década de 1930), caracteriza-se por constituir um arquipélago, em que os circuitos regionais de produção se desenvolvem e formam um “conjunto de manchas ou pontos [...] onde se realiza uma produção mecanizada [...] depois, a própria circulação se mecaniza e a industrialização se manifesta” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 31). Na concepção do autor,

[...] o período técnico testemunha a emergência de um espaço mecanizado. São as lógicas e os tempos humanos impondo-se à natureza, situações em que as possibilidades técnicas presentes denotam os conflitos resultantes da emergência de sucessivos meios geográficos, todos incompletamente realizados, todos incompletamente difundidos (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 31).

Essa é a condição fundamental do espaço geográfico e do período técnico que não representa a homogeneização da técnica no espaço, pelo contrário, ela se difunde de forma seletiva, desigual e combinada.

A exemplo do território brasileiro, o Maranhão se insere na mesma dinâmica e âmbito das trocas e, conseqüentemente, da divisão do trabalho enquanto produtor e fornecedor de matérias-primas para a colônia. No período técnico, os fluxos e comunicações no território maranhense se davam quase que diretamente entre as áreas de produção e áreas importadoras do mercado externo. No entanto, as cidades, ainda que de forma limitada, participavam do processo de comercialização do produto, bem como havia entre algumas o intercâmbio, por meio da produção, assim como a limitada complementaridade por parte de outros circuitos regionais de produção.

Os próprios circuitos regionais de produção das outras áreas da formação socioespacial se comunicavam e intercambiavam de forma restrita com os circuitos regionais maranhenses. Isto se deve graças às condições técnicas, mas, sobretudo, às condições políticas que impunham ao território a rarefação e, conseqüentemente, a viscosidade. Desse modo, a técnica constitui uma condição necessária, mas não

suficiente para integração do território. Tais condições, associadas às políticas, constituem a condição fundamental para o desenvolvimento dos circuitos espaciais de produção. Alguns subespaços acumularão técnicas e se tornarão mais fluidos. Devido às condições técnicas e desenvolvimento do capital dentro de uma formação socioespacial, existem espaços com diferentes níveis de tecnificação, pois os componentes do espaço são os mesmos em todo o mundo e formam um *continuum* no tempo, mas variam quantitativa e qualitativamente segundo o lugar, do mesmo modo que variam as combinações entre eles e seu processo de fusão. Daí vêm as diferenças entres espaços.

A presença dos circuitos espaciais de produção tem inserido o território maranhense na divisão territorial do trabalho como fornecedor marginal de matérias-primas. Ou seja, o Maranhão tem se caracterizado, do ponto de vista geográfico, como um território do obedecer, do fazer. Tem se encarregado de produzir os produtos primários e destiná-los ou ao exterior ou ao mercado interno (nacional ou regional) e comprá-los depois de industrializados. Foi assim com o algodão, com o arroz, com o gado e está sendo com os minérios, com vários outros produtos e, especialmente, com a soja. Nem os processos de produção e nem as formas de exploração da agricultura são os mesmos, mas obedecem à mesma lógica da acumulação e reprodução. Estas relações que imprimem a divisão territorial do trabalho são responsáveis por criar as desigualdades territoriais.

O território maranhense foi marcado inicialmente por uma organização espacial desigual onde se desenvolveram “*circuitos regionais de produção em forma de arquipélagos*”, descentralizados e desarticulados, de um lado, pelo fato de o território se encontrar ainda numa fase de colonização e, portanto, com uma base técnica consideravelmente incipiente para atender a demanda do capital mercantilista, dentro das possibilidades que se apresentavam ao território naquela época, de outro, por ser inserido de forma periférica no capitalismo nascente. Os intercâmbios locais com os círculos de cooperação eram extremamente restritos. A solidariedade⁴ entre os circuitos de produção e os círculos de cooperação era

⁴ A noção de solidariedade aqui desenvolvida pauta-se na concepção durkheimiana, cuja compreensão se reporta à relação desenvolvida pela divisão social do trabalho e não um significado de afetividade, etc. De acordo com Gomes (2002, p. 60-1), Tönnies primeiramente cita a concepção de vínculo orgânico para fazer referência àquilo que Durkheim entende por solidariedade mecânica, ou, seja, quando o indivíduo se submete à consciência coletiva, e se subordina às leis de um grupo sem necessariamente existir leis escritas. Este tipo de costume é característico das sociedades pré-

dificultada pela técnica, mas também pelas condições políticas, pois o território era extremamente rarefeito, caracterizado por pontos isolados interligados quase que diretamente com a metrópole. Desse modo, o circuito regional criado se dava quase que exclusivamente entre o lugar de produção (produção primária) e a área de produção industrial (produção secundária).

De 1612 (início do processo organização do espaço aos moldes do processo de colonização) até 1755, o território maranhense caracteriza-se pela presença de sistemas técnicos em fase embrionária de desenvolvimento e, conseqüentemente, inexistência de circuitos regionais produtivos, estando voltado inicialmente nas primeiras décadas para a defesa do *território* contra ações dos invasores e, depois, para o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência em torno do arroz, milho, feijão, algodão e a criação de pequenos animais, usando técnicas de produção baseada na foice, enxada e facão. Consoante Santos e Silveira (2006, p. 29-30), constituía etapa de adaptação do homem à natureza, o momento em que o território era regido pelas leis naturais e os *tempos lentos*.

Na concepção de Arcangeli (1987), as condições geográficas desfavoráveis, a dificuldade de comunicação com a metrópole, a desorganização dos mercados coloniais, durante a fase de conquista e povoamento inicial, fizeram com que o território maranhense estivesse “[...] indiretamente articulado ao processo global de acumulação primitiva, engendrado pela necessidade de acumulação do capitalismo nascente na Europa” (ARCANGELI, 1987, p. 92). Corroborando com o entendimento de Arcangeli, entende-se que o principal elemento que confere o *status* à configuração do território, na atual fase, se deve a uma incipiente capacidade técnica em sua estrutura produtiva, e também às condições políticas e econômicas impostas pelo processo de colonização, pois o desenvolvimento técnico, político e econômico são capazes de articular o território maranhense à nascente produção capitalista como se efetivará com a produção de algodão, com a inserção do território maranhense à divisão territorial do trabalho. Durante este período, o território maranhense caracterizou-se por possuir uma produção voltada exclusivamente para a subsistência dos colonos oriundos da metrópole que se instalaram.

capitalistas. Enquanto para Dürkheim a solidariedade orgânica é aquela que se desenvolve com a divisão do trabalho.

Por outro lado, enquanto principal produto de demanda do processo de revolução industrial inglesa, o algodão criará um circuito regional inserido na divisão territorial (internacional) do trabalho, como fornecedor de matérias primas para o processo de Revolução Industrial.

2.2. Os circuitos regionais e a inserção do Maranhão na divisão territorial do trabalho

A divisão do trabalho representa para o capitalismo o mesmo que a expropriação representou para a economia política, separando o homem do seu produto. O fundamento da divisão do trabalho, na concepção de Marx (2007, p. 43), “é a separação entre cidade e campo”. Neste sentido, ao campo caberia o trabalho agrícola voltado para a produção de alimentos, enquanto que à cidade caberia o trabalho fabril e comercial e, desse modo, o trabalho intelectual. De um modo especial, caberia à cidade o comando da atividade produtiva enquanto que os demais espaços estariam subordinados a esta. Então, a divisão do trabalho possui uma importância ímpar na organização da produção e, conseqüentemente, do espaço geográfico.

Esta era a realidade da Inglaterra da época de Marx, embora não seja a realidade dos diversos subespaços atuais. Atualmente, estes papéis não estão bem definidos como nessa época, devido à complexidade dos sistemas técnicos produtivos e das novas necessidades de explorações dos territórios pelas empresas. Embora a cidade exerça uma posição de comando central da produção, em algumas áreas, sobretudo, na produção de soja, “é o campo que determina a demanda da cidade” (SANTOS, 2008c, p. 76).

Ainda segundo Santos (2008c, 73-6),

[...] não há mais uma relação entre rural e urbano, mas entre espaços agrícolas e urbanos, que se traduzem em regiões urbanas e regiões agrícolas. A região agrícola contém cidades; as regiões urbanas contém atividades rurais. [...] teríamos então [...] áreas agrícolas contendo cidades adaptadas às suas demandas [...] e áreas rurais adaptadas às demandas urbanas [...] Nas regiões agrícolas é o campo que comanda a vida econômica e social do sistema urbano [...] enquanto que, nas regiões urbanas são as atividades secundárias e terciárias que tem esse papel.

Apesar de toda complexidade que cerca esta temática, a divisão territorial do trabalho, além da relação campo e cidade se define por subespaços. No momento em que existem espaços especializados em determinado(s) produto(s) cria-se uma nova lógica da divisão territorial do trabalho.

O período técnico que caracterizou o território maranhense pode ser subdividido em subperíodos. O primeiro – que compreende as primeiras décadas do século XVII até o final do século XIX – poderia ser caracterizado de pré-técnico ou técnica do acaso. A produção, embora voltada para o mercado externo e em larga escala, era cultivada sem inovações técnicas e as técnicas propiciavam os fluxos. O segundo – que vai desde o final do século XIX, até a década de 70 – constitui o período técnico, caracterizado pelo surgimento da indústria têxtil e do processo de mecanização da produção. Nesse período ocorre o processo de integração formal do território maranhense, enquanto espaço periférico, ao restante do território brasileiro por meio dos grandes projetos rodoviários.

A demanda do algodão no mercado internacional, associada ao processo de desenvolvimento técnico, fez com que houvesse a gênese de um circuito regional de produção do algodão no território maranhense. Sua base técnica se configurou em torno de instrumentos rudimentares, num momento em que, nos Estados Unidos, “já havia uma cultura intensiva nos séculos XVII e XVIII, sobretudo a partir da criação da máquina de descaroçamento, desenvolvida por Eli Whitney, em 1793” (ANO..., 2009) e na Inglaterra já havia um processo de industrialização em fase crescente. Esta, em seu sentido mais pragmático, significou a substituição da ferramenta pela máquina, e contribuiu para consolidar o capitalismo como modo de produção dominante. Nesse momento, a passagem da energia humana para motriz é o ponto culminante de uma evolução da técnica que vinha se processando na Europa desde a Baixa Idade Média, com o advento do comércio, o que representa uma evolução dos padrões.

Do ponto de vista espacial, a Revolução Industrial representa um grande avanço para gerar e impulsionar novas dinâmicas espaciais, tendo em vista que articulou uma gama considerável de circuitos regionais de produção a partir da demanda de produtos, que por sua vez geraram intensos fluxos de mercadorias, capitais, informações e ordens. Não é à toa que o território maranhense é requisitado para ajudar a impulsionar ainda mais essa dinâmica espacial por meio do algodão.

Sendo assim, o circuito regional do algodão desenvolvido no interior do território maranhense, a exemplo do espaço, se amplia de forma solidária, contraditória e indissociável aos circuitos de produção têxtil inglês que se produzia em torno de uma economia baseada no mercantilismo. O desenvolvimento das técnicas de produção, condições edafoclimáticas propícias ao cultivo e demanda do produto no mercado externo, sobretudo na Inglaterra, devido ao processo de Revolução Industrial, propiciaram o crescimento do circuito regional de produção do algodão, principalmente no século XVIII. No Maranhão, este circuito se desenvolve principalmente no vale úmido do rio Itapecuru, onde encontra condições climáticas, terras e força de trabalho escrava. Caio Prado Junior (1976) chega a afirmar que o algodão teve um papel importante na ocupação do estado. Em meados do século XVIII (1749), o algodão era o principal produto da economia maranhense e, em virtude da inexistência de moedas metálicas, era considerado “equivalente geral de todas as trocas” (FEITOSA, 1998, p. 21).

Apesar da importância do produto para a economia mundial, as técnicas de produção que integram o circuito regional do algodão se baseiam no trabalho manual escravo e no uso da grande propriedade de terra, responsáveis por criar uma especialização produtiva. Tal especialização produtiva é voltada para produção em larga escala, tendo como base a monocultura, marcada pela

[...] ausência de qualificação, [bem como pela] [...] falta de conhecimentos técnicos dos *lavradores*, que utilizam o sistema de cultivo ineficaz, pela ‘falta’ de vias de comunicações adequadas para o escoamento da produção, pela ‘falta de capitais’, [...] para assegurar a manutenção e o desenvolvimento da agricultura [...] (ALMEIDA, 1983, p. 101, grifo nosso).

Como menciona Maluf (1977), as condições técnicas incipientes fazem com que o circuito regional do algodão intensifique cada vez mais sua interiorização devido à necessidade de novos solos, distanciando ainda mais os locais de produção das cidades, entrepostos de comercialização do produto.

A logística e transporte do algodão era toda controlada Pela Coroa Portuguesa. Tanto a exportação do algodão quanto a importação dos produtos eram feitas por meio dos estancos ou armazéns centrais do reino. Devido ao processo de interiorização, os fluxos do algodão e das pessoas se davam por subespaços viscosos, caracterizados por um sistema de transporte, baseado em animais e estradas estreitas e de difícil acesso que conduziam o produto até os terminais de

recepção. Tratava-se de um território *viscoso* que constituía um dos entraves ao processo de dinamização da produção como destaca Almeida (1983). A deficiência técnica, associada ao processo de rarefação, mostrava-se, portanto, como um entrave ao desenvolvimento dos circuitos regionais ainda imersos sob uma política colonial de comunicação estrita entre os lugares de produção e as unidades de processamento na Europa.

O fluxo de mercadorias, produtos, pessoas e informações era realizado especialmente pela Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará. Tal Companhia “[...] propiciou recursos aos chamados lavradores e articulou sua produção algodoeira e arroteira com o mercado externo” (ALMEIDA, 1983, p. 51). Para Arcangeli, trata-se de uma tentativa de

[...] estabelecer e generalizar a escravidão no Maranhão e de sistematizar a cultura do algodão e do arroz, financiando sementes, escravos negros, ferramentas e equipamentos de beneficiamento da produção, proporcionando [...] o capital-dinheiro necessário à geração interna de valor (ARCANGELI, 1987, p. 94).

Na realidade, por meio da política pombalina, a Companhia era a grande articuladora da fase áurea do circuito regional de produção do algodão porque caberia a ela o fluxo dos produtos e das informações.

As ordens e informações dadas ao território maranhense já não partiam da metrópole portuguesa, mas da Inglaterra que aos poucos controlava economicamente o território maranhense. Na realidade, esta também já era subserviente à Inglaterra que passava a controlar o comércio português, inclusive o do algodão maranhense.

O circuito regional de produção do algodão insere o Maranhão na divisão internacional do trabalho, como produtor e fornecedor de matérias-primas e como comprador de produtos manufaturados. Conseqüentemente, o insere na dinâmica do capital mercantilista, com vistas ao desenvolvimento do capitalismo mundial, e também articula os lugares por meio da dinâmica que é criada pela produção e pela população que se desloca aos locais, principalmente para as cidades de Caxias, Codó e São Luís, que constituirão os nós do circuito.

De acordo com Almeida (1983, p. 55-125), em virtude da flutuação do preço da força de trabalho escravo no mercado, da escassez de terras propícias ao cultivo do algodão, das condições climáticas, da ociosidade da força de trabalho, da

flutuação do preço do algodão no mercado internacional, da inserção de novos métodos de arrecadação, dos movimentos sociais, das dificuldades financeiras por parte dos proprietários, da perda do mercado inglês para os Estados Unidos, da ausência de qualificação, da escassez de mão-de-obra, sobretudo pela perda para as províncias do Sul do Brasil, o circuito regional de produção do algodão entra em *decadência*. A decadência da lavoura algodoeira maranhense, a exemplo de outras atividades econômicas, deve-se à baixa capacidade técnica de produção, ao pelo atraso tecnológico que, na concepção do autor, “[...] elevava sobremaneira os custos de transporte do produto e, conseqüentemente, os seus preços” (ARCANGELI, 1987, p. 97). Portanto, a grande implicação para a decadência do circuito regional de produção do algodão, a exemplo dos outros circuitos regionais de produção no Maranhão, deve-se à sua deficiente base técnica, pois, de um lado, não consegue competir por mercados e, conseqüentemente, não reproduz de forma ampliada a sua produção e, de outro, enfrenta desenvolvimento da base técnica, em outras áreas do país, e a concorrência internacional, principalmente dos Estados Unidos, que já possuía uma base técnica produtiva altamente desenvolvida.

Tal circuito se desenvolvia no campo maranhense, mas não se encerrava nos lugares de produção. Estendia-se aos demais espaços do acontecer solidário, sobretudo à Inglaterra, por meio das redes de drenagem para produção de tecido e outros gêneros, articulava-se com outros lugares por meio da circulação e consumo do produto, bem como articulava-se com outros circuitos que se desenvolviam de forma paralela, solidária e complementar ao circuito regional de produção do algodão.

O ponto culminante do circuito espacial de produção do algodão deve-se a um contexto político internacional marcado por crises. Trata-se de um momento em que o maior concorrente do território maranhense, o algodão dos Estados Unidos, não consegue comercializar o produto por meio da Guerra Civil no final do século XVIII e da Guerra de Secessão no final do século XIX, no momento em que o comércio desse país entra em crise. Isso não quer dizer que a partir desse processo a cotonicultura se extinguiu por completo no Maranhão. Vale destacar que houve uma redução considerável e posterior tentativa de recuperação dessa atividade por meio da instalação do parque têxtil. No entanto, a produção reduziu-se drasticamente e não acompanhou as mesmas taxas de crescimento que teve nos momentos favoráveis.

O circuito regional de produção do gado iniciou-se nas primeiras três décadas do século XVIII, mais especificamente “a partir de 1730 com o adentramento das frentes pioneiras” (VELHO, 1981, p. 24-5) e introdução do gado no Maranhão, na Região de Pastos Bons, no Sul maranhense, onde atualmente corresponde aos municípios de Pastos Bons, Nova Iorque, Riachão e Balsas, (ALMEIDA, 1983; ARCANGELI, 1987; FEITOSA, 1998). Esse processo é responsável por inserir uma nova configuração do território no Sul e Nordeste maranhense.

Esse circuito se desenvolve de forma complementar ao circuito espacial do algodão, para atender a demanda do produto no mercado local e regional com a promoção de carne para alimentação da força de trabalho escrava e pelo incremento do trabalho dos animais, em engenhos de cana-de-açúcar, e no transporte do algodão. Destaca-se que a produção de gados “também foi a atividade pioneira a articular o território maranhense ao exterior, por meio do comércio do couro” (ARCANGELI, 1983, p. 96), e a inseri-lo na divisão territorial do trabalho, enquanto fornecedor de matérias-primas para fabricação de manufaturas.

Tal como no circuito regional de produção do algodão as técnicas de produção eram extensivas, tendo como base a criação do gado em grandes propriedades de terras, com uso de um padrão técnico extremamente incipiente. Os fluxos materiais (transporte da carne e couro) e imateriais (do circuito produtivo do gado) eram ainda mais restritos, uma vez que havia o privilégio do transporte do algodão, tendo em vista que se tratava de um produto de maior expressão da economia, embora usasse os mesmos meios e sistemas de engenharia da época.

O circuito espacial do gado se desenvolve inicialmente no Centro-Sul do estado, mas se articula por várias partes do território, sobretudo para o oeste. O desempenho desse circuito é restrito e se materializa mais pela complementaridade ao circuito produtivo do arroz e algodão do que por si só, pois não constitui um circuito produtivo com a mesma expressão do algodão. Trata-se de um circuito regional complementar.

Por outro lado, o circuito regional de produção têxtil se desenvolve numa fase onde há por parte das autoridades locais a tentativa de organização da produção e de novas formas de configuração do território maranhense, no final do século XIX, no período de 1875 a 1895, denominado por Celso Furtado de “*falsa euforia da economia maranhense do século XIX*”, no momento em que a lavoura

algodoeira entra em declínio e não consegue transferir tecnologia e nem acumular capital para financiar a produção de tecido ou reorganizar novos circuitos de produção.

Trata-se de um circuito produtivo que, apesar do curto período, os fluxos de mercadorias do circuito regional que se processavam entre os locais de produção do tecido e da produção do algodão são intensos numa época em que há o predomínio, no território maranhense, de espaços extremamente rarefeitos. Nesse período, a dinâmica territorial se dava ainda em torno do vale do rio Itapecuru.

As fábricas, sobretudo, aquelas localizadas na cidade de São Luís, deram origem à expansão urbana criando vários bairros e dinamizando ainda mais o território usado pelo circuito de produção têxtil. Este dinamizou e criou novas formas de organização do espaço maranhense e novas dinâmicas territoriais. Apesar disso, os equipamentos das fábricas, assim como a força de trabalho especializado eram inglesas, fato que evidencia o atraso e dependência técnica do território. Vale lembrar também que as máquinas trazidas para o Maranhão, além de defasadas na Inglaterra, eram operadas e gerenciadas por ingleses, consubstanciando, desse modo, a divisão territorial do trabalho, uma vez que o Maranhão não possuía mão-de-obra qualificada para operá-las. A classe trabalhadora era composta pela população urbana empobrecida, essencialmente por mulheres (70%), em função do baixo preço oferecido pela força de trabalho.

O circuito espacial de produção têxtil deu novo impulso à economia maranhense e, de acordo com Feitosa (1998), seu tempo de duração foi muito curto devido às dificuldades de capitalização, absenteísmo dos operários, concorrência desleal estabelecida localmente pela contratação de operários mais qualificados, elevado custo de produção do algodão, escassez de investimento e de capital por parte das empresas, equívocos gerenciais e atraso tecnológico e, principalmente, por não possuir uma capacidade técnica equivalente àquelas localizadas no Centro-Sul do país.

Esses fatores, associados ao baixo padrão técnico-produtivo das empresas, fizeram com que estas não conseguissem competir por mercado. Aliado ao padrão técnico, o setor industrial não reuniu condições e estímulos significativos devido

[...] à incipiência do mercado regional e a posterior concorrência da indústria radicada no Sudeste, que, além de melhor localizada em relação aos principais mercados, apresentava vantagens de natureza tecnológica e de qualidade nos seus produtos (LOPES, 1970 apud MALUF, 1977, p. 9).

Apesar de não conferir à técnica como sendo o elemento central da decadência do circuito espacial de produção têxtil, o autor não esquece de mencioná-la, uma vez que, sem esta, tal indústria se torna obsoleta, mesmo para os padrões de lugares periféricos como o Maranhão que usa técnica de tempo diferente tanto do Sudeste, quanto da Inglaterra, centro do capitalismo industrial.

Mesmo havendo necessidade de diversificação da produção, o Maranhão, dentro da divisão territorial do trabalho, permanece desempenhando um papel de fornecedor de produtos primários tanto no mercado externo quanto no interno, tendo como base a especialização da produção desenvolvendo poucas atividades produtivas sem criar uma solidariedade orgânica, fato que irá debilitar os circuitos regionais e, conseqüentemente, deixar o território mais vulnerável ao ataque das crises econômicas.

Apesar de o território maranhense criar manchas de mecanização com o circuito de produção têxtil, adentra este período convivendo com uma estrutura produtiva voltada para a lavoura do arroz, cana, babaçu e gado bovino.

O circuito de produção da cana-de-açúcar no Maranhão se deu de forma restrita. Inicialmente se materializou com a introdução do produto pelos padres da Companhia de Jesus, desenvolvendo-se com maior intensidade em meados do século XX, com experiências isoladas em torno de poucas propriedades. Devido às condições climáticas e à ausência de solos apropriados ao cultivo, e, sobretudo, pelo baixo padrão técnico, a produção de cana-de-açúcar não possuía expressão no cenário maranhense⁵.

A produção da cana-de-açúcar pautava-se em poucas experiências de produção de açúcar com fluxos direcionados para a produção externa. No entanto, tal atividade não prosperou em função das condições edafoclimáticas inapropriadas a essa cultura, bem como pela falta de investimentos e de baixo padrão técnico.

Por outro lado, desenvolveu-se o circuito de produção do arroz que se apresentou como alternativa à decadência da indústria têxtil e das experiências de fracasso da cana-de-açúcar. A falta de diversificação das atividades produtivas até

⁵ Atualmente existe um grande projeto das empresas Agro Serra, no Sul do Maranhão que, além da cana, produz outras variedades (álcool e soja) em um grande empreendimento agroindustrial.

praticamente as décadas de 1930-40 marca o cenário maranhense e brasileiro, tendo em vista que os circuitos se desenvolvem de forma isolada, sem conseguir transferir tecnologia e capital para outros circuitos produtivos. O caráter fragmentado e rarefeito do território, associado a uma base técnica incipiente, representava um entrave ao processo de evolução dos circuitos regionais e, como tal, um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas. Trata-se de um processo que é típico da sociedade capitalista, sobretudo, dos países de industrialização recente.

O circuito de produção do arroz produziu-se inicialmente como atividade de subsistência, tendo em vista que o Maranhão, até praticamente metade do século XX, ainda se constituía um território essencialmente rural e, portanto, com sua base produtiva voltada para a produção de alimentos. Tal circuito se desenvolveu desde os primórdios do período pré-técnico, principalmente nos vales médios dos rios Mearim e Itapecuru devido às terras úmidas, propícias ao cultivo deste produto. Tal como os demais circuitos de produção, o arroz utiliza-se de baixos padrões técnicos, sobretudo, do cultivo extensivo, usando instrumentos rudimentares de produção (foice, machado, facão, enxada, ciscador, etc.), concentrando um grande contingente de força de trabalho porque, ao contrário dos demais circuitos de produção, o arroz era produzido em pequenas unidades familiares, tendo como base o trabalho familiar e a pequena unidade de produção. Atualmente o arroz ainda é um dos três produtos mais cultivados da agricultura maranhense. Mesmo tendo havido redução de produção, o arroz é produzido por grandes produtores do sul do Estado por meio do agronegócio.

Com relação aos fluxos do arroz não houve consideráveis avanços, uma vez que também não houve diversificação e nem investimentos substanciais. O principal meio de transporte era o fluvial, por meio dos rios Mearim e Itapecuru, onde o arroz era transportado das cidades, principalmente de Pedreiras, São Luís Gonzaga, Bacabal e outros municípios que se desenvolveram em torno da produção, não só como produtores como enquanto entrepostos comerciais, até a Praia Grande, local de embarque e desembarque do arroz e babaçu, em São Luís. A partir daí era feito o transporte de cabotagem até os principais centros urbanos do Nordeste e Sudeste e do exterior. No entanto, a exemplo do algodão, o transporte do arroz era extremamente deficiente, sobretudo dos locais de produção (a roça), até os principais entrepostos comerciais, uma vez que o território maranhense ainda não havia se integrado aos demais subespaços da formação socioespacial.

Além disso, este circuito intensifica a dinâmica territorial maranhense, no momento em que os locais de cultivo do arroz atraem um grande contingente migratório para o Maranhão, sobretudo, nordestinos que fugiram das secas do sertão. Em 1920, aproximadamente 131 mil nordestinos migraram para as áreas de lavoura de arroz no Maranhão. Deste total 80% eram de origem cearense e piauiense. Além disso, insere o Maranhão na divisão social e internacional do trabalho, a partir do nascimento do capitalismo industrial-urbano, quando se consolida como fornecedor de produtos primários, sobretudo a partir da década de 30.

Quanto aos fluxos, principalmente devido ao processo de comercialização, o circuito espacial do arroz concentra as maiores margens de lucro sobre a figura do usineiro que agrega valor ao produto, por meio da técnica da pequena indústria de descascar arroz. Sendo assim, a margem de lucro dos lugares que produziam não era a mesma daqueles que comercializam.

Paralelo e solidário ao circuito de produção do arroz desenvolveu-se o circuito regional de produção do babaçu no Maranhão, que em 1911 já possuía legislação específica que disciplinava o extrativismo do produto (MALUF, 1977; FEITOSA, 1998). Tratava-se de um produto que servia como complementação de renda das famílias que trabalhavam na agricultura de subsistência.

O circuito de produção do babaçu é composto pelas quebradeiras do coco que vendem o produto a preço muito baixo para os intermediários (atravessadores que também compram o produto do quitandeiro e/ou de entrepostos e revendem às fábricas de óleo, sabão e glicerizados). A primeira etapa do circuito de produção (extração da amêndoa do coco) requer um intenso esforço físico e correm riscos trabalhistas, uma vez que as quebradeiras usam o machado e uma haste de madeira, constituindo um processo extremamente artesanal⁶. Dependendo da região, essa constitui a principal atividade econômica. Para outras, representa apenas um complemento de renda, sobretudo, nos meses em que as famílias não estão ocupadas nas lavouras, geralmente no segundo semestre do ano, quando

⁶ Até os dias atuais essa atividade ainda é muito usada pelas famílias rurais, consistindo em uma das principais fontes de renda das famílias rurais, sobretudo das municipalidades da "Região dos Cocais". A extração das amêndoas ainda constitui uma atividade extremamente artesanal. Por outro lado, várias tentativas já foram desenvolvidas, no intuito de aprimorar a técnica de extração da amêndoa, mas devido o processo de constituição das amêndoas (padrão irregular de distribuição, tamanho do coco, etc) ainda não houve a possibilidade de criação de tal máquina.

inicia o período de estiagem no Estado e encerra o período da agricultura tradicional que depende das chuvas.

O circuito regional de produção do babaçu caracteriza-se por criar uma grande quantidade de subprodutos por meio da amêndoa, como óleo bruto, óleo comestível, sabões, sabonetes, velas e glicerizados. A principal inserção do produto no mercado internacional se deu com a comercialização da torta gorda, no mercado europeu (Alemanha e Holanda), no momento em que esta era usada como ração na criação de animais (gado bovino em especial).

Na década de 50 e 60, em plena falência da indústria têxtil no Maranhão, inicia o processo de industrialização da amêndoa do babaçu, numa tentativa de realocação de capitais da indústria têxtil, tendo como base de financiamento o capital mercantil agro-exportador, que, a partir de 1960, passa a contar com incentivos fiscais e creditícios da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

O circuito de produção do babaçu no Maranhão se desenvolveu em torno da “região dos cocais”, onde foram instaladas fábricas em Caxias, Codó, Coroatá, Timon, Bacabal, mas também, e principalmente, em São Luís, Imperatriz e outros municípios que produziam óleo, sabão, tortas, farelo, etc. Na década de 1950, o Maranhão possuía 11 usinas esmagadoras de amêndoa, já em 1970 havia 17 fábricas com 900 operários. A comercialização do babaçu segue os mesmos princípios do processo de comercialização do arroz, tendo na figura do atravessador, os maiores lucros, uma vez que ele compra a amêndoa a preço baixo dos entrepostos comerciais e a vende por um preço mais elevado às fábricas esmagadoras e produtoras de óleo, sabão e derivados.

A exemplo dos demais, os circuitos regionais de produção do babaçu e arroz acumularam capitais e técnicas, mas não foram suficientes para serem reinvestidos em outras atividades ou mesmo na produção de novas tecnologias para produção destes produtos (arroz e babaçu). De um lado, tais capitais acumulados foram aplicados em terras e gado bovino. Este fato provoca a pauperização do território maranhense, uma vez que a pecuária, além de concentrar a propriedade da terra, cria pouco emprego (em média, para 400 hectares é criado um emprego), e destrói os já existentes, principalmente aqueles referentes à agricultura de subsistência que para cada hectare cria aproximadamente 4 empregos. Estes fazem parte dos grandes projetos agropecuários que se desenvolvem em capitais do

Estado, a partir da integração territorial por meio do Plano de Integração Nacional, PIN e do Programa de Terras do Governo Federal, PROTERRA, mas, sobretudo, por meio da modernização da agricultura que se dá em forma de manchas.

No Maranhão no período técnico, prevaleceram os circuitos regionais de produção, cuja comunicação e intensidade de fluxo se davam no próprio local, não extrapolando o entorno, tendo em vista que os locais de produção eram isolados dos centros políticos e administrativos e o comando demorava a chegar. Tratava-se de um circuito regional porque a produção e a rede de relações se encerravam em torno de um conjunto limitado de localidades ou até mesmo de uma só localidade. De um lado, tem-se os circuitos regionais que desenvolveram relações mais horizontalizadas, portanto, restritos à região ou aos locais de produção, sem relações complementares, de outro, tem-se os circuitos regionais que desenvolveram relações verticalizadas, com fluxos restritos entre os locais de produção e comercialização, criando débeis horizontalidades. A tríade composta pela técnica, ciência e informação ainda não estavam fundida, mas dissociadas pelas dificuldades comunicacionais.

Hoje, com o advento do período técnico-científico-informacional, e a partir da integração formal do território brasileiro ao processo de produção capitalista, as formas de produção se desenvolvem em circuitos espaciais, cuja comunicação não se dá simplesmente entre local de produção e seu entorno, ou especificamente entre a região produtora e a região distante – embora os lucros ainda estejam verticalizados especificamente para esta última – mas cria relações horizontais e solidárias entre as cidades e entre as cidades e campo. Esse processo dá uma nova dinâmica ao território. Muda a lógica da dinâmica espacial, mas a forma de exploração dos lugares permanece inalterada.

Por isso, defende-se a tese do circuito espacial e não a tese do circuito regional. Com isso não se pretende afirmar que a região constitui uma categoria de análise ultrapassada. Muito pelo contrário é nessa perspectiva que se desenvolvem os circuitos espaciais de produção da soja no Maranhão.

2.3. Breves considerações sobre o circuito espacial de produção

As transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas na sociedade brasileira, a partir da Revolução de 1930, foram preponderantes para a formação dos circuitos espaciais de produção. Mudanças decorrentes do surgimento de uma sociedade urbano-industrial, associadas às formas de produção, aos modelos de transportes, ao processo de integração do território maranhense enquanto espaço periférico da dinâmica global capitalista vieram interligar as localidades por meio de redes, vetores pelos quais fluem objetos e ações.

Tais modificações e criação de sistemas de engenharia, como estradas, portos, ferrovias propiciaram uma integração territorial, que se deu por meio de um processo de produção voltado para fora, mas que, ao mesmo tempo, visava à formação de um mercado interno por meio de uma política de substituição de importações. Trata-se de um processo que modificou as formas de atuação e intensificação do capital nos mais distantes e distintos locais do território brasileiro, mas a função permanece inalterada tendo em vista que a produção e o uso do território não servem a interesses da população, mas sim a interesses exclusivos de poucas empresas. Com isso, a intensificação e difusão de capital e técnica – sobretudo a partir da década de 70, quando há formação dos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação, decorrente da integração do Maranhão ao território nacional – se efetivará com a construção de uma malha viária propícia aos fluxos de capital, mercadoria, informações e serviços.

Além de desmistificar a idéia de que antes da integração do território maranhense, enquanto espaço marginal à formação socioespacial, existiam apenas circuitos regionais, busca-se compreender a produção de soja no Maranhão por meio dos circuitos espaciais de produção. Rompe-se com alguns conceitos criados pela economia, que até então sempre tiveram uma visão de destaque na denominada geografia econômica, como cadeia produtiva e *clusters* e propõe-se uma nova visão para entendimento, tendo como base os circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação. Grandiosas têm sido as contribuições da economia política, bem como das demais ciências para a explicação da totalidade.

Em virtude da divisão social e territorial houve a intensificação da divisão intelectual do trabalho. Neste sentido, a divisão territorial do trabalho apresenta-se

como uma demanda da sociedade. Trata-se de um processo de fragmentação do conhecimento devido ao desenvolvimento das forças produtivas encadeadas pelo capital. Esse processo foi impulsionado pelo desenvolvimento capitalista, que inevitavelmente teria acontecido em outros modos de produção, uma vez que a “totalidade concreta” (KOSIK, 2002, p. 61) se apresenta enquanto instância que não pode ser apreendida apenas por uma área do conhecimento e muito menos por determinados conceitos.

A partir da década de 50, devido à fusão dos capitais industrial, financeiro e agrário surgiram novas formas de organizar a produção agrícola, bem como o espaço geográfico, tendo em vista que o processo produtivo é responsável pela “determinação das demais instâncias” (MARX, 1982, p. 25), como afirma o autor, no método da economia política.

Desse modo, muitos são os elementos usados pela economia e apropriados pelas demais ciências para investigar o processo produtivo. Trata-se da cadeia produtiva, entendida como sinônimo de Sistema Agroindustrial que se caracteriza

[...] como sendo a somatória de todas as operações envolvidas na manufatura e distribuição dos bens agrícolas, a produção e operação das fazendas, armazenamento, processamento e distribuição das mercadorias da fazenda e item deles feito (DAVIS; GOLDBERG, 1957 apud GIORDANO, 199, p. 4).

De acordo com Rezende (2003), Zilbersztajn e Farina (1999) se apoiam na mesma premissa de Davis e Goldberg. Para aqueles, trata-se de um “[...] conjunto de segmentos envolvidos na produção, transformação e distribuição de matérias-primas agropecuárias. Focaliza a coordenação do sistema e as relações tecnológicas e econômicas que se estabelecem entre os sistemas” (REZENDE, 2003, p. 47-8).

Segundo Souza Júnior (2006, p. 21), Castro e Duarte lembram que normalmente as análises de sistemas agroindustriais tratam dos estudos de determinado produto (soja, trigo, milho, carne bovina etc.) a partir do processo de transformações e desde a geração dos insumos, os quais permitirão a produção no campo até a distribuição no mercado consumidor. É uma abordagem que tem o propósito de revelar as diversas articulações, interações e relações de dependência que se estabelecem na produção agrícola.

Um elemento que faz avançar na análise dos sistemas agroindustriais é aquilo que se pode denominar de solidariedade técnica a partir do momento em que, mesmo abordando a especialização produtiva de um gênero agrícola, não se fecha, pelo contrário, sua concepção se amplia possibilitando uma análise mais abrangente do processo produtivo, cuja compreensão vem da cadeia produtiva, porque está relacionada a arranjo produtivo. Trata-se de um elemento que possibilita o elo de ligações dos outros sistemas produtivos para com determinado gênero agrícola, ou seja, uma cadeia depende de um conjunto de cadeias. Essa, aparentemente é a lógica da cadeia produtiva que está relacionada à idéia de indissociabilidade.

Além do sistema agroindustrial, o complexo agroindustrial é uma outra concepção analisada e que busca entender a realidade das cadeias produtivas. Segundo Giordano (1999), Müller (1989) denominará o complexo agroindustrial como sendo “a relação entre a agricultura e a indústria, que se deu de forma integrada ente os grupos econômicos, empresas e Estado” (GIORDANO, 1999, p. 4).

Ainda segundo o autor, para Müller (1989), o complexo agroindustrial se dá pela produção e transformação dos produtos agropecuários e florestais. Tal produção e transformação estão restritas especificamente à esfera produtiva, negligenciando, portanto, a instância espacial e a técnica, como elemento propulsor da produção. Com relação ao sistema agroindustrial, pode-se diferenciá-lo dos demais modelos, tendo em vista que não se limita a um único produto, mas ao conjunto dos produtos agrícolas.

Há, portanto, um avanço considerável na concepção dos autores que analisaram o processo de industrialização da agricultura nos Estados Unidos. A dinâmica da produção de alimentos, dessa forma, é percebida como resultado do inter-relacionamento de atividades integradas – tecnologia, indústria, comércio, transporte, distribuição, insumos e mercado – fato que não o torna totalmente inviabilizado e inexpressivo diante da compreensão que envolve a questão em tela.

Devido às grandes contribuições feitas pelos estudiosos supracitados houve uma difusão destas terminologias, sobretudo, onde o agronegócio se tornara cada vez mais adensado e competitivo como no Brasil. O uso destas concepções se tornou mais efetivo no Brasil desde a década de 70, mas foi na década de 90 que houve uma maior incidência.

Desse modo, a cadeia produtiva “[...] é definida como uma seqüência de operações interdependentes que têm por objetivo produzir, modificar e distribuir um produto” (ZYLBERSTAJN; FARINA; SANTOS, 1993). Além disso, ações relacionadas às da cadeia do produto, tais como pesquisa, serviços financeiros, serviços de transporte e de informação, são também importantes para o estudo. As cadeias produtivas caracterizam-se pela sucessão de operações de transformação dissociáveis, capazes de ser separadas e ligadas entre si por um encadeamento técnico. Trata-se de um

[...] conjunto de relações comerciais e financeiras, em todos os estados de transformação, entre fornecedores e clientes; [...] conjunto de ações econômicas que presidem a valoração dos meios de produção e asseguram a articulação das operações (ZYLBERSTAJN; FARINA; SANTOS, 1993)

Se de um lado, a cadeia produtiva pressupõe a indissociabilidade entre as cadeias, de outro, a noção de dissociabilidade contradiz a concepção espacial, uma vez que esta é um sistema indissociável de objetos e ações. Trata-se de uma concepção estruturalista da produção, cuja ênfase é dada a uma determinada etapa e não uma concepção que leve em conta a totalidade da produção de soja e de como o território se configura a partir dessa produção.

Enquanto as cadeias produtivas caracterizam-se pelo conjunto de operações que existem entre as mais diversas fases da produção, distribuição e consumo – que, aliás, é também uma compreensão do circuito espacial de produção – os *clusters* caracterizam-se por uma concentração de empresas que se comunicam por possuírem características semelhantes e coabitarem no mesmo local. Elas coabitam entre si e, assim, se tornam mais eficientes. Este conceito foi popularizado pelo economista Michael Porter (1990), no seu livro *Competitive Advantages of Nations* (“As vantagens competitivas das nações”).

Trata-se de um elemento que apesar de abordar a dimensão espacial do lugar desconsideram os círculos de cooperação que proporcionam uma amplitude da produção entre os mais distintos lugares. As empresas não precisam ocupar o mesmo local para produzir ou para competir por mercado. Devido aos círculos de cooperação uma empresa ou um grupo de empresas produzem sem necessariamente ocuparem o mesmo local. Aliás, essa é a modalidade da atual fase do capital: produzir de forma dispersa, buscando mercado consumidor, força de trabalho barata, incentivos fiscais, legislação trabalhista flexível entre capital e

trabalho e, desse modo, procurando as novas formas de reprodução do capital, para aquisição de uma maior parcela de *mais valia*.

Apesar de contemplar todas as etapas da produção, arranjo produtivo, cadeia produtiva e clusters não são adequados para compreensão do processo de espacialização da produção da soja, uma vez que não privilegiam a análise espacial, mas sim a abordagem especificamente economicista, por mais que esta tenha a sua importância e especificidade, inclusive para a ciência geográfica. Por isso, será compreendido o processo de produção da soja levando em consideração o circuito espacial de produção tendo em vista que este se define pela

[...] circulação de produtos, isto é, de matéria, [assim como os] circuitos de cooperação associam-se a estes fluxos de matéria, outros fluxos não obrigatoriamente materiais: capital, informação, mensagens, ordens. As cidades são definidas como partes nodais, onde estes círculos de valor desigual se encontram e superpõe (SANTOS, 2008b, p. 121, grifo nosso).

Em ambos os casos, o processo não se limita especificamente às fases de produção específica, mas se estende aos demais conjuntos das etapas de distribuição e consumo. No entanto, são abordagens economicistas e não privilegiam o aspecto espacial, portanto, não implicando como o território é usado. A questão espacial, portanto, é negligenciada em ambas as abordagens, por mais que englobem um grande número de variáveis.

Enquanto a cadeia produtiva evidencia a produção no âmbito das empresas, especificamente no que diz respeito às etapas do processo produtivo, o circuito espacial de produção, na compreensão de Castillo e Frederico (2009, p. 2), torna ainda mais relevante a dimensão espacial ao evidenciar o processo produtivo, particularmente a circulação e, conseqüentemente, fluxos de objetos e ações.

Os demais termos que são de propriedade da economia não possibilitam uma compreensão espacial da soja. O circuito espacial de produção é um conceito criado por Santos e Moraes e que, de acordo com Castillo e Frederico (2009), se fundamenta na teoria marxiana. Trata-se de uma compreensão do processo produtivo que não se encerra no simples ato de produzir, mas que vai da produção até o consumo. Este ato, portanto, enquanto totalidade encontra-se no cerne da sociedade, uma vez que, ao produzir, o homem produz espaço (SANTOS, 2002). Essa produção não se dá apenas em um local, mas se desloca por uma gama de

locais⁷. O seu movimento ininterrupto, passando pelas mais diversas dimensões espaciais, é que caracteriza o circuito espacial. Sendo assim, este se materializa na dimensão local, enquanto espaço do acontecer solidário, mas se insere até o global e retorna ao local metamorfoseado através de investimentos, máquinas, insumos, etc. Portanto, não está restrito unicamente à esfera da produção em si, mas da circulação, portanto, dos fluxos.

Enquanto a abordagem da cadeia produtiva se restringe às etapas da produção, a proposta do circuito espacial produtivo desloca o foco da empresa para o espaço geográfico.

O objetivo deixa de ser a identificação de gargalos que dificultem a plena integração funcional e prejudiquem a competitividade final dos produtos e passa a ser as implicações sócio-espaciais da adaptação de lugares, regiões e territórios aos ditames da competitividade, bem como o papel ativo do espaço geográfico na lógica de localização das atividades econômicas, na atividade produtiva e na dinâmica dos fluxos (CASTILLO; FREDERICO, 2009, p. 11).

O foco da compreensão é o grande diferencial estabelecido entre tais categoriais de análise. Assim, de acordo com os autores, para uma melhor compreensão do conceito de circuito espacial produtivo, é necessário o entendimento do conceito de espaço, dentro da concepção miltoniana: Trata-se de

[...] um conjunto de formas materiais (naturais e artificiais, articuladas ou não) que impõe resistências, oferece abrigo, expõe ao perigo, separa, unifica etc., somado a um conjunto de permissões e proibições que regula a maneira como cada porção pode ser apropriada, transformada e usada (SANTOS, 1996 apud CASTILLO; FREDERICO, 2009).

Trata-se de “uma instância social” (SANTOS, 2008e, p. 177), “que se impõe a tudo e a todos” (SOUZA, 2004, p. 57), uma condição, não somente de “possibilidade dos fenômenos” como afirma Kant (2002, p. 68), mas uma condição da existência humana, formada por “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2002, p. 63). Com isso, o espaço geográfico deve ser compreendido como

⁷ Quando a soja é produzida, necessita de uma série de insumos, defensivos, sementes, máquinas, força de trabalho especializada, etc. Enfim, uma série de fluxos materiais e imateriais que são produzidos fora da unidade de produção onde se produz a soja. Além disso, a soja e todos os derivados produzidos não ficarão no local, mas ainda que uma parte permaneça, outra parte fluirá para uma gama de locais. Essa é a dinâmica do circuito espacial de produção.

[...] um híbrido (Latour, 1994; Santos, 2002) constituído pela combinação de coisas materiais (naturais e construídas social e historicamente) entre si e com as normas (sociais, políticas, jurídicas, econômicas, culturais) que regulam o uso, o acesso e a propriedade dessas coisas. De acordo com essa concepção, a competitividade ganha uma nova dimensão, que deriva da articulação, em algumas frações do espaço, entre formas materiais (acessibilidade, infra-estruturas produtivas, de circulação, comunicação, energia elétrica, abastecimento de água, sistemas de armazenamento, terminais multimodais e outras categorias de instalações e equipamentos, mais ou menos especializados) e normas (benefícios fiscais, outros incentivos a partir de recursos públicos locais, acordos entre instituições de pesquisa e empresas etc.) que garantem elevados níveis de produtividade e de fluidez. Trata-se da competitividade como atributo do espaço, particularmente da região (CASTILLO; FREDERICO, 2009, p. 12).

No seu entendimento, a partir do circuito espacial de produção é possível

[...] compreender o uso do território através da dinâmica dos fluxos, acentuada no atual período histórico; identificar a situação dos lugares em relação à divisão territorial do trabalho na escala nacional, num dado momento (Santos, 1986, p. 130); apreender o embate estabelecido entre uma lógica dos territórios e uma lógica das redes. Esse conceito encontra seu pleno sentido num campo semântico que envolve as idéias de divisão espacial do trabalho (MASSEY, 1995), divisão territorial do trabalho (SANTOS, 1996), especialização regional produtiva (SANTOS, 1994), círculos de cooperação no espaço (SANTOS, 1994). (CASTILLO; FREDERICO, 2009, p. 12).

Em todos esses casos, traz-se à tona o espaço geográfico como instância da sociedade, no âmbito de uma teoria social crítica. (CASTILLO, 2009). Na concepção de Moraes (1985, p.155), o circuito espacial de produção e os círculos de cooperação possibilitam “compreender a divisão social do trabalho numa perspectiva multiescalar” (MORAES, 1985, p.155), bem como, uma divisão territorial e intelectual do trabalho, uma vez que por meio dos sistemas de engenharia que propiciam os fluxos materiais e imateriais a produção não está restrita à dimensão local, estabelecendo tanto horizontal quanto verticalmente novas dinâmicas tanto entre lugares, quanto entre lugar e mundo. Essa é a nova dinâmica da produção mundial, principalmente com a atuação das *tradings* que se mostram como elo de articulação entre o lugar e o mundo, como é o caso do circuito produtivo da soja.

O circuito espacial de produção seria, neste sentido, a articulação da produção pelas *tradings* entre as dimensões espaciais. De maneira simplificada, seria o caminho por onde o produto percorre desde a produção ao seu consumo final, passando pelas etapas da distribuição, armazenamento, comercialização, transporte, etc, mas principalmente porque percorre os mais distintos lugares, de

modo que, nem sempre o lugar que produz, em muitas das vezes é o mesmo que consome, bem como os interesses de quem o usa são conflitantes com os interesses do lugar.

O circuito espacial não é uma totalidade fechada, pois mantém relação de dependência, complementaridade, etc., tanto com círculos de cooperação, quanto com outros circuitos produtivos e todo um conjunto de elementos que servem para alimentá-lo, como investimentos, apoio técnico científico, informações, insumos, etc. Caracterizam-se pelas trocas, tanto as que são geradas por ele, como pelas que são necessárias para sua existência, ou seja, o circuito espacial de produção está articulado solidariamente a uma rede de circuitos. Neste aspecto ele se confunde com a visão sistêmica da cadeia produtiva, mas transcende pela variável espacial.

O grande diferencial do circuito de produção é a inserção da abordagem espacial, uma vez que a produção de qualquer objeto ou ação, apesar de apresentar formas, função e estrutura parecidas, possui seu processo diferenciado tendo em vista que as variáveis são distintas e atendem outras realidades.

Por outro lado, associado aos circuitos espaciais de produção, os círculos de cooperação representam, portanto, os fluxos imateriais e estão principalmente no plano da ação. Constituem os círculos de cooperação a orientação técnica que vem pelas empresas e institutos, as informações e ordens repassadas, sobretudo, pelas grandes multinacionais, o financiamento emitido pelos grandes agentes financeiros, a orientação macroeconômica das políticas governamentais, a orientação do mercado, ditada pela bolsa mercantil de futuros e de Chicago. Todo esse fluxo só pode se dar mediante processo de cooperação. Esta é

[...] a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes [...] a soma das forças mecânicas dos trabalhadores isolados difere da força social, que se desenvolve quando muitas mãos agem simultaneamente na mesma operação indivisa [...] o efeito do trabalho combinado não poderia ser produzido pelo trabalho individual [...] Não se trata aqui da elevação da força produtiva individual através da cooperação, mas da criação de uma força produtiva nova, a saber, a força coletiva (MARX, 2002, p. 378-9).

Os círculos de cooperação se materializam pelo conjunto da produção de modo que são estes que possibilitam a noção sistêmica dos circuitos produtivos.

A cooperação permite ampliar o espaço no qual se realiza o trabalho, sendo exigida por certos processos de trabalho em virtude da extensão do espaço em que se executa [...] [assim como também] possibilita que a produção [...] seja levada a cabo num espaço menor (MARX, 2002, p.382, grifo nosso).

Os circuitos espaciais em si não existem sem os círculos de cooperação. São estes que articulam a produção nas mais variadas dimensões espaciais. Os círculos de cooperação estão articulados diretamente aos circuitos espaciais, sendo indissociáveis e fundamentando-se “[...] na propriedade comum dos meios de produção e na circunstância de o indivíduo isolado estar preso à tribo ou à comunidade como a abelha está presa à colméia” (MARX, 2002, p. 387).

No atual período técnico, a dimensão da produção se amplia entre os locais e, desse modo, a “cooperação é a forma fundamental do modo de produção capitalista” (MARX, 2002, p. 388). Os círculos de cooperação propiciam a simultaneidade do processo produtivo, uma vez que mesmo estando em locais distintos há um comando técnico em busca do processo produtivo. Os círculos de cooperação possibilitam, dessa maneira, a compressão espaço/tempo e a simultaneidade do processo produtivo. São os lugares co-operando, produzindo juntos, simultaneamente, diante de uma produção global.

Enquanto os circuitos produtivos caracterizam-se pela circulação de produtos, isto é, de matéria, os círculos de cooperação

[...] associam-se a estes fluxos de matéria e a outros fluxos não obrigatoriamente materiais: capital, informação, mensagens, ordens. As cidades são definidas como partes nodais, onde estes círculos de valor desigual se encontram e superpõem (SANTOS, 2008b, p. 121).

Embora a demanda da produção nas regiões agrícolas não seja determinada pelas cidades, estas enquanto espaço da concentração e centralização, vertem os fluxos e os potencializam do lugar de produção ao mundo da circulação e vice versa. No caso da produção de soja, as cidades de Balsas e Chapadinha são o elo de ligação entre o lugar (espaço de produção da soja) e o mundo (espaço onde as multinacionais irão comercializá-la).

Os círculos de cooperação constituem a outra face do processo produtivo, propiciando os fluxos necessários à materialização dos circuitos espaciais. Os círculos de cooperação revelam uma das maiores contradições do modo de produção capitalista, uma vez que esta se fundamenta no trabalho coletivo. Mas ao

mesmo tempo em que a produção capitalista estimula o processo produtivo especializado, o individualismo e a concorrência estimula também o trabalho coletivo como garantia da extração de *mais valia*. Neste sentido, todos os métodos são válidos para a expansão do capital.

Os círculos de cooperação caracterizam-se pela solidariedade ao circuito espacial. Para haver a produção de soja, há a necessidade do financiamento, das políticas, das informações, do conhecimento, das ordens, das demandas do produto tanto no mercado interno como no externo. Os círculos de cooperação são mecanismos que influenciam diretamente a configuração do circuito espacial de produção e, conseqüentemente, a configuração territorial.

Tais círculos, portanto, são complementares e indissociáveis aos circuitos espaciais, funcionando como mecanismo de apoio a estes. Desse modo, o círculo de cooperação é uma condição indispensável ao circuito espacial de produção, uma vez que estes atuam diretamente em sua organização.

Os circuitos espaciais de produção – entendidos como as diversas etapas pelas quais passam os produtos e matérias-primas, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final – e os circuitos de cooperação – constituídos por informações, normas, mensagens e finanças, responsáveis pela organização, articulação e regulação dessas etapas (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 144; SANTOS, 2008b, p. 121) – são característicos essencialmente do período técnico-científico-informacional devido ao processo de desenvolvimento técnico, bem como do acúmulo de conhecimento e, essencialmente da difusão das informações criadas e usadas pelos agentes hegemônicos nos processos produtivos.

O circuito espacial produtivo e os círculos de cooperação constituem a forma capaz de entender a espacialização da produção de um elemento dinâmico como a soja. Esta, embora tenha relações com as cidades próximas, como Balsas e Chapadinha, mantém relações com Fortaleza e Recife (destino nacional da soja), com regiões distantes, como a região Sudeste, mais especificamente com o estado de São Paulo (sede das bolsas, empresas, bancos e instituições financeiras que negociam a exportação da soja), bem como, com um conjunto de outras cidades que demandam a soja, com o continente Europeu, e com países como China e Estados Unidos (destino da soja no mercado externo).

Nesse sentido é que Santos e Silveira (2006, p. 143-4) entende que a denominação *circuito regional* não é mais adequada, e sim *circuito espacial* de

produção, uma vez que a produção não se circunscreve à região ou às cidades mais próximas, mas vai além, se comunica por meio de um conjunto de redes e de uma diversidade de lugares, contando com os círculos de cooperação que fazem com que a produção de uma mercadoria, informação, comando, ordem, etc. se materialize em determinadas partes do território, porém mantendo os mesmos níveis de produtividade e configuração do território.

Nos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação, os locais da produção global estão ligados pelas redes de informação e conhecimento do território que as empresas exercem para comandar a produção, enquanto a produção local ainda está voltada especificamente para si.

Com base nessa acepção, o circuito espacial de produção da soja se desenvolve parcialmente no Maranhão, tendo em vista que, até a última etapa da produção, quando esta é transformada em alimentos e outros produtos derivados, a soja percorrerá um intenso caminho até chegar ao mercado final. Por outro lado, mesmo tendo a especialização produtiva de um único produto, com o desenvolvimento do meio técnico, científico e informacional há uma intensa articulação entre outros circuitos de produção e de círculos de cooperação. É aquilo que se poderia denominar de solidariedade entre os circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação, principalmente na fase da internacionalização da produção como esta que se apresenta no atual período.

Sendo assim, “a internacionalização dos circuitos é uma expressão da mundialização do espaço geográfico através do processo de produção” (ARROYO, 2001, p. 57). Tais circuitos e seus respectivos círculos de cooperação “[...] estendem-se, alargam a dimensão dos contextos, organizam uma trama de relações além das fronteiras nacionais. Regulam o processo produtivo e asseguram a realização do capital. Redefinem, em grande parte, o uso do território” (ARROYO, 2001, p. 57).

Devido o desenvolvimento técnico, científico e informacional, com o advento da globalização há intensificação da produção e das trocas entre os subespaços. Sendo assim, os circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação se intensificam e se internacionalizam, principalmente através da integração territorial, e também por meio da modernização do território e do desenvolvimento de um processo de fluidez capaz de assegurar o mecanismo das

trocas e, conseqüentemente, da reprodução do capital, numa fase em que Santos (2008b, p. 27) denomina de “aceleração contemporânea”⁸.

Essa é a nova lógica do uso do território que se apóia numa produção cada vez mais articulada entre os circuitos espaciais e círculos de cooperação como se dá na soja.

2.4. Breves considerações sobre a produção de soja no Mundo e no Brasil

A produção de soja – como todo circuito produtivo – está subordinada às condições técnicas e políticas que envolvem o circuito espacial de produção. Apesar de sua gênese remontar à antiguidade chinesa, a produção de soja nos Estados Unidos, em escala comercial, iniciou somente na segunda década do século XX. Em 1940 foram cultivados dois milhões de hectares, tendo como base a grande produção e produtividade com a inserção de máquinas modernas no cultivo. Desse modo, pode-se afirmar que o circuito espacial de produção da soja surge no período técnico-científico-informacional.

Atualmente, os quatro maiores produtores de soja do mundo são Estados Unidos, Brasil, Argentina e China. Tais países possuem, além do desenvolvimento de uma base técnica considerável, logísticas e áreas para o cultivo. Com um detalhe: somente o Brasil possui terras que possibilitam ampliar sua produção por meio da ampliação da área cultivada.

De acordo com a literatura analisada, a soja foi introduzida no Brasil em 1882, devido o desenvolvimento de estudos e pesquisas, sendo usada, inicialmente, em 1891, como cultura forrageira. Sendo assim,

[...] em 1900/1 tem origem o primeiro cultivo de soja pelos produtores paulistas. Por outro lado, o primeiro registro de cultivo de soja no Brasil data de 1914, no município de Santa Rosa, RS. Mas foi somente a partir dos anos 40 que ela adquiriu importância econômica, merecendo o primeiro registro estatístico nacional em 1941, no Anuário Agrícola do RS, sendo cultivada uma área de 640 ha, produção de 450t e rendimento de 700 kg/ha. Sendo assim, as condições técnicas da época não possibilitavam uma grande produtividade, tendo em vista que ainda não havia o implemento de máquinas, insumos e defensivos no processo produtivo. Nesse mesmo ano

⁸ Por aceleração contemporânea, Santos (2008b, p. 27) entende como sendo “[...] os momentos culminantes da história, como se abrigassem forças concentradas, explodindo para criarem o novo”.

instalou-se a primeira indústria processadora de soja do País (Santa Rosa, RS) e, em 1949, com produção de 25.000t, o Brasil figurou pela primeira vez como produtor de soja nas estatísticas internacionais [...]. Nestes últimos 50 anos, o padrão técnico se ampliou consideravelmente, tanto na produção como no refino da soja (SOUZA JÚNIOR, 2006, p. 58).

De acordo com a literatura analisada, apesar do significativo crescimento da produção no correr dos anos 60, foi na década seguinte que a soja se consolidou como a principal cultura do agronegócio brasileiro, passando de 1,5 milhões de toneladas em 1970, para mais de 15 milhões em 1979, fato que representa um aumento considerável de 10 vezes no intervalo de 09 (nove) anos. Praticamente duplicava a produção anual. Esse crescimento se deveu não apenas ao aumento da área cultivada (1,3 para 8,8 milhões de hectares), como também em decorrência do expressivo incremento de máquinas, equipamentos agrícolas, com aquisição de potencial para produzir com maior intensidade e produtividade (1,14 para 1,73t/ha) e graças às novas tecnologias disponibilizadas aos produtores pela pesquisa brasileira.

Até a década de 1980, mais de 80% da produção de soja se concentrava espacialmente em torno dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Tratava-se de uma cultura restrita espacialmente. Em virtude do desenvolvimento tecnológico e científico, com a produção de bancos genéticos adaptados às condições edafoclimáticas do cerrado e às baixas latitudes, a soja se expandiu por todo o cerrado brasileiro, desde as médias até as baixas latitudes.

De acordo com dados do IBGE, nas décadas de 1980 e 1990, repetiu-se, na região tropical do Brasil, o explosivo crescimento da produção ocorrido nas duas décadas anteriores na Região Sul. Em 1970, menos de 2% da produção nacional de soja era colhida no Centro-Oeste. Em 1980, esse percentual passou para 20%; em 1990 já era superior a 40% e em 2003 estava próximo dos 60%, com tendências a ocupar maior espaço a cada nova safra. Essa transformação promoveu o estado do Mato Grosso de produtor marginal a líder nacional de produção e de produtividade de soja, com boas perspectivas de consolidar-se nessa posição, uma vez que dos grandes produtores é um dos que possui área para produzir.

De acordo com Souza Júnior (2006, p. 58-9), o avanço da soja no Brasil foi responsável por incrementar o processo de urbanização do cerrado brasileiro, com o surgimento de diversas grandes cidades, mecanização da agricultura e avanço da fronteira agrícola.

Além do processo de urbanização, da mecanização e expansão da fronteira agrícola, o desenvolvimento da pesquisa pelas empresas especializadas na produção de sementes e bancos genéticos cria novas variedades resistentes às mais diversas condições ambientais. Neste sentido, foi criada a soja transgênica desenvolvida pela Monsanto na década de 1980, tendo como base o aumento da produtividade, redução dos custos com defensivos agrícolas e redução do teor de impurezas e umidade dos grãos.

Sendo assim, a “produção de soja é uma atividade mundializada e seu mercado é globalizado” (GIORDANO, 1999, p. 42), devido aos agentes inseridos no processo produtivo, mas também devido à velocidade com que se efetivam as ordens de compra e venda de papéis, tendo como base a informação, ciência e técnica.

De acordo com a literatura analisada, os espaços globais são poucos, seletivos e caracterizados especificamente pela atuação dos agentes hegemônicos. Somente pode-se perceber o global através do local, tendo em vista que é neste que os impactos do mundo se dão com maior intensidade e porque nem todos os espaços estão incluídos na dinâmica do capital, com as mesmas intensidades como Balsas (GIORDANO, 1999, p. 50) e Chapadinha/MA com a soja vetorizando a técnica, informação e os fatores sociais e políticos.

O desenvolvimento da produção de soja no Brasil se deve em especial ao processo de modernização da agricultura que acontece a partir da década de 50 e de um conjunto articulado de ações do Estado em prol da criação do agronegócio. Ainda de acordo com o autor, mediante dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Social,

[...] o PRODOCER III, foi uma extensão do Programa para beneficiar os estados do Maranhão (região de Balsas) e do Tocantins, região de Pedro Afonso.

Este Programa incorporou uma área de 80 mil ha no Sul do Maranhão, com exploração de 40 mil ha por 42 colonos, tendo consumido investimentos de US\$ 138 milhões de recursos do Governo Brasileiro (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/Banco do Nordeste) e japonês (Japan International Corporation Agency – JICA) (GIORDANO, 1999, p. 113-4).

Diferentemente da produção agrícola familiar, a produção de soja, principal produto do agronegócio brasileiro, é uma atividade que concentra um alto índice de investimentos, que requer grandes propriedades de terra, e que

[...] a atual estimativa de 58,3 milhões de toneladas mostra-se ligeiramente superior (0,1%) ao volume obtido em 2007. Esse pequeno ganho é decorrente da expansão da área de cultivo do produto em todas as Grandes Regiões à exceção da Sul. Por outro lado, nessa mesma região, a expectativa da ocorrência do fenômeno La niña, acarretou nesta primeira estimativa uma retração no rendimento médio esperado, frente ao ano anterior, de 5,6%. Ressaltamos, entretanto, que até o período de coleta das informações, as condições climáticas apresentavam-se satisfatórias e apenas no mês de fevereiro, quando a cultura atravessará as fases de maior dependência hídrica, é que poderá se avaliar com maior precisão as reais possibilidades de produção para esta safra (IBGE, 2008, p. 11).

Com exceção das condições naturais adversas (excesso ou baixa quantidade de precipitações) que ocorrem sazonalmente, de acordo com dados do IBGE, a produção de soja no Brasil tem crescido, como mostra o gráfico abaixo, e a tendência é continuar crescendo, uma vez que tem havido o aumento da área plantada, por meio da incorporação de novas propriedades concomitantemente à maximização da produtividade.

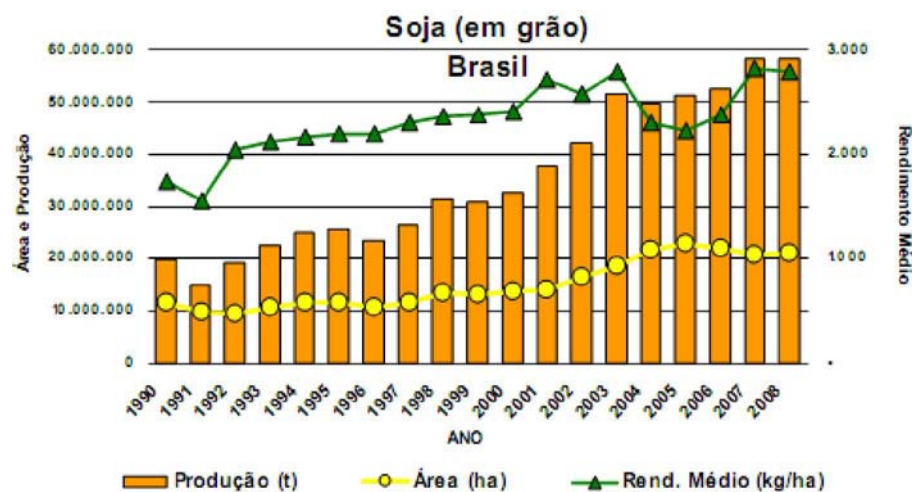


Gráfico. Produção, rendimento e área produzida de soja no Brasil no período de 1990-2008.

Fonte: IBGE, 2008.

Ainda como ilustra o gráfico, apesar do curto período (de 2004 a 2006) demonstrar uma redução da produtividade e produção da soja, esta tem sido cada vez mais produtiva devido ao incremento cada vez mais apurado de ciência e tecnologia. Se há um desenvolvimento tecnológico na atividade agrícola, tal fenômeno se volta para a produção de soja. Não há como negar que onde há produção de soja, lá estão os mais avançados meios de produção de ciência e

tecnologia na área agrícola, tanto de pesquisas com cultivares e insumos, quanto de máquinas e força de trabalho qualificada.

A curva ascendente do gráfico acima reflete a premissa enunciada. Trata-se de um índice substancial de produtividade alcançada: em quase vinte anos, apesar de a área plantada ter apenas duplicado, praticamente triplicou a produtividade de soja no Brasil. De aproximadamente 1.000 kg/ha (quilograma por hectare), passou para 3.000 kg/ha. Nesse mesmo período, a produção cresceu mais de 500%. Isto reforça a aplicação técnica (pesquisa científica e tecnológica) embutida na produção ao longo destes anos. A exemplo do Brasil, no Maranhão o desenvolvimento da produção de soja se deu por meio de um processo de modernização que se materializou de forma parcial, conservadora e seletiva, mas também de uma integração que inseriu as regiões agrícolas de Balsas e Chapadinha numa nova divisão internacional do trabalho.

Além da grande capacidade produtiva, de acordo com dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, DIEESE, a capacidade de processamento da soja no Brasil

[...] é de 128 toneladas por dia ou 54 milhões de toneladas/ano. Em 2005, o estado do Paraná tinha uma capacidade de processamento de 30 mil toneladas/dia, o estado do Mato Grosso ocupava a segunda posição em capacidade de processamento (21 mil toneladas), seguido por Goiás (18 mil toneladas/dia) e São Paulo (15 mil toneladas/dia). O Rio Grande do Sul é o quinto estado em capacidade de processamento com 14 mil toneladas/dia, seguido por Mato Grosso do Sul com 8 mil toneladas/dia, Minas Gerais com 6 mil toneladas/dia e Santa Catarina com 4 mil toneladas/dia. No Nordeste, a Bahia possui a maior capacidade de processamento, com 5 mil toneladas/dia, seguida por Piauí com 2 mil toneladas/dia e Pernambuco com 400 toneladas/dia. O único estado da região Norte que possui fábricas de processamento é o Amazonas, com capacidade de 2 mil toneladas/dia (DEPARTAMENTO INTERSIDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2006, p. 27).

Apesar da produção e da grande capacidade de exportação, no Maranhão, a capacidade de processamento da soja ainda é extremamente limitada, uma vez que existe apenas uma esmagadora⁹ (de grãos) operando no estado, com uma capacidade diária de processamento em torno de 1.500 a 2.000 toneladas.

Sendo assim, o processo de produção da soja no Maranhão ainda é uma atividade que se define especificamente pelas etapas primárias do processo

⁹ A esmagadora de grãos corresponde às unidades fabris responsáveis pelo processo de industrialização da soja. Trata-se do local de processamento e refino dos grãos transformando-os em produtos industrializados, como, a torta, óleo, etc.

produtivo (plantio, colheita, comercialização do processo *in natura* e tímido beneficiamento). De um lado, porque as condições técnicas e políticas constituem um entrave, de outro, porque o capital ainda não necessitou explorar as etapas mais específicas do processo produtivo, reservando-as a outros locais.

3. MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E IMPLANTAÇÃO DOS GRANDES PROJETOS NO MARANHÃO

Neste capítulo será discutido o processo de modernização¹⁰ da agricultura que se deu com o advento do agronegócio, a partir da integração do território maranhense, enquanto espaço periférico da dinâmica capitalista e de um conjunto de políticas criadas pelo Estado em favor das grandes empresas.

3.1. Período Técnico-científico-informacional diante do circuito espacial de produção da soja

O período técnico-científico-informacional é caracterizado pela fusão entre técnica, ciência e informação, num processo em que as mesmas são indissociáveis. Esse período é marcado pelos fluxos e dinâmica ainda mais acentuados do território que usa de tais elementos para torná-lo mais fluido e, portanto, abrigável ao capital por meio das grandes corporações internacionais (multi ou transnacionais). Esse período se consolida no contexto mundial por meio da informação, através do capital financeiro, pela atuação da especulação, e também por um aumento substancial do capital produtivo, por isso, este período também pode ser confundido com a Globalização, que se caracteriza pela sobreposição espaço tempo e, sobretudo, pela consolidação da “[...] mais valia como motor único [...] pela unicidade técnica, [...] convergência dos momentos, [...] cognoscibilidade do planeta e pelas constantes crises” (SANTOS, 2003b, p. 23-36).

O período técnico-científico-informacional irá encontrar o território maranhense e seu sistema produtivo com as bases fincadas na produção rural. Isso significa que, enquanto o centro financeiro produtivo da formação socioespacial já havia consolidado seu padrão de produção sobre bases industriais em torno de uma sociedade urbana, o Maranhão ainda estava caracterizado pelos circuitos regionais

¹⁰ Segundo Santos (2008a), “entre os geógrafos, dever-se-ia falar, de preferência, em ‘modernizações’ [...] e esse é, a nosso ver, o único modo de levar em conta as implicações temporais da organização do espaço” (SANTOS, 2008a, p. 29).

de produção, tendo como base a produção agrícola e extrativista, sem agregar tecnologia e nem capital suficientes para acompanhar os passos da acumulação da *região concentrada*¹¹.

A tentativa de revitalização dos circuitos regionais de produção se dá por meio da aplicação das políticas desenvolvimentistas, tendo como base os pressupostos do desenvolvimento regional patrocinado pelo capital estatal. São criadas novas alternativas para superar as diversidades regionais traduzidas pelos índices de desenvolvimento do estado, principalmente integrando a produção hegemônica do estado do Maranhão à dinâmica do capitalismo global. Dentre estas ações, são desenvolvidos grandes projetos agropecuários, enfatizando principalmente a criação de gado e minero-metalúrgicos (Programa Grande Carajás - PGC e Consórcio de Alumínio do Maranhão - ALUMAR) com o objetivo de promover o “desenvolvimento regional” contra o “atraso” da Região Nordeste, especificamente do território maranhense, fruto, na concepção *desenvolvimentista*, das injustiças causadas pelas políticas econômicas de privilégio ao Centro-Sul, sobretudo, pelo desenvolvimento desigual e combinado do capital.

O período técnico-científico-informacional é caracterizado pela intensificação da dinâmica territorial, tendo como base a exacerbação dos fluxos. Os circuitos de produção e círculos de cooperação se intensificam por meio da sucessão e coexistência dos eventos, gerando grandes transformações, tanto na produção, quanto na vida social, e promovendo um grande intercâmbio entre as sociedades, quer de informações e serviços, quer de mercadorias, pessoas, etc. É impossível, assim, analisar uma situação geográfica sem analisar o campo de forças denominado espaço/tempo.

Desse modo, toda abordagem geográfica pressupõe a análise espaço/temporal. Tal abordagem se define por constituir uma situação geográfica, compreendida como um conjunto de eventos que estão se materializando a cada instante. Nesse sentido, cada período da história da humanidade, em virtude dos processos econômicos, políticos, sociais, ideológicos, etc. e, sobretudo, da técnica, é caracterizado por elementos que marcam tal etapa da existência da humanidade.

¹¹ Trata-se de uma região caracterizada pela existência de uma maior parcela técnica da Formação socioespacial. Esta engloba a porção do território comandada pelas grandes multinacionais e instituições financeiras. É o espaço das grandes redes, das luminosidades e dos fluxos, mas também portador das contradições e exclusão.

O período técnico-científico-informacional inicia-se após a segunda grande Guerra Mundial, mas somente se consubstancia nos países do Terceiro Mundo na década de 1970 “[...] quando ocorre a união entre a técnica e a ciência (tecnociência) sob a égide do mercado, que graças exatamente à ciência, à técnica e à informação, torna-se global” (RAMALHO, 2007, p.7).

Esse período só se efetiva porque há a convergência da técnica, ciência e informação, forças propulsoras da sociedade. No território maranhense ele começa no final da década de 1970 e início da década de 1980, com a implantação dos circuitos espaciais de produção de minérios – voltados especificamente para a produção do ferro e alumínio e com a produção de soja – e com a base produtiva pautada essencialmente na produção primária¹². Desse modo, o processo de especialização consubstanciará o Maranhão numa “nova” e “velha” etapa da divisão territorial do trabalho, como fornecedor de produtos primários voltados à exportação configurando um território alienado.

Como se pode perceber, o desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional não é homogêneo em todos os lugares. No Maranhão, de um modo especial, se apresenta como pequenas manchas. Dá-se de forma pontual e seletiva no território, uma vez que os sistemas técnicos associados às novas tecnologias da informação tornam mais complexa a divisão territorial do trabalho e por sua vez a configuração territorial. Assim,

[...] a repartição racionalizada da produção entre diferentes lugares ocorre, concomitante, a um controle mais centralizado dos excedentes gerados por esta produção. Dessa maneira, há uma tendência à fragmentação territorial da produção *pari passu* a tendência de um comando mais centralizado (FARIAS, 2008, p. 54).

Elias (2003), baseada nas idéias de Santos (2002), afirma que o meio técnico-científico-informacional “possibilitou o aumento da fluidez do território, propiciando a dispersão espacial da produção e, conseqüentemente, especializações e complementaridades regionais, intensificando as trocas de toda natureza” (ELIAS, 2003, p. 47). Dessa maneira, tal período constitui a essência do território, uma vez que neste as possibilidades de uso são mais latentes para se desencadear.

¹² Trata-se do conjunto de atividades agrícolas voltadas tanto para a lavoura (arroz, milho, feijão, mandioca, etc.), quanto para a agropecuária, principalmente no que diz respeito à criação de gado.

No meio técnico-científico-informacional as possibilidades de internacionalização da produção e controle territoriais pelas grandes empresas se dão com maior intensidade, uma vez que tais corporações, por meio da informação, podem estender seus domínios para os mais variados subespaços, principalmente com a integração formal do território. À medida que são ampliadas as possibilidades de exploração do território, o uso torna-se cada vez mais corporativo, uma vez que somente as grandes empresas possuem capitais e técnica para exercer o domínio tanto da *psico* quanto da *tecnoesfera*, essenciais no comando do território.

A informação é um dos maiores atributos desta fase da história humana, tendo em vista que, além de motor da divisão do trabalho, torna-se uma arma cada vez mais “[...] estratégica na produção, apropriação e gestão do excedente, por meio do controle de sua produção, seu tratamento e sua transmissão, demandando tecnologias sofisticadas específicas a serviço de interesses particulares” (CASTILLO, 2001, p. 245). A produção e o controle da informação hierarquizam e tornam ainda mais seletivo o uso do território. Nesse sentido, a informação “na posição de variável-chave fornece coesão material ao novo período e, por isso, reformula a divisão do trabalho e a cooperação” (SILVA BERNARDES, 2001, p. 100). Além de estratégica e de propiciar o uso cada vez mais corporativo do território, a informação é o elemento responsável pela convergência dos momentos.

A produção e o controle da informação sempre foram, na história dos Estados territoriais modernos, prerrogativas fundamentais para o exercício da soberania e para a proposição de projetos políticos. No entanto, são as grandes empresas que irão adquirir uma posição central na criação e controle de informações estratégicas sobre diferentes territórios nacionais, principalmente com as empresas de consultoria que prestam serviços especializados e manipulam informações específicas sobre a realidade territorial. Assim, a informação, associada ao desenvolvimento técnico-científico, constituirá a plataforma de cooperação não somente da soja como de todos os ramos da produção. Por outro lado, somente serão alcançadas a partir de uma política de planejamento, integração e modernização seletiva e conservadora do território.

3.2. Planejamento regional e a integração do território maranhense à dinâmica global capitalista enquanto espaço periférico

Uma das grandes marcas do atual período técnico é a fluidez adquirida principalmente a partir do processo de integração formal do território maranhense, sobretudo a partir da década de 1970, com as políticas criadas pelo Estado, bem como pela convergência da técnica, ciência e informação. Assim, a fluidez do território brasileiro, de um modo geral, está ligada principalmente ao planejamento, modernização e integração territorial. Isso em virtude de um conjunto articulado de ações visando à reprodução ampliada do capital que teve forte impulso principalmente durante a Era Vargas, se aprofundou nos Governos Kubitschek e Regime Militar, com o planejamento estatal, e se intensificou ainda mais com o advento neoliberal, quando houve uma acentuada abertura do território brasileiro ao capital internacional.

Segundo Galvão (1996), a integração do território nacional

[...] foi um processo lento — levando cerca de 450 anos para ser plenamente alcançado —, e que o país ingressou na era moderna do seu desenvolvimento sem contar com um sistema nacional de transportes multimodais, e dependendo tão largamente da rodovia para a movimentação de cargas e de passageiros (GALVÃO, 1996, p. 185).

No Maranhão, houve um processo de integração formal do território, enquanto espaço periférico, à dinâmica capitalista, mas, ainda assim, muitos locais ficaram fora da dinâmica produtiva.

Assim, a integração do território brasileiro, enquanto processo, se desenvolve ao longo da história, mas se dá durante a Era Vargas, com ênfase ao transporte rodoviário, se intensifica com o Governo Kubitschek (1956-1961), com gênese na fase desenvolvimentista, tendo como substrato a substituição das importações e criação do Plano de Metas e se consolida com o Regime Militar, num momento de grande ênfase aos projetos rodoviários.

Na concepção de Galvão (1996),

[...] o Brasil não entrou, ainda nos anos 30, no que se poderia chamar de era rodoviária. Com efeito, quando, em 1934, um plano geral de viação nacional foi finalmente aprovado pelo governo, contemplando todas as modalidades de transporte, precedência ainda era conferida à cabotagem e à navegação fluvial sobre as rodovias, e prioridade total era dada às

ferrovias, estas últimas vistas [...] como a única modalidade de transporte que "poderia satisfazer como solução definitiva no estabelecimento dos grandes troncos da viação nacional" [apud Brasil (op.cit., p. 125)]. Tanto assim, que o Primeiro Plano Rodoviário Nacional, elaborado pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), em 1937, não conseguiu receber aprovação oficial pelo governo federal [Brasil (op. cit., p. 141)]. Ademais, quando, em 1944, foi finalmente aprovado um plano rodoviário, este estabelecia como principal critério que as estradas de rodagem a serem construídas deveriam evitar a "concorrência e a superposição das rodovias com os principais troncos ferroviários existentes ou a concluir (BRASIL 1974 apud GALVÃO, 1996, p. 194-5).

De acordo com o autor, a criação do Plano Nacional de Viação, em 1951, organiza os novos sistemas viários, e estabelece as prioridades de modalidades de transportes no Brasil. De acordo com o autor em tela, o plano explicita claramente o papel que as rodovias, assumiriam na configuração do território brasileiro. Segundo ele, passariam a assumir a "função pioneira, outrora exclusiva das estradas de ferro, [e que] o desenvolvimento da rede ferroviária [seria], em grande parte, substituído por estradas de rodagem" (BRASIL, 1974 apud GALVÃO, p. 180-82). Dessa maneira,

A evolução do transporte rodoviário, a partir dos anos 50, ocorreu em ritmo extraordinariamente rápido no Brasil. Entre 1945 e 1952, o número de caminhões e ônibus em circulação no país saltou de 103 mil para 265 mil, um crescimento de mais de 157% em apenas sete anos [Institute of Interamerican Affairs (1954a, p. 91)]. Na década de 60, a movimentação de cargas foi largamente transferida das ferrovias e da cabotagem para as rodovias: enquanto, em 1946, o volume de cargas transportadas por todas as modalidades não-rodoviárias de transporte representava 92,4% [Wythe (1968, p. 186)], no ano de 1970 as estradas de rodagem já eram responsáveis por cerca de 73% de todo o movimento de cargas do país (BARAT, 1978 apud GALVÃO, 1996, p. 196).

Por outro lado, foi com o Governo Kubitschek, tendo como base o plano de Metas e objetivo "crescer cinquenta anos em cinco", que houve consideráveis avanços nos sistemas de transporte rodoviário. Dentre os principais alvos desta política, tem-se o desenvolvimento da indústria de base (indústria pesada, principalmente a indústria de bens de capital), investimento na construção de estradas e de hidrelétricas e aumento da extração de petróleo. De um lado, a indústria nacional continuava investindo nos setores tradicionais (tecido, móveis, alimentos, roupas e construção civil), de outro, as multinacionais entravam no Brasil para a produção de bens de consumo. Dessa maneira, houve a modernização da indústria, associada à dependência tecnológica e alta da inflação, como também

destaca-se o forte endividamento internacional, em decorrência dos empréstimos que viabilizaram esse desenvolvimento.

O planejamento regional constituiu uma estratégia encontrada pelo Estado e mercado para subsidiar a expansão do capital no território brasileiro, no momento em que o capital passava por momentos de crises estruturais como a Segunda Guerra Mundial, e uma das soluções encontradas seria a oferta de novos mercados para a demanda dos produtos das grandes empresas. Dessa maneira, o planejamento estatal mostrou-se como alternativa de superação dos períodos e crises. Por outro lado,

As teorias de planejamento urbano e regional raramente decorrem de situações reais que se deseja modificar. Elas se apresentam muito mais como portadora de um modelo a impor. Esse modelo é, mais freqüentemente, trazido dos países do centro, onde essas teorias são elaboradas para servir a interesses que raramente são os nossos. Nesse particular isso foi duplamente eficaz, pois tanto contribui à importação de doutrinas que nada têm a ver com nossas realidades, como, pelo seu uso prestigioso, impede que um pensamento autônomo e sério se desenvolva (SANTOS, 2008c, p. 56).

Além de estranha à realidade e do caráter impositivo, as políticas de planejamento regional criadas pelo Estado foram decisivas na configuração de um território fugaz em favor do uso corporativo por parte das empresas hegemônicas. Sendo assim, “do momento em que se aceita um modelo de crescimento voltado para fora, o Estado e a Nação perdem o controle sobre as sucessivas organizações do espaço”. (SANTOS, 1979, p. 31). Neste sentido,

A estratégia do planejamento pautava-se no interesse governamental de articular o sistema econômico nacional, que até então se caracterizava pelos vínculos das produções regionais com o mercado externo. A integração territorial e o financiamento do processo de industrialização foram elementos essenciais para esse momento histórico de construção de um projeto nacional (FARIAS, 2008, p. 12).

O planejamento desenvolvimentista vem consolidar o modelo pautado numa sociedade urbana-industrial sem “[...] atenções ao setor agropecuário” (LESSA, [s/d], p. 14). Na verdade, o Plano de Metas era a manifestação da vontade da burguesia industrial, não das oligarquias agrárias e muito menos das populações” (ARCANGELI, 1987, p. 32) rurais nordestinas. Ao contrário do que afirmam os

autores, Locatel (2009)¹³ entende que tal lógica do planejamento não só incluiu as populações rurais na lógica produtiva, como também foi responsável pela sua periferização. No plano espacial, o planejamento representou um elemento indispensável à configuração territorial, intensificando o êxodo rural no momento em que as populações rurais, além de não serem contempladas com o Plano de Metas que privilegiava os setores das burguesias urbano-industrial, tiveram sua participação reduzida na produção na medida em que os centros urbanos se desenvolviam.

Desse modo, as condições de vida da população rural pioravam uma vez que as políticas estatais contemplavam cada vez mais a realidade urbana, particularmente a elite, mas quando havia investimento ou aplicação de políticas agrícolas, estas voltaram-se para as elites agrárias, especificamente para o desenvolvimento do agronegócio. Além disso, tais políticas foram voltadas para a “região concentrada” do país, em torno do eixo Sudeste/Sul, mais especificamente ao Estado de São Paulo. Na realidade, a técnica se concentra intensificando também a dinâmica do capital, assim como demandando novas ações.

Devido à acumulação de capital e técnica na região concentrada, à grande concorrência, às lacunas deixadas pela quebra dos circuitos espaciais de produção associadas às ações políticas direcionadas à manutenção de uma pequena elite, a estrutura produtiva maranhense chega à nova fase do capital com os seus circuitos produtivos praticamente comprometidos. Tais circuitos (arroz, babaçu e têxtil) não criaram condições que possibilitassem acumulação de capital e nem técnica suficientes para que fossem desenvolvidos novos circuitos produtivos – como aconteceu no Sudeste do país, onde circuito espacial do café criou condições, transferindo a base técnica e financiando o processo de industrialização – nem houve o direcionamento de políticas nacionais, regionais e muito menos locais que promovessem o desenvolvimento de novos circuitos de produção e círculos de cooperação nesta porção da formação socioespacial.

Dessa maneira, o território maranhense adentra no período técnico-científico-informacional, do ponto de vista produtivo, caracterizado por uma economia baseada essencialmente no setor primário, com sua produção pautada no

¹³ Tal posicionamento foi defendido durante o exame de qualificação. Trata-se de um posicionamento que permeia a lógica inclusiva/exclusiva do desenvolvimento capitalista. Na compreensão do Professor Locatel, todos estão sob a lógica do modo de produção capitalista, mas nem todos estão incluídos na dinâmica produtiva.

extrativismo, industrialização do babaçu, cultivo do arroz e uma estrutura têxtil decadente. Neste contexto, a partir da desagregação dos circuitos espaciais tem-se a “[...] elevação da composição orgânica do capital da região economicamente hegemônica, que destrói a capacidade competitiva do aparelho produtivo tradicional instalado na região dominada” (ARCANGELI, 1987, p. 36), fato que evidencia ainda mais as desigualdades territoriais. Só para se compreender com mais ênfase este processo e não cair-se numa eventual ilusão, uma das características marcantes do território é a desigualdade e heterogeneidade.

Do ponto de vista econômico, as políticas desenvolvimentistas possuem importância ímpar quanto ao processo de implantação dos grandes projetos no Maranhão, objetivando “corrigir”¹⁴ as desigualdades sociais e econômicas, decorrentes do processo histórico, político, social e econômico, sobretudo, da falência dos circuitos regionais de produção anteriormente existentes no território maranhense. Por outro lado, sabe-se que a partir da implantação dos grandes projetos, as desigualdades se acirraram ainda mais, tendo em vista que estes caracterizam-se pela concentração de renda e se voltam para a exportação.

De acordo com Oliveira (1977), tais políticas surgem como resposta ao descontentamento da população excluída do processo produtivo, principalmente das populações rurais que, no plano político, são esquecidas por não estarem contempladas no modelo de desenvolvimento urbano-industrial, mas especificamente para tentar amenizar as desigualdades e contradições produzidas pelo impacto do capital sobre o território brasileiro, em geral, e maranhense em particular. Numa conjuntura política internacional, o planejamento surge para amenizar as crises do próprio capital no âmbito do pós-Guerra, sobretudo, com o *Welfare State*, no momento em que o Estado passa a intervir mais no mercado para regulá-lo. Assim, a

[...] resposta à efervescência política e social do Nordeste da época; uma estratégia reformista e desenvolvimentista e sua preocupação com políticas sociais pareceram capazes de proporcionar uma saída para as contradições inerentes à questão regional. Mais tarde, nos anos que se seguiram a 1964, esta mesma SUDENE iria se constituir num poderoso instrumento viabilizador da expansão do capital monopolista do Centro-Sul para a antiga região primário-exportadora, ao mesmo tempo em que se revelava absolutamente incapaz de promover o efetivo desenvolvimento econômico da região nordestina (ARCANGELI, 1987, p. 34).

¹⁴ A implantação dos grandes projetos no Maranhão é uma manifestação da expansão do capital e não apenas a vontade da política governamental em corrigir as desigualdades regionais.

A intervenção estatal é uma marca inicial dessa fase do capital. Por meio dos impostos, o Estado promove o financiamento e a centralização de capitais. De um lado, parte do capital é direcionado para o setor privado, de outro, parte é investido pelo próprio Estado, num processo em que este se torna empreendedor e produtor de *mais-valia* que se inicia na era JK, mas que se consolida e aprofunda após o Regime Militar (1964-1985). Por outro lado, os investimentos e empreendedorismos estatais se voltam mais para a região concentrada. Esta que já concentrava mais investimentos e mais densidade técnica se vê cada vez mais adensada, e as demais regiões cada vez mais rarefeitas.

Neste sentido, a política desenvolvimentista do Governo Kubistchek enfatizou ainda mais as desigualdades regionais devido à grande concentração de capitais e de técnicas na *região concentrada* do país. Houve investimentos estrangeiros, atraídos pelo Plano de Metas, que promoveram a destruição dos circuitos produtivos das “economias regionais” (OLIVEIRA, 1977, p. 65) que já existiam.

Diante da disputa e concorrência territoriais há novos ingredientes. Desse modo, os territórios excluídos do processo produtivo ou das políticas regionais reivindicarão uma maior participação no processo produtivo. A alternativa encontrada pelo Estado é a criação da SUDENE. Do ponto de vista social, esta surge num contexto de tentativa de superação da luta de classes no Nordeste (OLIVEIRA, 1977), sobretudo, a partir do momento em que as populações rurais não se sentem contempladas pelos projetos governamentais e, do ponto de vista espacial, como tentativa de superação dos “conflitos territoriais” “[...] e da expansão do poder estatal, das formas de valorização do capital vigente no Centro-Sul para o Nordeste” (ARCÂNGELI, 1987, p. 41).

A criação da SUDENE é uma estratégia política e territorial para manter a hegemonia do grande capital livre para atuar nas mais diversas frentes. Neste intuito, os primeiros instrumentos de tentativas de desenvolvimento patrocinados pela SUDENE se voltam para os incentivos fiscais. Estes tornam os territórios altamente vulneráveis à ação do grande capital, diminuindo ainda mais suas resistências quanto às ações excludentes do capital, sobretudo, o território nordestino. Tais incentivos são nefastos porque além do poder público não arrecadar imposto pelas atividades produtivas realizadas nos territórios, muitos dos projetos instalados, como foi o caso maranhense, ajudam a desarticular os circuitos

produtivos tradicionais pré-existentes, no caso do Maranhão, o babaçu, a produção do arroz, etc.

O primeiro passo para a criação da SUDENE foi a formação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que diagnosticou uma gama de problemas na região nordeste, como concentração de renda, desigualdades regionais, ritmos de crescimento industrial diferenciados, evasão de capitais do Nordeste para o Centro-Sul, redução das exportações do Nordeste, ausência de uma efetiva política de industrialização para a Região Nordeste, deficiências produtivas do semi-árido e deficiência no combate público aos efeitos da seca. Como diretrizes para reduzir tais diferenças e contradições regionais são apontadas a intensificação do investimento industrial, transformação da economia agrícola das faixas úmidas e do semi-árido e deslocamento da fronteira agrícola para o território maranhense.

Assim, o GTDN caracteriza-se como sendo um grupo de cunho cepalino que entendia como “[...] problema principal do desenvolvimento a oposição entre as nações e a divisão internacional do trabalho, transplantava-se para o campo das relações entre regiões o paradigma através do qual se via as relações entre nações” (CARNEIRO, 1980, p. 8), desconsiderando, portanto, que o desenvolvimento capitalista é desigual, contraditório e combinado.

Desse modo, o desenvolvimento desigual e combinado do território nacional, de um lado, promove acumulação da região concentrada, de outro, a periferação dos demais territórios, sobretudo, da população nordestina, essencialmente de base rural, fazendo com que o território nordestino se rebele. No intuito da conteção da rebeldia, os Governos Jk e militar usam o planejamento em nome do pretenso “desenvolvimento” do Nordeste, como forma de configurar o território para o uso exclusivo das grandes empresas.

É interessante que se entenda que o desenvolvimento segue a lógica do modo de produção capitalista. Tal lógica do desenvolvimento capitalista, que é essencialmente desigual e combinada, é a essência e, ao mesmo tempo, a lógica de configuração territorial. Seria um outro modo de produção se dessa forma não procedesse. O GTDN ainda interpretou a questão dentro da lógica espacial, mas se esquece do pressuposto básico do desenvolvimento dentro da ótica do capital. Ainda que sejam patrocinados planos eficientes, alguns, ou grande parte dos lugares, participarão como coadjuvantes do processo produtivo. E mesmo os

espaços, onde há grandes empresas ou grandes investimentos que promovem o desenvolvimento na concepção cepalina, não são homogêneos, muito pelo contrário, são seletos e permeados por opacidades, pois o desenvolvimento capitalista é um privilégio de poucas empresas e pequenos lugares. Enquanto isso, grande parte dos lugares só participam secundariamente enquanto subespaços periféricos do capitalismo.

Além disso, as teses cepalinas tendem a analisar a questão do Nordeste do ponto de vista dual, tendo como ponto de partida o entendimento de que dentro da sociedade brasileira existiriam regiões dominadas por diferentes modos de produção. A lógica de compreensão parte do binômio “moderno” e “atrasado”: quando se refere a Nordeste se refere ao atraso, quando se refere à região concentrada se refere ao moderno. Tal concepção incorre em um equívoco, tendo em vista que desconsidera as contradições do modo de produção capitalista (IANNI, 1976). O modo de produção capitalista é um só, mas permeado por contradições e lógicas de exploração do território diferenciadas. O “moderno” e o “atrasado” constituem a materialização das relações capitalistas de produção, resultante não só da concentração de técnica e capital como também da rarefação destas sobre o território.

Portanto, a intenção do GTDN era viabilizar a expansão capitalista no Nordeste, especialmente por meio do capital industrial. Para isso, seria necessária a superação das contradições entre capital e propriedade fundiária (fundamentada na renda da terra, tanto diferencial, como absoluta) e capital/trabalho. No intuito de superar essas contradições e de corrigir as desigualdades territoriais, o GTDN indicou o desenvolvimento de projetos de colonização na Amazônia Maranhense (ARCANGELI, 1987; LIMA JÚNIOR, 1987). Mas, os projetos, como confirmam os trabalhos dos autores, além de não reduzir as desigualdades, serviram para aprofundá-las, tendo em vista que houve a concentração e centralização da propriedade pelas grandes empresas, além de falta de assistência técnica e infraestrutura aos colonos que se deslocaram para tal região.

Como resultado do privilégio aos setores urbano-industriais, no período de 1960 a 1980, o crescimento industrial do Nordeste aumentou consideravelmente, mas persistiu sua dependência à região concentrada, tendo em vista que as indústrias implantadas eram solidárias (dependente e complementar) às da região concentrada. Essa dependência justifica-se pelo fato de que quem exerce o

comando territorial do país são as grandes empresas hegemônicas, para não forçar uma eventual concorrência entre capitais e guerra dos lugares. Desse modo, tem-se dentro da formação socioespacial a divisão do trabalho, o que tornou o Nordeste, especificamente o Maranhão, em um produtor de gêneros primários enquanto que a região concentrada se encarregava de produzir os produtos industriais de bens de capital, cujo valor é superior dentro do mecanismo de troca capitalista¹⁵.

Neste sentido, o “subdesenvolvimento” do Nordeste, em geral e do Maranhão, de forma especial, “não se deve ao seu isolamento, pelo contrário, deve-se à sua plena integração [enquanto espaço marginal] no processo global de acumulação capitalista” (ARCANGELI, 1987, p. 57, grifo nosso). A forma mais adequada pelo Estado para promover o “desenvolvimento” da região foi aprofundá-la ainda mais na lógica perversa do desenvolvimento desigual e combinado capitalista. No Maranhão, os investimentos se concentraram em torno dos grandes projetos agropecuários. Na década de 1980, a concentração teve como alvo os projetos minero-metalúrgicos, forma encontrada pelo Estado através do planejamento regional para garantir a hegemonia do capital.

Nestas condições, o planejamento assumiu um papel privilegiado na configuração do território brasileiro, na medida em que prepara as bases materiais para o uso do território pelos agentes hegemônicos.

[...] sem o planejamento teria sido impossível atingir-se uma intromissão tão rápida e brutal do grande capital nessas nações [do Terceiro Mundo]. Não cremos que seja exagero afirmar que o planejamento tem sido um instrumento indispensável à manutenção e ao agravamento do atraso dos países pobres, assim como ao agravamento ou a exacerbação de disparidades sociais (SANTOS, 2003a, p. 13).

Assim, na década de 1970, novos objetos técnicos passaram a fundamentar materialmente as ações na formação socioespacial brasileira que se realizaram através dos grandes projetos. Estes projetos foram indispensáveis à abertura da porta ao capital produtivo privado, acreditou-se que haveria um pretenso efeito multiplicador nos investimentos pelo território. Durante anos, tais formas tornaram-se um meio de penetração nos países subdesenvolvidos e se

¹⁵ De acordo com Feitosa (1998), o processo de diversidade regional que se materializa pelo empobrecimento da região Nordeste e enriquecimento da *Região Concentrada* não se dá, única e exclusivamente, por meio da exploração da Região hegemônica pela hegemônica, mas também pelo papel político conivente das elites que comandaram este processo.

apresentaram como um “novo ‘cavalo de Tróia’ para o território” (SANTOS, 2003 apud MANZONI NETO, 2007, p. 3).

Manzoni Neto (2007, p. 1) afirma que o planejamento territorial

[...] sempre esteve comprometido, desde sua organização mais sistemática após a Segunda Grande Guerra, com os anseios do grande capital e com a ampliação de usos seletivos do território. Quando não é considerada como um instrumento superado, tal prática é tratada como algo etéreo, volátil e, portanto, inatingível. Pensa-se que é impossível planejar no período da globalização, devido à velocidade vertiginosa das transformações sofridas por alguns espaços (MANZONI NETO, 2007, p. 1).

Ao contrário do que afirma o autor, na história do Brasil ainda não houve um planejamento que levasse em conta o território, mas sim um planejamento regional, caracterizado pelas políticas setoriais. Este constituiu um elemento característico da fase do pós-Guerra, sobretudo no momento em que o grande capital vence algumas etapas das crises de superprodução e se expande. O Estado, por meio das políticas regionais, além de acentuar a concentração econômica e produtiva na região sudeste com base nos grandes projetos, modernizou e ampliou a integração territorial com áreas periféricas (BECKER; EGLER, 1998). No entanto, essa modernização foi seletiva atendendo os interesses dos agentes hegemônicos. Os autores afirmam ainda que “à medida que as forças do mercado eram insuficientes para garantir o processo de desenvolvimento dos países periféricos latino-americanos, o planejamento estatal era a via indispensável para a industrialização nacional” (BECKER; EGLER, 1998, p. 81).

Por mais que Andrade (1977) afirme que o planejamento despontou como um mecanismo de correção das disparidades territoriais do país, a literatura analisada é categórica quanto à compreensão de que este, baseado no ideário desenvolvimentista não buscava a modernização e integração territoriais objetivando o uso por todos os agentes envolvidos nos processos sociais, mas seguiu a lógica do mercado, objetivando integrar o território para seu uso corporativo.

Além de integrar os territórios em nome do uso corporativo, o planejamento regional aumentou as diferenças regionais, uma vez que a região concentrada permaneceu com os maiores investimentos se adensando ainda mais ao longo das décadas de 1960 a 1990.

Com o advento do neoliberalismo e conseqüente programa de privatização, flexibilização e desregulamentação, “a regulação híbrida da sociedade

e do território que caracteriza o período atual tem se pautado, em muitos casos, por uma parcial substituição da política territorial dos Estados por uma política territorial das empresas, inclusive em setores estratégicos [...]” (IOZZI, 2006, p. 1). Essa é a história do modo de produção capitalista, cujo comando se deve às grandes corporações, principais responsáveis pela configuração do território, principalmente nos locais onde o processo de modernização é recente.

De acordo com Santos (2008a, p. 169), “[...] a criação de infra-estrutura é uma forma de financiar direta e indiretamente” os circuitos espaciais de produção. Sendo assim, o planejamento regional implantado, principalmente pelo Estado, vem favorecer a integração e modernização do território, sobretudo ao criar um conjunto de mecanismos de infra-estrutura e logística para o uso corporativo, como aconteceu com os grandes projetos minero-metalúrgicos (Vale e ALUMAR) e agropecuários, como a soja no Maranhão.

3.3. Os grandes projetos minero-metalúrgicos (PGC e ALUMAR) e agropecuários no contexto da globalização e da inserção da soja no Maranhão

As Políticas regionais, enquanto condições indispensáveis ao desenvolvimento dos circuitos de produção, consolidaram-se através do planejamento regional principalmente com o Plano de Metas, nas áreas de energia, transporte, indústrias de base, alimentação e educação e consolidaram a configuração territorial por parte de uma política “[...] pautada na aliança do Estado com o capital estrangeiro monopolista e industrial [...] fruto de um estado brasileiro empresário [...], de investimentos externos” (FEITOSA, 1994, p. 292-7) com base no desenvolvimentismo.

No Maranhão, a aplicação de recursos pelos Planos se deve à construção de hidroelétricas, do porto de Itaqui como ponta de lança dos fluxos, adaptação da soja às condições naturais do Maranhão e do cerrado pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias, EMBRAPA. Tais planos governamentais iniciam o processo de modernização do território com o processo de industrialização e, conseqüentemente, da agricultura.

Devido à grande quantidade de investimentos na Europa, houve uma grande concentração de capital-dinheiro sem a capacidade produtiva naqueles países, fato que impulsionou os investimentos em outros países, sobretudo, no “terceiro mundo”. Tais capitais emprestados representaram, de certa forma, uma solução para os investidores, pois os empréstimos iriam ser pagos a custo da dívida externa, principalmente através do pacto entre burguesia industrial, Estado e capital internacional, onde o Estado arca com grande ônus para implantação dos projetos. Enquanto isso, alguns itens devem ser produzidos, com isenção fiscal para garantia do superávit e do pagamento da dívida externa, dentre estes, o minério de ferro e a soja.

De acordo com Feitosa (1994), a adoção do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), pelo Governo Militar, objetivava a redução das pressões inflacionárias, correção dos déficits orçamentários do Governo, políticas de correção de desequilíbrios do balanço de pagamentos (superávits para pagamentos da dívida externa), criação do sistema financeiro de habitação, criação da correção monetária para proteção de ativos capitalistas (títulos públicos e privados, aluguéis, etc), definição de política salarial.

Tais políticas representaram a preparação material para organização de um novo padrão de acumulação e da configuração territorial – abalados durante a fase anterior – e têm seu auge com a implantação do Regime Militar. A crescente participação do Estado militar, por meio de suas políticas intervencionistas, associadas ao grande capital internacional, fez com que, a partir de 1968, houvesse o crescimento econômico com certa estabilidade numa fase denominada milagre econômico¹⁶.

A produção de alimentos em abundância e a baixo custo foi uma necessidade apontada pelo GTDN para redução das desigualdades regionais no Nordeste. A partir de 1965, devido à oferta de crédito rural dos bancos oficiais, associada à política regional baseada nos incentivos fiscais patrocinada pela SUDENE, expandiram-se as áreas de pastagem tornando extensivo o criatório do

¹⁶ Seguindo as tendências da economia mundial, este período da história econômica brasileira, que vai de 1968 a 1973 foi caracterizado por um elevado crescimento do PIB que varia de 9 a 11%, devido à política governamental de incentivos fiscais e exportação, financiada tanto pela capacidade interna de poupança como pelo capital externo. Neste período houve uma grande concentração de renda e intenso processo de endividamento externo, devido à captação de recursos no exterior. Este endividamento é fruto de empréstimos feitos pelo Governo junto às instituições financeiras internacionais, patrocinados principalmente pela grande demanda de capital-dinheiro disponível na Europa, passando a ser oferecido a todo resto desta.

gado. Houve ainda um processo de expansão de fronteira agrícola. O gado tornou-se o produto dominante, a partir dos anos 60, em detrimento das lavouras.

Enquanto necessidade apontada pelo GTDN, a expansão da fronteira agrícola se mostrava como uma alternativa tanto à produção de alimentos quanto à inserção da força de trabalho desempregada. Tendo em vista que a indústria nordestina não conseguiu absorver o contingente da força de trabalho disponível, houve um grande número de desempregados nos Estados do Ceará, Piauí e Pernambuco. Expulsos de suas terras, por força das circunstâncias, os nordestinos se dirigiram para o Maranhão, nas décadas de 1950 e 1960, ocupando os vales do Itapecuru, Mearim e Pindaré, em direção à Pré-Amazônia, no momento em que se desenvolvia a rizicultura e pecuária bovina.

Essa expansão da fronteira agrícola foi patrocinada pelos incentivos fiscais, mas teve como fator negativo a exclusão das populações que já praticavam a agricultura de subsistência. Essa exclusão pode ser assim justificada: os incentivos fiscais se voltaram, inicialmente, para uma pequena elite; a pecuária concentrou a propriedade privada, tendo em vista que necessitava de grandes extensões de terra, o que promoveu a grilagem e demais formas de expulsão da terra dos antigos posseiros e de recentes contingentes de nordestinos. Grandes quantidades de terra, que antes eram utilizadas na lavoura, são usadas pela pecuária bovina, promovendo, assim, o desemprego. A expansão da pecuária no Maranhão consolidou a divisão territorial do trabalho, tornando o Estado produtor de alimentos e matéria-prima para destinar aos mercados regionais e internacionais e condenou os trabalhadores rurais a um futuro incerto e problemático, diante das condições que lhes eram impostas pelas políticas.

De acordo com Andrade (1977), diante da incapacidade dos incentivos fiscais de sanar os problemas territoriais, mais especificamente da produção e desemprego nordestinos, a SUDENE criou, a partir do início da década de 1970, como parte de sua política regional, os programas especiais PROTERRA, PIN, POLONORDESTE e o Projeto SERTANEJO. O PROTERRA, com recursos para crédito subsidiado e distribuição de terras,

acabou utilizando-os exclusivamente no financiamento da produção de grandes proprietários pecuaristas (80% do crédito liberado), não sendo nenhuma terra distribuída a pequenos produtores. O PIN visava projetos de irrigação, além de ter mostrado extrema ineficiência na aplicação dos recursos (80% destes foram liberados e apenas 20% das metas foram

atingidas) destruiu empregos em lugar de criá-los (entre um terço e um sexto apenas da população pré-existente nas áreas atingidas foi absorvida pelos programas de irrigação) e os empregos criados o foram a custos elevadíssimos (duas vezes os admitidos internacionalmente para programas semelhantes). Além disso, as obras de infra-estrutura [...] acabaram beneficiando [...] os grandes proprietários [...] criadores de gado. Em relação ao POLONORDESTE e ao Projeto SERTANEJO, acabaram canalizando seus recursos de crédito e infra-estrutura para grandes e médios projetos rurais (ARCANGELI, 1987, p. 74-5).

Desse modo, tais políticas, além de não promoverem a integração dos territórios de uso comum, criaram mecanismos que facilitaram o uso seletivo do território por uma pequena quantidade de empresas e agentes econômicos. É neste cenário que surge no Maranhão os projetos minero-metalúrgicos da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e do Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR).

Nesse intuito, na década de 1980 foi implantado o Programa Grande Carajás, PGC no Maranhão. Criado pelo Decreto Lei 1.813/80, o Programa representa uma forma encontrada pelos governos militares como meta para pagamento da dívida externa, herdada principalmente do Plano de Metas (1956-1961) do Governo Kubitschek, por meio da exportação de minério de ferro e de outros produtos.

O projeto de Ferro da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) é um sistema integrado – mina, ferrovia e porto – voltado para a mineração e exportação do ferro da província mineral de Carajás, no Sudeste paraense. Em 1980, o Projeto de Ferro da CVRD deu origem ao Programa Grande Carajás (PGC), uma estratégia de desenvolvimento para a Amazônia Oriental. [...] a Estrada de Ferro Carajás (EFC), de 889,34 km de extensão, que conecta a mina de Carajás (PA) ao Porto de Itaqui em São Luís (MA), foi inaugurada em 1985. A viabilização do Projeto Ferro, de sua ferrovia e dos projetos associados tem levado à transformações drásticas da estrutura sócio espacial anteriormente vigente nas áreas geográficas de suas atuações (COELHO, 2005, p. 245).

Os grandes projetos (agropecuários e minero-metalúrgicos) constituem circuitos espaciais de produção, num contexto em que sua implantação se deu “[...] numa fase em que a liquidez do mercado financeiro internacional era por demais favorável à captação para este tipo de empreendimento” (FEITOSA, 1994, 301-2), sobretudo, pela demanda de produtos primários no exterior para ampliar a produção capitalista.

Segundo Arcangeli, os grandes projetos, “[...] não só geram poucos empregos, mas são, de fato, poderoso fator de desemprego” (ARCANGELI, 1987, p. 126), a exemplo do que aconteceu no Maranhão. Na concepção de Feitosa (1998),

tais projetos, além de não recuperar a economia maranhense, desarticularam os circuitos regionais produtivos já existentes, principalmente a lavoura (arroz) e extrativismo vegetal (babaçu), uma vez que eram responsáveis pelo emprego de grande parte da força de trabalho do campo, como é o caso da agricultura voltada para a subsistência.

Neste sentido, as solidariedades orgânicas existentes no e entre os circuitos regionais de produção, voltados para abastecer os mercados locais, são duramente destruídas pela lógica perversa das grandes empresas, que impõem uma “solidariedade organizacional” (SANTOS, 2002), principalmente em se tratando dos grandes projetos minero-metalúrgicos, dominados pelas grandes multinacionais da área de mineração.

A implantação dos grandes projetos governamentais que, em outras palavras, funcionavam como grandes projetos privados (projetos agropecuários – o gado) são a forma encontrada pelo Estado e grande capital internacional para garantir a hegemonia e organização do território, num contexto de disputas políticas internacionais marcadas pela bipolarização, herança do Pós-Guerra. Sendo assim, o Estado investe em infra-estrutura e equipamentos necessários à fluidez do território. Desse modo, aumenta consideravelmente a participação do Estado (Estado empresário), principalmente nos produtos básicos (industrialização).

Assim, a implantação do Programa Grande Carajás se dá num contexto de ocupação da Região Amazônica, sobretudo, na terceira fase,

[...] quando premido pelas pressões da dívida externa acumulada no período pós-milagre, o Estado procura facilitar a produção de *commodities* destinada ao mercado global. Nesta etapa, a Pré-Amazônia é afetada diretamente pela construção da Estrada de Ferro Carajás – Itaqui (MA), para exportação de minério de ferro do Projeto Grande Carajás, sob o comando da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), e pela expansão do cultivo de grãos, especialmente da soja, nos cerrados. É importante assinalar que, em consequência da crise econômica que se acentua a partir de 1982, o estado já havia perdido a capacidade de arcar com os custos financeiros dos grandes projetos, que caracterizaram o período anterior. Isso significa a presença dos investimentos privados, que passam a ter papel decisivo na expansão das atividades econômicas na Pré-Amazônia (EGLER, 2007, p. 18).

O Projeto Grande Carajás exerceu um papel importante no processo de “[...] ajustamento externo da economia brasileira, além de sustentar o crescimento durante um certo período” (COSTA, 2003, p. 65). Ele gerou um ônus social exorbitante, pois, além de criar poucos empregos, destruiu grande parte dos

existentes em sua área de atuação. Além disso, não houve, por parte do governo ou do próprio programa, preocupação em gerar políticas com vistas a inserir as populações excluídas no sistema produtivo.

Desse modo, o Projeto Grande Carajás, além de possibilitar a construção de grandes sistemas de engenharia, terá papel decisivo no processo de modernização seletiva e conservadora do território. O Projeto promoveu o desenvolvimento de um sistema de transporte multimodal que propiciou os fluxos não só da agricultura maranhense, mas de todo corredor centro-norte de exportação, sobretudo, no que diz respeito à criação da Estrada de Ferro Carajás e da Ferrovia Norte-Sul¹⁷, que liga a estação captadora de soja em Porto Franco/MA ao Porto do Itaqui, fato indispensável ao desenvolvimento do circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da soja.

Os grandes projetos agropecuários e minero-metalúrgicos implantados no Maranhão são circuitos de produção que se inserem no território maranhense no período técnico-científico-informacional e criam a base material responsável pela modernização de parte do território.

3.4. Modernização da agricultura Maranhense

O planejamento, enquanto instrumento do Estado, tem sido de extrema importância à aceleração de um novo padrão de acumulação de capital. O território brasileiro conhece novos usos e tem no planejamento uma das principais vias de modernização da agricultura. De um lado, trata-se de um modelo que não é homogêneo, uma vez que promoveu ainda mais as desigualdades sociais (LOCATEL, 2004, p. 5), de outro, é “conservador” (GRAZIANO DA SILVA, 1982)

¹⁷ A Ferrovia Norte-Sul é uma ferrovia brasileira, concessionarizada à VALE através de licitação realizada pela VALEC em 2008. Quando concluída, possuirá a extensão de 1.980 Km e cortará os estados de Pará, Maranhão, Tocantins, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul. A ferrovia foi concebida sob o propósito de ampliar e integrar o sistema ferroviário brasileiro. Ligará Senador Canedo (GO), a Belém, conectando-se, a sul, em Anápolis (GO), com a Ferrovia Centro Atlântica, e, a norte, em Açailândia (MA), com a Estrada de Ferro Carajás. As obras da ferrovia iniciaram-se na década de 1980, durante o governo do presidente José Sarney. Atualmente encontra-se pronto o trecho entre Açailândia (MA) e Colinas (TO). Tal ferrovia que integra o Corredor Norte de Exportações, constituirá um sistema de engenharia indispensável ao circuito espacial de produção da soja, uma vez que ligará praticamente toda região do cerrado brasileiro.

porque está restrito ao agronegócio, às grandes empresas, assim como também é seletivo (ELIAS, 2003), uma vez que alcança uma pequena parcela da formação sócio-espacial, estando restrito à região concentrada e algumas manchas.

Deste modo, o planejamento regional, e não planejamento territorial como afirmam Iozzi (2006, p. 158) e Farias (2008, p. 114-5), criado pelo Estado “[...] em favor dos agentes hegemônicos leva em consideração apenas fragmentos do território, especialmente aqueles capazes de fazer valer seus objetivos financeiros” (IOZZI, 2006, p. 158), bem como, atende à realidade de um espaço reticular, de comando das grandes empresas.

Ainda que de forma pontual, e em nome de um projeto de uso corporativo do território, o planejamento regional do Estado foi fundamental para o processo de integração nacional. Tal empreendimento possibilitou que os agentes hegemônicos se deslocassem para áreas mais distantes e rarefeitas do território brasileiro.

Neste contexto, o processo de modernização vem atrelado ao planejamento regional, mas foram os avanços na técnica, ciência e informação destinados a essa atividade econômica que, além de gerar aumentos significativos na produção e produtividade, promoveram a redução do tempo de cultivo num momento em que ocorre a “subordinação da agricultura à indústria” (IANNI, 1984, p.161). Por meio destes processos, associados “[...] aos avanços da biotecnologia, da química, da organização, é possível produzir muito mais, por unidade de tempo e de superfície” (SANTOS, 2002, p. 240). Isso se torna notório no caso da moderna produção agrícola que, no atual período histórico, conhece uma ação contínua de reconfiguração, culminando numa série de transformações, sendo atingida pela revolução tecnológica e incorporando os principais signos dessa revolução e da globalização econômica, acompanhando as transformações dos demais setores econômicos.

Os anteriores sistemas de objetos e sistemas de ações são substituídos por um novo modelo técnico, econômico e social de desenvolvimento agrícola, que se baseia na incorporação de ciência, tecnologia e informação visando o aumento da produção e da produtividade agrícolas e a redução de custos, numa busca constante de ampliação do lucro (RAMALHO, 2007, p. 19)

A adoção dos novos padrões de produção baseados nas práticas intensivas e num conjunto de tecnologias mecânicas e científicas na atividade agrícola iniciou-se no Brasil,

[...] via incentivos governamentais, principalmente através do Crédito Rural Oficial, instrumento de política agrícola da década de 1960, responsável pela mudança da base técnica na agricultura, sem, no entanto, modificar a estrutura social (RAMALHO, 2007, p. 20).

Se todos estes elementos foram importantes, para Santos (2006, p. 118), o Sistema Nacional de Crédito Rural representou um passo fundamental no processo de modernização da agricultura, uma vez que visava subsidiar todas as fases da produção agrícola, estimulando o investimento na produção rural; favorecer o custeio e comercialização da produção; estimular os produtores rurais e incentivar a modernização. No entanto, o grande volume

[...] de crédito concedido pelo governo federal era proporcional ao tamanho da propriedade, sendo assim, os grandes proprietários acabaram sendo os maiores beneficiários. Além disso, uma condição para o acesso a esses recursos financeiros era a obrigatoriedade da compra de insumos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos, que beneficiou, sobretudo, as multinacionais do setor químico, instaladas no Brasil (GUEDES PINTO, SIMON, 1981; RAMOS, 2001 apud RAMALHO, 2007, p. 20).

Percebe-se, desse modo, que no plano da intencionalidade, a modernização do setor agrícola do território brasileiro obedece a mesma lógica do desenvolvimento capitalista, sendo seletiva e conservadora, uma vez que estimula a grande produção e privilegia o monopólio das grandes empresas multinacionais, de insumos, máquinas agrícolas e do ramo da alimentação.

Segundo Elias (2003, p.62), no período técnico-científico-informacional um dos principais signos da modernização da agricultura é o fim do isolamento mantido pela atividade em relação aos demais setores econômicos, graças a uma crescente interdependência com o crescimento geral da economia, ocorrendo processo contínuo de fusão com os capitais dos demais setores. Devido ao processo de industrialização e em virtude do desenvolvimento das técnicas de produção, há uma industrialização da agricultura, no momento em que esta passa a incorporar os processos de produção industrial, e quando “[...] os métodos rotineiros e irracionais da agricultura são substituídos pela aplicação consciente, tecnológica, da ciência” (MARX, 2002, p. 570). Dessa maneira, o processo de modernização da agricultura se dá num momento em que há uma total solidariedade entre as técnicas (ORTEGA Y GASSET, 1963).

De acordo com Castillo (2005, p. 5), nos anos 1980, tem-se um novo paradigma na agricultura moderna, pautada pela intensa crise fiscal do Estado, entrada em cena das políticas neoliberais baseadas nas privatizações, concessões de serviços públicos a empresas privadas e desregulamentação, difusão espacial das tecnologias da informação e das redes telemáticas corporativas, intensificação da exportação, aumento da margem de manobra para as políticas territoriais das grandes empresas no agronegócio (crédito, circulação, distribuição, comercialização), novas estratégias e coordenação entre agentes (fornecedores, distribuidores, operadores logísticos, concorrentes), custos de produção e competitividade definidos pelo mercado mundial e reforço da tendência à especialização regional da produção agrícola.

Desse modo, devido à modernização da agricultura, o campo ou regiões agrícolas onde se desenrola este processo passa a incorporar cada vez mais elementos das cidades, aumentando consideravelmente os fluxos entre campo e cidade. Assim, o campo passa a direcionar a configuração espacial das cidades de Balsas e Chapadinha, no momento em que estas se organizam para atender às exigências do consumo das regiões agrícolas. Em função desse cenário, “[...] o consumo produtivo tende a se expandir e a representar uma parcela importante das trocas entre os lugares da produção agrícola e as localidades urbanas” (SANTOS, 2008c, p.54). Sendo assim, esse consumo acaba por dinamizar os circuitos espaciais produtivos e seus círculos de cooperação.

Neste contexto, o consumo produtivo demanda da cidade uma especialização e qualificação para que a produção se realize. Concomitantemente, o consumo produtivo também gera renda e possibilidade de aumento do consumo consuntivo. Como afirma Santos (2008c) “o consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, adapta” (SANTOS, 2005 apud RAMALHO, 2007, p. 96) as cidades às novas exigências do campo. É por isso que Santos (2008c; 2008h) irá denominar de cidade do campo. Sendo assim, o comando do consumo e destas áreas não vêm da cidade, mas do campo que congrega o capital produtivo. Por outro lado, a configuração territorial se dá mediante os anseios das grandes empresas que estão por traz da produção.

Na concepção de Santos (2002), cada técnica ou sistema técnico é marcado por seu tempo. Assim, o espaço se define, sobretudo, pelo arranjo técnico disposto no território. As técnicas se difundem de forma desigual no território. É por

isso que o espaço é uma acumulação desigual de tempos, mas também de técnicas. Para o referido autor, o maior indicador do processo de modernização do território é a densidade técnica e as redes, que são vetores de modernidade, uma vez que é a partir destas que ocorre a configuração do território conduzida pelas grandes corporações. Sendo assim,

O espaço que interessa aos grandes agentes hegemônicos é aquele que apresenta as melhores condições para a realização da nova produção em escala mundial, o que permite falar no aprofundamento das especializações. De um lado, a quantidade de capital fixado ao solo cresce, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, a quantidade de fluxo de capital se eleva. Nisto se destacam as redes, intermediadoras dos fluxos materiais e imateriais, na medida em que são elas que agregam novos dados e conteúdos aos lugares. Estes não perdem sua importância, mas passam a ser alvo de uma valorização nova, cuja orientação e planejamento é geralmente indiferentes às reais necessidades locais (SILVA, 2005, p. 145).

Se por um lado, o processo de modernização da agricultura se define pela intensificação das empresas multinacionais no processo produtivo, por outro, Graziano Neto (1985) entende que este se fundamenta pelo uso intensivo de máquinas no processo produtivo. Segundo ele, um dos indicadores para se identificar tal processo é a quantidade de tratores usados na atividade agrícola.

Tabela 01. Uso de Tratores, pessoal ocupado, número de estabelecimentos rurais no Brasil no período de 1950-2006.

Anos	Nº de tratores	Pessoal ocupado	Nº de estabelecimentos
1950	8.372	 ¹⁸	2.064.642
1960	61.338	15.633.985	3.337.769
1970	165.870	17.582.089	4.924.019
1975	323.113	20.345.692	4.993.252
1980	527.906	21.163.735	5.159.851
1985	665.280	23.394.919	5.801.809
1995	803.742	17.930.890	4.859.865
2006	788.053	16.414.728	5.204.130

Fonte: IBGE – Censos Agrícolas do Brasil de 1950 e 1960; Censos Agropecuários do Brasil de 1970, 1975, 1980 e 1985, 1995 e 2006.

Para a década de 80, quando houve um grande incremento de tratores no campo, a tese de Graziano Neto (1985) auxiliava a compreensão da modernização

¹⁸ Não foram encontrados dados relativos ao pessoal ocupado na agricultura neste período.

da agricultura brasileira. Atualmente, para a realidade brasileira esta tese encontra-se ultrapassada, pois há uma redução do número de máquinas. Mas a modernização da agricultura tem se intensificado ainda mais porque estas estão cada vez mais dinâmicas e desempenham diversas tarefas ao mesmo tempo e, para serem manuseadas, o trabalhador precisa de especialização profissional.

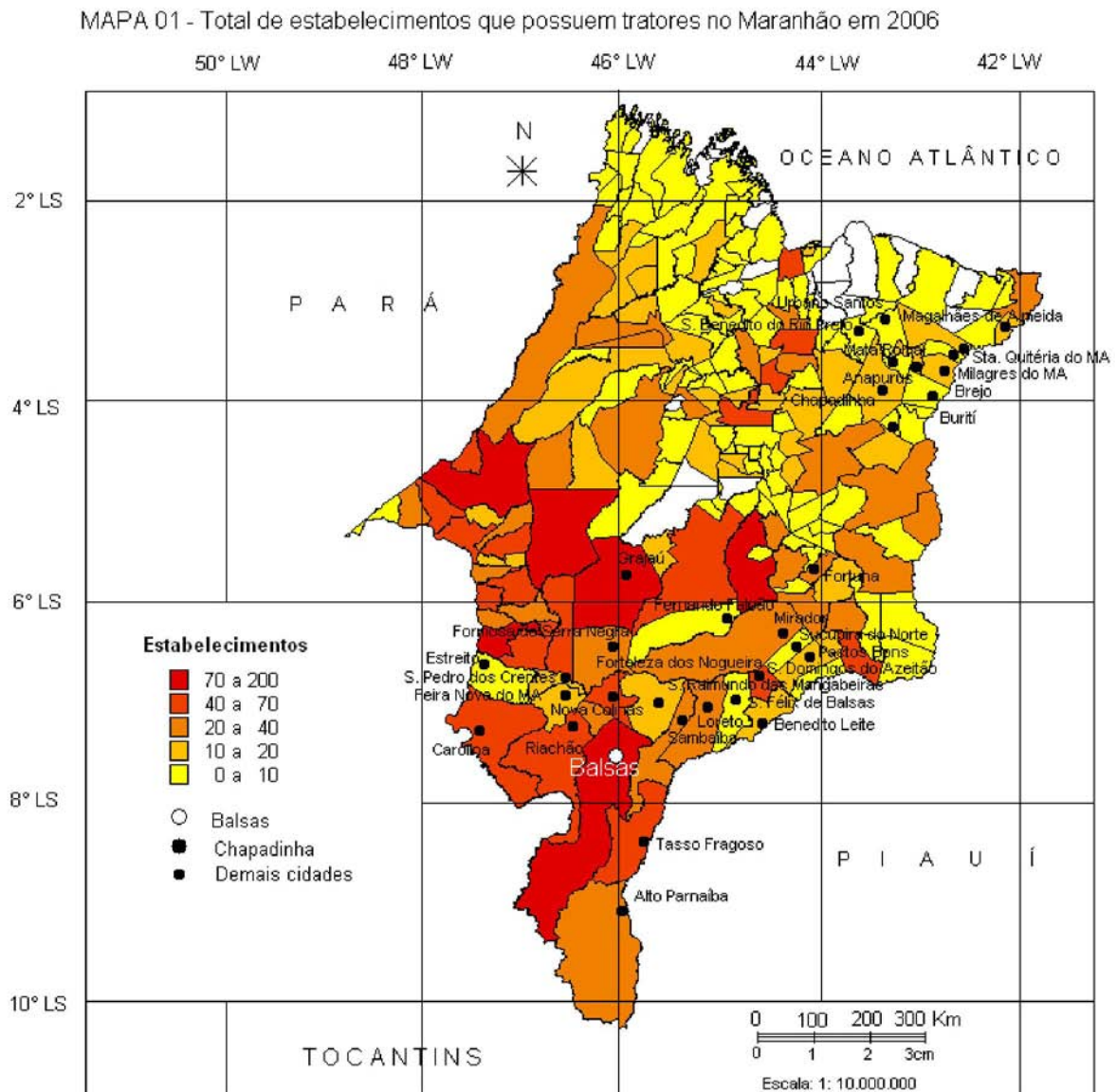
Refutando a tese de Graziano Neto, Paulino (2008, p. 220) afirma que apesar da diminuição de 1,95% no número de equipamentos e aumento das áreas com lavouras de 83%, o processo não pode ser visto pelo efetivo quantitativo de máquinas, mas pela capacidade técnica depositada em cada uma delas, que são equipadas com tecnologia de última geração. Assim, pode-se inferir que na contemporaneidade a modernização ainda é mais intensa, uma vez que há uma substituição por máquinas com maior potencial de explorar o campo.

Para a realidade maranhense, tanto a tese de Graziano Neto quanto a tese de Paulino são válidas, pois, de acordo com dados do IBGE, a quantidade de máquinas e arados cresceu substancialmente com a implantação de grandes projetos agropecuários, em geral, e da produção de soja na região de Balsas em particular. Em 1975 havia somente 11 equipamentos, enquanto que em 1996 existiam 1.234, correspondendo a um aumento expressivo de mais de 100 vezes. Neste mesmo período essa quantidade representa 19% do total existente no Estado. Paralelo ao crescimento do número de máquinas aumentou os índices de qualidade. Trata-se de um processo de modernização que se origina, neste Estado, sobretudo a partir da década de 70, quando o capital, associado à técnica e às formas de exploração se intensificam no campo produzindo uma agricultura capitalista seletiva e excludente, com grande capacidade produtiva tendo como base o uso de máquinas modernas e um sistema multimodal de transporte integrado.

De acordo com o mapa 01, há uma concentração absoluta dos estabelecimentos com tratores no Sul do Maranhão, não exatamente nas municipalidades que produzem soja, mas nestes a quantidade de tratores por estabelecimentos é mais numerosa. Somente na empresa agrícola Cajueiro¹⁹,

¹⁹ Optou-se pela Fazenda Cajueiro porque além da distância da cidade de Balsas (aproximadamente 37 km) trata-se de uma unidade de produção que comporta todos os elementos presentes na produção de soja. Tal fazenda possui meios de produção baseados em equipamentos de última geração, como tratores, colheitadeiras, pulverizadores, armazém, silo, 3 *pivot* central para irrigação, laboratório de produção e melhoramento genético de sementes, de monitoramento de patologias, uso intensivo de insumos, agrotóxicos e força de trabalho baseada no assalariamento, etc. Dentro da

localizada no município de Balsas, existem 8 tratores (sendo 5 tratores grandes e 3 menores), 3 colheitadeiras e 1 pulverizador auto propelido.



Como demonstram os dados do Censo de 2006, somente 1,22% dos estabelecimentos agropecuários maranhenses possuem tratores (3.518). É um índice quase 10 vezes inferior a média brasileira (10,2%), o que revela, de um lado,

hierarquia da produção, a fazenda Cajueiro não é a maior entre as fazendas produtoras, mas possui uma infra-estrutura similar às grandes fazendas e cooperativas agrícolas.

o atraso pelo qual passa a agricultura maranhense, principalmente aquela que usa o trabalho manual de origem familiar e rudimentar, de outro, uma concentração exacerbada em torno do agronegócio.

Além da baixa quantidade de estabelecimentos com tratores no Maranhão, existe a baixa quantidade de tratores por estabelecimentos – uma média de 1,7 tratores para cada estabelecimento com esse tipo de instrumento – eles estão concentrados nos estabelecimentos voltados para o agronegócio, uma vez que somente alguns estabelecimentos que produzem soja concentram a maioria dos tratores existentes no estado.

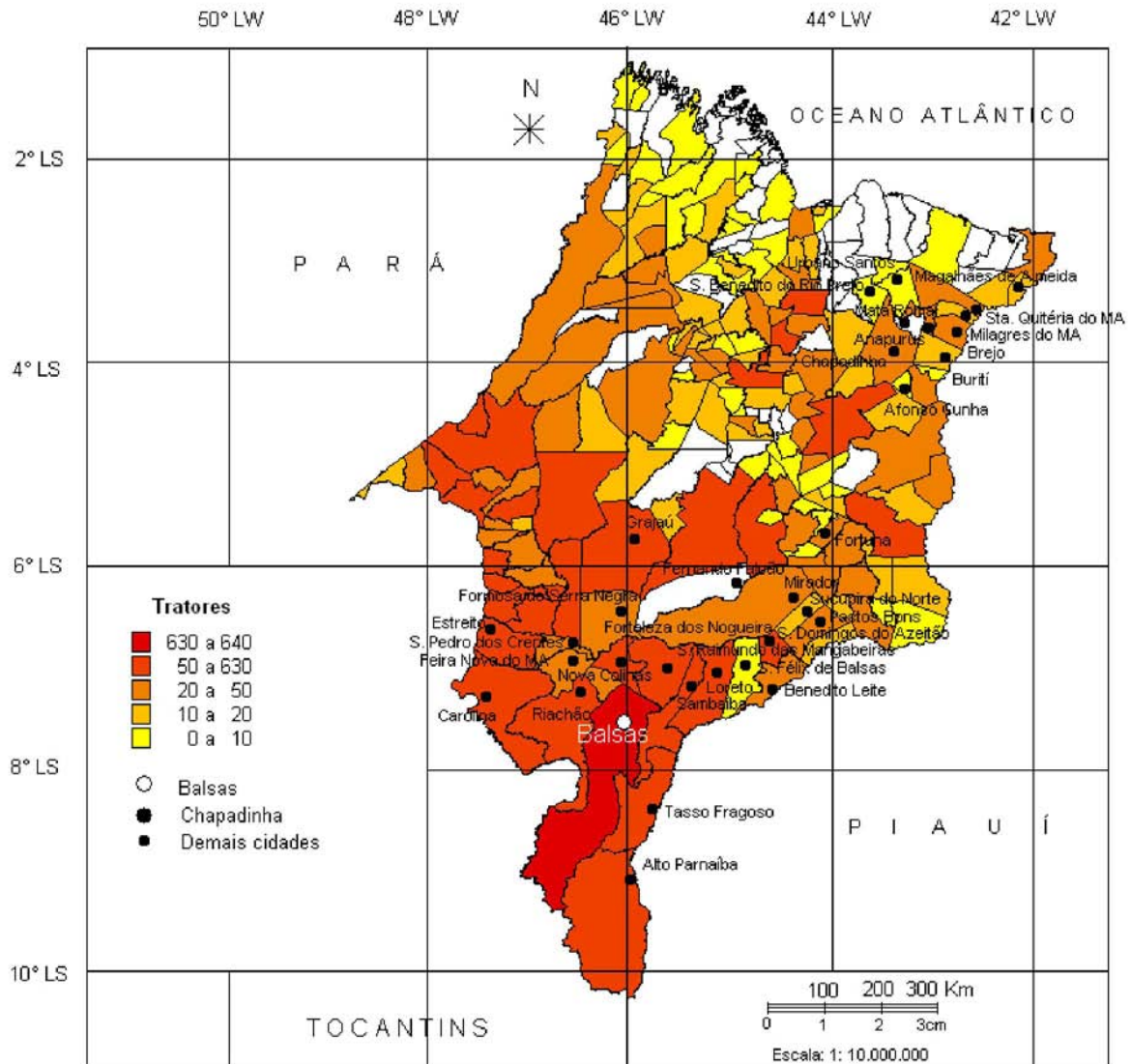
Desse modo, há, portanto, uma concentração tanto nos estabelecimentos com tratores quanto na quantidade absoluta de tratores no Sul do Maranhão, especificamente na Região de Balsas²⁰ que possui 2.096 unidades, respondendo por 34,67% do total do estado.

Como aponta o mapa 02, somente na municipalidade de Balsas esse índice é ainda mais considerável, concentrando 632 unidades, o que corresponde a 10,45% do estado. É um número bastante significativo, não somente pela quantidade, mas pela qualidade que apresentam as máquinas no processo produtivo. São máquinas valiosas com um custo em torno de R\$ 300 mil, com vida útil de aproximadamente 10 anos e que desempenham uma série de atividades produtivas, que vai desde a preparação do solo até o plantio.

Essa é a nova fase da produção agrícola que se dá por meio do uso intensivo de máquinas “inteligentes” responsáveis por uma elevação nos índices de produtividade e redução das despesas com a força de trabalho.

²⁰ Por Região agrícola de Balsas deve-se compreender o conjunto das municipalidades que estão ao entorno de Balsas e vinculadas a esta devido à presença das grandes empresas multinacionais e nacionais. Desse modo, entende-se que Balsas comanda o circuito espacial de produção da soja no Maranhão, por reunir condições técnicas e políticas diante das demais municipalidades. Desse modo, não será usada a mesma caracterização de pólo usada por Ferreira (2008) e Costa (2008) que se baseiam no critério de divisão regional do IBGE, sobretudo, à microrregião do Gerias de Balsas que não inclui uma grande quantidade de municipalidades, próximas e que mantém relações estritas com Balsas. Desse modo, estendeu-se para o conjunto das municipalidades que estão presentes no Sul do Estado e demais municipalidades de outros Estados. Por outro lado, limitar-se-á a espacialização apenas ao estado do Maranhão por entender-se que já é uma área de substancial abrangência e, portanto, complexa e com bastantes dificuldades no que diz respeito ao trabalho empírico realizado neste período.

MAPA 02 - Total de tratores existentes no Maranhão em 2006



Fonte: IBGE

Elaborado pelo autor com Map Info Professional 6.0

Mapa 02 – Total de tratores existentes no Maranhão em 2006

Fonte: IBGE, 2006.

A produção de soja requer uma grande quantidade de máquinas, mas não somente um efetivo quantitativo como qualitativo. São máquinas que possuem um padrão técnico muito elevado que propiciam uma agricultura de precisão. Quando se trata do conjunto das municipalidades que produzem soja tem-se uma quantidade de tratores de 2.282 unidades, o que corresponde a 37,75% do total de tratores do estado do Maranhão. Desse modo, há uma concentração destes equipamentos em torno da produção de soja.

Quando somada à quantidade das municipalidades que produzem soja, tem-se um aumento considerável deste número evidenciando ainda a força do processo de mecanização da agricultura da soja maranhense²¹, diante das demais atividades agrícolas. Deve-se ressaltar que este processo não se dá apenas pelos índices quantitativos das máquinas, mas pela capacidade de racionalização da produção que cada uma destas possui.

Isto reflete a alta capacidade técnica que passa o agronegócio brasileiro. Como tendência, o agronegócio maranhense é uma consequência da realidade brasileira que se dá com maior intensidade na região concentrada, mais especificamente nos estados do Paraná e Mato Grosso, particularmente no estado de São Paulo, local de convergência da produção e das fianças brasileiras.

O circuito espacial de produção da soja no Maranhão é um subespaço de domínio das grandes empresas cujo comando se dá de forma unificada, tendo em vista que a funcionalidade dos objetos não atende os interesses da população local, mas a um pequeno grupo que controla o circuito. Trata-se de um subespaço de domínio das verticalidades e de uma racionalidade instrumentalizada, regulada para produzir capitais e concentração de renda. “Desse modo, onde o campo se moderniza o processo de regulação se dá de uma forma mais intensa pelas forças do mercado” (SANTOS, 2008b, p. 90), subtraindo ainda mais o direito de uso ao local.

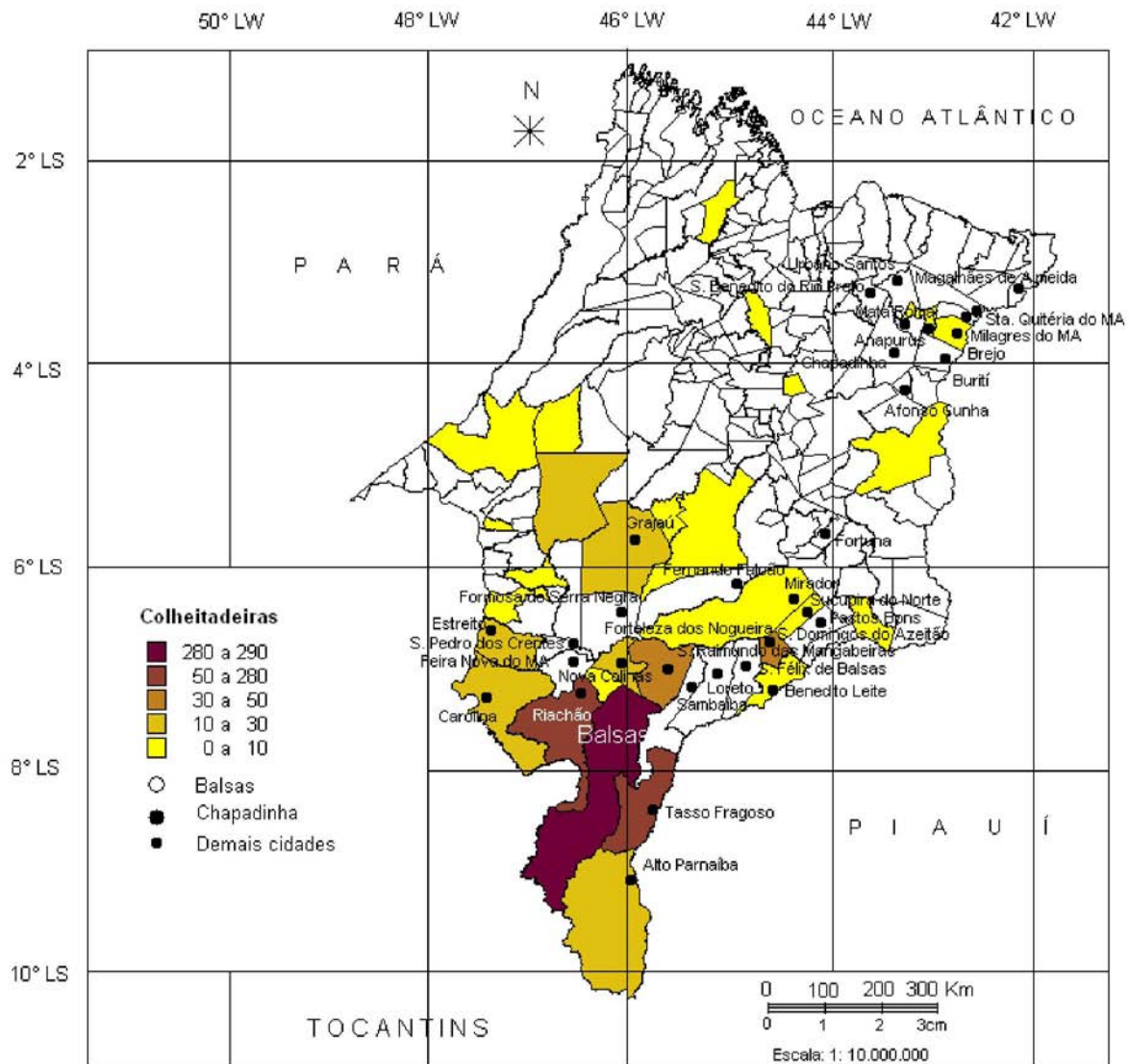
O circuito espacial de produção é um espaço reticular de atuação das grandes empresas do ramo de alimentos, mas também da produção de máquinas e equipamentos agrícolas como a Massey Fergusson, Case, New Holland, etc. É um espaço seletivo e de uso exclusivo de poucos. É, portanto, um *aristoespaço*²². Um

²¹ O estado do Maranhão enquanto espaço periférico da dinâmica capitalista apresenta um processo de modernização da agricultura, consideravelmente menos intenso que os demais estados localizados na Região concentrada e outros localizados mais distante desta última, tendo em vista que há modernização apenas no segmento produtivo da soja (plantio, colheita e transporte), não se estendendo para o conjunto das demais atividades. Com relação ao refino da soja existe apenas uma esmagadora, que ainda não possui logística para as demais atividades de refino e agregação de valor à soja. É um processo que está extremamente limitado ao circuito espacial de produção da soja. Claro que há ainda substanciais limitações técnicas e políticas, mas como esta dinâmica é comandada pelo grande capital e, certamente está sendo conveniente e, sobretudo, lucrativo para as grandes empresas que produzem soja sem plantar uma semente sequer é viável que permaneça dessa maneira.

²² A palavra *aristoespaço* vem do grego *aristhon*, e quer dizer poucos, alguns, etc. Trata-se de um espaço de domínio e uso exclusivo das grandes empresas e não de todos como propõe o nosso autor.

espaço marcado pelo uso e comando centralizado das grandes multinacionais da produção de máquinas e equipamentos agrícolas.

MAPA 03 - Total de Colheitadeiras existentes no Maranhão em 2006



Fonte: IBGE
Elaborado pelo autor com Map Info Professional 6.0

Mapa 03 – Total de colheitadeiras existentes no Maranhão em 2006.
Fonte: IBGE, 2006.

Além dos tratores, o uso de colheitadeiras é quase que exclusivo da produção de soja, como aponta o mapa 03 acima. Em todas as municipalidades que

produzem soja existem 647²³, o que corresponde a 80% dos equipamentos do estado. Trata-se de um equipamento característico do agronegócio, uma vez que o seu custo de aquisição e manutenção é elevado e, portanto, incompatível com outras formas de produção que não estejam na esfera do agronegócio e, dessa maneira, do circuito espacial de produção da soja.

É um meio de produção cujo uso é localizado, característico da municipalidade de Balsas que, sozinha, possui mais de 1/3 (285 unidades) do total do estado, correspondendo a 35,22% do total das colheitadeiras do estado e daquelas localizadas no seu entorno, uma vez que esta é a cidade do agronegócio maranhense, especificamente da soja.



Foto 01. Colheita de soja no Município de Balsas/MA.
Fonte: BOTELHO, 2007.

Como ilustra a Foto 01 (colheitadeira) e 02 (trator de 182 cv e plantadeira de 15 linhas na página seguinte), as máquinas e equipamentos usados na produção de soja correspondem aos mais modernos equipamentos usados no agronegócio. São instrumentos técnicos com alta precisão e desempenho, capazes de aumentar significativamente a produção, reduzindo custos com a força de trabalho, tanto no

²³ A exemplo dos demais, os números do último Censo revelam ainda uma determinada inexatidão, uma vez que muitos estabelecimentos que produzem soja, não informaram ou omitiram a quantidade de colheitadeiras existentes, fato que revela falhas na coleta de dados, fazendo com que muitas municipalidades não conste na lista das que possuem este tipo de meio de produção, uma vez que, em algumas municipalidades só existem colheitadeiras na produção de soja. É o caso, por exemplo, das municipalidades da Região de Chapadinha. De acordo com dados do Censo, existem colheitadeiras somente em Anapurus/MA e Brejo/MA. Por outro lado, nas demais municipalidades também existem este equipamento como fora constatado em pesquisa *in locu*.

plantio como na colheita, como também nas outras etapas da produção. Tais instrumentos possibilitam uma nova modalidade de método de cultivo usado na produção agrícola, a agricultura de precisão, que é a combinação pura entre técnica, ciência e informação, característica do atual período técnico.

Tal método alia a precisão da técnica obtida com os instrumentos à informação coletada pelos técnicos sobre as condições de fertilidade do solo e o padrão genético adequado das sementes para cada tipo de solo, associados aos padrões científicos que certificam o local de melhor adequabilidade das sementes. Essa é a nova tendência da agricultura moderna, principalmente do agronegócio que busca o máximo de racionalização da produção.

É por isso que o circuito espacial de produção de soja está inserido no meio técnico-científico-informacional. Aliás, tal circuito tende a criar no campo um meio técnico-científico, adaptando algumas cidades às suas demandas, como é o caso de Balsas no Sul do Maranhão e Chapadinha no Nordeste maranhense.



Foto 02. Trator de 182 cv e Plantadeira 15 linhas. Plantação de soja na Fazenda Cajueiro no Município de Balsas/MA.

Fonte: BOTELHO, 2009.

Além da modernização dos meios de produção, fato que garante margens de lucro ainda mais significativas, há uma tendência da terceirização de todo processo produtivo, tanto na aquisição dos meios de produção, quanto da força de trabalho empregada na produção.

Os instrumentos técnicos, o pessoal ocupado e o número de estabelecimentos são indicadores que ajudam a entender este processo, tendo em vista que, com a inserção das máquinas nos processos de produção no campo, uma parcela considerável de trabalhadores fica desempregada, primeiramente pela expropriação que o agronegócio causa, depois pela falta de qualificação e, principalmente, porque este processo causa a demissão dos trabalhadores num fenômeno de substituição do trabalho manual pelo trabalho mecânico. É importante ressaltar-se que o processo de redução da força de trabalho e a intensificação da mecanização é uma tendência da agricultura moderna intensiva.

No entanto, de acordo com dados do IBGE (1995-2005), a quantidade de trabalhadores com carteira assinada na microrregião de Balsas aumentou substancialmente. Em 1995 esse total era de 232, enquanto que em 2005 sobe para 2.515. Em todo o Maranhão havia 256 máquinas em 1995 e, em 2006 esse índice sobe para 3.017. Somente na Microrregião de Balsas a quantidade de trabalhadores com carteira assinada, na agricultura da soja e cereais, corresponde ao total de 81% do total do Maranhão. Os 19% restantes estão localizados na região de Chapadinha e em outros setores. Trata-se de uma atividade cujo grau de emprego da força de trabalho é baixo, mas por outro lado, quando há empregabilidade, as fazendas o fazem seguindo os padrões mínimos da legislação trabalhista²⁴.

Desse modo, onde há sinais de modernização da agricultura, mais especificamente com a soja, a quantidade dessa modalidade de trabalho com carteira assinada na agricultura é superior às áreas que ainda não passaram por este fenômeno, por conta do financiamento e recursos que a agricultura mecanizada é capaz de captar, mas também devido à necessidade de operacionalização dos instrumentos técnicos e máquinas que existem nas fazendas. Essa é a concepção da agricultura capitalista mecanizada: aumento considerável da composição orgânica do capital, que se dá na relação direta da redução da força de trabalho e

²⁴ Apesar do trabalho com carteira assinada nos estabelecimentos produtores de soja, percebeu-se em pesquisa *in locu* que a jornada é elevada e as condições de trabalho não condizem com a realidade das 44 horas semanais como assim determina a Organização Internacional do trabalho, OIT. Além disso, o lugar acolhe o agronegócio enquanto atividade promotora de desenvolvimento e renda, por meio do discurso desenvolvimentista e progressista. São as ações promovidas por um discurso que está na ordem da psicoesfera, propalada pela dinâmica dos grandes objetos e sistemas técnicos criados pelo agronegócio.

aumento máximo do capital constante e, conseqüentemente, no aumento da *mais valia*²⁵.

Em números relativos, a força de trabalho com carteira assinada empregada na soja é elevada se comparada à realidade maranhense, onde existem poucos postos de trabalho com carteira assinada. Em termo absoluto, a quantidade de emprego com carteira assinada na agricultura é baixa se considerado o excedente de força de trabalho existente no estado desempregada no campo.

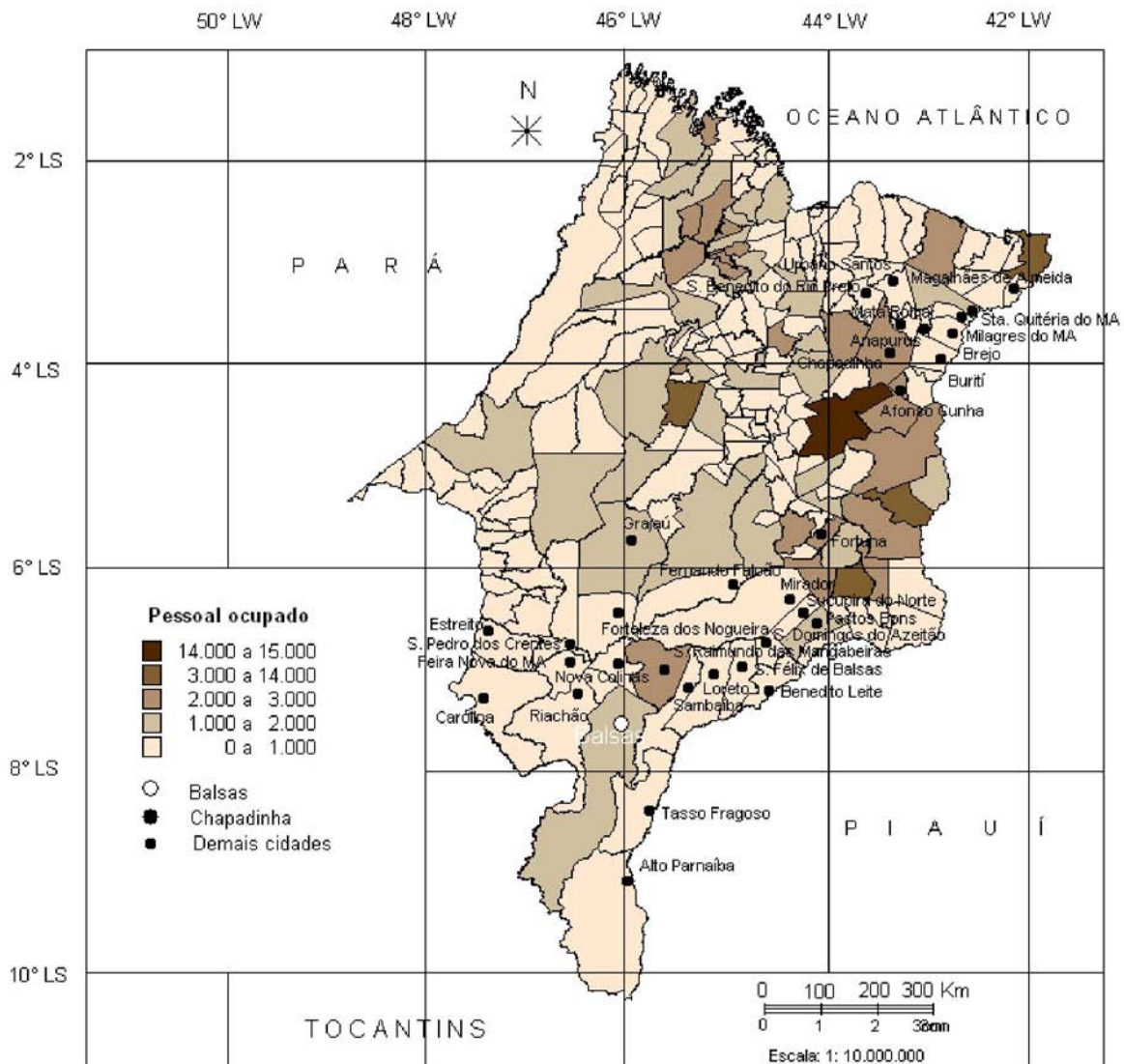
Por outro lado, se a quantidade de emprego com carteira assinada na agricultura é mais elevada nas regiões produtoras de soja, o mesmo não se pode afirmar da quantidade da força de trabalho empregada nessa atividade, cujo nível de empregabilidade é baixo, uma vez que o adensamento da mecanização caminha num ritmo mais acelerado, proporcional à dispersão do campo.

De acordo com o mapa 04, a maior parte do pessoal ocupado não se encontra nas municipalidades produtoras de soja, fato que evidencia, de imediato, que essa atividade não é grande produtora de emprego, mas produz, visando o máximo de acúmulo de capital para as grandes empresas cujas sedes estão totalmente distantes dos locais de produção da soja.

De acordo com dados do último Censo Agropecuário (2006) e com o mapa 05, na Região de Balsas existem 16.058 trabalhadores ocupados no setor agrícola, sem laço de parentesco com o produtor, correspondendo a 8,35% dos trabalhadores agrícolas em todo o estado. Na região de Chapadinha, a quantidade de agricultores é de 10.065, correspondendo a um total de 5,23%. As duas regiões somadas totalizam 26.123 trabalhadores sem laço de parentesco, de modo que corresponde a 13,59% do total do estado.

²⁵ Esta, de acordo com Marx, é a lei objetiva da reprodução capitalista. Não há produção ou reprodução ampliada do capital que não passe por este mecanismo de produção. Trata-se de uma relação estabelecida entre os meios de produção, a força de trabalho e a *mais valia*.

MAPA 04 - Pessoal ocupado na agricultura no Maranhão em 2006



Fonte: IBGE

Elaborado pelo autor com Map Info Professional 6.0

Mapa 04 – Pessoal ocupado na agricultura no Maranhão em 2006.

Fonte: IBGE, 2006.

Esse argumento ajuda a reforçar que a produção de soja não se baseia na criação de emprego, muito pelo contrário. Como toda grande produção capitalista, cuja máxima é a racionalização da produção, há uma redução constante da força de trabalho em detrimento do capital. Essa é a forma usada pelo capital para promover a maior extração de mais valia e, conseqüentemente, acumulação de bens, e que é uma tendência mundial, não sendo privilégio do Maranhão, tampouco da produção de soja. Por outro lado, o que se quer afirmar é que antes da chegada

do agronegócio, as populações que viviam cultivando a sua terra foram expropriadas dando origem a um grande efetivo de desempregados no campo e nas cidades: uma marca gravada a ferro e fogo pelo agronegócio no Maranhão e de uma forma geral no Brasil.

Por outro lado, no que diz respeito ao emprego permanente na agricultura há uma maior concentração na Região Sul do estado, especialmente na Região de Balsas, que possui 3.167²⁶, o que equivale a 14,22% do emprego permanente da agricultura do estado. A Região de Chapadinha, por sua vez, emprega apenas 717 trabalhadores, perfazendo um total de 3,21% do estado. Quando somada toda região produtora de soja, tem-se 3.884 trabalhadores com um percentual de 17,43% com emprego permanente. Em termos de absoluto, parece significativo, no entanto, em termos relativos, os números reforçam ainda mais as contradições do espaço maranhense.

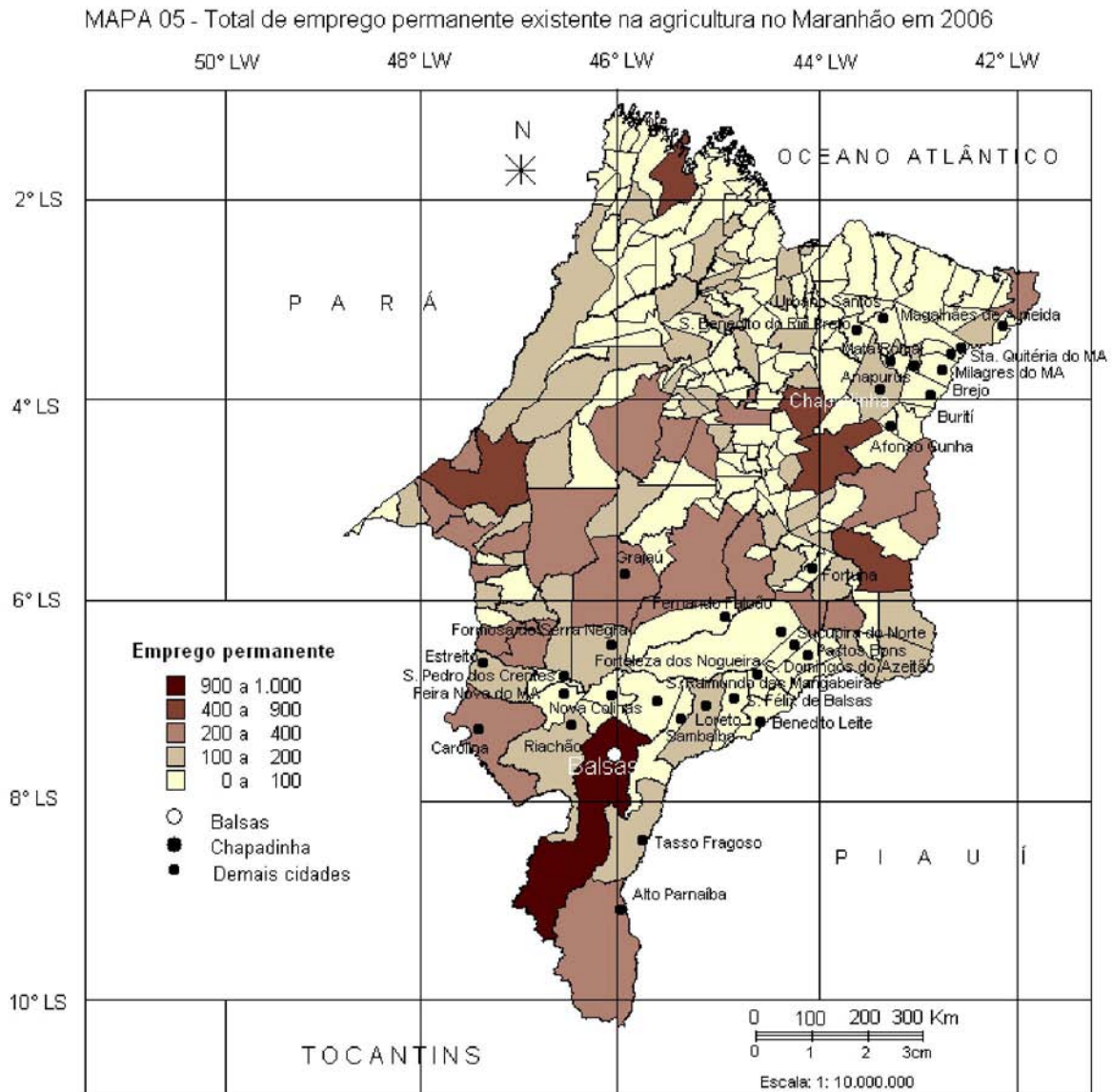
Desse modo, o grau de emprego caminha numa direção inversa à mecanização. Enquanto há um aumento do processo de mecanização, há uma redução da quantidade de emprego. O problema tende a se acirrar ainda mais com a intensificação da ocupação das áreas com soja. Por mais que haja o aumento relativo do trabalho com carteira assinada, há uma diminuição absoluta do emprego com a redução da agricultura de subsistência.

Na realidade, são índices extremamente baixos de ocupação, fato que revela uma concentração acentuada do capital, e um uso ainda mais seletivo do território, principalmente pelas grandes multinacionais que se valem da produção.

De acordo com o mapa 05, percebe-se que a maior parte do emprego permanente existente na agricultura está em torno de Balsas, especificamente na produção de soja. O fato de Balsas possuir a maior quantidade de emprego permanente na agricultura não implica necessariamente dizer que a produção de soja cria emprego. Muito pelo contrário, o processo de mecanização da agricultura que se deu no Maranhão cria pouco emprego e desemprega mais ainda. Primeiramente porque o agronegócio se apropria da terra cultivável e depois porque não consegue criar postos de trabalhos suficientes para absorver a demanda desempregada do campo. Isso sem falar que a produção agrícola começou a optar

²⁶ Os dados acima não dizem respeito ao total de força de trabalho aplicada, única e exclusivamente na produção de soja, mas ao conjunto das atividades agrícolas, fato que dificulta, mas não inviabiliza a compreensão.

por uma modalidade de força de trabalho mais qualificada, visto que passou a necessitar de pessoas capacitadas para operar máquinas e equipamentos mais sofisticados.



Fonte: IBGE

Elaborado pelo autor com Map Info Professional 6.0

Mapa 05 – Total de emprego permanente existente na agricultura no Maranhão em 2006.

Fonte: IBGE, 2006.

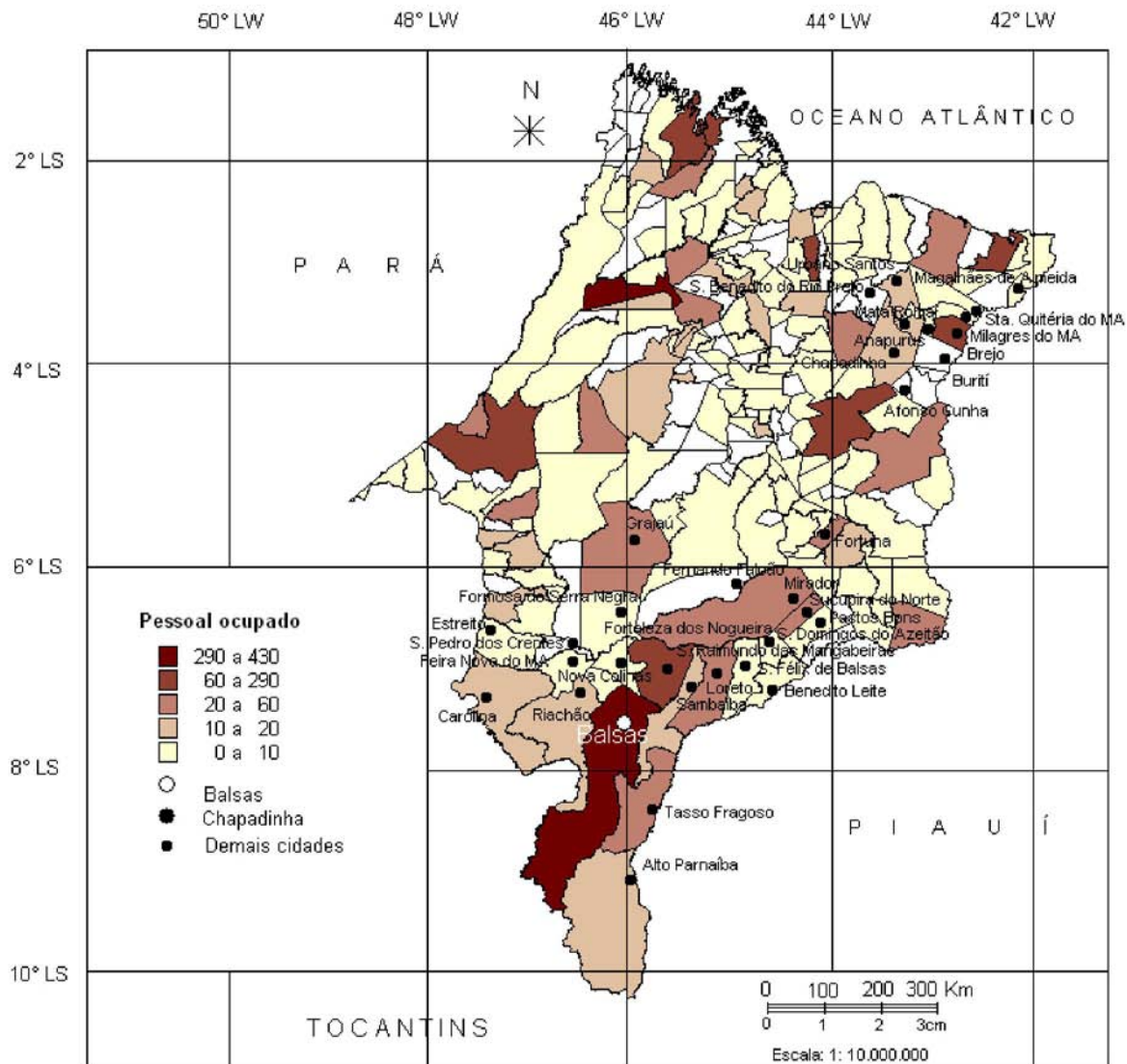
Esses níveis de emprego em um estado como o Maranhão, onde a base da produção ainda é a agricultura, demonstram o grau de pauperização das populações que vivem ainda de uma agricultura de subsistência e que não

conseguem produzir por falta de terras, sequer ser absorvidas no campo, por falta de trabalho, e muito menos nas cidades. Estas, por sua vez, não possuem demanda nem para as populações urbanas que vão criando seus exércitos de desempregados de reservas, tampouco para as populações rurais que acabam migrando por falta de terra e trabalho no campo.

Embora não seja uma modalidade de trabalho presente somente nas municipalidades produtoras de soja, como demonstra o mapa 06, o pessoal ocupado na agricultura com qualificação profissional ainda é uma marca característica do agronegócio e da produção de soja.

Como demonstra o mapa 06, a maior concentração dessa modalidade de força de trabalho está localizada na Região de Balsas, onde existem 642 pessoas empregadas na agricultura com qualificação profissional, o que corresponde a 24,3% do total do estado. Somente na municipalidade de Balsas existem 292 profissionais que trabalham na agricultura sem laço de parentesco, correspondendo a um efetivo de 11,05% do total do estado. Na Região de Chapadinha esse índice é de 173 trabalhadores, o que corresponde a 6,55% do total do estado. As unidades de produção possuem em média 3 profissionais especializados, geralmente agrônomo especialistas em sementes, solos, patologias e administração.

MAPA 06 - Pessoal ocupado na agricultura com qualificação profissional no Maranhão em 2006



Fonte: IBGE

Elaborado pelo autor com Map Info Professional 6.0

Mapa 06 – Pessoal ocupado na agricultura com qualificação profissional no Maranhão em 2006.

Fonte: IBGE, 2006.

Desse modo, a produção de soja exige profissionais cada vez mais qualificados. Essa é uma tendência crescente da produção, não somente do circuito espacial de produção da soja, mas de toda produção capitalista, sobretudo, da agricultura, cujo grau de empregabilidade é extremamente baixo, uma vez que a exigência não acena para um efetivo quantitativo de trabalhadores, mas sim para especialistas voltados principalmente para a área de tecnologia agrícola, como ilustra o mapa 06, um processo característico da divisão do trabalho.

Assim, a soja intensifica ainda mais o processo de divisão do trabalho, valorizando o especialista (*homo sapiens*) e desvalorizando o trabalho manual (*homo faber*). Essa é uma tendência da especialização produtiva.

Trata-se de uma especialização cada vez mais capitalista. Durante muito tempo se escreveu, no caso brasileiro, ser o campo hostil ao capital, um obstáculo à sua difusão, mas o que vemos é o contrário, um campo que acolhe o capital novo e o difunde rapidamente com tudo o que ele acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, novas formas ocupacionais que aí se instalam rapidamente. É uma tendência que claramente se nota nas áreas economicamente mais avançadas, mas que também se faz presente nos subespaços menos avançados. No caso brasileiro, esse meio técnico-científico praticamente está presente naquilo que Boudeville (1968), juntamente com Friedmann (1971), teria chamado, há vinte anos, de “centro” do país, áreas que preferimos denominar de região concentrada²⁷ e que cobre praticamente os Estados do Sul, Sudeste e que desdobra para o Centro-Oeste, como uma área contínua; mas esse meio técnico-científico se dá como manchas em outras áreas do território nacional, e como pontos em todos os Estados e unidades da Federação, tudo isso prefigurando o território nacional do futuro (SANTOS, 2008b, p. 135-6).

Por outro lado, a especialização produtiva reflete a especialização dos lugares e o grau de tecnificação da agricultura, sobretudo, quando voltada para a soja que, mesmo nas regiões de menores densidades técnicas, como é o caso Balsas e Chapadinha no Maranhão, se configuram mediante alto grau de precisão e cientificismo. Se há dentro da produção agrícola formas de produção com elevados graus de desenvolvimento técnico, essa é uma. Trata-se de uma cultura que se dá pura e exclusivamente com a aplicação da ciência e de todo um arsenal técnico, capaz de assegurar rentabilidade, produtividade, lucratividade, enfim, condições que garantam uma racionalização da produção.

Além do trabalho especializado, o circuito espacial de produção de soja se alimenta de uma modalidade de trabalho temporário. É um processo de regulação das forças produtivas pela dinâmica do capital, cuja produção tem seus momentos de pico, principalmente nos períodos de safra.

A atividade agrícola, apesar de constante (devido aos novos métodos de cultivo e irrigação) e de exigir o trabalho permanente o ano inteiro, mantém ainda seus maiores picos de contratação de força de trabalho na época de plantio e colheita. Neste sentido, com relação aos empregos temporários existentes na

²⁷ Embora com o entendimento de *continuum* Santos (2008b) desconsidere as particularidades e opacidades que existem dentro da própria “região concentrada”, nesta há um maior efetivo produtivo, tanto na atividade industrial, como nos serviços e agricultura.

MAPA 07 - Total de emprego temporário existente na agricultura no Maranhão em 2006



Mapa 07 – Total de emprego temporário existente na agricultura no Maranhão em 2006.
Fonte: IBGE, 2006.

Esse processo não pode ser visto de forma dissociada do processo técnico. Mesmo com toda grande produção capitalista da agricultura o índice de emprego gerado, tanto permanente quanto temporariamente, é inexpressivo e não atende à demanda da população economicamente ativa das municipalidades, não somente devido às máquinas, como pelo fato de que essa atividade por si só não promove tanto emprego quanto quando há um conjunto de atividades produtivas geradas pelos três setores da economia que a moderna agricultura cria²⁸.

A substituição do trabalho manual pelo mecânico é uma tendência crescente na agricultura moderna e representa a superação do homem sobre a natureza. Esta é a tendência da agricultura de uma forma particular e da produção capitalista de uma forma geral, que tenta aumentar o capital e, conseqüentemente, a mais valia, reduzindo o capital variável (força de trabalho), aumentando, qualitativa e quantitativamente, o capital constante (meios de produção).

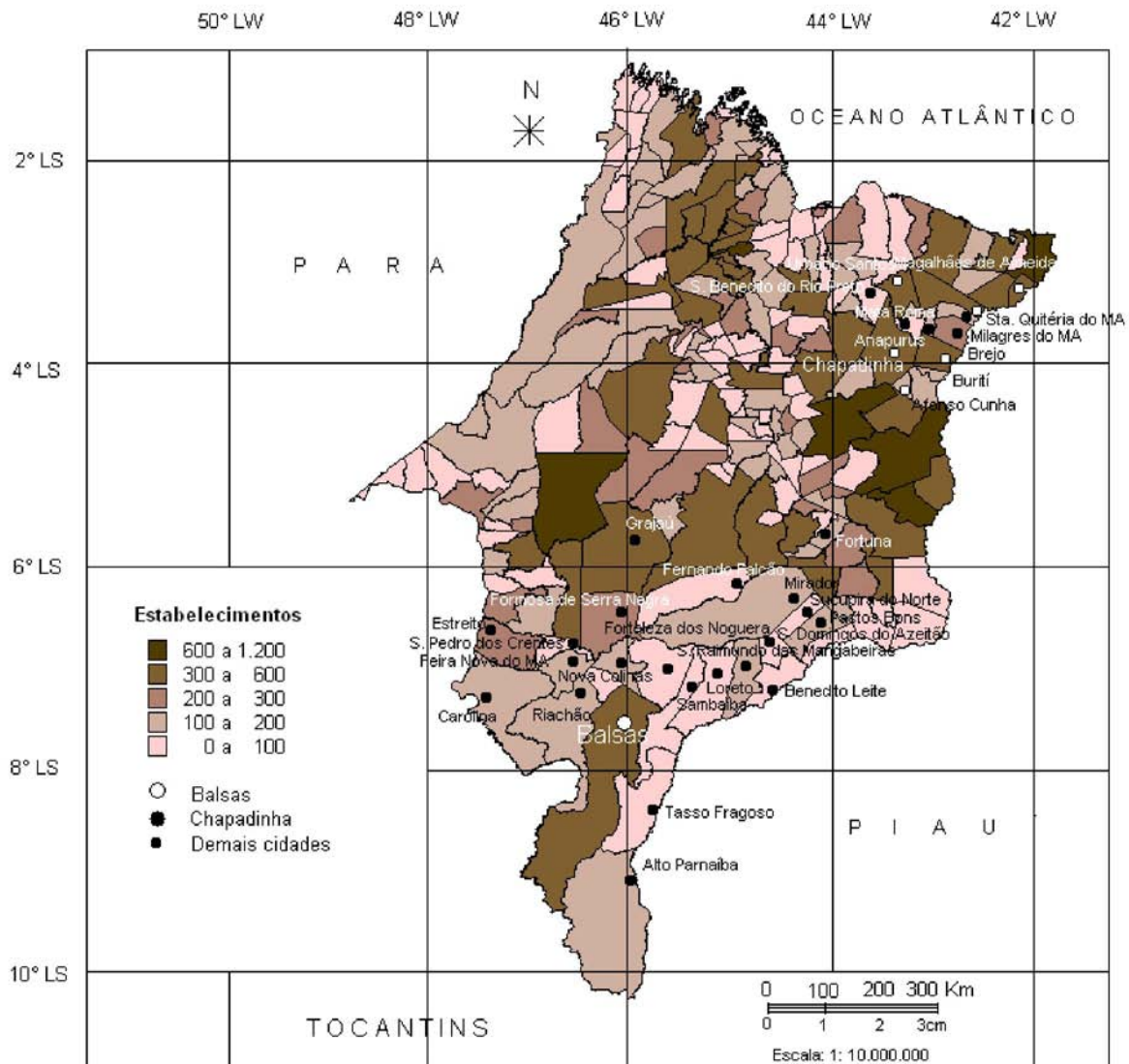
Desse modo, a produção de soja desemprega e não emprega. Apesar do maior índice de trabalho com carteira assinada, há um grande percentual de trabalhadores rurais sem terra desempregados, fruto do advento do agronegócio, pois, como demonstra Ferreira (2008), em Balsas há um crescimento considerável da cidade e, com isso, tem se desenrolado um crescente processo de periferização a partir da produção da soja.

Por outro lado, o processo de periferização não é uma exclusividade das municipalidades produtoras de soja, uma vez que nas demais municipalidades que a produzem, este evento não se dá com a mesma magnitude que em Balsas, nem tampouco das grandes cidades, mas é um fenômeno intensamente visualizado nos países da periferia do capitalismo. No entanto, é a partir da chegada da soja que este fenômeno se desenvolve com maior intensidade em Balsas e algumas municipalidades que produzem soja.

Como demonstra o mapa 08, o emprego temporário na agricultura não é uma exclusividade da produção de soja, ainda que se intensifique nos períodos de plantio e colheita.

²⁸ Como o circuito espacial de produção da soja no Maranhão se baseia especificamente pela atividade primária sem haver um conjunto de atividades industriais e comerciais, o grau de emprego que esta produção cria é insignificante diante da demanda gerada pela população economicamente ativa.

MAPA 08 - Total de estabelecimentos com emprego temporário na agricultura no Maranhão em 2006



Fonte: IBGE

Elaborado pelo autor com Map Info Professional 6.0

Mapa 08 – Total de estabelecimentos com emprego temporário na agricultura no Maranhão em 2006.

Fonte: IBGE, 2006.

Apesar do aumento significativo de trabalhadores com carteira assinada nos municípios que produzem soja, percebe-se que somente uma parcela insignificante da população economicamente ativa é absorvida pelo agronegócio de uma forma particular porque grande parte dos trabalhadores rurais expropriados pelo agronegócio que trabalhava em suas terras sem carteira assinada – não figurando nas estatísticas formais – está desempregada ou no campo ou na periferia das grandes e médias cidades. O desemprego no campo só não é maior porque tem

havido uma redução da população rural, devido ao processo de expropriação, pois grande parte da população tem migrado para as cidades e, desse modo, constituindo um proletariado e *lunpenproletariado* urbano, agravando problemas sociais, principalmente nos municípios produtores de soja. Sendo assim, a cidade se mostra como uma “solução” ao desemprego no campo, no dizer de Ianni (1984). Com isso, há um considerável aumento da concentração fundiária e da população urbana.

Dialeticamente, o circuito espacial de produção de soja se desenvolve criando poucos postos de trabalho e desempregando mais ainda. Sendo assim,

[...] nos últimos 11 anos, 797.285 postos de trabalho ocupados por membros da família desapareceram, o que corresponde a uma perda de 5,9% das ocupações antes existentes. Embora a perda dos empregos, correspondentes às contratações mediante o assalariamento tenha sido três vezes superior, chegando a 17,7%, o caráter excludente do paradigma agrícola em curso é inequívoco (PAULINO, 2007, p. 236).

Apesar de Oliveira (2007, p. 150-1) afirmar que no Brasil há um índice considerável de emprego e um número de trabalhadores na agricultura familiar, Paulino (2007), combate essa idéia e elucida que há uma redução da força de trabalho no campo, como resultado da modernização da agricultura que vem atrelada à concentração fundiária.

No Brasil, de um modo geral, o processo de concentração fundiária é histórico, mas se intensifica ainda mais com a modernização da agricultura, pois, o aumento da incorporação de novas áreas ainda que não sejam usadas na agricultura, e a redução do número de estabelecimentos rurais, demonstra de um modo geral, que o processo de modernização tem sido amplamente impulsionador da concentração fundiária. Essa é uma tendência da agricultura moderna que precisa de grandes extensões de terra para atender a demanda de um mercado mundial, principalmente porque o Brasil se impõe como um dos maiores produtores e exportadores de produtos agrícolas do mundo.

Por outro lado, o processo de modernização da agricultura se dá concomitantemente a uma política viária tendo como prerrogativa a fluidez do território, e tendo como base a integração do Maranhão enquanto espaço periférico do capitalismo ao mercado e também a uma divisão do trabalho.

3.5. A fluidez do território usado pelo circuito espacial de produção da soja

A fluidez é uma condição *sine qua non* para instalação da soja ou de qualquer circuito espacial de produção no território, uma vez que esta constitui o elo imprescindível do processo de circulação e troca dos produtos. O território maranhense, até praticamente todo o período técnico, era caracterizado por apresentar um sistema viário baseado em estradas vicinais e carroçais, fato que dificultava a existência, coexistência e solidariedade dos/entre os circuitos espaciais de produção.

Neste sentido, o circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da soja que se apóiam na técnica, ciência e informação têm criado um território fluido para possibilitar os fluxos de mercadorias, serviços e pessoas. Este processo se desenvolveu com o advento da integração e modernização territoriais, principalmente pela atuação do Estado em favor das grandes corporações. Assim, a fluidez do território se apóia num conjunto articulado de políticas regionais que garantiram a construção de sistemas de engenharia pelo Estado²⁹ em favor do uso corporativo do território.

De acordo com Lopes (2006, p. 38-9), a fluidez do território brasileiro pauta-se, principalmente, num modelo rodoviário que se desenvolve em três fases. A primeira vai da segunda metade do século XIX até a década de 1930, e caracteriza-se por um sistema rodoviário subsidiado ao sistema ferroviário, num momento em que há o predomínio de estradas vicinais usadas pelas tropas e carroças. Tais estradas ligavam as fazendas às ferrovias e portos. Além disso, houve a adaptação das estradas aos caminhões.

A segunda fase inicia-se no final da década de 1930 e vai até a década de 1940; caracteriza-se por uma participação efetiva do Estado enquanto planejador

²⁹ O Estado possui uma infinidade de compreensão. Para Farias (2000, p. 28-31), corresponde a “[...] um ser social rico em determinações que se estruturam material e socialmente [sendo] capaz de exercer papel mediador sobre um território e sobre o conjunto de população [...]”. Para Marx (1983), trata-se de uma forma social e histórica, cuja existência é particular e relativamente autônoma em relação à economia, mas nem por isso deixa de participar do conjunto geral da sociedade. Na concepção de Engels, nasce “[...] da necessidade de conter o antagonismo das classes [...] é, por regra geral, o Estado da classe [...] economicamente dominante” (ENGELS, 1986, 229-30). Para Monal (2005, p. 11), a participação do Estado é reduzida, mas “[...] exerce influência no processo de mundialização, sobretudo enquanto instância mediadora”.

e executor dos grandes projetos rodoviários. A terceira fase se dá durante o Regime Militar e a conseqüente preparação do território nacional ao processo de internacionalização com a criação de grandes projetos rodoviários que materializam o processo de integração territorial, hegemonizando, assim, o território rodoviário em detrimento dos demais.

De acordo com Galvão (1996, p. 185), o desenvolvimento dos sistemas de transporte no Brasil tem suas particularidades, não é tão simplista quanto aparenta e leva em consideração principalmente o advento da integração nacional que

[...] foi um processo lento – levando cerca de 450 anos para ser plenamente alcançado –, e por que o país ingressou na era moderna do seu desenvolvimento sem contar com um sistema nacional de transportes multimodais, e dependendo tão largamente da rodovia para a movimentação de cargas e de passageiros (GALVÃO, 1996, p. 185).

Neste sentido Galvão (1996, pp. 197-206) entende que a conjugação de circunstâncias naturais adversas, associadas a certas características territoriais do Brasil, a orientação histórica do crescimento econômico do país, voltada, durante mais de 400 anos para a exportação de alguns poucos produtos primários, o poderoso *lobby* das empresas automobilísticas, ausência de um forte mercado interno, baixa renda da população, associada à concentração de renda e a concentração industrial em torno do triângulo formado por São Paulo, Rio e Belo Horizonte que concentravam 75% de toda produção manufatureira nacional em 1970, foram fatores responsáveis pela hegemonização do transporte rodoviário sobre os demais sistemas de transportes no Brasil.

Por outro lado, o território maranhense, enquanto espaço periférico da formação socioespacial, não seguiu exatamente a mesma evolução da “Região concentrada” do país, no que diz respeito ao processo de fluidez, tendo em vista que nem os circuitos espaciais de produção conseguiram reunir condições de concentração de capitais e de técnica e nem os grandes conglomerados industriais se fizeram tão presentes como na referida Região, uma vez que são estes agentes os responsáveis pela configuração territorial. Sendo assim, a fluidez do território é um processo que se manifesta na formação socioespacial, mas apresentando aspectos particulares, sobretudo no Maranhão que até meados do século XX ainda estava desintegrado das demais porções da formação socioespacial. Enquanto o

adensamento industrial na região concentrada já havia criado um sistema de transporte eficiente à demanda do mercado, os circuitos espaciais de produção maranhenses passavam por uma situação de desmonte, fato que tornará ainda mais difícil a fluidez territorial, uma vez que os espaços opacos tendem a ser ofuscados pelos espaços luminosos.

Neste contexto, a exemplo do território brasileiro, a fluidez do território maranhense se deu de forma centralizada voltada para a capital do Estado, São Luís. As redes fluviais, principal meio de transporte do estado convergiam até a capital. No período técnico, o território era dominado pelo tempo lento e, dessa maneira, pelas estradas vicinais e carroçais que ligavam as áreas de produção aos entrepostos comerciais, compostos pelas principais cidades às margens dos rios. Das cidades até a capital, o transporte era feito por barcos a vapor. De São Luís, os fluxos se davam em duas direções, de um lado, para as demais regiões do país, por meio da navegação de cabotagem, de outro, para o exterior por meio da navegação de longo curso. Assim, os circuitos espaciais de produção usavam um território fluido para fora e viscoso para dentro, em direção ao interior. Este período é caracterizado essencialmente pelo uso das redes fluviais de transporte, sobretudo, pela forte imposição do tempo natural ao social.

De acordo com Ferreira (2009, p. 2-11), o desenvolvimento do processo de fluidez do território no Maranhão se deu em quatro fases. A primeira, dominada pela navegação à vela, vai desde o início do processo de colonização, em 1612, até 1850, quando há o domínio do tempo lento e da constante luta de adaptação do homem à natureza e as eventuais condições adversas. Sendo assim,

O meio de transporte de longa distância constituía-se de grandes embarcações (naus e caravelas) que articulavam São Luís (a sede e principal ancoradouro/ porto marítimo) com as vilas e cidades do litoral brasileiro, assim como com a Metrópole portuguesa e o exterior, cujo ápice ocorreu no período de 1758-1778 em que vigorou a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. O meio de transporte de pequena distância atinha-se às embarcações de porte médio, as quais percorriam os trechos navegáveis dos grandes rios próximos às áreas de produção de cana-de-açúcar e, sobretudo, de algodão (parte da Baixada Maranhense em direção ao rio Turiaçu e pelo vale do Itapecuru avançando 390 km e concentrando-se em Caxias). Isto, contudo, não era fácil devido às correntezas, falta de ventos, corredeiras, mata fechada e presença indígena, o que era superado apenas com pequenas embarcações (barcos a remos e balsas) movidas pela força humana (FERREIRA, 2009, p. 2).

O desenvolvimento técnico dessa fase não possibilita a existência de uma diversidade de fluxos, portanto, há, sobretudo, uma limitação técnica. No entanto, coexistente e paralela ao desenvolvimento do “[...] transporte fluvial e marítimo, foi criado um caminho ligando o Estado do Maranhão ao Estado do Brasil, via Piauí e Bahia” (FERREIRA, 2009, p. 4), que representa o embrião do transporte rodoviário e do processo de integração dos espaços produtivos à dinâmica do capital global.

A segunda fase seria o desenvolvimento do transporte a vapor, num período que vai de 1850 a 1950, no momento em que os sistemas técnicos começam a se impor sobre os sistemas naturais. Sendo assim, a navegação a vapor foi autorizada pela

[...] lei provincial nº 426/1856 que objetivava contratar o serviço de navegação costeira e fluvial. Para tanto, foi constituída a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, considerada o fato “na época, sem dúvida, mais importante para a economia e para o povoamento do interior” (AYRES, 2001, p. 174) visto que a partir de 1857 passou a explorar os rios Itapecuru (até Colinas, aproximadamente 590 km) devido à demanda da cultura canavieira e o Mearim (até Barra do Corda, com extensão de 645 km) em função da rizicultura, assim como a costa, mais precisamente entre Alcântara e o rio Turi. Já em 1890 a companhia referida possuía uma frota de cinco navios costeiros, cinco navios fluviais e vinte e seis barcas de reboque. Essa frota atendia linhas regulares na rota Norte (até Manaus) e na rota Sul (até Recife). Também cobria linhas regulares nos rios Itapecuru, Munim (145 km navegáveis que vão da foz até 40 km a montante de Nina Rodrigues) e Pindaré (456 km da foz até o rio Buriticupu). Isto implicou no deslocamento do povoamento para os vales dos citados rios, resultando na multiplicação de pontos de concentração (povoações, vilas e cidades) e no incremento dos já existentes (FERREIRA, 2009, p. 4).

Neste sentido, de acordo com o autor, as péssimas condições de conservação, ausência de modernização da Companhia, constantes reclamações, dificuldades naturais de navegação dos rios, morosidade da navegação, além da construção da Estrada de Ferro São Luís-Teresina em 1921 (FERREIRA, 2009, p. 5), associada à construção de vias terrestres, foram fatores que contribuíram para a decadência do sistema de transporte fluvial e marítimo no Maranhão.

Nesse contexto foi efetivado o Plano Rodoviário do Estado do Maranhão, que entre 1926/1930 priorizou a construção de estradas de rodagem que convergiam para os portos fluviais e para as estações ferroviárias, de maneira que o meio de transporte utilizado passou a ser o caminhão em detrimento de burros de carga, carros-de-boi e barco. Apesar desse quadro,

a navegação fluvial continuou sendo o principal meio de transporte (EGLER, 1951) e ateu-se, gradativamente, com o incremento do transporte rodoviário decorrente das ações do Departamento de Estradas de Rodagem, que foi criado em 1940 a fim de assistir à agricultura, ao comércio e principalmente facilitar o escoamento da produção através do incremento de 100% dos 4.149 km de estradas existentes, o que não se concretizou. A isso se deve acrescentar 2 km da estrada de ferro que atravessa o rio Parnaíba, interligando Timon (MA) a Teresina (PI) aos 450 km existentes entre a primeira e São Luís (FERREIRA, 2009, PP. 5-6).

A terceira fase vai de 1950 a 1999. Tal fase seria aquela onde há o desenvolvimento e conseqüente domínio do território pelos transportes rodoviários com pavimentação. Esse momento é caracterizado pela imposição do transporte rodoviário sobre os demais sistemas de transportes. Nesta, o papel do Estado enquanto instituição fomentadora foi decisivo porque promove não somente as obras infra-estruturais, mas atrai as grandes empresas para usar o território. No entanto, em

[...] 1955, o Estado possuía, apenas, a rodovia central de sentido longitudinal, estabelecida no divisor Itapecuru-Mearim que se estendia de São Luís a Presidente Dutra (parte da atual BR-135) e pequeno trecho da atual BR-316 até Codó. No município de Coroatá, em Peritoró, se encontravam nesse eixo as duas rodovias construídas em direção ao Mearim, para oeste, o ramal de Bacabal e para sudoeste o de Pedreiras, áreas pioneiras. Coroatá teve, na época, o importante papel de centro de apoio à penetração que se fazia com base naquelas duas cidades. Era o lugar de transbordo dos produtos agroextrativos, provenientes dessas áreas novas, e aí embarcados na ferrovia, com destino aos mercados consumidores ou de exportação [...], sendo que [...] o extremo sudoeste [...] ligava-se, na época, a Floriano, no Piauí, por rodovia que ia de Barão de Grajaú a Pastos Bons (parte da atual BR-230), num eixo já de tradicional relação do sertão maranhense com Floriano (Piauí) e Recife (Pernambuco) (BRASIL, IBGE, 1984, p. 30).

Neste contexto, constitui a fase em que o território maranhense se integra formalmente tanto às redes das unidades municipais, quanto às demais regiões do país. Há uma integração formal do território maranhense no momento em que os lugares isolados passam a se integrar por meio das redes de transportes rodoviários. Tal integração se dá de forma exclusiva, uma vez que poucos são os locais que participam desta dinâmica. É a fase que representa a integração do território tanto ao cenário nacional, como também no maranhense. Desse modo,

[...] na década de 1960 foram implantados seis segmentos de rodovias que complementaram os existentes e articularam melhor, por exemplo, São Luís a Teresina, os sertões do sul, o nordeste (alcançando o Baixo Parnaíba), o extremo oeste através da implantação do trecho da Belém-Brasília (BR-010)

que dinamizou a região de Imperatriz, o noroeste (até Bom Jardim, no vale do Pindaré) e o divisor Mearim-Grajaú. Esses segmentos, contudo, ainda eram poucos, sem pavimentação e mal conservados para as necessidades e superfície maranhenses, enquanto outros eram “trilhas” ou “picadas” por onde migrantes nordestinos seguiam para o noroeste em busca dos fundos territoriais (FERREIRA, 2009, p. 7).

Entre 1965 e 1975, o Estado, por meio do Plano de Metas, promoveu a

[...] construção de [...] grandes eixos transversais de ligação do sistema bem estruturado do leste do Estado, com o grande eixo norte-sul da Belém-Brasília [...], cujos exemplos são [...] o trecho da BR-222 de ligação da BR-010 com a BR-316, de Açailândia a Santa Inês, ligando as bacias do Tocantins e Pindaré; o eixo transversal da BR-226 de Porto Franco a Presidente Dutra, ligação Tocantins-Mearim; a complementação do eixo transversal da BR-230 de São Raimundo das Mangabeiras a Carolina, completando-se a ligação Tocantins-Parnaíba. Entre as bacias do Itapecuru-Parnaíba e fez a ligação rodoviária de Colinas a Coelho Neto, via Caxias (BRASIL, 1984, p. 31).

Nesse mesmo período foi efetivado o prolongamento da BR-135, de Colinas para Nova Iorque e São João dos Patos. A BR-316 foi prolongada de Bom Jardim ao rio Gurupi, limite do Maranhão com o Pará, na direção de Belém. Na escala estadual, mais precisamente no sentido longitudinal foi implantada a MA-106, conhecida como Transmaranhão, por ter extensão de 1.111 km que ligam Cururupu (no litoral ocidental) a Alto Parnaíba (no extremo sul), passando pelas novas áreas agroextrativas. (FERREIRA, 2009, p. 8).

Com efeito, o governo estadual construiu o porto do Itaqui, inaugurado em 1974, em um sítio com excelentes condições naturais (o canal de acesso oferece profundidade natural mínima de 27 metros, largura aproximada de 1,8 km, os berços de atracção têm em média 15,28 m de profundidade) e situação geográfica favorável em relação a outros portos brasileiros e ao mercado exterior, incluindo o acesso ao canal do Panamá (Figura 2). A infra-estrutura portuária do estado do Maranhão era complementada por uma gama de pequenos portos interiores, que se localizavam “na baixada ocidental e na fachada litorânea, em geral, caracterizados por total inadequação sendo, em sua grande maioria, portos naturais. Estão desaparelhados para utilização pelo menos razoável, mesmo para o tipo de embarcação existente, principalmente no que diz respeito a rampas e atracadouros mais adequados”

No ano de 1975, a extensão da rede rodoviária no Maranhão equivalia a 45.174 km, dos quais 3.214 km eram federais enquanto os estaduais e os municipais correspondiam a 2.830 km e 39.130 km, respectivamente. Desse total, 96,19% não eram pavimentados. Os 3,81% que eram asfaltados e equivaliam a 1.722 km, distribuíam-se nas rodovias federais que respondiam por 78,80%, seguidas pelas estaduais 17,42% (300 km) e municipais, com 3,78% ou 65 km. Apesar da pouca extensão de rodovias pavimentadas, esse quadro de melhoria concorreu para redução dos custos de transporte e comprometimento da decadente estrada de ferro entre São Luís e Teresina, assim como do tráfego de táxi aéreo que articulava a capital maranhense às cidades mais distantes do interior, com a agravante de que no conjunto dos 130 municípios maranhenses, em 1980, “cerca de 70% [...] já dispõem de ligação rodoviária” (BRASIL, 1984, p. 31). Isto porque entre 1975 e 1980 foram acrescidos mais 5.642 km à malha rodoviária maranhense que registrou aumento de 12,49% visto que no primeiro ano eram 45.174 km que passaram para 50.816 km no último ano. Desse total de 1980, somente 4,83% eram pavimentados, o que de um lado

significava pouco avanço em termos da qualidade das vias rodoviárias e de outro também concorria para o declínio da navegação fluvial, que se encontrava (FERREIRA, 2009, p. 8-9).

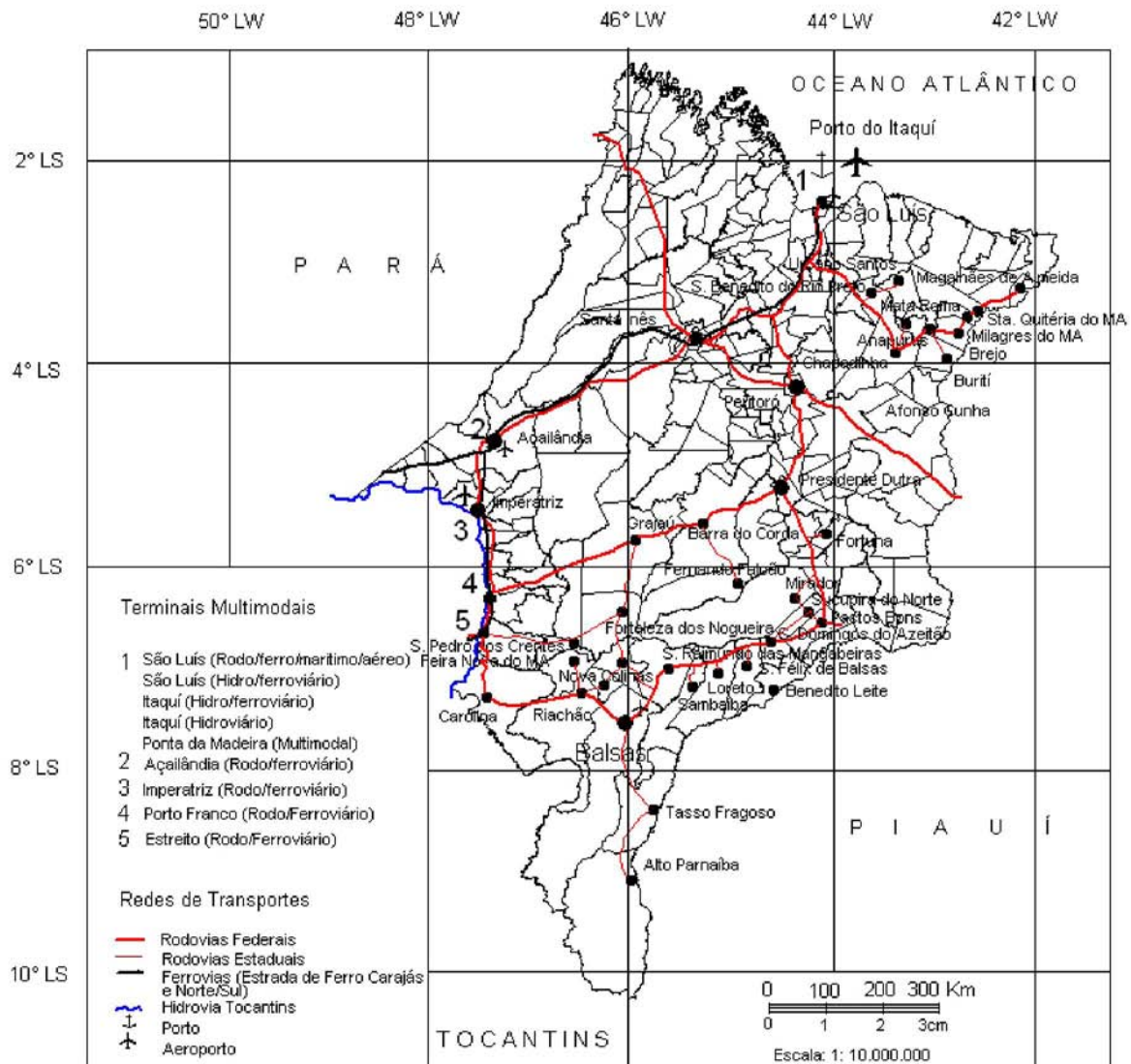
Além de toda infra-estrutura criada e ofertada ao grande capital através da construção das estradas de rodagens, foi construído também no Maranhão hidroelétricas para conseqüente oferta de energia, tanto para os circuitos espaciais de produção, quanto para os círculos de cooperação, grandes projetos minero-metalúrgicos “de ferro e alumínio/alumina quanto de incremento da área de produção de soja derivada do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER, em sua fase III), implantado na região de Balsas em 1995” (FERREIRA, 2009, p. 11).

Tais empreendimentos infra-estruturais são condições imprescindíveis para implantação da última fase do processo de fluidez do território maranhense que se dá a partir de 1999, e caracteriza-se pelo desenvolvimento do sistema multimodal de transporte, onde há coexistência e coopresença dos vários sistemas articulados (hidrovia, ferrovia, rodovia, porto). Esta fase representa especificamente a materialização do período técnico-científico-informacional no Maranhão. É um período de integração dos territórios usados pelas grandes corporações caracterizados pela fusão dos mais variados sistemas de transporte. Sendo assim,

No estado do Maranhão já estão conformados oito terminais modais, cujas ações iniciais remontam ao II Plano Nacional de Desenvolvimento e foram incrementadas com os programas federais “Brasil em Ação” (1996-1999), “Avança Brasil” (2000-2003), “Plano Brasil de Todos: participação e inclusão” (2004-2007) enquanto outras ações foram realocadas para o Programa de Aceleração do Crescimento (2008-2011). Em Açailândia, Estreito, Imperatriz e Porto Franco, por exemplo, a modalidade é a rodo-ferroviária, materializada pelas rodovias BR's 010 e 230, articuladas aos 226 km da Estrada de Ferro Norte-Sul, no trecho entre Estreito e Pequiá (Açailândia), onde é conectada à Estrada de Ferro Carajás- São Luís rumo ao complexo portuário da capital estadual. Nesta localizam-se mais quatro terminais, cujas modalidades são a rodo-ferroviário-marítimo-aérea, a hidro-ferroviária, a hidroviária, e a multimodal propriamente dita da CVRD (FERREIRA, 2009, p 11).

Como demonstra o mapa 09, o território maranhense possui (05) cinco terminais multimodais que são de extrema importância para o circuito espacial de produção da soja.

MAPA 09 - Terminais Multimodais no Estado do Maranhão em 2007



Fonte: MT/BIT

Elaborado pelo autor com Map Info Professional 6.0

Mapa 09. Terminais Multimodais no estado do Maranhão em 2007.

Fonte: MT/BIT, 2007.

Além dos terminais multimodais, como ilustra o mapa 09, o conjunto de obras³⁰ enunciadas de cunho “estruturante” e desenvolvimentista é fundamental

³⁰ Além disso, é importante enfatizar “[...] que as municipalidades de Açailândia, Imperatriz, Porto Franco e Estreito têm sido beneficiadas com obras que incluem três terminais, a Usina Hidrelétrica de Estreito e a hidrovia Araguaia – Tocantins (que havia sido proposta em 1933 pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação); além disso, já existe um projeto de ampliação da ferrovia Norte-Sul, num trecho de 240 km entre Estreito e Balsas, cuja previsão é de consumir R\$ 480 milhões e reduzir em 100 km o transporte de grãos e outros produtos do sul maranhense e do estado do Piauí, que atualmente é realizado em rodovias em situação insatisfatória” (FERREIRA, 2009, p 11).

para o processo de fluidez do território em nome dos agentes hegemônicos, tendo em vista que está sendo construída

[...] a Usina Hidrelétrica de Estreito, por exemplo, produzirá 1.087 MW; atingirá 12 municípios do Maranhão e Tocantins e removerá 2.000 famílias, pois o reservatório será de 555 km². Sua construção estava prevista no PPA 2000-2003, foi iniciada no primeiro semestre de 2007, sob o encargo de um consórcio formado pelas empresas Suez Energy (40,07%), CVRD (30%), ALCOA (25,49%) e Camargo Correa Energia (4,44%), o qual investirá R\$ 3,6 bilhões e deverá entrar em operação em 2010. Essa usina hidrelétrica está com obras “em andamento com 5% de realização” atinente às “escavações e desvio do rio”, e por isso é classificada como a que “merece atenção”, pois devido a entraves que incluem a ocupação do canteiro de obras por parte de ribeirinhos nos meses de março e abril de 2008, o Consórcio Estreito Energia (CESTE) “está desenvolvendo uma série de programas de fomento socioeconômico”, a exemplo dos concernentes à “realocação adequada, manutenção da rentabilidade e melhor aproveitamento das capacidades produtivas dos pequenos negócios [...], à reorganização das atividades minerárias [...], ao fomento às atividades turísticas em sua área de influência [...] e do plano de oportunidades de investimentos”, de maneira que “em sinergia com a população, governos estaduais e municipais, a Usina de Estreito espera contribuir significativamente para o desenvolvimento da região de sua área de abrangência (FERREIRA, 2009, p. 12-3).

Apesar do desenvolvimento do processo de fluidez do território, percebe-se que este é altamente seletivo, no momento em que integra apenas os lugares dominados pelos braços das grandes corporações. Tais empreendimentos inserem uma parte do território na lógica mais aguçada do capital em sua fase globalizada, satisfazendo os anseios das grandes empresas, uma vez que estas, além de estradas para facilitar os fluxos e trocas, precisam também do combustível que movimenta a produção: energia farta, acessível e um grande efetivo de força de trabalho barato.

Atualmente o sistema viário do estado do Maranhão é representado por 55.319 km de rodovias, sendo 12,03% pavimentados. As rodovias municipais correspondem a 80,22% que não são pavimentados, enquanto as estaduais equivalem a 13,58% e as federais a 6,2%. Os 1.367 km de ferrovias são divididos entre a Estrada de Ferro Carajás-São Luís (685 km), a Estrada de Ferro Norte-Sul tem 226 km entre Estreito e Pequiá (Açailândia), onde se interliga à primeira; os restantes 456 km vinculam-se à Companhia Ferroviária do Nordeste, os quais articulam São Luís à capital piauiense e desta à malha do Nordeste brasileiro. Complementam o sistema citado o complexo portuário de São Luís, além do Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado (na capital) que é secundado pelos de porte

inferior localizados em Imperatriz, Balsas, Presidente Dutra e Barreirinhas (FERREIRA, 2009, p. 13-4).

Desse modo, a fluidez do território por meio de um sistema moderno multimodal não supera as contradições sociais impostas pelo modo de produção capitalista. No mais, de um lado, é capaz de promover o desenvolvimento de lugares os quais estão diretamente articulados aos circuitos espaciais de produção, de outro, promove a exclusão de lugares inteiros, inclusive os que estão diretamente ligados à produção. Assim, o sistema de transporte multimodal não é capaz de desenvolver o território maranhense, uma vez que seu compromisso é potencializar e viabilizar

[...] os interesses dos grandes empreendimentos com escala de atuação nacional e/ou internacional, os quais utilizam o território maranhense para produção (soja, principalmente) e como passagem (transporte/embarque de minério de ferro, alumínio, alumina) e por isso as cidades melhor situadas ao longo do sistema e/ou as mais próximas têm registrado dinamismo maior, cujos exemplos são Açailândia, Santa Inês, Balsas, Imperatriz e São Luís que continua comandando a rede urbana maranhense [...] O sistema multimodal de transportes é uma realidade no Maranhão, porém ele foi concebido para transportar mercadorias com aceitação no mercado internacional de commodities e não para satisfazer as necessidades de deslocamentos das pessoas e o escoamento da produção destinada ao mercado local. [...] O problema é que tal sistema restringe-se a uma área do território maranhense (cujas principais cidades localizam-se no trecho Balsas/Estreito/Imperatriz/São Luís), a qual foi viabilizada porque é de interesse não só do Estado brasileiro, mas, sobretudo, das empresas que têm escala de atuação nacional e internacional que fazem uso otimizado do espaço baseado na exploração econômica e pontos de passagem visando ao incremento dos fluxos rumo ao mercado externo, o que implica que ele não integra e nem reflete os interesses de toda a sociedade. Por isso, na escala local ainda predominam localidades e áreas de produção que se ressentem (e muito) de pelo menos uma modalidade de transporte, que esteja em boas condições e possa facilitar o deslocamento das pessoas e dos produtos (agrícolas, extrativos, etc) destinados às pequenas cidades em que reside a maioria dos habitantes (FERREIRA, 2009, p. 14-5).

Tais redes deixam o território fluido e adaptado às exigências do capital, propício ao uso pelas grandes empresas. Essa é a lógica do uso corporativo do território: integrar, modernizar e usar. Assim, o sistema multimodal de transporte maranhense, estruturado em torno dos grandes projetos, está adaptado às exigências do grande capital quanto ao uso do território pela soja. No atual período técnico, o sistema viário maranhense foi adaptado ao projeto da produção de soja, principalmente a partir da criação de ferrovia que garante não somente a produção específica de Balsas, mas de toda adjacência dominada por Balsas, como Norte do Tocantins e Sul do Piauí.

As condições de trafegabilidade das rodovias federais maranhenses, sobretudo da BR 230, transamazônica, como grande parte das vias federais que cortam o território maranhense não são as melhores, uma vez que grande parte está em péssimas condições de conservação, conferindo ao território de um modo geral, um caráter viscoso. No entanto, o trecho de maior densidade e escoamento da soja, que se dá em torno de Balsas e Porto Franco/MA, trecho responsável pelo fluxo da soja até Porto Franco/MA, onde existem as estações de captação da soja, locais dos nós do sistema multimodal, as condições de trafegabilidade são excelentes. Assim sendo, enquanto no território de uso comum prevalece a viscosidade, permeada por uma deficiente malha estadual e municipal, o território de uso de alguns poucos constitui local de extrema fluidez. Assim, a fluidez é uma garantia do circuito espacial de produção e dos círculos de cooperação da soja, enquanto que aos demais subespaços cabem a viscosidade e lentidão.

Um território com redes deficientes não interessa ao grande capital a não ser como reserva de capital ou de força de trabalho. Para ser usado pelas grandes corporações é preciso ser dotado de grandes sistemas de engenharia capaz de possibilitar a fluidez de mercadorias, pessoas, serviços, informações e comandos. Trata-se de um processo que constitui a base do uso do território em geral, mas, sobretudo, um imenso passo para o uso corporativo do território.

Neste sentido, o circuito espacial de produção de soja se desenvolve no período técnico-científico-informacional, tendo como base a intensificação dos fluxos de mercadorias, serviços, pessoas, produtos, etc. e usa um sistema de transporte multimodal, formado pela fusão entre hidrovias, ferrovias, rodovias e portos. No Maranhão, o circuito espacial de produção se materializa em torno das regiões de Balsas e Chapadinha, subespaços que apresentam dinâmicas produtivas diferenciadas, porém lógicas de exploração e de uso do território coincidentes.

Por outro lado, o processo de integração do território maranhense aos espaços da globalização se deu de forma mais acentuada a partir da década de 1970, com a construção de estradas de rodagem e conseqüente pavimentação. No entanto, foi no final da década de 90 que houve a integração do território maranhense, por meio de uma política de integração regional tendo como base a criação do Corredor Norte de Exportação que se utiliza de um sistema de transporte multimodal integrado pelas ferrovias (Estrada de Ferro Carajás – EFC e Ferrovia

Norte-Sul), hidrovía Araguaia-Tocantins, BR 230, 010, 222, 226 e o Porto do Itaquí em São Luís.

Dessa maneira, o processo de integração do território só foi possível mediante o desenvolvimento de uma ciência regional “que esteve a serviço do capital [...], uma verdadeira ideologia espacial, que muda de acordo com as necessidades do sistema” (SANTOS, 2003a, p. 19-20), e que foi responsável pela configuração do território tendo como base os circuitos espaciais de produção.

4. O CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DA SOJA NO MARANHÃO

Neste capítulo busca-se compreender o circuito espacial de produção da soja que se desenvolve no Maranhão a partir do processo de integração e modernização do território, no momento em que há o desenvolvimento de um conjunto de sistemas de engenharia propícios aos fluxos materiais e imateriais, necessários e indispensáveis ao uso corporativo do território.

4.1. A produção de soja no Maranhão

As ações do Estado por meio de uma série de políticas (fundiária, crédito, integração, modernização da agricultura), voltadas para a produção de soja, associadas ao desenvolvimento de políticas viárias propiciaram o desenvolvimento do circuito espacial da soja no Maranhão.

Na região de Balsas, o circuito espacial de produção de soja tem se desenvolvido com maior intensidade devido ao tempo, às condições técnicas, à maior existência de área e infra-estrutura criadas. Na região de Chapadinha, o circuito espacial de produção de soja ainda não se desenvolveu com a mesma intensidade que Balsas, apesar de a soja representar a principal atividade econômica. Tudo aponta para uma tardia exploração, da baixa densidade técnica, oferta de terras e resistência que o lugar tem imposto à soja. Este subespaço está restrito a poucas municipalidades e não produz a mesma dinâmica econômica, mas nem por isso deixa de excluir os lugares com a mesma intensidade que Balsas.

As áreas produtoras estão articuladas com as grandes multinacionais por meio de um conjunto solidário de empresas. Neste sentido, desde a produção até a comercialização da soja, tanto pelas multinacionais (Bunge, Cargill) e nacionais (Seagro e ABC), como pelas outras empresas de insumos agrícolas e máquinas usadas na produção agrícola, o uso corporativo do território tem se dado com maior intensidade nestas áreas.

Desse modo, parte-se do entendimento de que o circuito espacial de produção que se desenvolve no Maranhão pela intensidade, troca e fluxos de

peçoas, mercadorias e serviços é parte do próprio desenrolar da sociedade e de suas formas de desenvolvimento técnico, mas que tem criado dinâmicas exclusivas e novas formas de configuração do território tendo como base a segregação de lugares.

Desse modo, o papel do Estado por meio das políticas foi preponderante para que o Brasil se tornasse um dos maiores produtores de grãos do mundo. Tal status foi alcançado, de um lado, pela extensão territorial, características físicas e naturais, de outro, devido ao papel do Estado por meio dos planos de planejamento regional e, conseqüentemente, atuação das empresas de desenvolvimento científico e tecnológico, como a Embrapa.

No caso da produção de grãos, a grande contribuição do setor estatal foi o desenvolvimento do pacote tecnológico, permitindo que os cultivos vencessem a barreira edáfica dos cerrados, o que ocorreu – em grande parte – graças às pesquisas desenvolvidas pela Embrapa. Além do melhoramento genético das sementes e da adequação dos tratos culturais, especial destaque deve ser dado aos métodos de fixação biológica de nitrogênio (FBN) ao solo realizados pela Embrapa (EGLER, 2007, p. 18-19).

A produção de soja no estado do Maranhão se materializa por intermédio de um grau significativo de técnica, bem como da inserção de conhecimento (informação) e tecnologia desenvolvidos pela Embrapa, enquanto órgão do Estado, vinculado ao processo produtivo, com amplo suporte técnico na produção de sementes, assim como no desenvolvimento de técnicas de cultivo e adubação. Embora de forma menos adensada e em menor proporção que em outras áreas de produção de soja no Brasil, no Maranhão esta se dá pela pura aplicação da ciência e técnica, e se efetiva com a preparação do solo, com aditivos e correções, com o uso de máquinas modernas, preparo da plantação, colheita, armazenamento, processamento e distribuição.

Foi criado recentemente em Balsas um campo experimental da Embrapa, que “[...] desenvolve pesquisas, principalmente, para o melhoramento genético de cultivares, fitopatologia e fertilidade de solos, com o objetivo de gerar tecnologias para as regiões Norte e Nordeste (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2008)”. Este fato demonstra a importância da região de Balsas enquanto área estratégica no contexto da produção de *commodities* e de produção

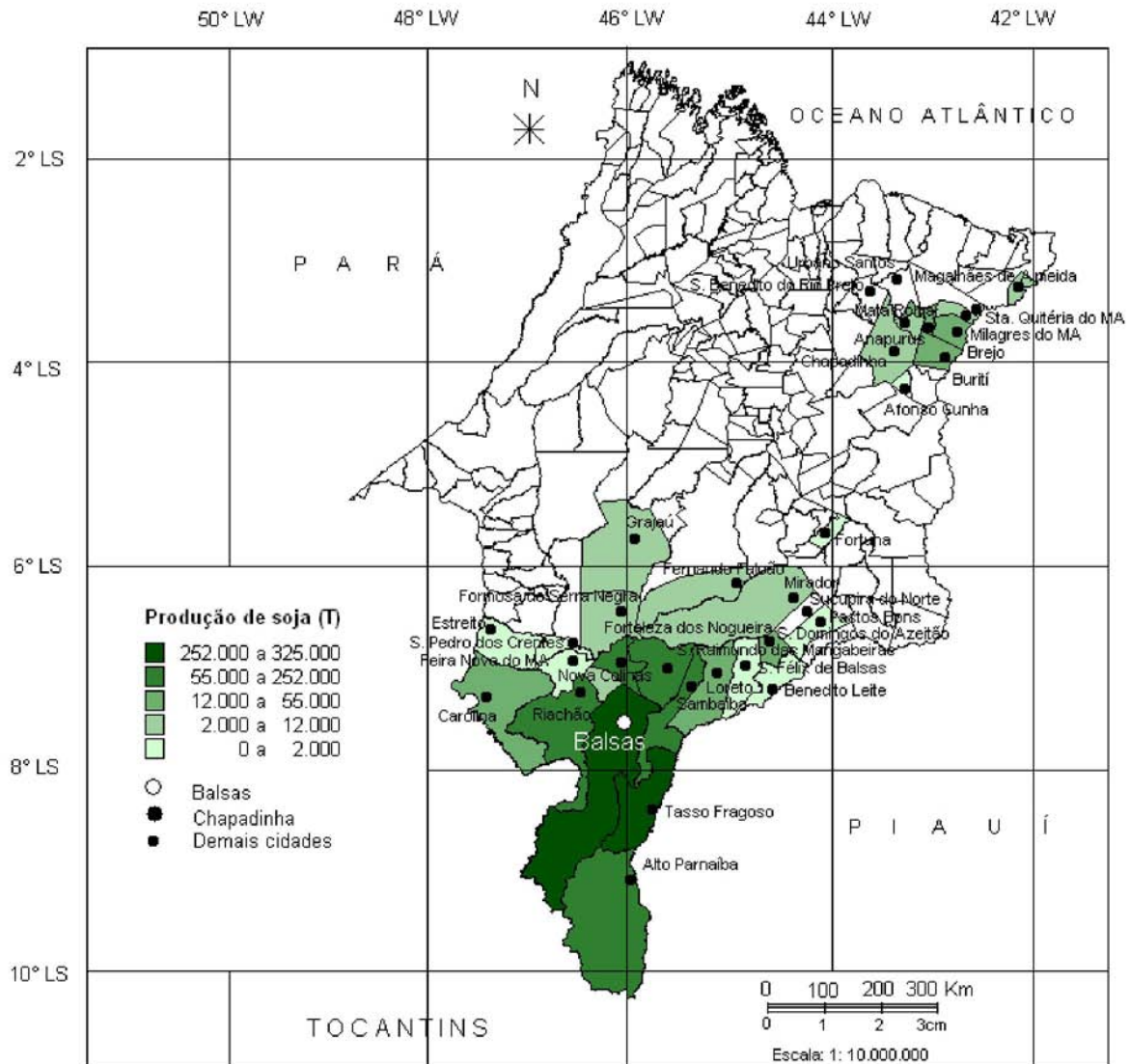
de tecnologia na área de sementes para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país e para diversas áreas da América Latina.

A exemplo do Brasil, no Maranhão, a produção de soja tem crescido substancialmente. Mediante dados do IBGE, em três anos (2003 a 2006) houve um aumento de aproximadamente 140% da área plantada e 141% na produção. No ano de 2006 havia 383.284 ha (hectares) de área plantada, 382.886 ha de área colhida e uma produção de 931.142 toneladas de grãos produzidos com rendimento médio de 2.431kg/ha, representando um valor de mais de 300 milhões de reais. No ano de 2008 houve aumento da área plantada e colhida (421.470 ha), da produção (1.262.560 toneladas) e produtividade (2.995 kg/ha).

O aumento da produção de soja tem sido substancial nessas três décadas. Esse aumento tem dinamizado principalmente a cidade de Balsas – que concentra atividades econômicas e populacionais, ainda que a infra-estrutura urbana não cresça na mesma ordem, – e tem criado novas formas de configuração do território reduzindo a agricultura tradicional de subsistência e aumentando o desemprego no campo.

Apesar de o mapa 10 não registrar a produção de soja em alguns municípios da região agrícola de Chapadinha, no Censo de 2006, em 2008, de acordo com dados do IBGE, a produção é registrada em algumas municipalidades como Santa Quitéria do Maranhão, Urbano Santos, Duque Bacelar e São Benedito do Rio Preto.

MAPA 10 - Produção de soja no Maranhão em 2007



Fonte: IBGE
Elaborado pelo autor com Map Info Professional 6.0

Mapa 10 – Produção de soja no Maranhão em 2007.
Fonte: IBGE, 2007.

O mapa 10 ilustra que a produção de soja é numericamente superior em torno da municipalidade de Balsas, devido à grande oferta de terras propícias para o cultivo, uma vez que somente sua área superficial ocupa 14,62% de sua região e supera o conjunto das municipalidades da Região de Chapadinha em 5,57%, e também devido às condições técnicas produzidas e concentradas em torno dessa área e do tempo de implantação dessa cultura.

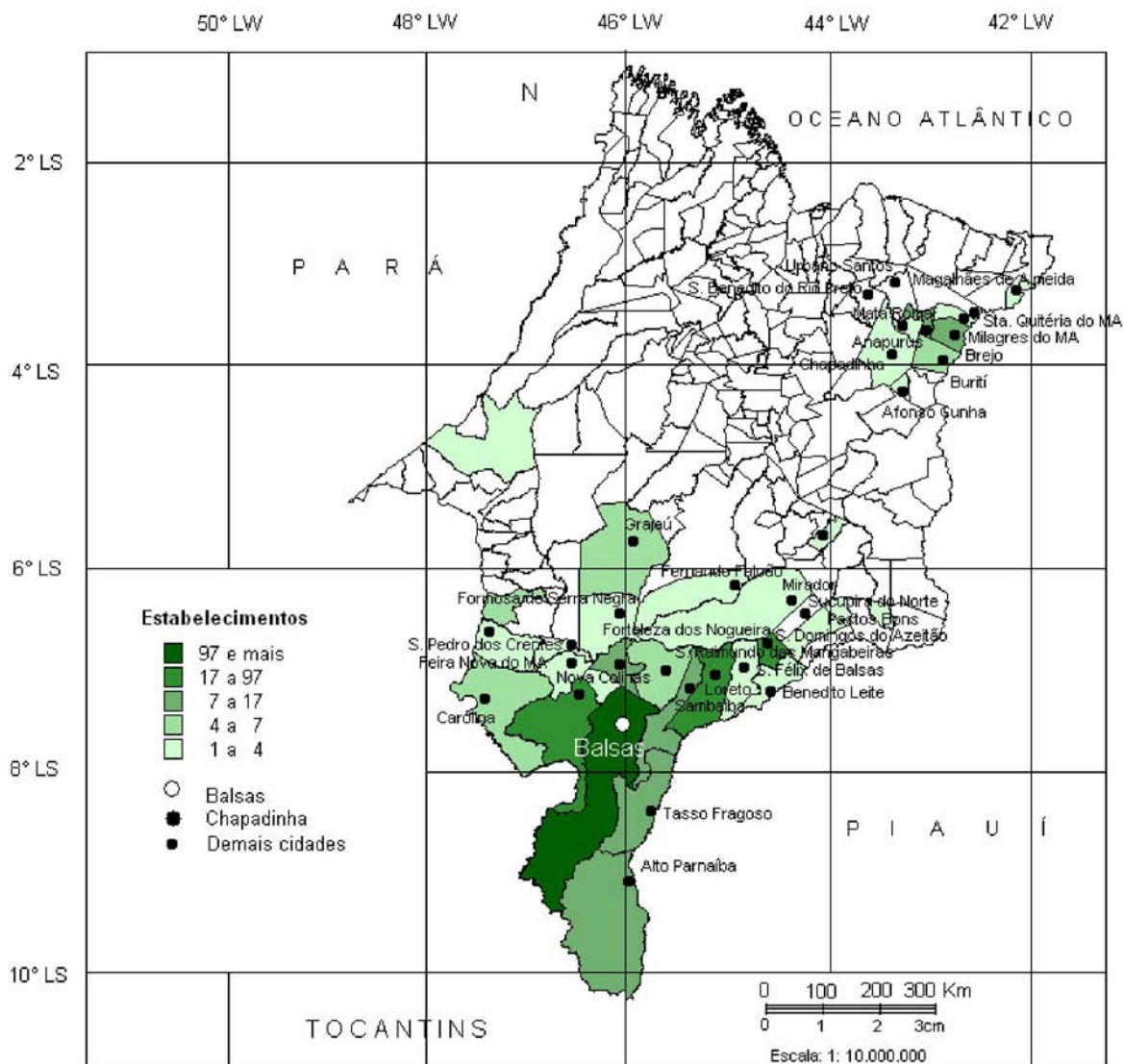
Assim, as técnicas de produção, associadas ao desenvolvimento científico, tecnológico e de informação têm sido fundamentais para o aumento da produção e adaptação da cultura da soja às mais diversas condições edafoclimáticas. Trata-se de um processo que procura superar os obstáculos³¹ impostos pela natureza ao processo produtivo.

Apesar do limite das terras, a produção de soja é um indicador de que os limites da agricultura moderna ainda estão longe de serem superados, uma vez que a cada dia são descobertas novas formas, meios, métodos e técnicas de produção que propiciam uma maior produtividade.

Assim como a produção e produtividade, os estabelecimentos que produzem soja no Maranhão estão concentrados em torno da municipalidade de Balsas, como ilustra o mapa 11. De acordo com o último Censo, no Maranhão existem 265 estabelecimentos que produzem soja. Deste total, 36,6% estão concentrados na municipalidade de Balsas, o que reflete a capacidade técnica gerada em torno desta municipalidade.

³¹ Se as técnicas criadas pelo homem são exemplos de superação, e não mais submissão e adaptação à natureza, como acontecia no período pré-técnico e técnico (ORTEGA Y GASSET, 1963), a natureza ainda impõe alguns obstáculos às mais modernas técnicas de produção. Por outro lado, essas técnicas ainda não são utilizadas em todos os tipos de terrenos. É claro que se não houvesse uma oferta vasta de terrenos planos propícios à produção de soja em grande escala, ela fatalmente seria cultivada em terrenos íngremes.

MAPA 11 - Estabelecimentos que produziram soja no Maranhão em 2007



Fonte: IBGE

Elaborado pelo autor com Map Info Professional 6.0

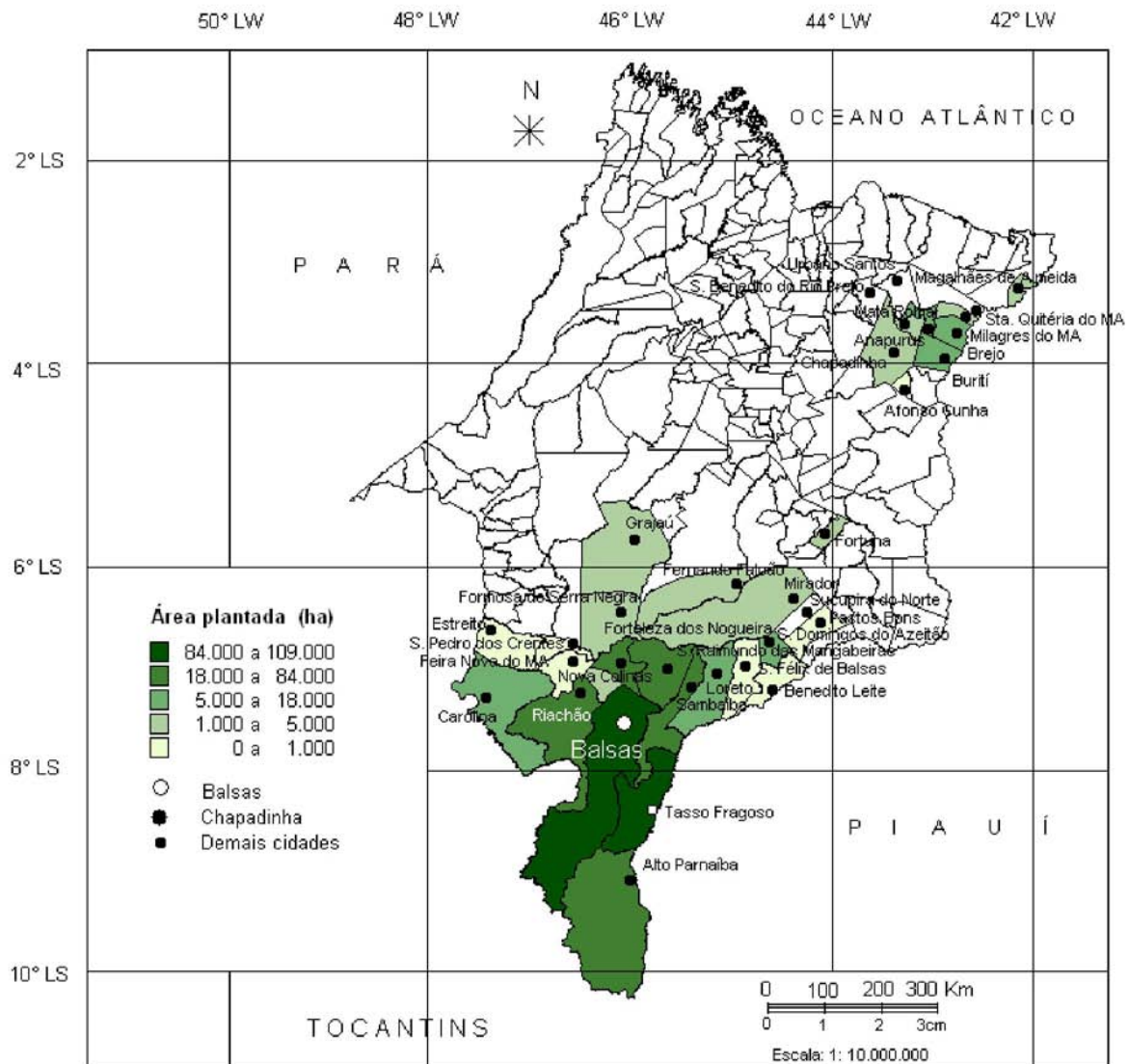
Mapa 11 – Estabelecimentos que produziram soja no Maranhão em 2007.

Fonte: IBGE, 2007.

Os elementos que evidenciam o quantitativo de estabelecimentos apontam para a disponibilidade de terras associadas às condições edafoclimáticas e morfológicas, uma vez que os Gerais de Balsas correspondem a uma chapada tabular (plana) que favorece o uso de máquinas e equipamentos na atividade

agrícola. Trata-se de uma área propícia para a monocultura da soja, tendo como base o latifúndio³².

MAPA 12 - Área plantada de soja no Maranhão em 2007



Fonte: IBGE

Elaborado pelo autor com Map Info Professional 6.0

Mapa 12. Área plantada de soja no Maranhão em 2007.

Fonte: IBGE, 2007.

³² O agronegócio e a agricultura moderna não podem acontecer de outra forma que não seja baseada na grande propriedade e monocultura. A concentração fundiária, uso intensivo de máquinas e equipamentos é uma prerrogativa deste tipo de produção. A concentração fundiária ainda é uma premissa básica do agronegócio, sobretudo, da produção de soja, uma vez que esta cultura exige grandes propriedades.

Devido à disponibilidade de terras e condições edafoclimáticas propícias ao desenvolvimento da soja, a região agrícola de Balsas concentra a maior quantidade de área plantada e colhida do Estado, como demonstra o mapa 12. Balsas, portanto, além das atividades terciárias ligadas ao agronegócio, concentra a maior área plantada e colhida do estado.

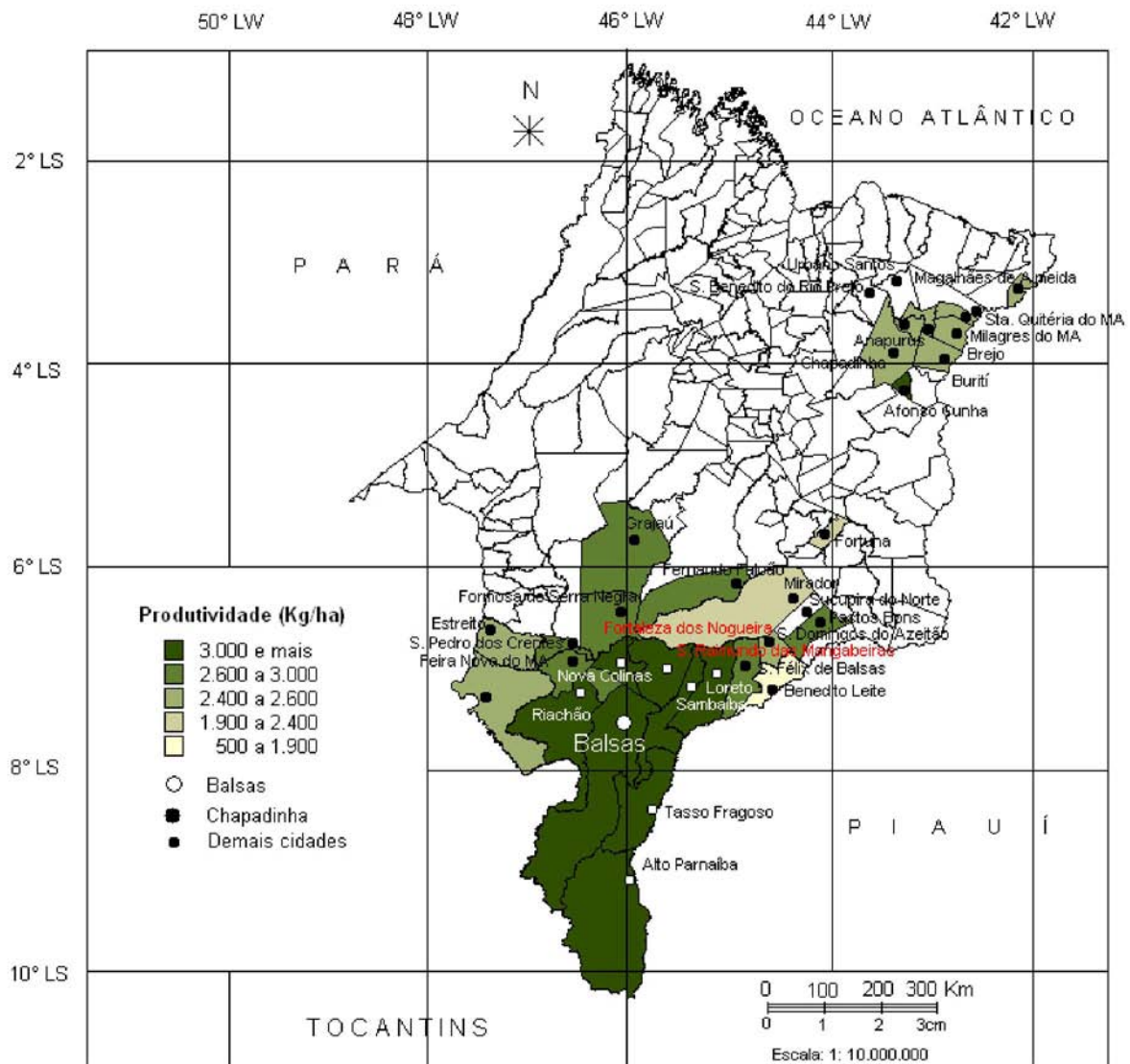
O mapa 13 ilustra que a produtividade da soja é consideravelmente maior na região de Balsas, embora atualmente esses índices se equivalham por todo o estado. É a unicidade técnica que, associada à informação, se impõe como motor da produção. Por outro lado, revela também um forte indicador de que a produção de soja é um emaranhado científico que, a exemplo do espaço, possui uma dinâmica técnica que se modifica com muita volatilidade, sobretudo, no que diz respeito ao aumento da produtividade.

Além disso, as pesquisas com sementes, solos e patologias, além dos métodos de cultivo e uso de máquinas possibilitam uma dinâmica considerável à produção de soja. Em todo circuito espacial da soja a presença da técnica é um dado fantástico que pouco se encontra nos demais circuitos espaciais de produção.

Sendo assim, Balsas se consolida como local da produção de soja no estado, tendo em vista que as condições técnicas, edafoclimáticas, de serviços, de estrutura, de transporte e locacional nela se adensam.

Os graus de produtividade da soja, embora em 2006 apresentem diferenciações, como mostra o mapa 13, estão cada vez mais homogêneos, pois, no ano de 2008, prevaleceu a produtividade em torno de 3.000 kg/ha. Se, há alguns anos, as diferenças de produtividade ainda eram evidentes entre as duas regiões, hoje essas diferenças desapareceram, tendo em vista que, associado ao processo técnico, houve um melhor conhecimento do solo e da adaptabilidade às novas variedades de sementes na região de Chapadinha. O aumento da produtividade é uma tendência do desenvolvimento dos novos métodos, mas principalmente das técnicas produtivas que são criadas em torno da produção de *commodities*, por se tratar de um produto cuja aceitação e demanda no mercado internacional tem aumentado consideravelmente, de modo especial a partir da década de 1990.

MAPA 13 - Produtividade da soja no Maranhão em 2007



Fonte: IBGE

Elaborado pelo autor com Map Info Professional 6.0

Mapa 13. Produtividade da soja no Maranhão em 2007.

Fonte: IBGE, 2007.

Para que haja o processo de produção de soja a modernização da agricultura foi um evento imprescindível. Para isso, foram tomadas medidas como a preparação da base territorial maranhense, em diversas instâncias: a econômica, a política, a social, a cultural, etc., como também a ideológica, tendo como base o desenvolvimentismo.

Desse modo, a soja no Maranhão não poderia ser implantada sem a indissociabilidade, as contradições, e, sobretudo, a solidariedade entre os sistemas

de objetos técnicos (transportes, empresas de consultoria, de insumos, de máquinas e implementos agrícolas) e sistemas de ações (políticas, normas, leis). Estas são condições fundamentais para o desenvolvimento do circuito espacial de produção da soja, uma vez que sem um conjunto de normas que regulamentem a produção e normatização, não há uso do território.

Enquanto condições indispensáveis, o desenvolvimento técnico foi um fator preponderante na produção de soja, onde,

O aumento na demanda foi fundamental para o crescimento do agronegócio brasileiro, contudo, a competitividade, [...] só foi alcançada através de um processo de endogeneização da inovação em setores ligados à cadeia produtiva da soja. Diferentemente da indústria, [...] a agricultura não obteve ganhos significativos com a adoção de tecnologias importadas, visto que as barreiras naturais e as características edafoclimáticas de cada região exigiram o desenvolvimento de tecnologias adaptadas ao local (COSTA, 2008, p. 86)

Ainda segundo Costa, o aumento da demanda da soja está relacionado ao aumento global da produção, em especial, da Europa e, principalmente da China. A demanda por proteína e óleo de soja no mercado europeu se deve ao aumento do consumo interno, redução dos custos e substituição de proteínas animais com a criação de ração com o farelo de soja, para alimentação de animais, que se deu com o mal da vaca louca na Europa entre 1999 e 2001. Neste sentido,

O aumento da incidência de EEB - encefalopatia espongiforme bovina (ou doença da vaca louca) no continente europeu (com extensão, até, a países do Extremo Oriente) entre 1999 e 2001, fez com que as autoridades sanitárias da União Européia adotassem medidas mais rigorosas na tentativa de impedir maior disseminação do problema. Entre elas, por exemplo, a proibição de uso de subprodutos de origem animal na fabricação de rações (SUBPRODUTOS..., 2002).

De acordo com Costa (2008), devido à ampliação do mercado interno chinês e, conseqüentemente, do consumo, a partir de 1995 sua produção de soja foi insuficiente para atender a demanda do mercado interno, ocasião que tornou o Estado Chinês um grande importador do produto no mercado externo. Desse modo, a produção de soja brasileira, mais especificamente a produzida no Bioma Amazônico, é exportada para a China, uma vez que esta não impôs barreiras quanto à origem do produto.

Na realidade, não existe um certificado que legitime a produção de soja na Amazônia, mas apenas

[...] um relatório que aponta uma série de irregularidades na produção de soja, pois, “em abril de 2006, após 12 meses de investigação, o Greenpeace publicou o relatório ‘Comenda a Amazônia’, dando início a uma intensa campanha, apoiada por comunidades locais de Santarém e Belterra – municípios do Pará severamente afetados pela presença de um porto graneleiro da multinacional Cargill.

O relatório detalha como a demanda mundial por soja produzida na Amazônia alimenta a destruição da floresta, incentivando desmatamento ilegal, grilagem de terras, trabalho escravo e violência contra as comunidades locais. A soja plantada aqui é exportada para alimentar animais na Europa, que vão parar nas prateleiras de supermercados e redes de *fast-food*.

A rede McDonald's foi a primeira a responder à pressão, eliminando a soja amazônica de sua cadeia de suprimentos e chamando outras empresas a fazer o mesmo. Trabalhando com o Greenpeace, várias empresas de alimentos européias e brasileiras aderiram à iniciativa, criando uma aliança histórica para pedir garantias de seus fornecedores brasileiros de que a soja comercializada por eles não causava desmatamento na Amazônia e obedecia às leis nacionais.

Em 24 de julho de 2006, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) e suas respectivas associadas, incluindo as principais *traders* internacionais de soja – Cargill, Bunge, ADM, Dreyfus e o grupo brasileiro Amaggi –, anunciaram uma moratória de dois anos para a compra de soja proveniente de novas áreas desmatadas na Amazônia e a exclusão de fazendas que usam mão-de-obra escrava, a partir daquela data. De acordo com a Abiove, os membros das duas associações comercializam 92% da produção brasileira de soja (ENTENDA...,2009).

O caminho encontrado para essa questão se dá em ampliar as exportações para a China, grande consumidora e importadora do produto que impõe apenas restrições tarifárias aos produtos industrializados.

Diante do crescimento do circuito espacial de produção da soja, a exemplo de outros estados, há redefinições nas relações cidade/campo havendo uma migração considerável de pessoas do campo para as cidades, pois, consoante dados do IBGE (2006), em 1980, início do processo de implantação da lavoura de soja no Sul do Maranhão, o município de Balsas, principal produtor do Estado, possuía uma população de 24.557 habitantes, sendo que 58% encontravam-se na zona urbana e 42% na zona rural. Em 2000, a população urbana³³ aumenta para 83,3%, tendo em vista que se trata de um dos municípios com uma das maiores

³³ O aumento da população urbana e decréscimo da população rural é uma tendência mundial porque existem países em que a população urbana já atingiu mais de 90%, ainda que em muitos países da Ásia e África estes índices ainda permanecem equilibrados. Desse modo, não é um processo exclusivo da municipalidade de Balsas, mas se intensificou nesta, principalmente com o advento da soja.

áreas do Estado³⁴. Neste mesmo período, a população cresce aproximadamente 400%. Se em Balsas aconteceu esse processo, em Chapadinha ele não ocorreu com a mesma intensidade, tendo em vista que a implantação da soja no Leste Maranhense – região onde se localiza a cidade de Chapadinha – data apenas da década de 1990.

As formas tradicionais de produção que se materializam no âmbito local – agricultura de subsistência – são negligenciadas pelas políticas públicas, fato que provoca uma reação – embora insipiente – por parte do lugar. Tais reações caracterizam-se desde a luta pela terra, como as dificuldades técnicas que o próprio local impõe. Para mudar essas condições, há necessidade na normatização do território no intuito de abrigar duas estruturas produtivas (agronegócio e agricultura familiar) que prepara novas condições para atuação dos agentes, sobretudo as grandes empresas, promovendo uma dinâmica territorial tendo como fundamento a seletividade. “O princípio da seletividade se dá também como princípio de hierarquia, porque todos os lugares são avaliados e devem se referir àqueles dotados das técnicas hegemônicas” (SANTOS, 2002, p.26). No Maranhão, o princípio da seletividade é perfeitamente verificado na produção de soja, pois, ela não se dá em todo território, mas apenas no domínio do cerrado, o que evidencia uma cultura altamente territorializada.

A hierarquia de comando do circuito espacial de produção da soja vem de cima e de longe. O movimento de demanda de produção se dá de maneira que as empresas e instituições financeiras (multinacionais e instituições financeiras) apontam se é viável ou não produzir a soja, por meio das demandas dos mercados e ações dos investidores. Depois de acionado, o comando é repassado para as grandes multinacionais e instituições financeiras que acionam seus comandos locais. Por isso, o circuito espacial transita do global ao local e do local ao global.

A expansão da soja no Brasil se deu a partir da década de 1970 com a “diáspora gaúcha”, pelo cerrado em busca de terras apropriadas ao cultivo do produto. Como confirmam dados do IBGE, em 1980, das 1.192 pessoas que migraram do Rio Grande do Sul para o estado do Maranhão, 34,2% tiveram como destino os municípios produtores de soja, em especial o município de Balsas, que,

³⁴ Embora não seja uma regra, a extensão territorial credenciaria a municipalidade de Balsas a possuir uma grande população rural, se não fosse o processo de produção da soja e expansão do latifúndio.

sozinho, atraiu 27% dessa população. Tal cultura foi inserida no Maranhão, inicialmente, sem uso de tecnologia adequada para o plantio. Com o desenvolvimento de sementes adaptadas às condições edafoclimáticas, a soja passa a ter notoriedade, praticamente em todas as áreas de cerrado brasileiro, inclusive no Maranhão, constituindo-se no principal produto cultivado no Sul do estado. A implantação dos grandes projetos agrícolas, sobretudo, da soja neste estado gera a desestruturação de parte da economia tradicional, baseada na agricultura de subsistência, pautada nas culturas do arroz, milho, feijão, mandioca, mas também de acordo com Prado Jr. (1976) e Velho (1981) de uma pecuária itinerante, que era a base da economia do Sul do Estado.

O agronegócio também é caracterizado pelo grande volume de capital destinado à produção porque, de um lado, gera renda para o Estado, com as chamadas *commodities*, de outro, deixa o território vulnerável (ARROYO, 2006) porque depende de investimentos externos, sobretudo da participação das grandes empresas como a Bunge e Cargill, e também porque compreende um local de especialização produtiva e sua dependência é exclusivamente da soja. Não há, portanto, uma diversificação da divisão do trabalho, muito pelo contrário, o circuito espacial da soja caracteriza-se por uma solidariedade organizacional, cujo comando unificado se dá pelas multinacionais Bunge e Cargill.

É neste subespaço que os objetos e ações se desenvolvem, indissociam, solidarizam e contradizem. É, portanto, a partir desta dimensão espacial que se desenvolve o circuito espacial de produção da soja no Maranhão. Estes eventos, enquanto motor da dinâmica territorial, promovem a instalação do agronegócio no Maranhão com o adentramento da soja e com uma configuração técnica altamente produtiva, ligada especificamente ao grande capital.

No cerrado mato-grossense, Sul do Maranhão, Sul do Piauí e Oeste da Bahia, a inserção de novas culturas e técnicas de cultivo começa em fins dos anos 70 e início da década de 80. No Nordeste, a área das grandes plantações é considerada uma “nova fronteira agrícola” devido à expansão da soja do Centro-Oeste para o Nordeste. Mas tanto no Centro-Oeste, quanto no Nordeste, as terras baratas, as linhas especiais de crédito criadas pelo governo e as condições naturais favoráveis para o plantio da soja atraíram investidores de outros estados. (NONATO, 2005, p. 97). Para que o circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da soja se desenvolvam é preciso que haja um território fluído, capaz de atender às

necessidades e demandas dos fluxos tanto de mercadorias quanto de informações e comandos.

4.2. Transporte e logística do circuito espacial de produção da soja

O circuito espacial de produção de soja é caracterizado por um eficiente e solidário sistema de transporte de mercadorias agrícolas. O processo se dá de forma dialética, tendo como base o fluxo de mercadorias, serviços e informações. A maior parte da produção de soja é escoada pela ferrovia Carajás, que também escoar a produção de Tocantins e Piauí. Esse sistema multimodal possui uma estação captadora de grãos na Cidade de Porto Franco/MA: os grãos são levados pela Ferrovia Norte-Sul até a cidade de Açailândia, de lá se conecta à Estrada de Ferro Carajás até o Porto do Itaqui em São Luís, de onde é escoada para o mercado mundial.

Grande parte da produção de soja, antes mesmo de ser plantada, já é comprada pelas grandes multinacionais (Bunge e Cargill) e nacionais (Seagro e ABC). Estas possuem logística própria de armazenagem do produto como silos com capacidade para armazenar 30 a 50 mil toneladas. Tais empresas terceirizam o transporte da soja, contratando empresas especializadas.

As empresas transportadoras, em sua grande maioria, não possuem frota própria, fato que faz com que elas contratem os serviços terceirizados dos caminhoneiros. Esse procedimento funciona não somente com a soja, como também com todos os produtos primários e insumos produzidos nas regiões de Chapadinha e Balsas. As fazendas têm autonomia para contratar os serviços dos caminhoneiros, no entanto, embora mais caros, são seguradas, fato que apesar de elevar o preço do produto, acaba compensando às grandes empresas multinacionais.

Nesse sentido, são as grandes empresas, principalmente Bunge e Cargill, quem comandam o agronegócio no Maranhão. Em virtude da redução de gastos e aumento de lucros, toda produção de soja é terceirizada, desde a plantação até o transporte. Isto acontece porque as empresas não arcam com despesas trabalhistas e previdenciárias e, assim, aumentam consideravelmente suas margens de lucro. É a tendência da acumulação capitalista na atual fase neoliberal.

Praticamente todo setor de transporte e logística de serviços, ligados à produção de soja do Sul do Maranhão, Sul do Piauí e Norte de Tocantins concentra-se em Balsas, uma vez que a produção se concentra nesta municipalidade. A cidade de Balsas, dentro do circuito espacial de produção, possui um papel de comando das atividades de regulação.

O município de Balsas conta com cerca de 12 empresas especializadas no transporte de grãos, sementes, soja e derivados. Em muitos casos, há uma exploração do trabalho dos caminhoneiros que recebem pouco pelos serviços prestados, tornando-se reféns das empresas de transporte, mais especificamente das grandes multinacionais (Cargill e Bunge), que contratam os serviços terceirizados³⁵ das empresas transportadoras, que por sua vez “subterceirizam” os serviços dos caminhoneiros.

A logística e fluidez do circuito espacial de produção da soja contam com um sistema de transporte que, além de especializado, possui alto rigor técnico, desde a pesagem até o seguro da carga. Esses serviços consistem numa forma que as grandes empresas encontram para reduzir a margem de perdas e manter o alto grau de lucratividade na produção de soja.

O destino da produção de soja e derivados transportados de Balsas é diverso, compreendendo a maior parte para São Luís, de onde “é escoada para a China, uma vez que as alíquotas para produtos *in natura* é zero; caso o produto seja industrializado a alíquota é de 30%” (IICA, 2008, p. 26). Por outro lado, outro percentual é vendido para Europa. O fato de a Europa não comprar soja oriunda do Bioma Amazônico faz com que a totalidade da soja produzida pelo território maranhense seja exportada para o mercado chinês porque o protecionismo e restrição são menores e porque a demanda aumentou consideravelmente a partir do momento em que sua produção não atendia mais à expansão do seu mercado interno.

O transporte e o escoamento da soja e demais produtos derivados, assim como de outros produtos cultivados (milho, feijão, milho e sorgo) são feitos por empresas especializadas em transporte e logística de produtos agrícolas e insumos. Além da infra-estrutura de transporte, as fazendas dispõem de armazéns e silos

³⁵ A terceirização é uma marca expressiva do atual processo de reestruturação produtiva que surge com o advento neoliberal, que advém com os processos de liberalização, desregulamentação, e flexibilização das relações de trabalho. Constitui, portanto, um mecanismo cada vez mais intenso de exploração da força de trabalho pelo capital.

para estocagem e conservação de sementes e grãos, no intuito de manter os preços e promover a garantia do produto no mercado o ano inteiro. Destaca-se a fazenda Ribeirão³⁶, que possui logística própria de transporte, com cerca de 30 unidades de rodotrens, caminhões com capacidade para transportar até 50 toneladas, e quatro silos com capacidade para 30 mil toneladas de soja.

Desse modo, quando se trata dos estabelecimentos que possuem silos no Maranhão há uma certa dispersão, tanto do quantitativo de silos, quanto dos estabelecimentos que possuem esse tipo de estrutura, destaque especial para Balsas que possui 12 estabelecimentos, embora haja algumas municipalidades que possuem mais estabelecimentos, como pode ser visualizado no mapa 14.

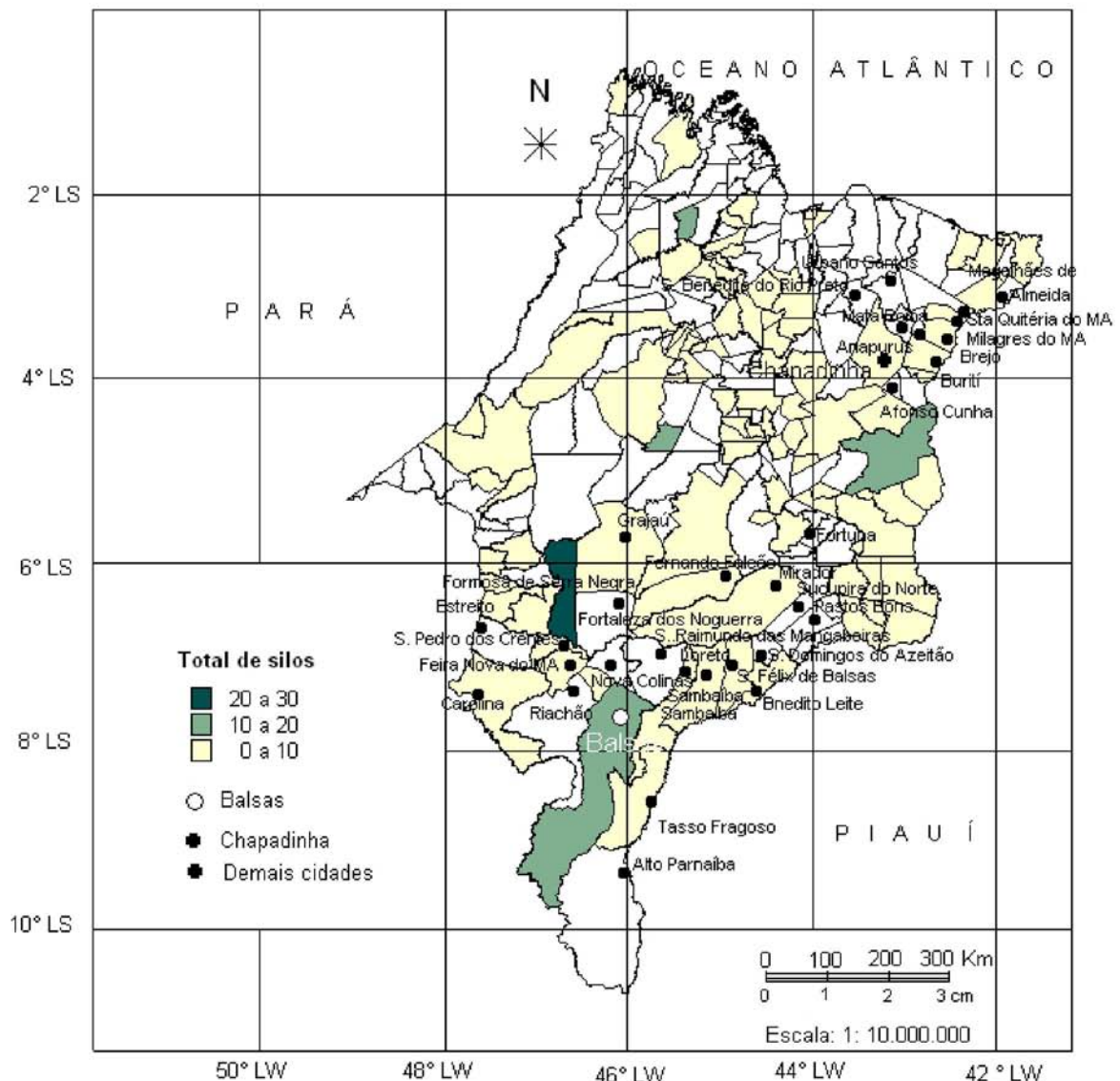
³⁶ O fato de optar-se pela Fazenda Ribeirão deve-se à acessibilidade (sede da empresa localizada na municipalidade de Balsas, funcionários e técnicos sempre muito prestativos quando solicitados) e ao fato de a empresa possuir 03 (três) unidades de produção. Nenhuma está localizada em Balsas, 01 (uma) em Alto Parnaíba/MA, e 02 (duas) no Piauí. De acordo com o Engenheiro Agrônomo, a fazenda produz tudo o que consome (carne bovina, aves, arroz, feijão, etc.). Além disso, é a única empresa que, além destas condições, possui logística própria de transporte da soja.

Fonte: IBGE, 2006.

No que diz respeito ao total de estabelecimentos que possuem silos, com exceção da municipalidade de Balsas, percebe-se que estes não se concentram na região produtora de soja do estado. Trata-se de um fenômeno onde prevalece a agricultura familiar e pecuária. Por outro lado, a quantidade considerável de silos existentes não condiz com a mesma tecnologia e nem com a mesma capacidade de armazenagem daqueles onde há a grande produção de soja ou mesmo onde há

uma presença do agronegócio. Essa quantidade de silos está localizada nas municipalidades em torno dos grandes eixos viários, principalmente da BR 316, um dos principais fixos, por onde escoam o arroz e o babaçu.

MAPA 15 - Total de silos existentes no Maranhão em 2006



Fonte: IBGE

Elaborado pelo autor com Map Info Professional 6.0

Mapa 15 – Total de silos existentes no Maranhão em 2006.

Fonte: IBGE, 2006.

Como ilustram os mapas 14 e 15, apesar de todo o território maranhense possuir estabelecimentos com silos, somente na região de maior produção de soja é

que esses silos possuem capacidade, técnica e ciência, o que possibilita a estocagem do produto o ano inteiro.

A estrutura dos silos é feita por uma empresa localizada na municipalidade de Grajaú/MA, que produz silos para toda a região. A produção de silos é um tipo de sistema de engenharia de posse específica do agronegócio. O seu custo de produção e manutenção é consideravelmente elevado para as outras formas de produção agrícola que não esteja na esfera do agronegócio. Somente a agricultura intensiva produz em quantidades elevadas para precisar de um grande sistema de engenharia como esse para a logística de estocagem de grãos.

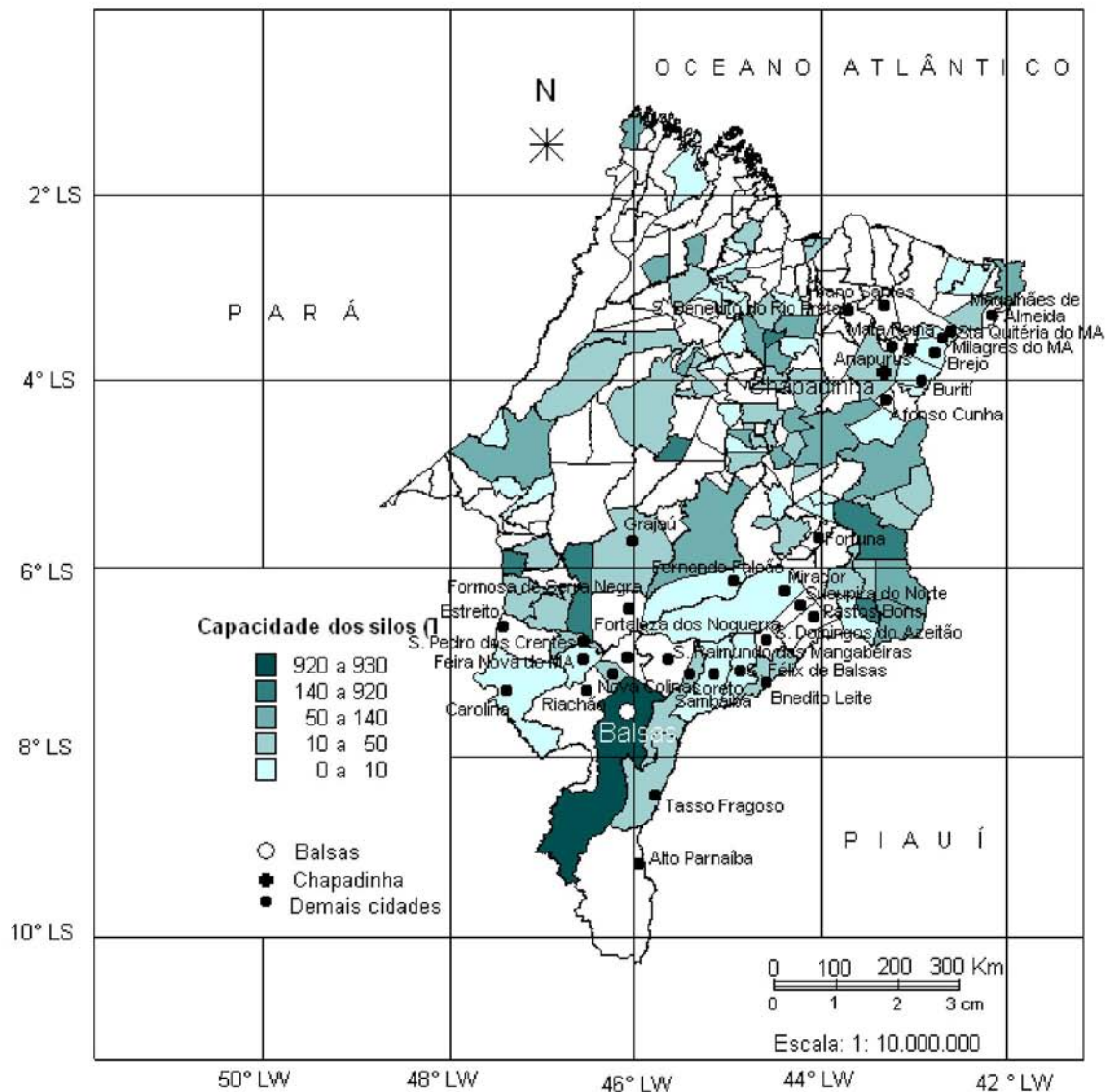
É a tecno-ciência e informação em favor das grandes empresas do ramo da agricultura que possuem financiamento e capital para montar grandes sistemas de engenharia capazes de auxiliar a reprodução do capital e garantir uma maior produção de mais valia no campo maranhense.

Essa técnica é usada para garantir o estoque de sementes e grãos o ano inteiro, a fim de garantir os melhores momentos para a comercialização do produto. A técnica é usada em nome do processo de acumulação do capital e em nome da economia de mercado e da competitividade para obter melhores preços e rentabilidade.

Quanto à capacidade, constatou-se *in locu*, através do Censo Agropecuário de 2006-7, e de acordo com o mapa 16, que os silos de posse do agronegócio possuem maior capacidade de armazenagem, pois, possuem estruturas com capacidade de armazenar 3 mil toneladas de grãos³⁷.

³⁷ Além disso, existem outras fazendas que possuem silos com capacidade de armazenagem de grãos e sementes ainda maior, de 20 a 30 mil toneladas, no seu próprio local de produção. São grandiosas estruturas próprias para o agronegócio.

MAPA 16 - Capacidade dos silos no Maranhão em 2006



Fonte: IBGE
Elaborado pelo autor com Map Info Professional 6.0

Mapa 16 Capacidade dos silos no Maranhão em 2006.
Fonte: IBGE, 2006.

O circuito espacial de produção da soja não poderia ser diferente, sem usar estes sistemas de engenharia, combinando a grande propriedade de terra, uso intensivo de máquinas com grande capacidade de explorar o campo e assalariamento. Essa é a diferença básica entre as demais formas de produção no campo.

Neste sentido,

A armazenagem é um dos principais elos logísticos do circuito espacial de produção da soja devido à sazonalidade da produção [...] Ocorre que durante a época de colheita há um significativo aumento dos fretes cobrados (em torno de 20%) o que onera principalmente os menores produtores que não possuem armazéns próprios e são obrigados à escoar a produção imediatamente após a colheita, não podendo esperar por uma diminuição dos custos de transporte (FREDERICO, 2004, p. 98).

Como toda produção capitalista, a armazenagem representa um elemento mantenedor/regulador do preço da soja, não um elemento definidor do preço, um mecanismo que extrapola a esfera produtiva e se entrelaça na esfera da especulação.

A maioria dos produtores possui silos como o da foto 03, com grande capacidade de armazenamento. No entanto, os produtores que não possuem tal estrutura precisam pagar a grandes multinacionais pela armazenagem da soja. Tal condição representa “[...] o grande controle exercido sobre a produção por parte desses grupos hegemônicos, que além de armazenarem, atuam também no financiamento da soja” (FREDERICO, 2004, p. 99).

Ainda de acordo com o autor,

Ao armazenarem a soja dos produtores, essas empresas lucram em diversos aspectos: primeiro conseguem reduzir os seus custos de frete junto às empresas transportadoras; segundo, os produtores possuem menor poder de barganha sobre a venda da produção por dependerem dos silos para o armazenamento dos grãos; terceiro, as máquinas que medem o grau de impureza dos grãos pertencem a essas empresas, e segundo produtores, essas máquinas sempre apresentam uma margem de erro que onera o produtor; e quarto, os grãos entregues pelo produtor nos armazéns podem conter no máximo 8% de grãos ‘ardidos’ para poderem receber o preço normal. Caso o produtor entregue a produção acima dessa percentagem as empresas descontam no preço pago, mas se o produtor entregar sua produção abaixo dessa percentagem ele não recebe nenhum diferencial. Ao colocarem os grãos nos silos, as empresas misturam o excesso de grãos ‘ardidos’ com o excedente de grãos normais e vendem a produção com no máximo 8% de ‘ardidos’, ganhando sobre o produtor que entregou fora do padrão (FREDERICO, 2004, 99-100).

A dinâmica do circuito espacial de produção da soja privilegia especificamente aquela grande empresa, que detém a maior parte do lucro sem plantar uma semente sequer.

A foto 03 ilustra a capacidade de armazenamento que possuem os grandes objetos (silos) voltados para a produção de soja. Ilustra o quanto é verídica

a afirmativa da reciprocidade da contradição e, acima de tudo, da solidariedade entre objetos e ações, como propõe Santos (2002). Os silos não são simples objetos, mas complexos sistemas de engenharia projetados com alta precisão e técnica, objetivando a garantia de qualidade do produto para exportação, assim como também um sistema de acumulação, onde o agronegócio se torna um dos carros-chefe dessa nova fase de crise do capital.



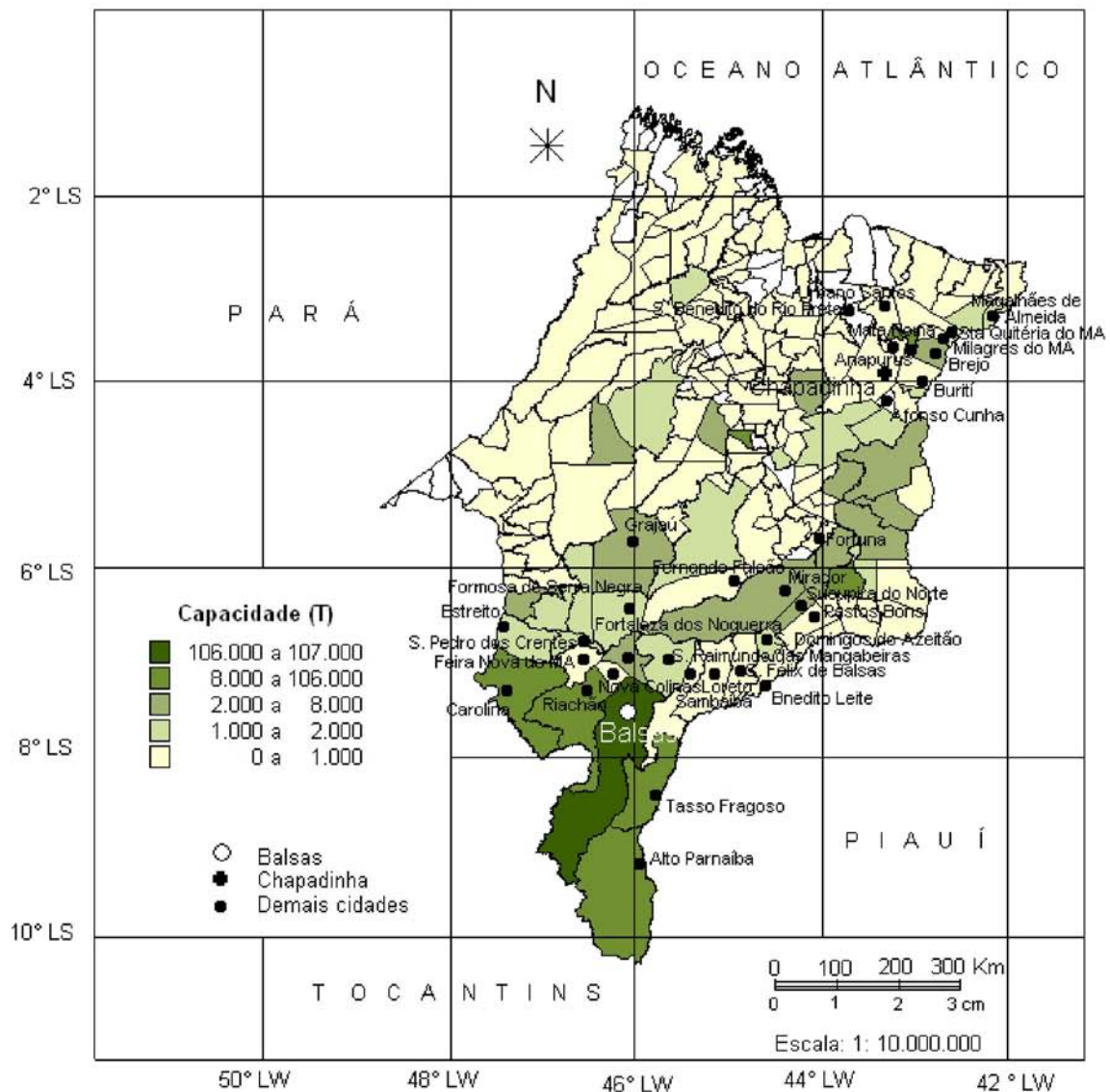
Foto 03. Silo localizado na fazenda cajueiro em Balsas/MA.
Fonte: BOTELHO, 2009.

Em muitos casos, os índices quantitativos não condizem com a realidade do circuito da soja, mas a concentração e qualidade dos produtos. A logística de transporte e armazenagem da soja é intensa e não se diferencia dos grandes centros produtores, porque tais objetos estão sob o julgo do período técnico-científico-informacional e, como tal, obedecem a um comando único e distante totalmente estranho ao lugar (SANTOS, 2008b, p. 107). É por isso que são desenvolvidas grandiosas estruturas para atender a necessidade não do local que produz, mas de locais distantes.

Dessa maneira, é a capacidade técnica e estrutural que diferencia o circuito espacial de produção da soja dos demais circuitos. Trata-se de uma produção em grande escala e que utiliza equipamentos técnicos capazes de assegurar a reprodução ampliada do capital investido. A capacidade técnica reflete-

se na capacidade de armazenagem dos produtos. Como se pode visualizar no mapa 17, a capacidade de armazenagem dos produtos agrícolas na Região de Balsas é significativa diante das demais regiões do estado, sobretudo, daquelas que tem como base da economia a agricultura de subsistência e pecuária.

MAPA 17 - Capacidade de Armazenagem de produtos agrícolas no Maranhão em 2006

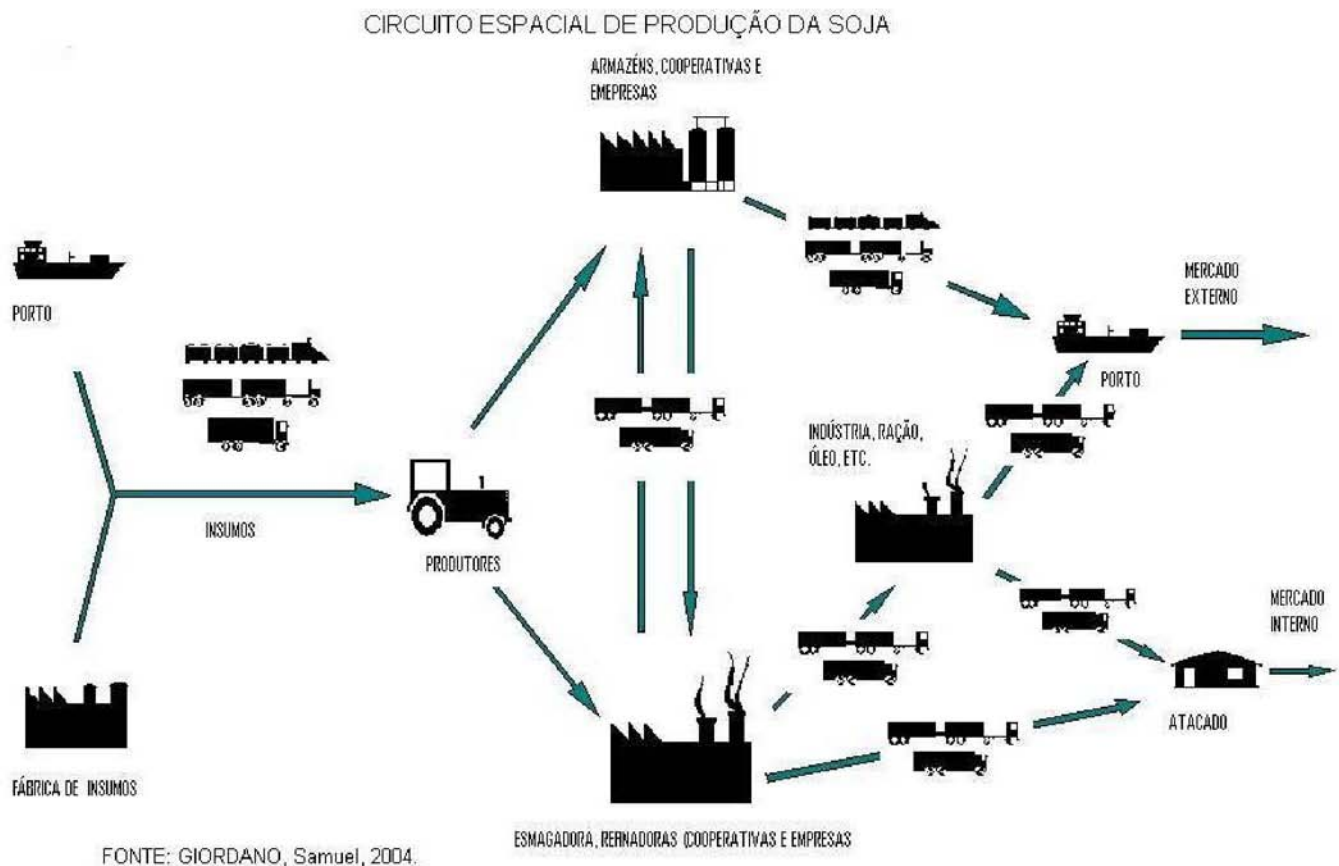


Fonte: IBGE
Elaborado pelo autor com Map Info Profissional 6.0

Mapa 17. Capacidade de armazenagem de produtos agrícolas no Maranhão em 2006.
Fonte IBGE, 2006.

Percebe-se que o agronegócio, por produzir em grande escala, precisa de sistemas técnicos capazes de estocar o produto e, assim, garantir sua reprodução. Não se trata apenas de armazenagem, mas armazenagem de qualidade, uma vez que há um rigor técnico na compra de sementes e grãos. Sendo assim, a produção e armazenamento da soja, embora represente pouco período de tempo, constitui uma etapa importante do processo produtivo, tendo em vista que esta garante padrão de qualidade às sementes e grãos.

Como pode ser evidenciado na figura da página seguinte, dentro do circuito espacial de produção, o transporte e logística ocupam uma posição de variável-chave, uma vez que possibilitam os fluxos, bem como articulam os mecanismos de preço do produto.



Fluxograma 01. Circuito espacial de produção da soja.
Fonte: FREDERICO, Samuel, 2004

Desse modo, fica evidente que o circuito espacial de produção de soja, sob as bases do agronegócio, cria novas formas de organização do espaço (FERREIRA, 2008). Além do transporte e logística, os insumos constituem um elemento indispensável ao circuito espacial de produção da soja. Trata-se de um conjunto de objetos indispensáveis à produção da soja.

4.3. Os insumos e defensivos

Além da capacidade de armazenagem, os insumos também tornam-se imprescindíveis na produção de soja e constituem elementos necessários para a garantia da produção e qualidade da soja.

De acordo com o mapa 18, há um adensamento da quantidade de estabelecimentos que usam adubos em 2006 na Região Sul do estado, mais especificamente em Balsas, que concentra o maior índice de estabelecimentos. O circuito espacial de produção da soja no Maranhão usa uma quantidade considerável de insumos. Para se ter uma idéia, estes representam cerca de 40% das despesas da produção³⁸. Apesar da produção de soja ser uma atividade agrícola de maior rentabilidade, os custos de produção são consideravelmente elevados.

Para uma melhor visualização do uso de adubo no Maranhão seria interessante se houvesse dados relativos ao quantitativo de adubo por municipalidade, uma vez que o total de estabelecimentos não ajuda a compreender o processo, já que somente um estabelecimento que produz soja usa mais adubo do que um grande conjunto de municípios.

Embora os mapas 18 e 19 auxiliem e acenem para essa compreensão, mesmo sem demonstrar uma considerável disparidade de uso de insumos entre as municipalidades, percebe-se que o uso destes produtos está concentrado nas regiões produtoras de soja, principalmente em Balsas e seu entorno, fato que indica

³⁸ O uso de adubo é consideravelmente maior na produção de soja, tendo em vista que este representa quase a metade dos gastos com a produção. Não há em termos absoluto por município ou por estabelecimento o quantitativo gasto em adubo por hectare, mas a agricultura intensiva, sobretudo a soja, não produz sem o auxílio do adubo, principalmente do calcário usado na correção da acidez do solo.

que o uso dos insumos agrícolas é uma prerrogativa da produção de soja. Ou seja, quanto maior a produção de soja, maior será o uso de insumos.

MAPA 18 - Estabelecimentos que usaram adubo no Maranhão em 2006



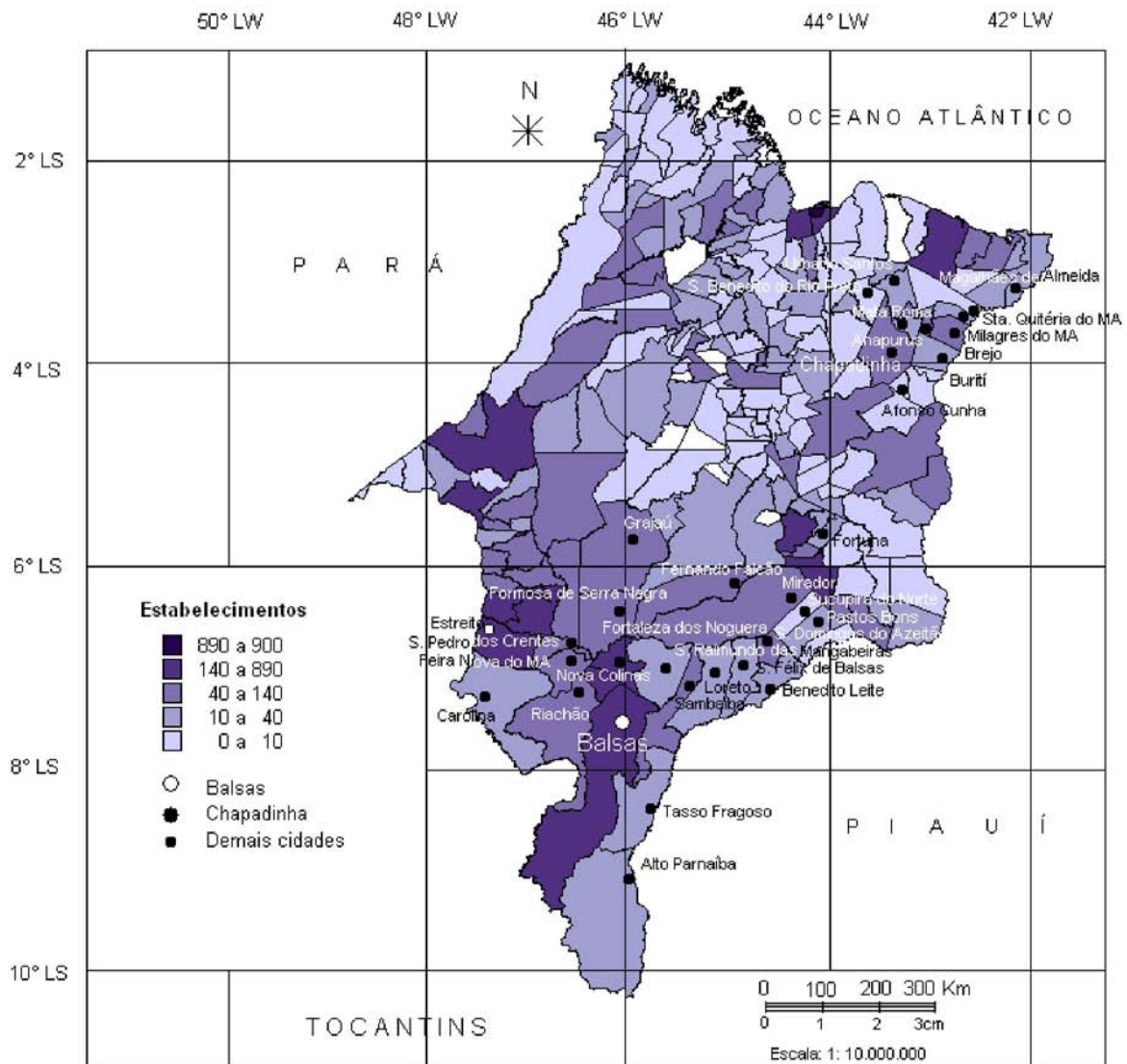
Fonte: IBGE
Elaborado pelo autor com Map Info Professional 6.0

Mapa 18. Estabelecimentos que usaram adubo no Maranhão em 2006.
Fonte: IBGE, 2006.

De acordo com o mapa 18, a maior quantidade de estabelecimentos que usam adubos não estão especificamente no entorno das municipalidades que produzem soja, mas se intensificam principalmente nas municipalidades de Balsas,

principal produtora deste gênero. Os adubos são um produto cuja base de produção se deve aos insumos e defensivos agrícolas. Estes constituem a base da produção de soja, uma vez que além da garantia de produtividade, assegura uma maior qualidade do produto.

Mapa 19 - Total de estabelecimentos que usaram adubo em lavoura no Maranhão em 2007



Fonte: IBGE
Elaborado pelo autor com Map Info Professional 6.0

Para se ter idéia, Balsas e as demais municipalidades que produzem soja usam uma quantidade substancial de adubo e fertilizante, tendo em vista que estes, dentro do circuito espacial de produção da soja, representam cerca de 40% do

custo. Como demonstra o mapa abaixo 19 acima, a quantidade de estabelecimentos que usam adubos nas lavouras é consideravelmente significativa em Balsas e Fortaleza dos Nogueira.

Dentre os insumos usados tem-se o calcário dolomítico, oriundo do Tocantins, que possui uma quantidade superior de magnésio, importante na correção do solo, principalmente na reposição de minerais; calcário e gesso agrícola produzidos nos municípios de São Raimundo das Mangabeiras/MA e Rachão/MA, ambos fazendo parte da região agrícola de Balsas.

O aumento na demanda da soja no mercado internacional, associado aos créditos e subsídios agrícolas ofertados pelo poder público, o incentivo à exportação por meio da desoneração e isenção de impostos por conta da Lei Kandir, atrelado ao desenvolvimento tecnológico, foram fundamentais para o crescimento do agronegócio no Brasil, mas o avanço tecnológico alcançado no circuito espacial de produção e círculos de cooperação da soja foi fundamental para desenvolver tecnologia, criando cada vez mais condições de produção e produtividades agrícolas desejáveis.

Atrelado ao avanço tecnológico estão os insumos e defensivos agrícolas que constituem uma parcela substancial do circuito espacial produtivo. Estes são desenvolvidos pelas grandes corporações multinacionais da área farmacológica, grande parte situada no Estado de São Paulo.

Neste sentido, o circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da soja constituem, sobretudo, o local de atuação das grandes empresas multinacionais do ramo de insumos agrícolas como a Cingento, Ciba-Geigy, ICI, Bayer, Rhône-Poulenc, Du Pont, Dow Elanco, Monsanto, Hoechst, Basf, Schering, Shell, Sumitomo.

Os adubos químicos usados (fertilizante) são oriundos da região concentrada, distribuídos, fornecidos pela Bunge Fertilizantes de São Luís/MA, Fertipar Fertilizantes do Maranhão de São Luís, Yara, em Imperatriz/MA e Heringer, localizada na cidade Laranjeiras/SE. Trata-se de um circuito espacial que é indissociável e perpassa as múltiplas dimensões espaciais e que se materializa por meio de um desenvolvimento técnico, científico e informacional.

4.4. Desenvolvimento tecnológico e a (re)produção de sementes

O circuito espacial de produção da soja é um restrito espaço de atuação do capital e mais específico ainda do trabalho. É um circuito cuja produção é extremamente verticalizada e seletivamente especializada e, quando horizontalizada, não cria tantas solidariedades orgânicas aos lugares. Trata-se de um espaço de uso específico do grande capital.

Enquanto etapa imprescindível do circuito espacial de produção da soja, a produção de sementes representa, dentro do mercado de vendas, uma das etapas “mais lucrativas [...], sendo altamente concentrada por algumas empresas e grandes produtores” (FREDERICO, 2004, p. 52). Desse modo, o desenvolvimento dos bancos genéticos tem seu ponto de partida dado pelas grandes empresas (Monsanto, Embrapa, Nidera, SP Sementes, etc.) que usam um grau significativo de tecnologia, para criar sementes e adaptá-las às condições mais adversas de plantio, e pelas fazendas que produzem soja a fim de melhorar geneticamente as sementes, adaptando-as às condições locais dos solos.

No circuito espacial de produção da soja no Maranhão são usados 4 (quatro) bancos genéticos: Embrapa, com as seguintes variedades: simbaíba, tracajá, pirarara, raimunda; Monsanto, sendo as transgênicas M238RR e M279RR; SP Sementes: SP 22; de Ponta Grossa/PR e as variedades nidera, da Nidera sementes, norte americana.

A produção de sementes é realizada nas fazendas que contam com laboratório e profissionais qualificados na área de sementes, solos, patologias, etc. Embora as fazendas produzam as sementes, pagam *royalties*³⁹ (propriedade intelectual no valor de 5% do total produzido) pelo uso dos bancos genéticos das empresas.

É importante ressaltar que um dos melhores e mais completos bancos genéticos usados no Brasil é de propriedade da Monsanto, grande multinacional

³⁹ Os royalties cobrados obedecem toda racionalidade da lógica capitalista de produção assegurando o direito de propriedade intelectual dos bancos genéticos produzidos pelas empresas especializadas. O que garante o pagamento desta taxa é o rigor técnico na certificação e fiscalização da soja produzida desde a produção até a venda. Por outro lado, para fugir do pagamento dos royalties alguns produtores deixam de emitir o certificado de produção e pirateiam a soja. É a *flexibilidade tropical* invadindo o agronegócio desbloqueando uma das mais restritas e seguras lógicas da racionalidade produtiva capitalista. O pirateamento é uma forma encontrada pelos produtores de fugir dos fortes encargos impostos pelas grandes multinacionais sobre os produtos primários.

americana do ramo de tecnologia agrícola, principalmente na área de organismo geneticamente modificado, as sementes transgênicas.

A soja é uma cultura altamente territorializada, uma vez que cada variedade genética produzida se adapta especificamente a uma determinada latitude, devido a quantidade de radiação solar⁴⁰. As variedades produzidas em Balsas se adaptam bem desde as regiões da Bahia e Mato Grosso até as latitudes 10° Norte, fato que possibilita a extensão do cultivo desde os estados da região Centro-Oeste, até outros países como a Venezuela e até países da América Central, que estão nas mesmas faixas de latitude (10° N).

De acordo com o Engenheiro agrônomo Denilson Rodrigues, especialista em desenvolvimento de sementes da Fazenda Cajueiro, em virtude da grande quantidade de chuvas existentes no ano de 2008 houve um déficit de sementes no mercado. Isto tem sérias implicações na produção de um modo geral, tendo em vista que pode elevar substancialmente o preço das sementes.

Grande parte da soja produzida é desenvolvida nas próprias fazendas com tecnologia própria. Para isso, contam com tecnologia, sobretudo, bases laboratoriais e quadro de profissionais especializados na produção e desenvolvimento de variedades de sementes. Estas são vendidas para várias partes do país (Piauí, Norte de Tocantins, Sudeste do Pará e Norte do Tocantins) e do mundo (Venezuela, Panamá, Cuba), tendo em vista que a soja produzida se adapta às condições edafoclimáticas destes países por estarem nas proximidades da Linha do Equador, latitudes equivalentes de Balsas, condições ambientais adequadas para adaptação.

Desse modo, o Maranhão, sobretudo Balsas, fornece sementes para uma grande quantidade de lugares: norte do Tocantins, sudeste do Pará, norte de Mato Grosso, e Sul do Piauí. A produção de sementes revela que há neste lugar uma especialização produtiva, fazendo com que a partir do circuito espacial de produção da soja este se insira numa nova etapa da divisão do trabalho, não somente como fornecedor de matérias-primas e alimentos, mas também como exportador de tecnologia e serviços. Não se trata da produção de um banco genético, uma vez que as fazendas não possuem estrutura para tal envergadura, mas de explorar o uso de

⁴⁰ Cada variedade de soja suporta determinada quantidade de radiação solar diária. Daí o motivo pelo qual as espécies não se adaptam tão fácil a qualquer ambiente e latitude, uma vez que esta é o elemento determinante pra a presença ou não da luminosidade.

sementes e melhorá-las às condições adversas impostas pelos lugares. Neste sentido, Castro (2002, p. 311) afirma que a transferência de tecnologia na agricultura não é a mesma que as observadas na pecuária e indústria, uma vez que a semente dependerá do tipo de solo, clima, etc., que são particulares e típicos do local⁴¹.

A tecnologia na produção de sementes se deve ao fato da participação da Embrapa, que desenvolveu variedades adaptadas às condições edafoclimáticas do Cerrado brasileiro, bem como da participação de empresas estrangeiras como a Monsanto que possui seus bancos genéticos. Desse modo, com exceção da região agrícola de Chapadinha, toda soja cultivada no Maranhão é produzida em Balsas, fato que revela uma especialização produtiva e mostra como esta cidade tem se adaptado à realidade do campo, do seu entorno, tanto com mão de obra especializada, quanto na oferta de serviços técnicos.

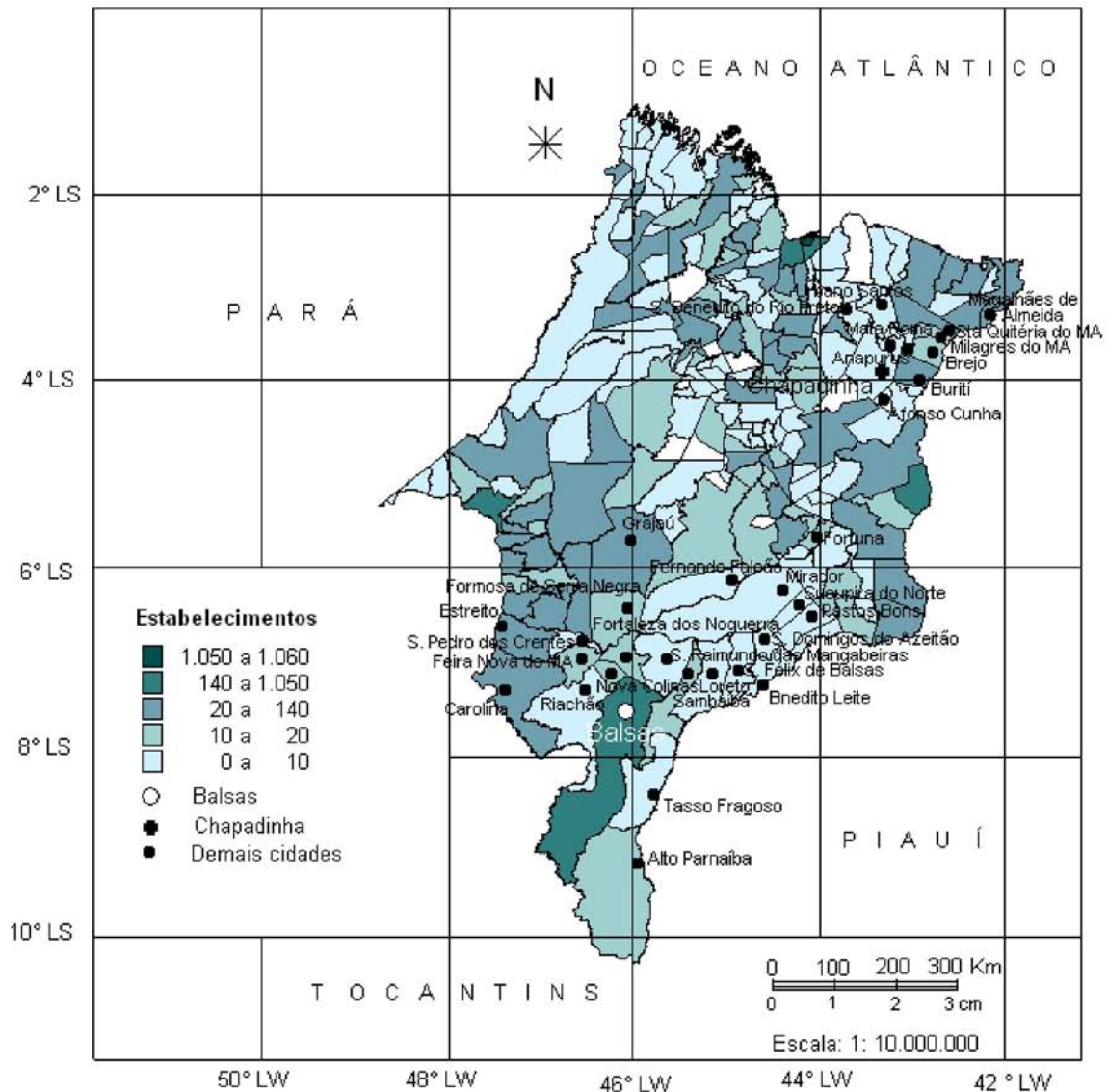
Desse modo, apesar de ainda caracterizar-se por um lugar do obedecer e do fazer, Balsas inicia uma nova fase dentro da divisão do trabalho, produzindo e aprimorando tecnologia, desenvolvendo sementes. Na realidade, a tecnologia é desenvolvida em Balsas, mas os profissionais especializados que trabalham desenvolvendo tecnologia, em sua grande maioria, são da Região Sul, principalmente do Paraná e Rio Grande do Sul, onde existem instituições científicas especializadas na produção de soja.

As fazendas que produzem sementes possuem profissionais altamente especializados na área de sementes, solos e doenças, e também instrumentos técnicos que possibilitam a produção, e o cultivo de sementes e grãos o ano inteiro mantendo os mesmos padrões de qualidade e produtividade.

De acordo com o mapa 20, percebe-se que os estabelecimentos que usam irrigação não são uma condição específica do circuito espacial de produção da soja, uma vez que há uma distribuição dos estabelecimentos que usam esse tipo de mecanismo. No entanto, a região agrícola de Balsas e as demais municipalidades que produzem soja se destacam por uma modalidade específica de irrigação.

⁴¹ Sobre o processo de transferência de tecnologia na agricultura, Castro (2002, p. 311) afirma que o “investimento em pesquisa é uma necessidade de cada empresa, tanto na corrida para novos produtos como na corrida da produtividade e de preços mais competitivos”.

MAPA 20 - Estabelecimentos que possuem área irrigada no Maranhão em 2006

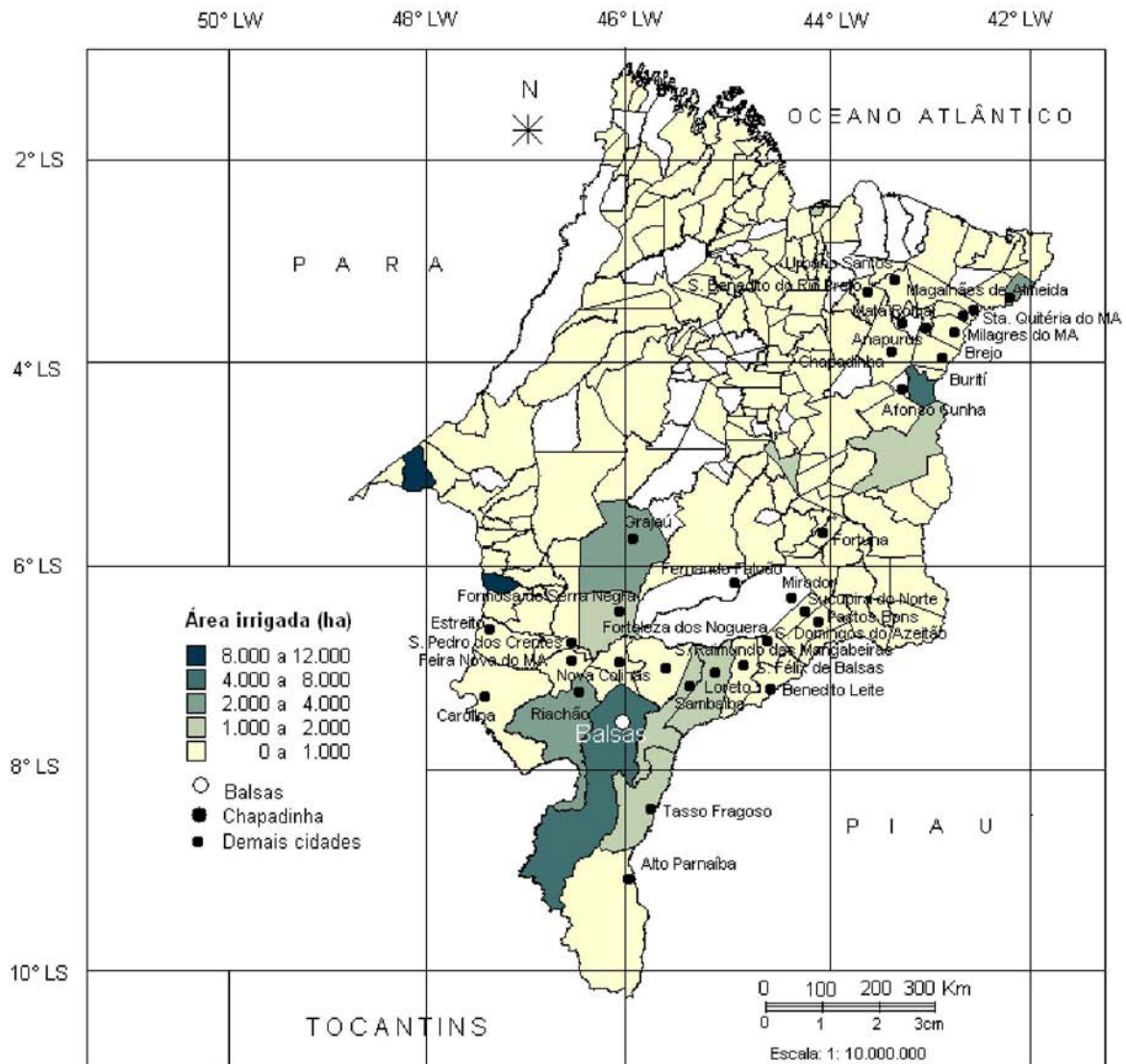


Fonte: IBGE
Elaborado pelo autor com Map Info Professional 6.0

Mapa 20. Estabelecimentos que possuem área irrigada no Maranhão em 2006.
Fonte: IBGE, 2006.

De acordo com o mapa 21, percebe-se que o uso da irrigação, embora não seja uma premissa específica da produção de soja, se adensa nesta, principalmente nas municipalidades que produzem soja em maior quantidade. O processo de irrigação é diretamente proporcional à produção de soja. Trata-se de métodos e técnicas de produção que são específicos do agronegócio.

MAPA 21 - Área irrigada no Maranhão em 2006



Fonte: IBGE

Elaborado pelo autor com Map Info Professional 6.0

Mapa 21. Área irrigada no Maranhão em 2006.

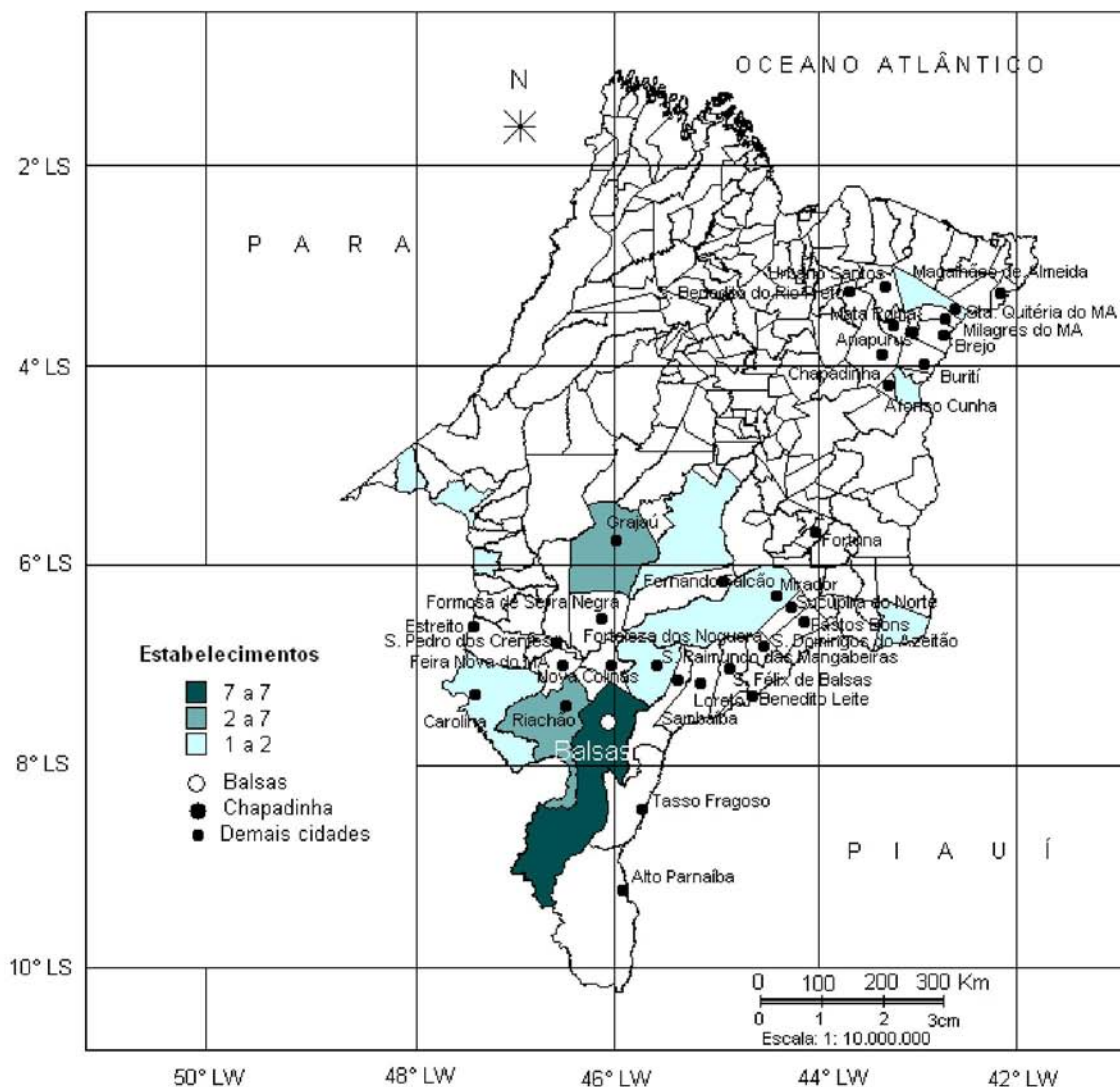
Fonte: IBGE, 2006.

As técnicas de irrigação não são uma exclusividade dos locais de produção de soja, ainda que se adensem, quando presentes, nestas, fato que indica o maior grau de modernização destes métodos na produção agrícola. Essa é uma tendência da grande produção capitalista que se consolida precisando produzir o ano inteiro e com padrões elevados de qualidade equiparados aos demais países, onde há um grande avanço da agricultura, principalmente em função da

concorrência imposta pelo mercado, obedecida pelas grandes empresas e executadas pelas unidades produtoras de soja.

Se a área da agricultura irrigada não é uma exclusividade da produção de soja no Maranhão, o mesmo não se pode afirmar da irrigação com *pivot* central. Como demonstra o mapa 22, verifica-se que esta é uma condição quase exclusiva da produção de soja maranhense, particularmente das municipalidades de Balsas, local onde a produção de soja tem se consolidado há mais tempo e com maior índice técnico.

MAPA 22 - Estabelecimentos com irrigação com pivot central no Maranhão em 2006



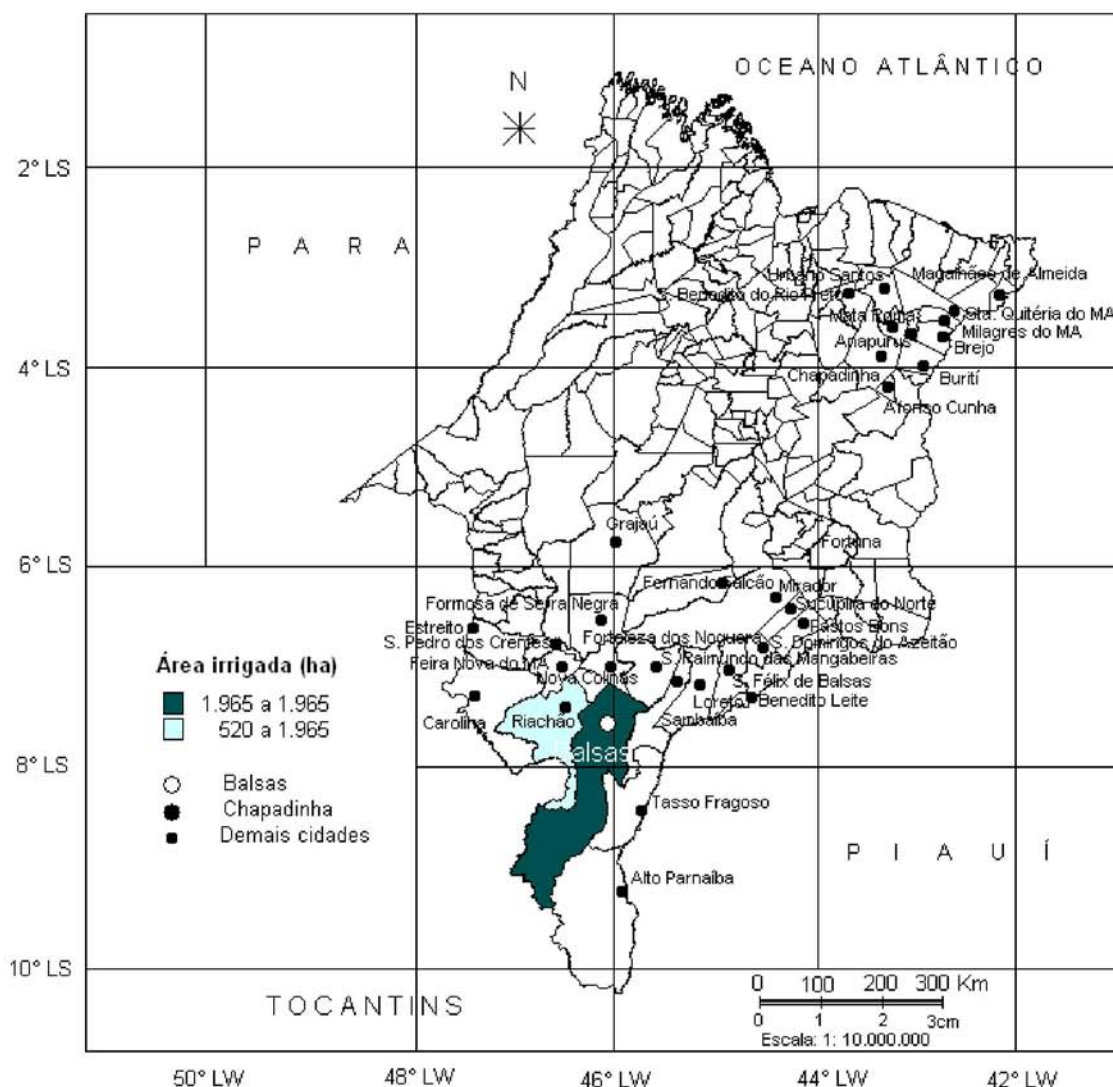
Fonte: IBGE
Elaborado pelo autor com Map Info Professional 6.0

Mapa 22. Estabelecimentos com irrigação com *pivot* central no Maranhão em 2006.
Fonte: IBGE, 2006.

A irrigação com *pivot* central é um mecanismo usado especificamente pela grande produção, tendo em vista que seus custos de instalação e manutenção são elevados e incompatíveis com as outras formas de produção que não sejam aquelas bancadas pelo grande capital, como a produção de soja, cana, laranja, etc., como acontece com o agronegócio.

Apesar de a pesquisa registrar área com *pivot* central somente nas municipalidades de Balsas e Riachão, como ilustra o mapa 23, percebe-se que os dados não são confiáveis, uma vez que em outras municipalidades existem estabelecimentos com este tipo de irrigação conforme o mapa 22. Em outros termos, a área irrigada com *pivot* central é bem maior do que aquela divulgada pelo IBGE, tendo em vista que muitos estabelecimentos não divulgaram a área irrigada. Trata-se de grandiosos sistemas técnicos com até 1.200 metros de diâmetro.

MAPA 23 - Área irrigada com pivot central no Maranhão em 2006



Fonte: IBGE
Elaborado pelo autor com Map Info Professional 6.0

Mapa 23. Área irrigada com pivot central no Maranhão em 2006.
Fonte: IBGE, 2006.

Por outro lado, no Maranhão, conforme o mapa 23 e os dados do último Censo, o uso do *pivot* central é um método de irrigação quase exclusivo da soja, uma vez que os custos financeiros são elevados e não permitem que as outras formas de produção, que não sejam as grandes unidades produtoras do agronegócio, o adquiram. A irrigação permite a produção o ano inteiro de culturas que não se desenvolveriam sem a presença da água.

Apesar do conflito dos dados, evidencia-se que a irrigação por *pivot* central é uma prerrogativa do circuito espacial de produção de soja. Com relação à área irrigada, evidencia-se que Balsas e as municipalidades que produzem soja possuem as maiores extensões irrigadas com este mecanismo.



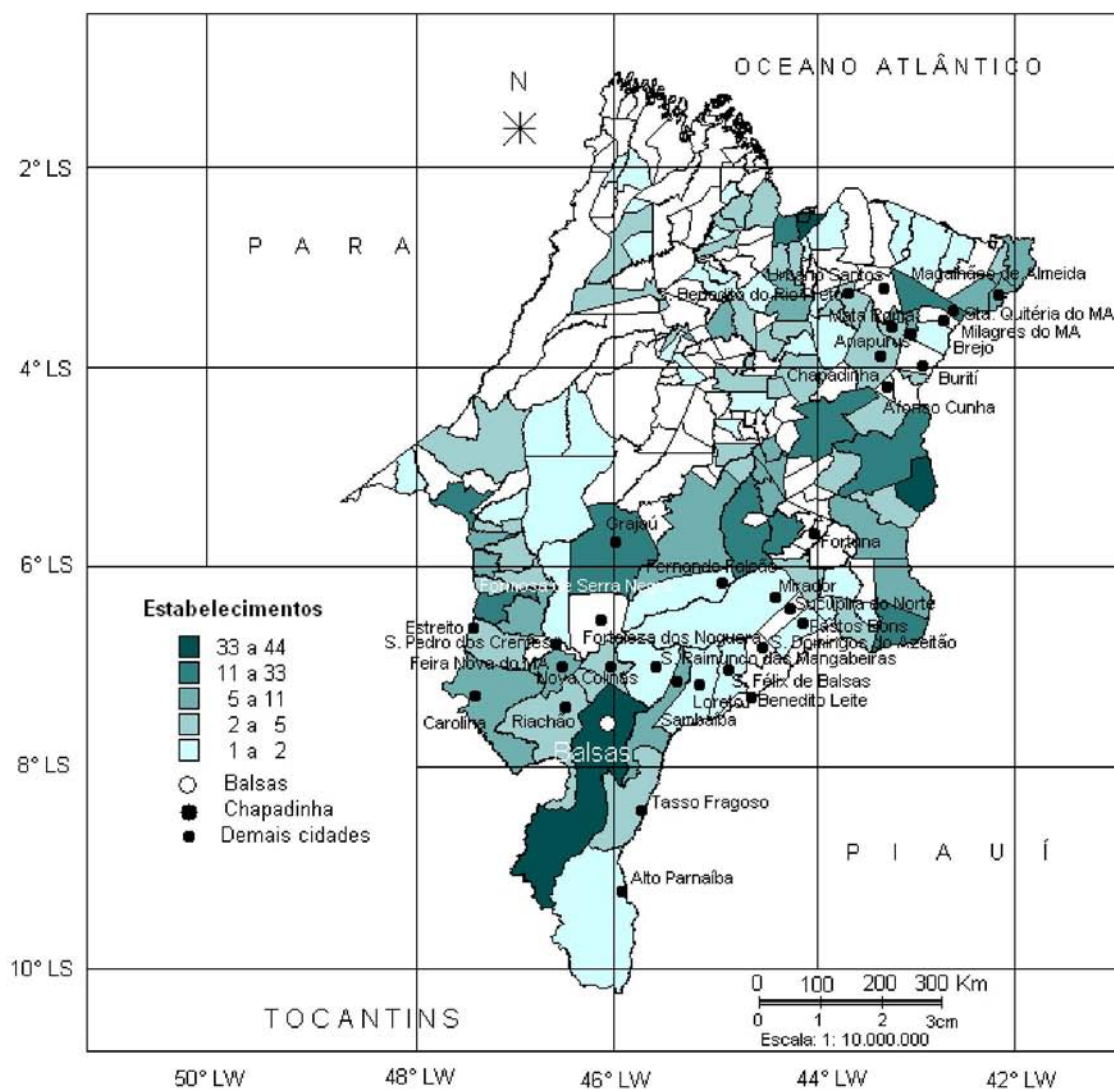
Foto 04. Irrigação da soja com *pivot* central na Fazenda Cajueiro no Município de Balsas/MA
Fonte: BOTELHO, 2009.

Como demonstra a foto 04, a irrigação realizada por *pivot* central é um método típico do agronegócio e da produção de soja no Maranhão. Isto acontece porque os custos de manutenção são elevados e porque há necessidade de uma produção o ano inteiro para garantir a demanda do produto no mercado externo e a reprodução do capital das empresas que produzem e comercializam o produto.

Além dos tipos superficiais de irrigação, como irrigação por *pivot* central, são utilizados os métodos de irrigação subterrânea⁴², tecnologia desenvolvida por Israel, em que a água é canalizada por dutos e distribuídas por canais que irrigam somente as raízes das plantas garantindo eficiência e economia de água.

⁴² De acordo com o Engenheiro Agrônomo da Fazenda Ribeirão, essa tecnologia é conhecida como irrigação subterrânea ou subirrigação, e caracteriza-se pela aplicação de água na subsuperfície do terreno (mais ou menos 50 cm da superfície), onde ela se espalha uniformemente. Além de a água fixar-se na camada subsuperficial, de onde será absorvida pelas raízes das plantas, a vantagem dessa tecnologia é que proporciona uma grande economia de água, uma vez que as perdas por evaporação direta são consideravelmente baixas, se comparada aos métodos de irrigação superficial.

MAPA 24 - Estabelecimentos com outras formas de irrigação no Maranhão em 2006

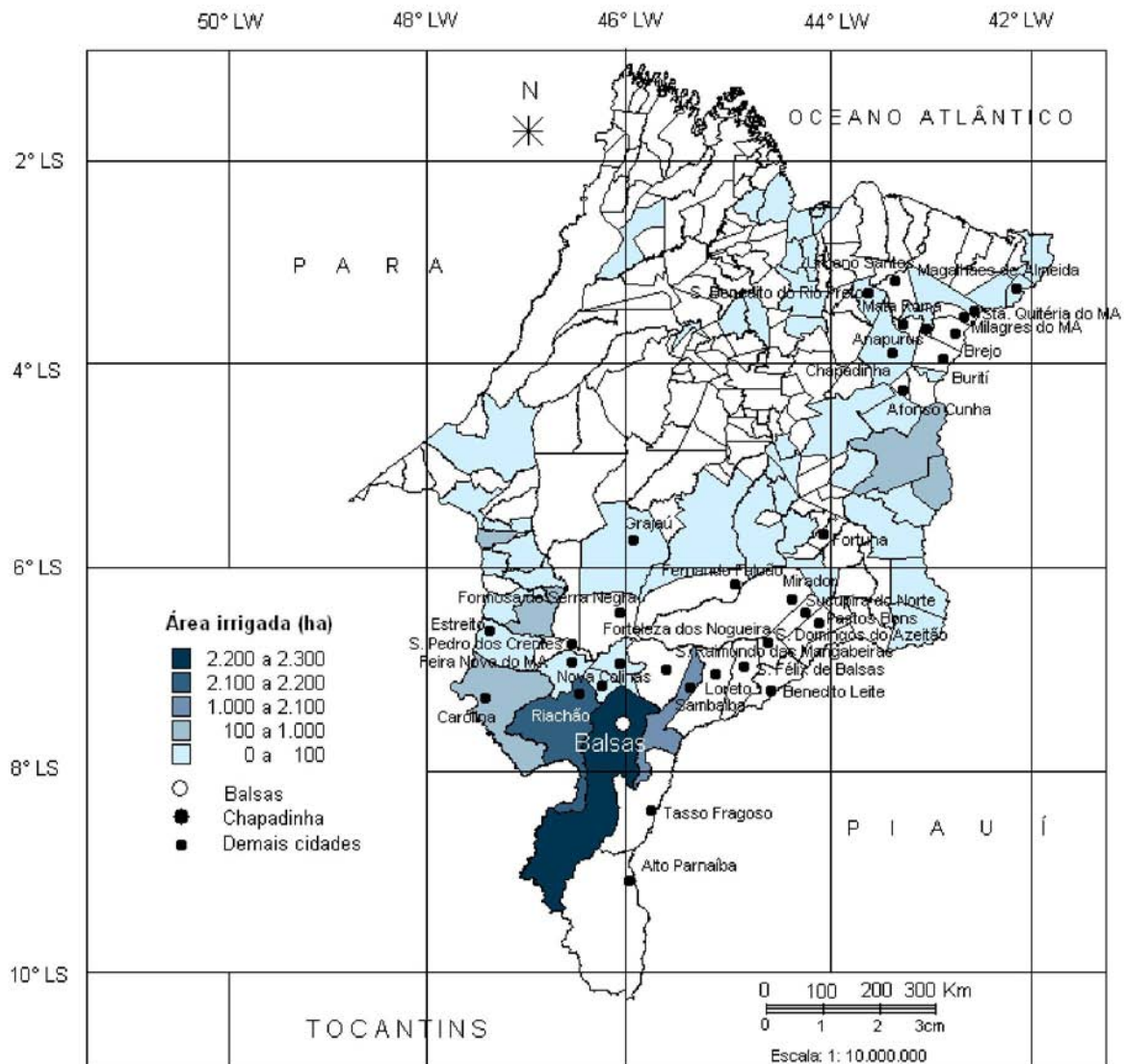


Mapa 24. Estabelecimentos com outras formas de irrigação no Maranhão em 2006.
Fonte: IBGE, 2006.

Além desses métodos mencionados, são utilizados uma série de outros métodos de irrigação por aspersão. Como se pode observar no mapa 24, apesar de os estabelecimentos com outras formas de irrigação não serem uma exclusividade da produção de soja, estão concentrados principalmente na municipalidade de Balsas, onde esta se adensa. Trata-se de métodos de irrigação que não são usados especificamente na produção de soja.

Como ilustra o mapa 25, embora não seja uma marca do agronegócio, a irrigação se concentra mais nestas áreas. Embora algumas municipalidades e estabelecimentos não disponibilizem dados, constatou-se, *in locu*, que a irrigação é uma característica do agronegócio, uma vez que a agricultura tradicional de base familiar não dispõe de capital e nem de condições técnicas que possibilitem o uso da irrigação.

MAPA 25 - Área irrigada com outras formas de irrigação no Maranhão em 2006



Fonte: IBGE

Elaborado pelo autor com Map Info Professional 6.0

Mapa 25. Área irrigada com outras formas de irrigação no Maranhão em 2006.

Fonte: IBGE, 2006.

Além da irrigação, são usados os métodos de correção de solo com adição de calcários e uma série de aditivos que garantem uma grande produtividade de sementes quanto de grãos com qualidade, equivalentes às demais regiões do país.

Apesar da grande produção, produtividade, avanço tecnológico e existência de condições propícias ao desenvolvimento do circuito espacial de produção de soja, os círculos de cooperação da soja no Maranhão ainda se restringem às fases primárias, não sendo capaz de criar uma rede de indústrias para produção e refino da soja, e conseqüente agregação de valor. Isto se deve às ações políticas das grandes multinacionais que lucram muito mais com a exportação do produto e também à obediência às suas matrizes localizadas nos países centrais do capitalismo.

Por outro lado, tais empresas também ficam esperando aquilo que o lugar tem de melhor para oferecer: geralmente um pacote produtivo regado a incentivos fiscais e oferta vasta de energia, uma boa logística de transporte, força de trabalho vasta e barata e um território fluido, capaz de propiciar seu uso dando uma margem de lucro extremamente rentável. Assim, as empresas praticam uma política terrorista contra os lugares, tendo em vista que espera que estes inicialmente promovam a “guerra” na disputa pela atração. O mais atraente e menos resistente ao capital ganha a disputa. Estes eventos têm criado novas dinâmicas territoriais.

4.5. Dinâmicas criadas pelo circuito espacial de produção

O crescimento e desenvolvimento da lavoura da soja nas regiões agrícolas de Balsas e Chapadinha têm criado novas formas de configuração territorial, assim como tem demonstrado a preponderância das empresas multinacionais e um processo que direciona um uso corporativo do território.

Diante do crescimento da agroindústria da soja, a exemplo de outros estados, há redefinições nas relações cidade/campo havendo uma migração considerável de pessoas do campo para as cidades, pois, consoante dados do IBGE (2006), em 1980, início do processo de implantação da lavoura de soja no Sul do Maranhão, o município de Balsas, principal produtor do Estado, possuía uma

população de 24.557 habitantes, sendo que 58% encontravam-se na zona urbana e 42% na zona rural. Em 2000, a população urbana aumenta para 83,3%, tendo em vista que se trata de um dos municípios com uma das maiores áreas do Estado. Em Chapadinha, antes da instalação da soja, no Censo de 1991, havia 56.862 habitantes, sendo que 50,46% da população estavam concentradas nas cidades e 49,54% estavam presentes na região agrícola. No mesmo período, a população de Chapadinha era de 61.275 habitantes, sendo que 37.219 (60,83%) encontram-se na zona urbana e 24.056 (39,17%) encontram-se localizada na zona rural. Nessa municipalidade não há um processo intenso de redução da população rural, até porque a produção de soja é restrita, sendo mais relevante na municipalidade de Buriti/MA.

Apesar de o aumento da população urbana na cidade de Chapadinha não acompanhar a tendência de crescimento da população da municipalidade Balsas, percebe-se que há um considerável processo de expropriação dos trabalhadores do campo, uma vez que estes têm se concentrado cada vez mais em cidades e em grandes povoados. A chegada da soja, como afirma Andrade (1984), promoveu um intenso processo de expropriação, principalmente por meio da grilagem nas terras da União, onde os antigos posseiros e trabalhadores rurais viviam e praticavam uma agricultura de subsistência. Neste mesmo período, a população da cidade de Balsas cresce aproximadamente 400%, fato que demonstra ainda, além de um evidente processo de êxodo rural, uma migração de outras cidades e outros estados.

Além da migração e do crescente processo de urbanização gerado a partir do circuito espacial de produção da soja, há um intenso fluxo de mercadorias e serviços, atraídos pela dinâmica da produção em Balsas, com maior proporção, e em Chapadinha. Essa dinâmica se dá no período de safra e de entressafra, uma vez que Balsas possui uma logística produtiva e quantidade de serviços superior à Chapadinha.

Dentro da hierarquia constituída no interior do circuito espacial de produção e dos círculos de cooperação, a cidade de Balsas se destaca por concentrar uma rede de serviços especializados, deixando de ser um mero lugar do fazer e passando a concentrar atividades de subcomando local. Por outro lado, sabe-se que o comando da produção é único e se impõe como verticalidade, vindo dos espaços globalizados mais distantes.

O uso corporativo do território é uma característica marcante dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação, tendo em vista que estes são dominados pelos grandes agentes hegemônicos, detentores do capital e das técnicas de produção avançadas. Neste espaço, em que há uma exacerbação da concorrência, o território se torna cada vez mais vulnerável ao ataque das grandes empresas que reduzem significativamente o poder das firmas que compõem o circuito inferior da economia e, portanto, da solidariedade orgânica, impondo assim, a solidariedade organizacional. São as grandes empresas multinacionais que ditam as formas de configuração dos subespaços.

O *uso corporativo do território* caracteriza-se pela ação dos agentes hegemônicos. No momento em que estes dominam a base técnica e política do território tem-se uma ação exacerbada dos agentes. Esse uso pode se traduzir de forma menos intensa, mas também pode ser um uso hegemônico, sobretudo, quando as possibilidades de competição se esgotam e alguns grupos se apossam do território. Esta realidade se evidencia no Maranhão tendo em vista que somente duas grandes corporações da área de alimentos dominam o território.

No Maranhão há um uso corporativo do território por parte de poucos grupos de empresas multinacionais e nacionais que se instalaram na região agrícola de Chapadinha e de Balsas para produzir e comercializar a soja. Dentre estas empresas tem-se a Cargill (foto 05), Seagro (foto 06), Bunge e ABC.



Foto 06. Cargill localizada na cidade de Balsas/MA.
Fonte: BOTELHO, 2009.



Foto 05. Seagro, empresa nacional localizada na cidade de Balsas/MA.
Fonte: BOTELHO, 2009.

Além das empresas ilustradas, nas fotos 05 e 06, a Bunge e ABC são também as empresas beneficiárias da produção de soja no Maranhão. A Bunge e Cargill usam o território de forma seletiva. Esse uso é uma premissa básica e condição essencial das *tradings*, principalmente com o advento neoliberal e criação de uma legislação que o possibilita. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a Cargill exportou, nos anos de 2006 e 2007, R\$ 58.485.509,00 e R\$ 70.561.091,00 respectivamente, correspondendo à 5ª empresa que mais exportou no Maranhão nesse período. A Bunge exportou, no mesmo período, R\$ 46.321.669 e R\$ 42.182.857, respectivamente, correspondendo à 10ª empresa no *ranking*⁴³.

Assim, a Bunge e a Cargill são as empresas que mais participam do processo produtivo no Maranhão. Como demonstra Toledo (2005), a atuação da Cargill, de um modo geral

[...] no território brasileiro, operando em três circuitos distintos, revela a produção de um espaço corporativo para um uso também corporativo do território nacional. Sob sua lógica, ela arrasta toda sorte de empresas e

⁴³ De acordo com a mesma fonte, os produtos mais exportados pelo Estado são os minérios de alumínio e ferro escoado pelo Porto de Itaqui. Para maiores informações consultar o site do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Exportações brasileiras: Maranhão. Principais empresas exportadoras. Disponível em: www.mdic.gov.br.

serviços, que para atenderem ao imperativo das exportações, vão equipando técnica e normativamente o território nacional para que ele seja um recurso rentável (TOLEDO, 2005, p. 132).

Nas últimas duas décadas no Brasil, o advento do neoliberalismo, que se caracteriza pelos processos de “liberalização, desregulamentação, privatização e flexibilização” (HARVEY, 2005, p. 128-129; CHESNAIS, 1999, p. 77), tendo como substrato a fragilização e adaptação das legislações territoriais às atuações das forças de mercados foi marcante no uso do território, uma vez que são criados novos mecanismos que regulamentam e flexibilizam o uso do território em favor dos agentes hegemônicos, principalmente em cidades maranhenses que, antes da produção de soja, já possuíam uma estrutura produtiva precária. Sendo assim, compreende-se que as grandes empresas multinacionais monopolizam tanto as grandes cidades, quanto às pequenas, que possuem uma baixa capacidade técnica, por isso, são espaços mais facilmente incorporados à lógica do grande capital. Não obstante as condições técnicas e políticas, as municipalidades maranhenses tendem a acolher praticamente qualquer circuito espacial de produção, uma vez que os existentes se dão de forma precária.

Os sistemas de engenharia, principalmente os grandes eixos viários, necessários para acessibilidade da população, são criados com a finalidade de promover a fluidez indispensável à lógica das grandes corporações. Além da *tecnoesfera*, existe uma *psicoesfera* produzida principalmente pela grande mídia, em favor das elites locais e agentes políticos que legitimam a ação dos agentes hegemônicos por meio do discurso desenvolvimentista e progressista. Tal discurso, fortificado com a fragilidade e vulnerabilidade territoriais, traduzidos pela realidade de pobreza de sua população vem impregnado principalmente do ideário de que tais empreendimentos (atração do capital externo) trarão emprego à população local. Isto é uma manifestação clássica de *alienação do território*.

Como afirma Botelho (2009), o circuito espacial de produção da soja cria uma intensa dinâmica territorial no Maranhão, configurando o território não para os anseios de sua população, mas em função da lógica de uso e necessidades das grandes empresas, auxiliadas pela atuação dos grupos políticos que se beneficiam desses processos. São essas empresas que direcionam os investimentos, as construções dos sistemas de engenharia, etc. Desse modo, o planejamento regional e, portanto, a configuração territorial se dá em função das grandes empresas. Do

contrário, os espaços pelos quais o capital não manifesta interesse ou aqueles que estão servindo como reserva de valor são territórios que se expandem espontaneamente. De um lado, tem-se os territórios esquecidos pelo capital, cuja estrutura produtiva não desenvolve circuitos espaciais de produção e, de outro, tem-se os territórios incluídos na dinâmica perversa do capital. Tais dinâmicas territoriais que se manifestam no território maranhense só se materializaram mediante criação dos círculos de cooperação.

5. OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO DA SOJA NO MARANHÃO

Neste capítulo busca-se compreender os círculos de cooperação e sua relevância ao circuito espacial de produção, tendo em vista que um é condição de existência do outro. Os círculos de cooperação se caracterizam pela grande quantidade de informações e de desenvolvimento técnico-científico e financeiro que é injetado e que dinamiza o circuito espacial de produção da soja. Os círculos de cooperação constituem um conjunto de fluxos de capital, finanças, informações, normas e comandos que dinamizam o circuito espacial. Enquanto elemento que está no plano da existência e que faz parte da esfera da ação, eles representam formas de comando técnico e normatização do território.

5.1. As Políticas fundiárias no Maranhão e a concentração de terra

O circuito espacial de produção não poderia se materializar sem um conjunto de leis e normas para seu uso. Um território normado possui leis e regulações que se encontram na esfera do Estado, e também de um território que se apresenta como norma, uma vez que as *tradings* são as grandes responsáveis pela normatização e uso do território. Sendo assim, tem-se a Lei de crédito, de terras e de incentivos fiscais.

Se, historicamente, o território brasileiro tem se caracterizado por uma estrutura fundiária baseada no latifúndio (IANNI, 1984; MARTINS, 2004; STEDLI, 2005; GRAZIANO DA SILVA, 1978), no Maranhão, essa estrutura é mais intensa, por se tratar de um espaço que faz parte da Amazônia Legal, onde os processos de ocupação, apropriação e grilagem da terra são relevantes, como assegura Andrade (1984).

O processo de concentração da propriedade no Maranhão foi regulamentado especificamente pela “Lei Sarney de Terras”, de nº 2.979 de 1969. Trata-se de um mecanismo jurídico de extrema importância para o uso do território maranhense pela soja.

De acordo Barbosa ([s./d.], p. 4), a “Lei Sarney” respalda a privatização das terras públicas no Maranhão, incentivando a criação de um mercado imobiliário. Essa medida vem privilegiar o processo de expropriação (ANDRADE, 1984) e apropriação das terras públicas por um segmento crescente que se apóia principalmente no processo de grilagem, e vem favorecer os grandes produtores, já que possuem capital para aquisição da terra, e a expansão de projetos agropecuários e agroindustriais.

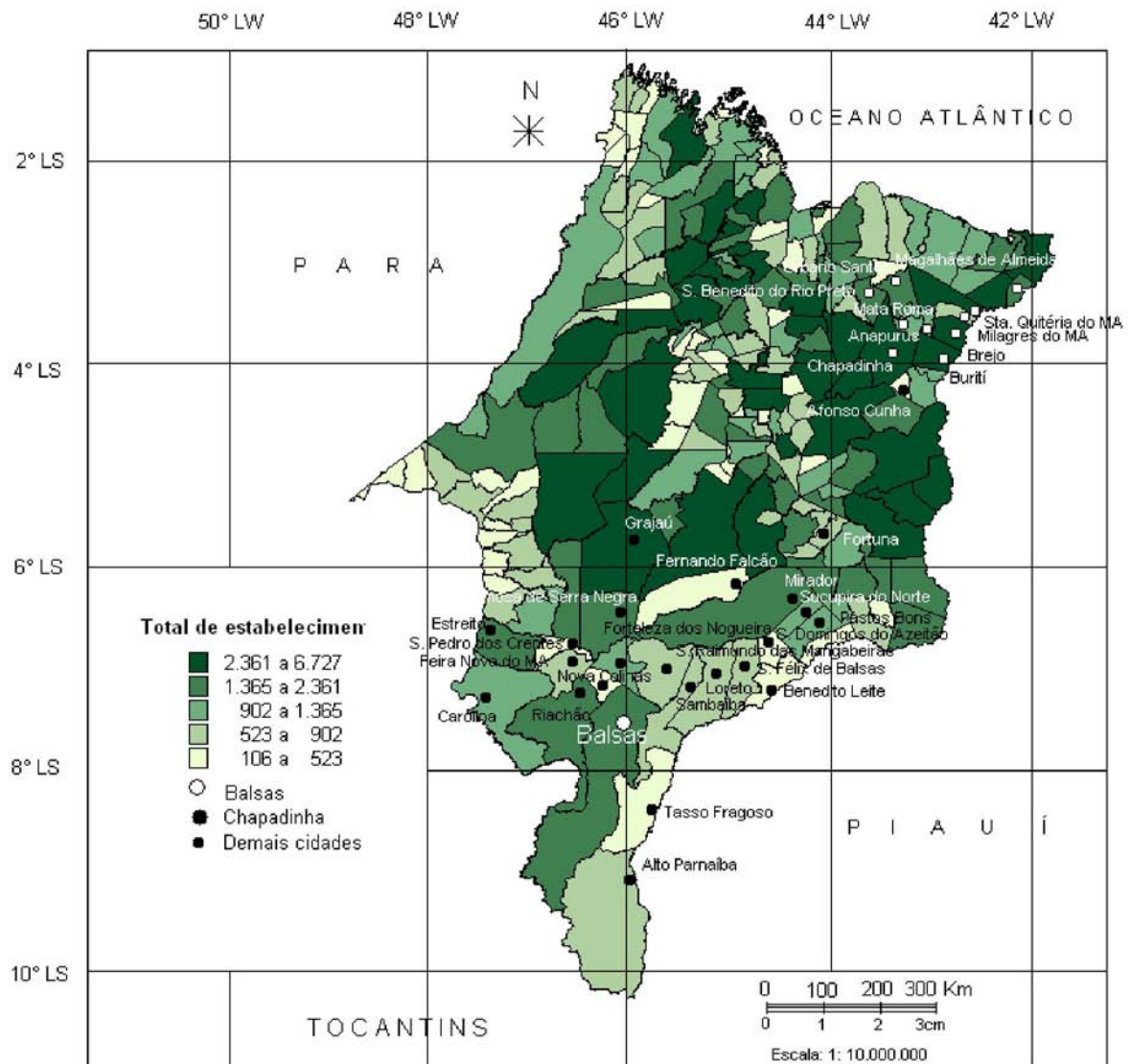
Além da grilagem, a partir da constituição de um mercado de terras, tem-se a chegada dos pecuaristas e produtores que eleva ainda mais a renda da terra, fazendo surgir o processo de arrendamento. A terra, que antes era de domínio público, usada pelas populações que praticavam agricultura de subsistência, passa para a esfera do capital, surgindo como uma importante mercadoria no processo de produção da soja.

Sendo assim, o fator preponderante para o desenvolvimento do agronegócio é a subordinação da propriedade fundiária ao capital, pois, as formas de posse das terras passaram para o domínio do capital, onde o monopólio da terra torna-se um componente da agricultura sem representar um entrave ao processo de seu desenvolvimento. A terra torna-se um ramo da esfera econômica, onde o capital dispõe de todas as vantagens de acumulação e reprodução: o máximo de extração de mais-valia, livre concorrência, transferência do capital de um setor para o outro, força de trabalho disponível, exército de mão-de-obra de reserva, aprofundamento da divisão do trabalho, formação de um mercado específico para os produtos agrícolas etc. Dessa forma, a política fundiária brasileira, em geral, e maranhense, em particular, tem incentivado a criação dos grandes projetos agropecuários e, concomitante a estes, a concentração fundiária.

Ao estudar a produção de soja e as novas formas de organização do espaço na região de Balsas, Ferreira (2008, p. 154-64) aponta para um aumento considerável da concentração fundiária. Segundo a autora, o processo tem se intensificado: de 1975 a 2006 houve um aumento da área total dos estabelecimentos e redução de quase a metade do número de estabelecimentos. Pelo mapa 26, percebe-se que a concentração fundiária não é um privilégio exclusivo da produção de soja, tendo em vista que o espaço rural maranhense é caracterizado por grandes áreas de pastagem para o gado bovino, mas se intensifica nesta, principalmente na

região de Balsas, onde a produção de soja é mais intensa e, portanto, necessita de grandes extensões de terra.

MAPA 26 - Total de estabelecimentos existentes no Maranhão em 2006



Fonte: IBGE
Elaborado pelo autor com Map Info Professional 6.0

Mapa 26. Total de estabelecimentos existentes no Maranhão em 2006

Fonte: IBGE, 2006.

A concentração fundiária é uma marca da agricultura brasileira que se reproduz por meio de uma contradição: de um lado, o latifúndio concentrado nas mãos de grandes grupos econômicos e produtores rurais e, de outro, uma estrutura

baseada em pequenas propriedades de terra ocupadas por posseiros que usam o trabalho familiar.

Tabela 02 – Estrutura fundiária do Maranhão e das regiões agrícolas de Balsas e Chapadinha de 1975-2006.

Censos		Menos de 10 ha		Acima de 1.000 há		Total	
		Número de estabelecimentos	Área (ha)	Número de estabelecimentos	Área (ha)	Nº de estabelecimentos	Área (ha)
1975	Região de Balsas	21.833	43.668	731	1.745.773	32.041	3.509.138
	Região de Chapadinha	24.494	40.585	74	178.474	26.995	484.757
	MA	437254	715.518	1.926	5.128.226	494.596	12.409.066
1996	Região de Balsas	15.126	31.026	541	1.680.675	31.551	3.674.942
	Região de Chapadinha	23.416	24.824	86	215.405	30.297	1.117.716
	MA	272.099	389.794	1.681	4.565.617	363.937	12.560.691
2006	MA	177.152	178.368	1.706	4.692.256	287.037	12.991.448

Fonte: IBGE, adaptado por BOTELHO, 2010.

De acordo com dados da Tabela 01, no Maranhão, de 1975 a 1996, houve redução de 37,7% do número de estabelecimentos com menos de 10 ha, de 30,7% na Região de Balsas e de 4,4% na região de Chapadinha. No mesmo período, a redução da área dos estabelecimentos com menos de 10 ha, no Maranhão, foi de 45,52%, enquanto que na Região de Balsas foi de 28,95% e na Região de Chapadinha foi de 38,83%.

No Maranhão, de um modo geral, ocorreu a eliminação de parte das pequenas propriedades e, conseqüente, a incorporação destas às grandes propriedades. Esse processo não é exclusivo da soja, já que atingiu municipalidades em áreas de pecuária bovina, na porção central do estado.

Apesar da redução de o número e área dos estabelecimentos nas regiões de Chapadinha e Balsas não ter atingido as mesmas proporções do estado do Maranhão, o processo de concentração é evidente.

De 1975 a 1996, no Maranhão houve uma redução de 12,72% do número de estabelecimentos com mais de 1.000 ha enquanto que na Região de Balsas essa redução foi maior ainda (25,99%) e, na contra-tendência, na Região de Chapadinha

houve um aumento de 16,21% desses estabelecimentos. Com relação à área, no mesmo período, no Maranhão, houve uma redução da área de 10,97%, enquanto que na região de Balsas essa redução foi de apenas 3,72%. Já na região de Chapadinha houve um aumento de 20,69%. Sendo assim, apesar da redução da quantidade de estabelecimentos na região de Balsas, houve um aumento da área das propriedades, uma vez que a redução desta não acompanhou os mesmos percentuais da redução dos estabelecimentos. Há eliminação e incorporação de pequenas, médias, mas também de grandes propriedades às já existentes.

Enquanto no Maranhão a redução dos estabelecimentos foi quase igual à redução da área, na região de Chapadinha, ao contrário da região de Balsas, houve um aumento do número e da área dos estabelecimentos com mais de 1.000 ha. Isso reflete um período inicial da implantação da produção de soja, caracterizado pela aquisição de terras (compra e outras formas de aquisição) e de um estágio inicial da implantação da soja, onde há o predomínio da elevação da renda da terra e conseqüente aquisição. Nesta fase de implantação do agronegócio, a concentração da propriedade é mais violenta.

O processo de concentração fundiária é flagrante, tendo em vista que as municipalidades que produzem soja, sobretudo, na Região de Balsas, possuem maiores extensões do que as demais porções do Maranhão. Ainda assim, a quantidade de estabelecimentos nestas municipalidades é bem menor do que as demais municipalidades do estado.

No Maranhão, como apontam os dados dos últimos censos, o processo de concentração fundiária não é uma exclusividade do circuito espacial de produção da soja, mas se intensifica ainda mais neste por se tratar de uma atividade agrícola que requer grandes propriedades de terra para serem exploradas. É importante ressaltar que em algumas regiões onde não há produção de soja, ou mesmo outro produto agrícola voltado para o agronegócio, a concentração fundiária chega a ser mais acentuada ainda, principalmente onde há o predomínio de uma pecuária bovina.

A lei de terras e todo um mecanismo de configuração do território, que se traduzem em práticas jurídicas e políticas, assumem um papel importante para o desenvolvimento do circuito espacial de produção e privilegiam o uso do território por uma pequena quantidade de produtores assim como de empresas e retira o direito de uso da grande maioria da população que vive e trabalha na terra. Além

dos instrumentos de regulação do uso da terra, tem-se a normatização do uso do crédito.

5.2. O financiamento da soja no Maranhão

A intensificação do capital no campo, com o advento do agronegócio, e conseqüente domínio do modo de produção capitalista na agricultura, se efetiva com a materialização de um capitalismo agrícola, caracterizado por unidades de produção autônomas, onde há uma intensa atuação do capital através de grandes empresas multinacionais do ramo de alimentos e de instituições financeiras.

Neste sentido, o determinante na agricultura capitalista – agronegócio – é a intensidade de capital depositado, o grau de trabalho assalariado e a mecanização do processo produtivo, cuja valorização do capital se estabelece na relação direta entre o capital variável e o capital constante – que são as leis objetivas de reprodução ou forças objetivas que se configuram como composição orgânica do capital – como ocorre na indústria. A agricultura capitalista só se efetivou devido ao desenvolvimento das forças produtivas e à alocação do capital e suas formas de exploração no campo, patrocinadas pelos grandes capitalistas agrários que reuniram capitais necessários para implementação da mecanização e assalariamento. Seu desenvolvimento se dá especificamente com a fusão dos capitais agrário, industrial e financeiro.

O financiamento é, sem dúvida, um ponto-chave do circuito espacial de produção da soja e se efetiva no Brasil com a implantação da Política de Crédito Rural com a Lei 4.829, de 1965, que subsidia a produção da agricultura brasileira e cria um programa de incentivo voltado para agricultura, sobretudo, para o agronegócio. Tal lei é responsável por articular o Sistema Nacional de Crédito Rural.

O SNCR é constituído de órgãos básicos, vinculados e articulados. São órgãos básicos o Banco Central do Brasil (Bacen), Banco do Brasil (BB), Banco da Amazônia (Basa) e Banco do Nordeste (BNB). Como órgãos vinculados temos o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bancos privados e estaduais, caixas econômicas, cooperativas de crédito rural e sociedades de crédito. Por último, existem os órgãos articulados que são os órgãos oficiais de valorização regional e entidades de prestação de assistência técnica (BANCO DO BRASIL, 2004, p. 11).

Como pode ser visualizado no fluxograma 02, o Sistema Nacional de Crédito Rural é subordinado ao Banco Central do Brasil, que coordena todas as instituições financeiras que atuam no território Nacional. Desse modo, o Estado tem pleno controle da atuação dos agentes financeiros e pactua com o uso exclusivo das grandes empresas, uma vez que o grande volume de crédito fica à disposição destas empresas.



Fluxograma 02. Sistema Nacional de Crédito Rural
Fonte: BANCO DO BRASIL, 2004. (adaptado)⁴⁴.

Com base no entendimento de Leite (2001), Ferreira (2008, pp. 177) entende que a implantação do crédito agrícola na agricultura brasileira se deu praticamente em dois períodos. O primeiro vai de 1965 a 1985 e caracteriza-se pela relativa facilidade de acesso ao crédito e financiamento público. O segundo vai de 1986 a 1997 e se caracteriza pela restrição do capital público.

No entanto, opta-se pela periodização realizada por Zilbersztajn e Almeida (2008, p. 271), quando afirmam que a evolução do crédito no Brasil se dá em três fases. A primeira, que vai de 1965 a 1985, caracteriza-se pela intensa intervenção e controle do Estado no financiamento do crédito rural, modernização da agricultura e desenvolvimento das indústrias de insumos. Nesta, apesar da alocação equitativa, o acesso ao crédito se restringiu aos grandes proprietários. A segunda vai de 1986 a 1998 e caracterizou-se pela redução gradual do controle estatal. A

⁴⁴ Tal organograma demonstra que o Sistema Nacional de Crédito Rural foi elaborado pelo Banco do Brasil, extraído de: BANCO DO BRASIL. Evolução do agronegócio. Revista de Política Agrícola. Ano XIII - Nº 4 - Out./Nov./Dez. 2004, pp. 10-17. Disponível em: <http://www.agronegocios-e.com.br/agr/down/artigos/Pol_Agr_4_Artigo_02.pdf>. Acesso em 07 de Ago. 2009.

terceira fase seria a que caracterizada pela política neoliberal do Governo de Fernando Henrique Cardoso e a conseqüente restrição do acesso ao capital público e aumento da concessão do capital privado no financiamento da produção agrícola.



Foto 07. Agência do Banco do Brasil da cidade de Balsas/MA.
Fonte: BOTELHO, 2009.



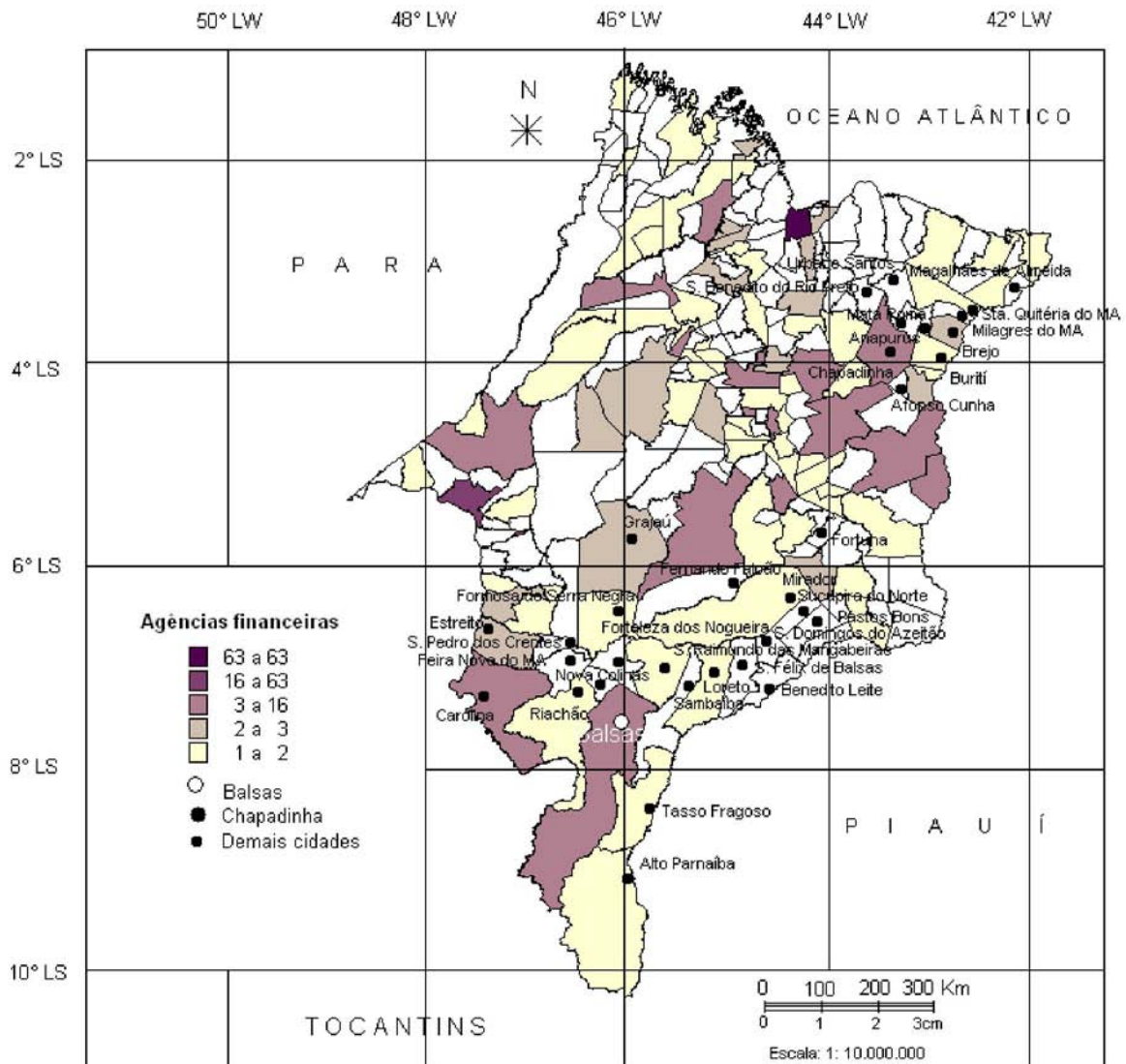
Foto 08. Agência do Banco do Bradesco da cidade de Balsas/MA.
Fonte: BOTELHO, 2009.

Desse modo, há uma efetiva participação das instituições financeiras públicas, que atuam no financiamento da agricultura no Maranhão, principalmente do Banco do Brasil, e privadas, particularmente do Bradesco, como ilustram as fotos 07 e 08. Por outro lado, o volume de financiamento do agronegócio maranhense tem

sido considerável se comparado às demais regiões do país. Além destas, estão presentes na municipalidade de Balsas as agências da Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, já em Chapadinha, tem-se o Banco do Brasil, Bradesco e Banco do Nordeste. De acordo com Ferreira (2008, p. 182), 70% da produção de soja no Maranhão é financiada pela Bunge e Cargill. Além destas, a Multigrain, Seagro (São Paulo) e mais recentemente a ABC (Minas Gerais) são responsáveis pelo financiamento da soja. Esta última tem intensificado sua participação no circuito espacial de produção da soja, principalmente a partir do ano de 2008, quando instalou a unidade de processamento de grãos em Porto Franco/MA.

Como demonstra o mapa 27, a quantidade das grandes instituições financeiras no Maranhão é discreta. Por outro lado, na municipalidade de Balsas, embora haja somente 05 (cinco) agências bancárias e 03 (três) na municipalidade de Chapadinha, o total de financiamento da agricultura é bastante considerável. O número reduzido de agências não traduz a realidade da concentração do investimento na agricultura, uma vez que este é feito pelas grandes multinacionais, responsáveis pela injeção de capital na produção de soja.

MAPA 27 - Total de agências financeiras existentes no Maranhão em 2006



Fonte: IBGE

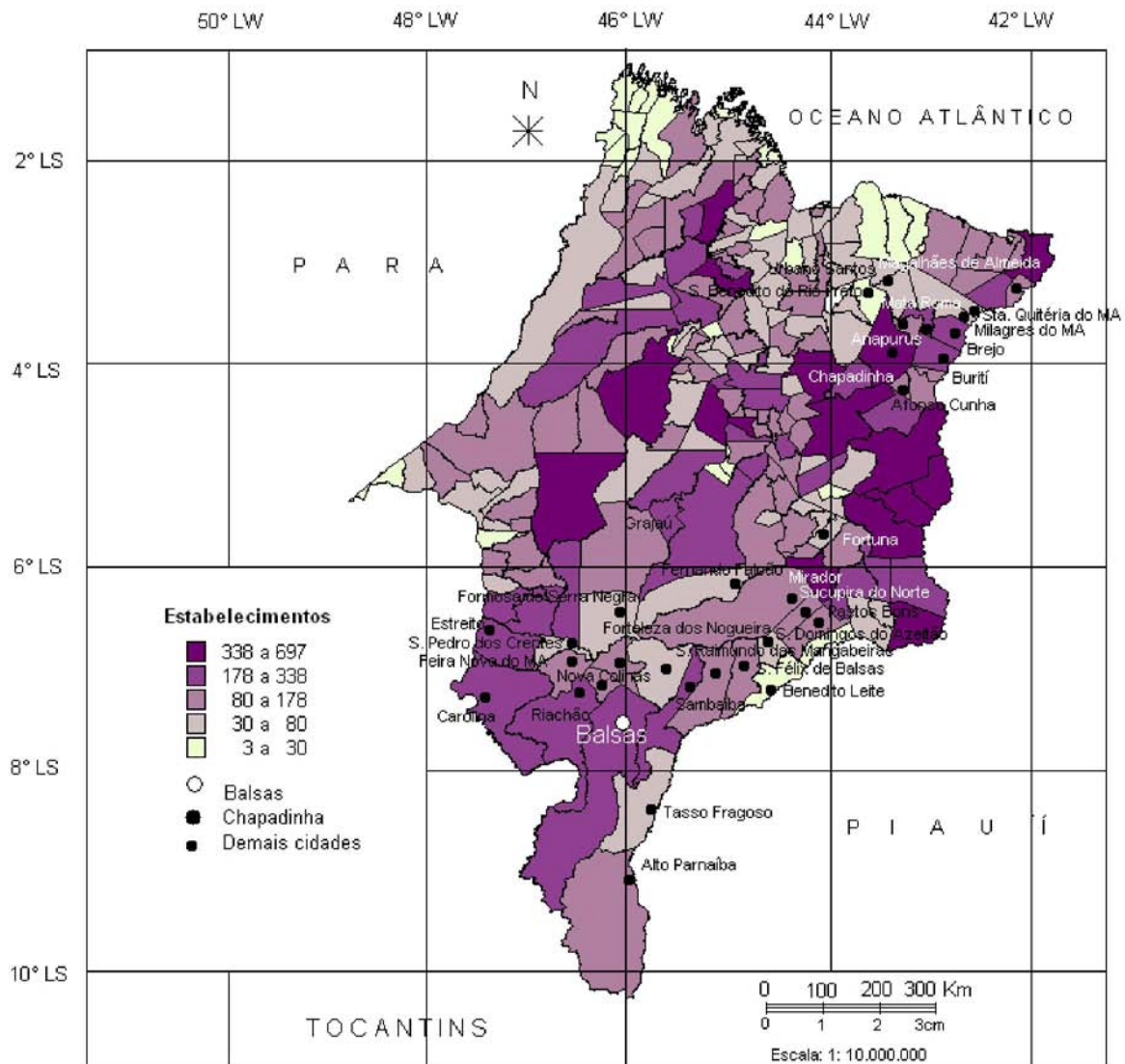
Elaborado pelo autor com Map Info Professional 6.0

Mapa 27. Total de agências financeiras existentes no Maranhão em 2006.

Fonte: IBGE, 2006.

Como demonstra o mapa 28, a quantidade de estabelecimentos que receberam financiamentos no Maranhão não está localizada em torno da produção de soja, uma vez que são poucos os estabelecimentos que a produzem.

MAPA 28 - Total de estabelecimentos que receberam financiamentos no Maranhão em 2006



Fonte: IBGE

Elaborado pelo autor com Map Info Professional 6.0

Mapa 28. Total de estabelecimentos que receberam financiamentos no Maranhão em 2006.

Fonte: IBGE, 2006.

O financiamento da soja é feito pelas empresas multinacionais (Cargill e Bunge) e nacionais (ABC, Seagro) do ramo de alimento. Com o financiamento, as grandes empresas garantem uma margem considerável de lucro, tendo em vista que não precisam gastar com mão-de-obra e nem com outras despesas, deixando assim, que os produtores façam toda produção, cabendo a elas somente a parte da

comercialização na Ásia, onde a produção é consideravelmente mais barata do que na Europa e América, devido à grande quantidade de força de trabalho existente.

Desse modo, o circuito espacial de produção da soja também poderia ser denominado circuito espacial de produção das grandes empresas, que usam um território de forma seletiva. As multinacionais que financiam a produção de soja, ou seja, que compram a produção antes mesmo de ela existir, acabam extraindo a maior fatia da mais valia, uma vez que só atuam na reprodução do seu capital sem plantar uma semente sequer.

O financiamento da soja é uma modalidade habilmente usada pelas empresas, tendo como pressuposto a racionalidade capitalista de produção: garantia máxima de extração de mais valia. Representa, portanto, uma forma de terceirização da produção pelas empresas que não querem ter gastos com insumos, defensivos, máquinas, equipamentos, mão-de-obra etc., e muito menos mediar a luta entre capital e trabalho⁴⁵.

Com relação à terceirização da produção, existe uma grande quantidade de empresas especializadas que fornecem força de trabalho para as fazendas. Quem perde com isso são os trabalhadores, uma vez que do total de salário que recebem, uma parte é extraída pelas empresas que prestam serviços. Vale destacar uma flexibilização das relações trabalhistas, que eximem as empresas (grandes multinacionais) a pagarem os impostos e encargos trabalhistas com a contratação de trabalhadores⁴⁶.

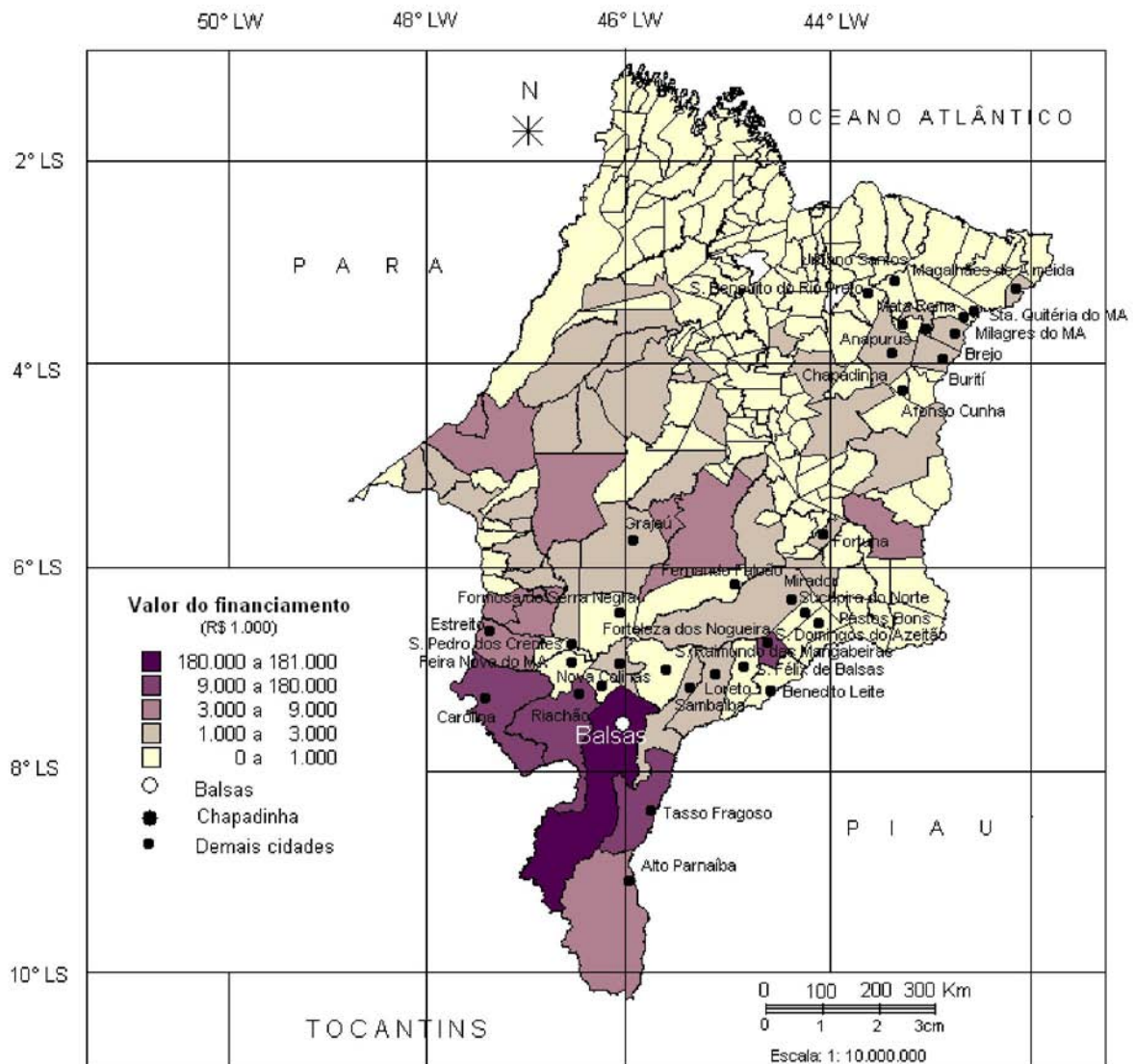
Como ilustra o mapa 29, a maior parte dos investimentos da agricultura no Maranhão é um privilégio exclusivo da produção de soja, por mais que na região de Chapadinha os índices ainda não sejam relevantes como em Balsas.

Onde há a maior produção lá está o capital financeiro, que se traduz por meio dos investimentos feitos pelo agronegócio. O agronegócio é uma forma de produção que requer uma quantidade considerável de investimentos que atuam no sentido da reprodução ampliada do capital e, portanto, da concentração de renda e da pobreza no Maranhão.

⁴⁵ A mediação entre capital e trabalho é feita pelo produtor rural, que nada mais é do que um “funcionário” terceirizado das *tradings*, para que estas fujam do corpo a corpo com a sua natureza contraditória: o trabalhador rural assalariado.

⁴⁶ E a fase da economia caracterizada pela denominada reestruturação produtiva, tendo como base a flexibilização das relações trabalhistas, a desregulamentação, característicos do período técnico-científico-informacional e da mundialização do capital, como afirma Harvey.

MAPA 29 - Valor do financiamento da agricultura no Maranhão por município em 2006



Fonte: IBGE
Elaborado pelo autor com Map Info Professional 6.0

Mapa 29. Valor do financiamento da agricultura no Maranhão por município em 2006.
Fonte: IBGE, 2006.

De acordo com dados do mapa 29 e do último Censo Agropecuário (2006-7), do total de financiamento obtido pelos estabelecimentos, R\$ 267.246.000,00 estão concentrados nas municipalidades que produzem soja, o que representa 67,08% do total do estado. Somente os estabelecimentos da municipalidade de Balsas obtiveram R\$ 180.513.000,00, o que representa 45,30% do total de financiamento obtido por todo estado do Maranhão (R\$ 398.397.000). Embora não seja significativo, se comparado ao conjunto do território nacional, a

municipalidade de Balsas é a 7ª⁴⁷ municipalidade com o maior financiamento da agricultura no país. Enquanto no conjunto de unidades da federação onde o financiamento da produção agrícola é mais elevado e distribuído, no Maranhão há uma concentração do financiamento da agricultura em torno de Balsas, especificamente em torno do agronegócio. De um lado, tem-se a concentração da produção, e do financiamento, de outro, da concentração de renda, uma vez que esta é apropriada pelos produtores e com maior intensidade pelas *tradings*.

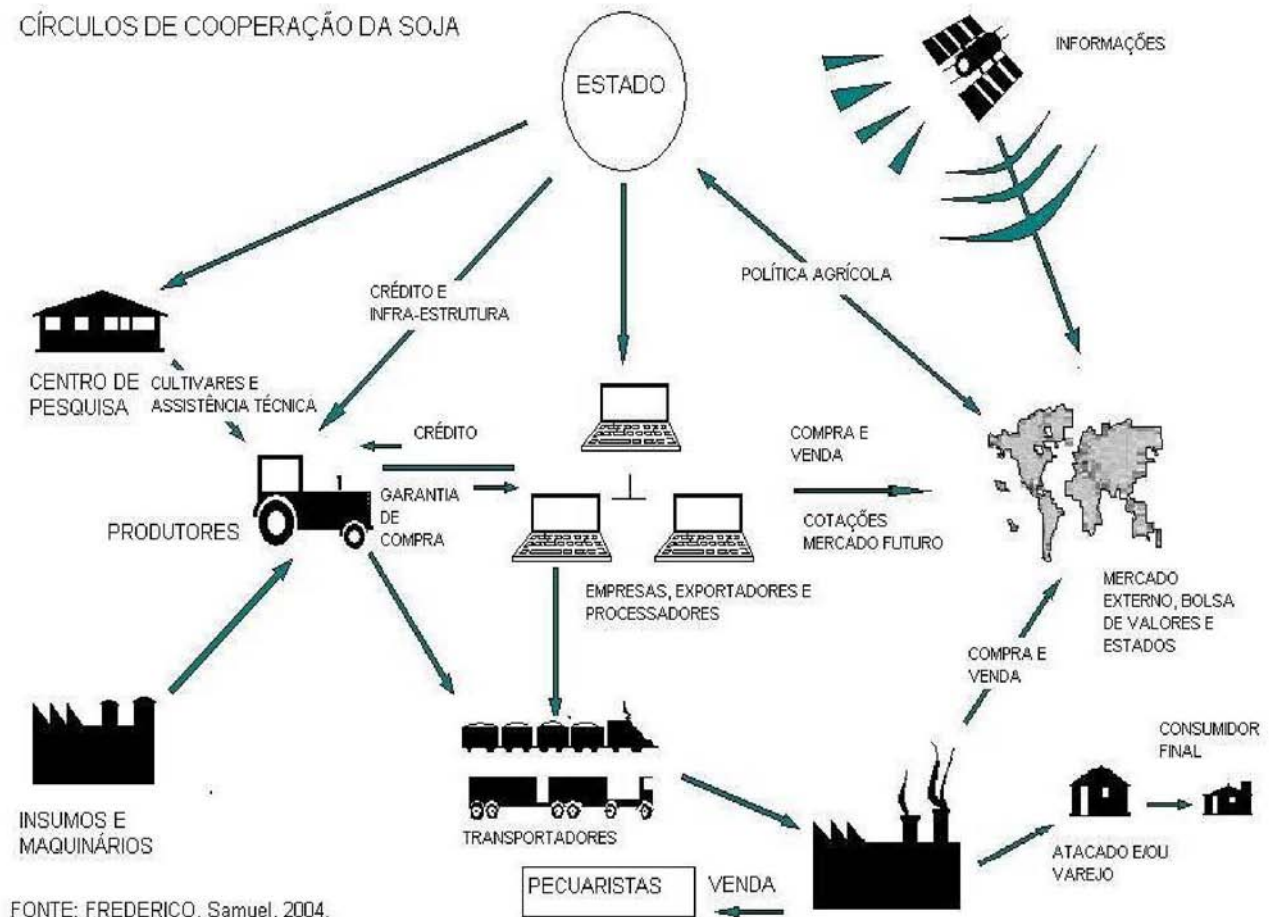
Do total do financiamento feito por apenas 34 estabelecimentos da municipalidade de Balsas, R\$ 147.077.000,00 (81,47%) é financiado por empresas integradoras, provavelmente pela Bunge, Cargill e em menor quantidade pela ABC, atualmente pela Algar agro, *tradings* do ramo de alimentos. Isso demonstra o poder de financiamento da agricultura que as grandes *tradings* possuem no Brasil em Geral e no Maranhão em especial. Desse modo, como afirma Paulino (2008):

[...] a agricultura brasileira historicamente tem sido beneficiada por políticas de crédito com juros altamente subsidiados. A título de exemplo, lembramos que o crédito rural para a agricultura empresarial na safra de 2007/2008 conta com um caixa de R \$ 58 bilhões e uma diminuição da taxa de juros em dois pontos percentuais, agora fixada em 6,75% ao ano [...] em janeiro de 2008 a taxa selic, taxa básica de juros que balizava as operações financeiras, foi reduzida para 11,5% ao ano (PAULINO, 2008, p. 230).

Por outro lado, de acordo com (DINO, 2008), o volume de crédito colocado à disposição da agricultura familiar, em 2008, pelo Governo Federal ao Estado do Maranhão, é da ordem de R\$ 400 milhões de reais. Tal crédito será disponibilizado pelos Bancos da Amazônia (Basa), Banco do Brasil (BB) e Banco do Nordeste (BN) nas diversas linhas de crédito que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) oferece atualmente para custeio, investimento e comercialização. O crédito será disponibilizado às pessoas que ganham até 4 mil reais. Como atestam os dados, percebem-se as contradições da produção agrícola brasileira. Enquanto apenas uma municipalidade e poucas empresas concentram o financiamento da agricultura, uma grande maioria da população é simplesmente furtada do direito ao crédito. Desse modo, como atestam

⁴⁷ De acordo com o Censo 2006-7, Chapadão do Sul/MS (R\$ 1.027.738.000,00), Querência/MT (R\$ 571.450.000,00), Lençóis Paulista/SP (R\$ 899.013.000,00), Aracruz/ES (R\$ 255.215.000,00), Pitangueiras/SP (R\$ 237.388.000,00) e São Desidério/BA (R\$ 235.042.000,00) são as municipalidades que obtiveram, pelos estabelecimentos agropecuários, o maior valor de financiamento do país.

os dados do fluxograma 03, o financiamento ocupa, dentro dos círculos de cooperação, uma posição de extrema importância, uma vez que este é um dos grandes diferenciais da produção global.



Fluxograma 03. Círculos de cooperação da soja
Fonte: FREDERICO, Samuel, 2004.

Os dados confirmam a quem é privilegiado o uso do território. O agronegócio e suas cifras bilionárias, a agricultura de subsistência e sua expressão máxima, o trabalhador rural, estão diante de um dilema: o trabalho rudimentar por meio de seus próprios esforços. Esta é a natureza da agricultura capitalista: concentração de financiamento nas mãos de poucos e pouco ou nenhum financiamento nas mãos de muitos trabalhadores rurais. Essa é a natureza da contradição territorial, pautada no uso desigual e combinado. Esse uso é exclusivo de grandes empresas protegidas pelo Estado e de toda uma legislação, enquanto

que a maioria da população, principalmente aquela que vive da terra, é privada do direito ao uso.

5.3. A Política de incentivos fiscais e a guerra dos lugares

Além da terra e do crédito, o Estado ainda auxilia a produção de soja com incentivos fiscais, por meio de um pacote fiscal, cujo objetivo é a desoneração da produção via redução da carga tributária sobre a produção de um determinado gênero. No caso da soja e de uma série de produtos primários, os incentivos fiscais surgiram como forma de superação do déficit das contas externas, ou seja, os produtos primários eram usados para o pagamento da dívida externa.

Mediante literatura analisada, com a lei, os municípios e Estados perderam recursos duplamente: pela exoneração do ISS (Imposto sobre serviços) e pela redução da partilha do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços). Em função das perdas, e como medida compensatória, decorrentes da política econômica implementada pelo governo federal, a União ficou com a obrigação de ressarcir os estados e Municípios mediante repasse de recursos financeiros, nos exercícios de 2003 a 2006, na proporção de 75% para os estados e 25% para os Municípios. Trata-se de um mecanismo que privilegia as grandes empresas que produzem soja e penaliza principalmente o lugar que produz, criando um ônus social grandioso, porque os recursos são extraídos dos municípios e não há retorno em impostos para serem repassados à população por meio de serviços públicos.

Essa é mais uma norma imposta pelo Estado em benefício do capital. É uma forma exclusiva de vulnerabilizar o lugar, tendo em vista que se trata de lugares caracterizados pela produção exclusiva de um único produto, portanto, a principal fonte de recursos e, desse modo, a principal fonte geradora de riqueza não pode ser sequer aplicada no local, uma vez que são isentados os impostos.

Com isso o processo de vulnerabilidade dos lugares que produzem soja é mais evidente, uma vez que o lugar depende única e exclusivamente do produto (soja), e porque há isenção da produção, ou seja, a população que vive no território não usufrui da riqueza gerada, pois, nem impostos são cobrados pela produção. Os

impostos cobrados, em tese, eram uma forma de retorno à população com infraestrutura pelo que o lugar oferta.

Sendo assim, a alienação e vulnerabilidade territorial são condições necessárias do desenvolvimento da especialização territorial que se intensifica com a divisão do trabalho. Este fato tem criado um território alienado como um processo que se manifesta a partir da especialização produtiva do território maranhense voltado para a produção de *commodities*. Assim, a especialização produtiva é responsável pela criação de um território, hegemonizado pelo circuito espacial voltado apenas para a produção de um único produto destinado à exportação.

O território maranhense se prepara para atender ao circuito da soja, mas não atende aos anseios de sua população que, além de não se reconhecer como produtora de soja (uma vez que não consome o produto do seu trabalho), não se apropria da riqueza gerada da produção desse gênero.

Como se não bastasse, com a política econômica federal de incentivos fiscais para produção de *commodities* e conseqüente enfraquecimento dos lugares, o Governo do estado, seguindo a mesma cartilha do Governo do Federal para atrair investimentos, concedeu incentivos fiscais a mais uma grande empresa do ramo de alimentos, a ABC Inco⁴⁸ S/A, empresa mineira do grupo Algar Agro. A Algar Agro se instalou em 2006 no município de Porto Franco/MA. Essa empresa compra 35% da produção da região conhecida como Mapito (regiões sul do Maranhão e Piauí e norte do Tocantins).

A implantação da unidade [...] é resultado de uma parceria entre o Governo do Estado, Prefeitura de Porto Franco e ABC- Inco [...] São 1.500 novos empregos, ocupados por profissionais da região. Além do que, com ela, a produção de soja do Sul do Maranhão e de estados vizinhos como Piauí e Tocantins, que até agora é exportada 'in natura' pelo Complexo Portuário do Itaqui, terá o valor agregado da industrialização (FÁBRICA..., 2006).

Tais práticas ideológicas, comuns também nos Governos anteriores do Maranhão, com a implantação dos Grandes projetos, se disseminam por trás de uma concepção desenvolvimentista.

⁴⁸ Esta instalação representa “[...] um empreendimento de R\$ 220 milhões entre capital de giro e investimento fixo, que dará impulso ao agronegócio do Estado. Com a nova unidade, a produção de soja do Sul do Maranhão e de outros Estados como Tocantins e Piauí, que hoje é exportada “in natura” pelo Complexo Portuário da Baía de São Marcos, terá agora valor agregado com a industrialização. Para maiores informações, consultar sítio: Esmagadora de soja de Porto Franco inaugura. Disponível em: <<http://www.jornalpequeno.com.br/2006/12/16/Pagina47419.htm>>. Acesso 18 de dezembro de 2006.

Se a produção de soja já é uma atividade econômica que gera uma grande concentração de renda, tendo em vista que se trata de uma produção concentrada nas mãos de poucos, principalmente sob o comando das grandes *tradings*, a política de incentivos fiscais em locais como o Maranhão, onde impera a pobreza, não é proveitoso porque, além da riqueza gerada ficar exclusivamente concentrada nas mãos de poucos, o que é produzido não pode ser convertido em benefícios para a população. As políticas fiscais são fontes de geração de disputas entre os lugares, que se traduz especificamente por uma história de reprodução das desigualdades.

A história do território brasileiro é marcada por profundas desigualdades em sua distribuição como em seu efetivo uso, quadro que permanece até hoje e se intensifica quando nos referimos aos sistemas técnicos mais modernos: “o quadro atual é igualmente o do convívio com o moderníssimo e a carência absoluta” (Tozi, 2004, p. 1). Esse processo se produz e reproduz com as formas diferenciadas de aplicação de técnica e capital, principalmente com o processo de Globalização, cuja concentração de capital é mais intensa nas regiões produtoras.

A fragmentação sócio-territorial que a globalização produz através da seletividade de seus investimentos deve ser mais bem estudada principalmente em países como o Brasil de organização federativa. Políticas liberalizantes preocupadas em atingir o equilíbrio macroeconômico desviam a atenção do Estado Nacional para outras questões, e isso, somado às desigualdades, faz com que as unidades da Federação travem uma disputa intensa por investimentos, conhecida como guerra fiscal, ou como será mais bem explicado como guerra dos lugares (NONATO, 2005, p. 69).

As condições geradas pelo progresso da ciência e da técnica, em conjunto com os incentivos governamentais, fizeram emergir uma nova elite empresarial ligada à exportação de produtos agrícolas. A constituição do *front* agrícola no Brasil se deu de forma integrada aos sistemas técnicos complexos e modernizados para garantir a alta produtividade. As novas elites delinearam um movimento migratório de ocupação com a produção de áreas antes periféricas. (NONATO, 2005).

De acordo com Castro (2002, p. 286), três concepções importantes perduram nos discursos e práticas quanto às formas de organização do espaço nordestino: espaço privilegiado da pobreza nacional, de um lado, e, de outro, espaço daquele que possui condições mais favoráveis para reproduzi-la; a questão política

em torno das oligarquias agrárias, sobretudo as que estão por trás das monoculturas do açúcar, algodão e pecuária, e a questão natural em torno da seca. Dessa maneira, entende-se que ainda há uma dupla face do processo estrutural nordestino, baseado no atraso, correspondendo ao novo e ao velho. De um lado, tem-se as oligarquias políticas, que são as mais antigas do país, e estão num território mais consolidado em termos de ocupação populacional e maior durabilidade da estrutura produtiva. De outro, tem-se o moderno voltado para o empresariado urbano-industrial. Assim, Castro afirma que apesar das conseqüências que a modernização capitalista imprime, o agronegócio (principalmente a partir da fruticultura irrigada no Rio Grande do Norte e da soja no Oeste baiano, mas também no Sul do Maranhão e Piauí), é uma das tendências produtivas que pode estabelecer uma “possibilidade de traição de seus próprios métodos, ou seja, aquelas das atividades lucrativas, mas cuja competitividade pode ser mediada pela política” e representar um

[...] vetor de mudança, não apenas ao nível de legitimação simbólica do discurso dominante, como também na construção de um novo imaginário sobre a região que pode ser significativo para a criação das condições de alteração na sua estrutura de equilíbrio de poder, em função da disputa, por espaço político, empreendida por novos atores (CASTRO, 2002, p. 299).

As mudanças a que se refere a autora estão no plano de construção de uma nova elite política que se afirma, sobretudo, pelo poder econômico, cujo sustentáculo se dá por meio da soja. Não são mudanças que atendem aos interesses da maioria da população, mas a uma pequena minoria, especificamente a elite política regional, produtores de soja e *tradings*. Apesar das regiões agrícolas não estarem voltadas para a tentativa de atração de empresas, elas possuem diretamente um elo com a guerra dos lugares, uma vez que o surgimento de novas elites e as disputas políticas pelo uso do território potencializam a criação de novas unidades federadas.

Na concepção de Silva (2005, p. 14-22), a guerra dos lugares é marcada especificamente por três momentos. O primeiro, que vai de 1960 a 1974, é marcado pela Reforma Tributária de 1966, no momento em que há substituição do Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC) pelo Imposto sobre Circulação de Mercadoria (ICM), que passa à competência da esfera estadual; o segundo momento é marcado pela criação do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), em 1975, e

atua mais na disciplina fiscal; o terceiro período, que se inicia em 1994 e vai até 1996/97, é marcado por intensas disputas fiscais.

No primeiro e parte do segundo período, a disciplina e controle fiscais por parte do Estado Militar foram uma constante no desenrolar da guerra fiscal. No final do segundo período, principalmente a partir da década de 1990, com a fuga de algumas indústrias têxteis da região concentrada para a região Nordeste, em busca de mão-de-obra barata, e mais ainda a partir do terceiro período, com o advento do neoliberalismo e em função da desregulamentação do adentramento de investimentos externos diretos (IED's), há uma intensificação da guerra dos lugares pela atração de investimentos.

A base para a deflagração da guerra dos lugares vai desde a especulação das empresas no ato de anúncio dos investimentos, até a isenção ou redução da carga fiscal sobre o capital produtivo, aliado ao patrocínio de infra-estrutura, por parte dos estados e municípios.

De acordo com Santos (1999), a guerra fiscal é uma guerra global entre os lugares. As grandes corporações e empresas elegem em cada país pontos específicos, com infra-estrutura e adaptação política suficientes para que a produção se desenvolva. Devido à atração de investimentos, os lugares deflagram entre si disputas. Os subespaços que ofertarem as maiores vantagens à expansão do capital se sagram vencedores da guerra fiscal. “A guerra dos lugares é, na verdade, uma face da luta travada entre as forças do mercado (empresas transnacionais, fundos internacionais, sistema financeiro internacional etc.) e os Estados Nacionais” (SILVA, 2005, p. 67). Neste sentido, as empresas contam com o apoio do Estado para criar leis específicas que adaptem o território à ação dos agentes hegemônicos.

Ainda de acordo com o autor, a guerra dos lugares é meio e exemplo de desordem manifesta nos territórios municipais, uma vez que privilegia as políticas de configuração territorial

[...] capazes de criar os pressupostos para atração dos investimentos, originando em partes os problemas sociais agudos (transportes precários naquelas áreas mais afastadas do centro, falta de creches, postos de saúde, escolas de ensino fundamental, etc.). Mas é também exemplo, pois deve sua origem à influência e ao poder que as corporações têm hoje de impor aos lugares suas necessidades (SILVA, 2005, p. 165).

Por outro lado, a guerra dos lugares não é o único processo oriundo da produção de soja. Tem-se, ainda, a luta por intensas disputas políticas e territoriais.

Como parte da disputa territorial deflagrada por conta da produção de soja, surge um processo denominado por Nonato (2005) de crise da federação e do federalismo, que se desencadeia com a produção de soja por meio de uma ideologia desenvolvimentista e tem como base a criação de novos estados.

A carga de ciência e técnica presente em parcelas do território, como ocorre no *front* agrícola brasileiro, marca o atual período histórico. O processo de diferenciação espacial torna-se mais acentuado, pois a difusão das novas tecnologias não é generalizada (SANTOS, 1999), mas concentrada. Nesse período em que o território tornou-se fluido, devido às modernas redes, o uso dessa fluidez é, entretanto, feito por agentes hegemônicos. Isso agrava as desigualdades sócio-territoriais fragmentando o território.

No *front* agrícola brasileiro – Norte do Mato Grosso, Sul do Maranhão, Sul do Piauí e Oeste da Bahia – o uso do território revela a existência de pontos luminosos de modernização intensa que requerem essa fluidez territorial para integrarem-se ao mercado mundial. São essas parcelas do território – distantes fisicamente do centro de gestão do território e carentes de redes de transportes – que requerem para si uma maior regulação através da criação de novos estados (NONATO, 2005, p. 1-2).

Para Nonato (2005), a tentativa de criação das novas unidades federadas (Araguaia, Maranhão do Sul, Gurguéia e São Francisco)

objetiva facilitar as atividades dos agentes hegemônicos ligados à moderna agricultura, ou seja, o novo uso do território requer nova regulação política. Seria o requerimento do comando político para subespaços modernizados que atualmente não se sentem devidamente representados (NONATO, 2005, p. 2).

Desse modo, “a criação de novas fronteiras internas no *front* agrícola seria uma forma de acolher os interesses das elites empresariais presentes na região” (NONATO, 2005, p. 10). A soja normatizaria o território, criando um espaço regulamentado aos novos padrões de produção.

Atualmente a forma como se dá o encaminhamento dessas propostas ao Congresso Nacional é de maneira isolada. Assim como os outros projetos de criação de novos estados, as propostas de redivisão do *front* agrícola foram encaminhadas individualmente. Não há um projeto de redivisão territorial para todo o território nacional. Esse fato tornou-se evidente durante a Constituinte de 1988 em que diversas propostas de redivisão sem vínculos entre si foram apresentadas (NONATO, 2005, p. 2).

Segundo Nonato (2005, p. 20), na década de 30 a divisão territorial privilegiava a integração nacional. Vale destacar, no entanto, que essa divisão buscou sempre privilegiar os agentes hegemônicos, sem que houvesse uma preocupação explícita com o território brasileiro. A preocupação maior voltava-se para a reprodução e expansão do capital de alguns agentes hegemônicos que se consolidavam no país e precisavam aumentar seus fluxos.

Essa é a lógica do processo de integração, que além de não integrar todos os espaços à dinâmica produtiva, “entregou o território” para uso exclusivo dos agentes hegemônicos. Vale lembrar que esse processo vem se desenvolvendo no Brasil em geral e no Maranhão em especial, tendo como substrato a cooperação técnica de empresas privadas e, principalmente, do Estado, como um elemento impulsionador.

5.4. A cooperação técnica e o aprofundamento da especialização produtiva

Os circuitos espaciais de produção não poderiam se desenvolver sem um conjunto de atividades e empresas solidariamente relacionadas, principalmente a partir da década de 1970, com o processo de integração, modernização territorial e desenvolvimento da informação. A informação “na posição de variável-chave fornece coesão material ao novo período e, por isso, reformula a divisão do trabalho e a cooperação” (SILVA, 2001, p. 100), uma vez que a partir das novas técnicas de produção e comunicação é possível organizar os espaços produtivos mesmo estando distante destes.

Com base no entendimento de Silveira (1996) e Silva (2001), Dias (2008, p. 2) entende que a informação assume formas e funções variadas, podendo representar os interesses das grandes empresas, como as informações especializadas, de domínio das grandes corporações, exclusivas ao uso corporativo do território e as informações banais usadas por todos.

Estas têm tido um papel de relevância na organização do espaço e “[...] destaque na conformação de uma esfera ideológica adequada ao funcionamento do poder, ao funcionamento de um dado grupo hegemônico” (DIAS, 2008, p. 2).

Neste contexto, os imperativos da globalização – com a busca desenfreada pela competitividade entre os grupos empresariais e, inclusive, entre territórios – fortalecem a atuação das empresas de consultoria, uma vez que elas especializaram-se no conhecimento de métodos e de modelos administrativos e gerenciais, sendo, portanto,

[...] detentoras de um *know-how* que escapa a especialização produtiva das corporações. Assim, devido a um crescente processo de terceirização de funções, as consultorias – de gestão, jurídica, financeira, estratégica etc. – se apresentam como uma peça crucial na estrutura produtiva que se complexiza (MANZONI NETO, 2006, p. 47).

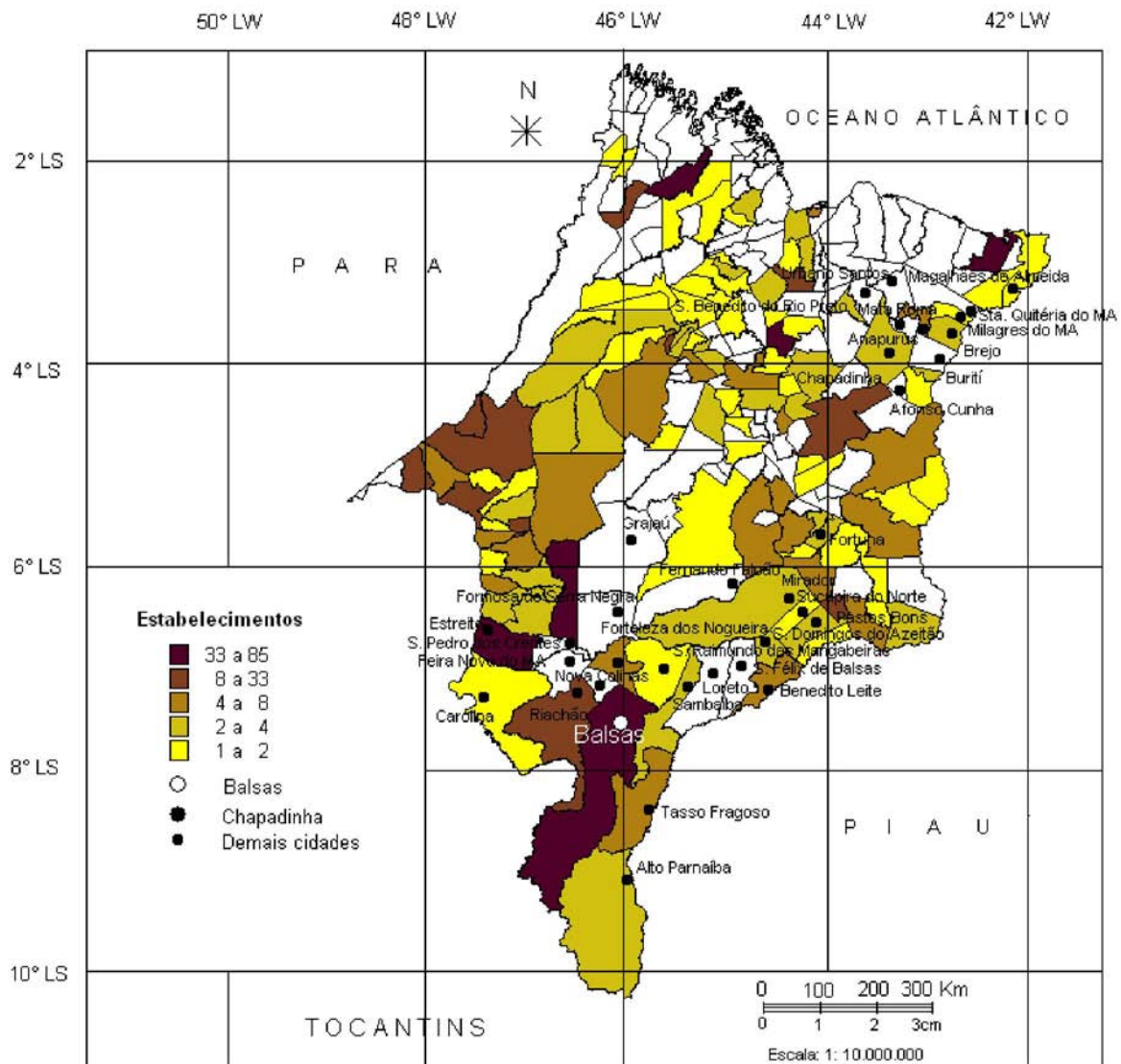
Portanto, as empresas de consultoria destacam-se como um elemento essencial à transformação institucional de grandes corporações e aos processos de adaptação dos Estados nacionais às políticas neoliberais, pois ao controlarem a informação – “atividade por excelência do período atual” (SILVA BERNARDES, 2001, p. 189) – situam-se na fronteira estratégica dos mercados amplamente internacionalizados.

Segundo Donadone (2001), a despeito do intenso crescimento das empresas de consultorias durante os anos 1980, a década de 1990 representou o ápice, tanto em termos de geração de receita, quanto de porte e de exposição na mídia. As receitas do mercado de consultoria passaram de “22 bilhões em 1990 para mais de 100 bilhões de dólares dez anos depois” (DONADONE, 2003, p. 08).

No processo de produção da soja, as empresas de consultoria fazem parte do círculo de cooperação, e representam uma nova forma de organização do espaço, tendo em vista que atuam como fornecedora de conteúdo especializado.

Como ilustra o mapa 30, a atuação das empresas de consultoria que prestam orientação técnica não é um privilégio da região produtora de soja, mas se adensa a ela especificamente em Balsas, onde o número de estabelecimentos que receberam orientação técnica de empresas privadas é significativamente relevante.

MAPA 30 - Estabelecimentos que receberam orientação técnica de empresas privadas no Maranhão em 2006



Fonte: IBGE

Elaborado pelo autor com Map Info Professional 6.0

Mapa 30. Estabelecimentos que receberam orientação técnicas de empresas privadas no Maranhão em 2006.

Fonte: IBGE, 2006.

A região produtora apresentou os seguintes dados, no que se refere à quantidade de estabelecimentos que receberam orientação técnica de empresas de consultoria privada: a região produtora de soja concentra 135 estabelecimentos, correspondendo a 21,73% do total do estado. Somente a municipalidade de Balsas concentra 7,72% dos estabelecimentos atendidos por empresas particulares. O que aparenta pouca equivalência em relação às demais municipalidades traduz-se pela qualidade, uma vez que as fazendas estão em constante processo de

aperfeiçoamento técnico, requerendo diariamente o apoio desta modalidade de serviço especializado.

Apesar da demanda crescente e de novos métodos e técnicas de produção criadas e aperfeiçoadas cotidianamente, as fazendas e ou empresas/fazendas são unidades de produção dotadas de laboratórios de pesquisas e possuem seus próprios serviços especializados. Com isso, a produção de soja sempre demanda serviços especializados, seja na área da produção, como na comercialização.

As fazendas que produzem soja caracterizam-se por serem unidades de produção autônoma com um grau considerável de especialização produtiva, tendo como base a composição de profissionais especializados, tanto em sementes atuando no melhoramento genético dos bancos de sementes existentes, como na área de doenças e de solos.

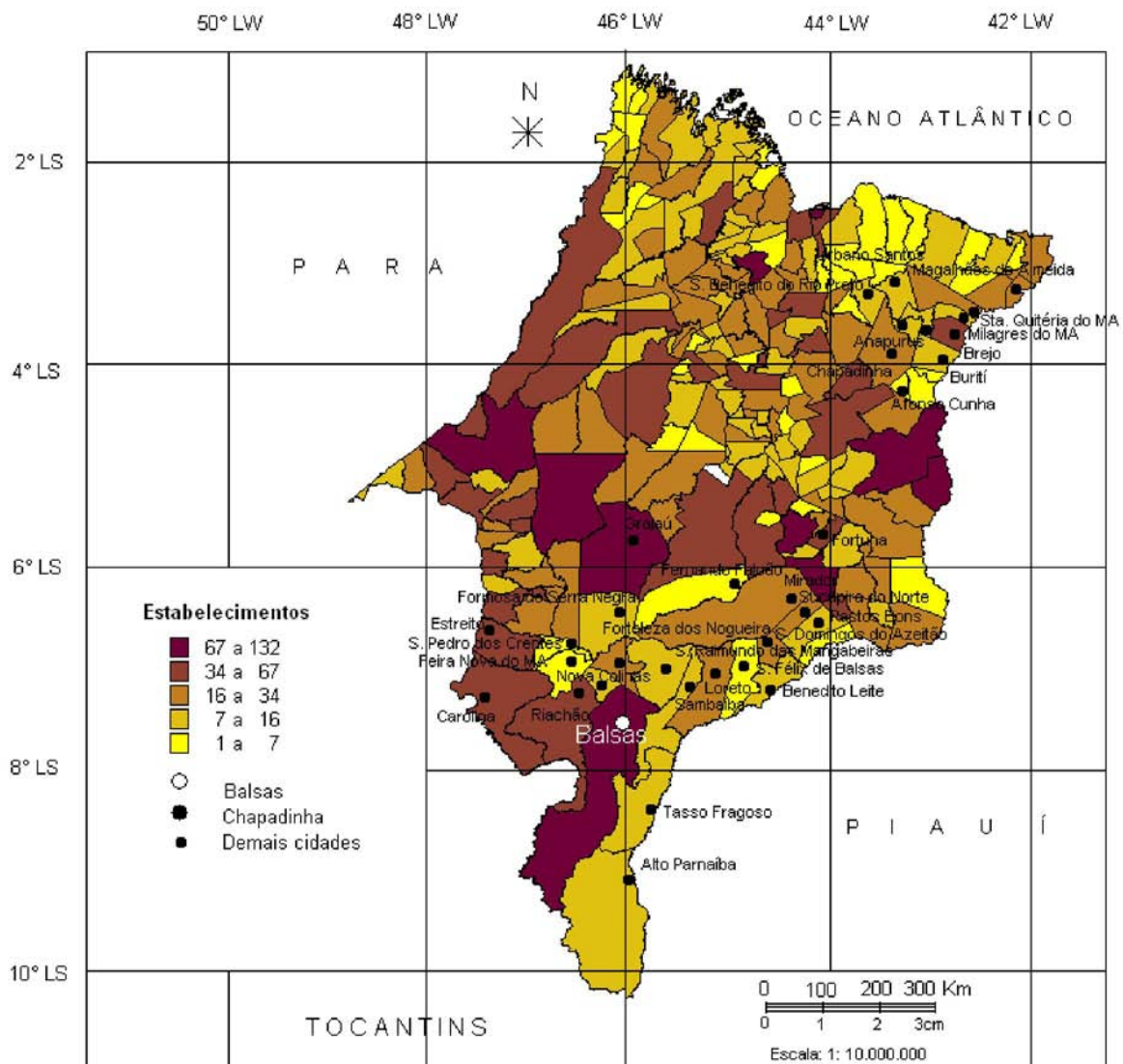
Dentre os estabelecimentos que usam seu próprio quadro na produção agrícola, há uma certa homogeneização destes tipos de serviços especializados no estado. Por outro lado, as regiões de produção de soja (Balsas e Chapadinha) não congregam os maiores índices de estabelecimentos que usam seus próprios serviços especializados, mas os poucos que usam, e que são produtores de soja, o fazem de forma intensiva e durante o ano inteiro⁴⁹, sobretudo, no melhoramento de sementes e de solo, objetivando maiores ganhos de produtividade. Trata-se de uma modalidade de serviços que, do ponto de vista quantitativo, não é tão representativa, mas que do ponto de vista qualitativo é responsável por uma grande densidade produtiva.

A produção de soja é pura aplicação de técnica⁵⁰. As próprias unidades de produção possuem laboratórios especializados, havendo, portanto, pouca necessidade da existência de intermediação de empresas privadas e consultoria. São as especializações produtivas que não conseguem criar uma solidariedade orgânica.

⁴⁹ Neste caso, a agricultura intensiva capitalizada congrega uma quantidade baixa de profissionais especializados. Não somente o trabalho especializado, mas o que caracteriza a agricultura intensiva é a redução da força de trabalho e conseqüente aumento dos meios de produção. Diga-se de passagem, esta não é uma exclusividade da agricultura, mas uma tendência de todos os setores da economia. Quanto mais moderno for o circuito espacial produtivo, mais díspares serão essas relações.

⁵⁰ A técnica, na concepção de Santos (2002, p. 29) “[...] é a principal forma de relação entre o homem e a natureza [...] As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e ao mesmo tempo, cria espaço.”

MAPA 31 - Estabelecimentos agropecuários maranhenses que possuem orientação técnica em 2006



Fonte: IBGE

Elaborado pelo autor com Map Info Professional 6.0

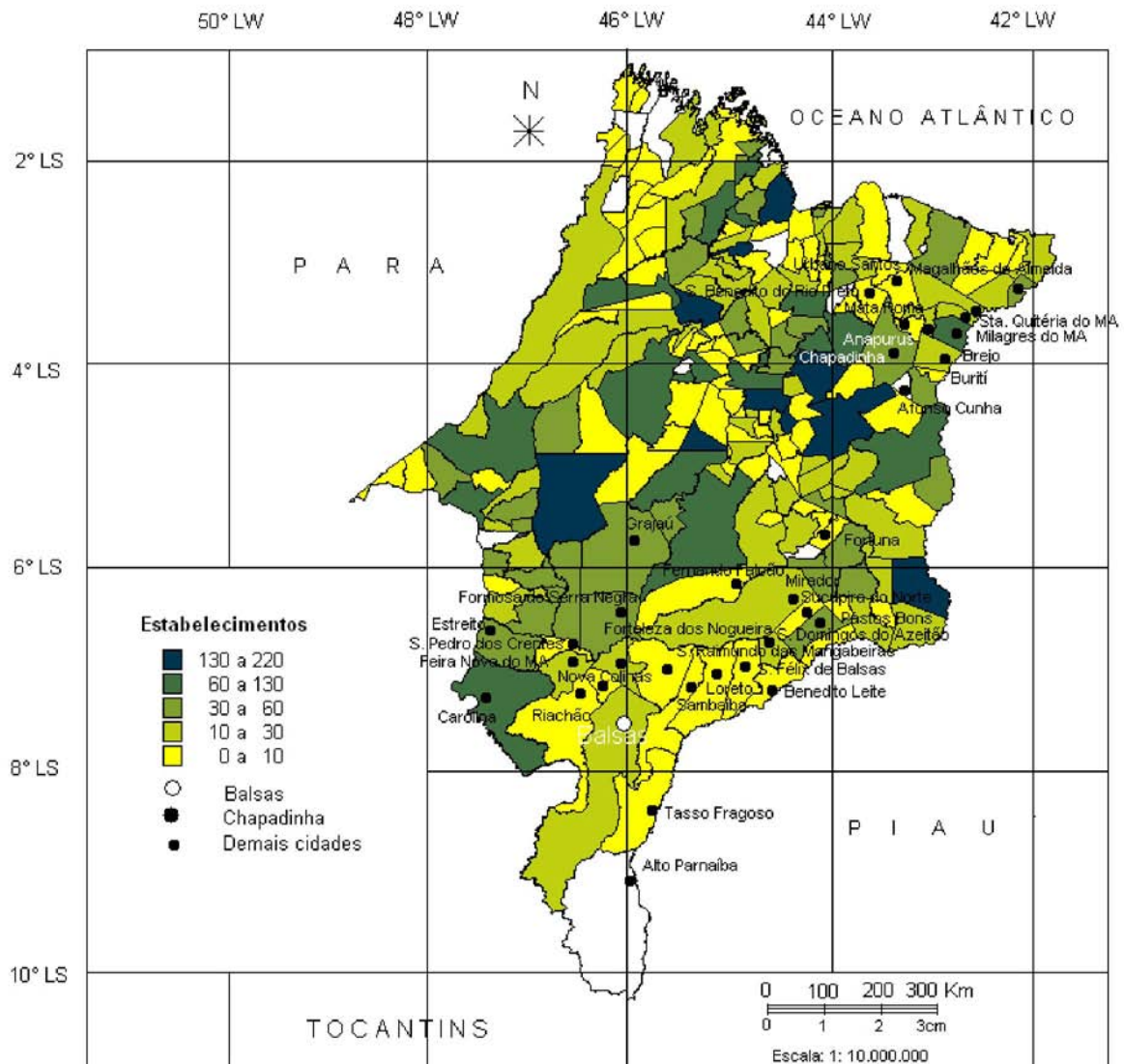
Mapa 31. Estabelecimentos agropecuários maranhenses que possuem orientação técnica em 2006.

Fonte: IBGE, 2006.

As fazendas/empresas são unidades de produção que possuem seus próprios serviços especializados, mas também solicitam empresas de consultoria técnica. De acordo com o mapa 31, as municipalidades que possuem estabelecimentos com serviços especializados em 2006, com exceção de Balsas e Grajaú, não são as mesmas que produzem soja.

Além disso, se por um lado há uma distribuição dos estabelecimentos que possuem seus próprios serviços especializados no Maranhão, o mesmo não acontece com a orientação técnica prestada pelo governo federal nas regiões produtoras de soja, especificamente de Balsas, uma vez que esta não é uma exclusividade da produção de soja, tendo em vista que as empresas que produzem são empresas privadas.

MAPA 32 - Estabelecimentos que receberam orientação técnica do Governo Federal no Maranhão em 2006



Fonte: IBGE
Elaborado pelo autor com Map Info Professional 6.0

Mapa 32. Estabelecimentos que receberam orientação técnica do Governo Federal no Maranhão em 2006.
Fonte: IBGE, 2006.

Como ilustra o mapa 32, a orientação técnica prestada pelo Governo Federal é uma marca da região dos vales médios dos principais rios e dos eixos viários (BR 316 e BR 135) do estado, onde predominam a pecuária bovina e a rizicultura.

Além da Embrapa, que foi instalada na cidade de Balsas, o circuito espacial de produção da soja conta com uma instituição de pesquisa como a Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte (Fapcen), fundação criada pelos produtores da região de Balsas com ações que visam o desenvolvimento da pesquisa agrícola e afirmação do agronegócio. Desse modo, o circuito espacial de produção de soja se intensifica organizando o espaço, criando novas dinâmicas territoriais. Esse processo se intensifica com o desenvolvimento da pesquisa e do trabalho especializado, principalmente por meio de instituições e empresas especializadas no ramo da agricultura.

Dessa maneira, as empresas de consultoria tiveram um papel de destaque na própria História no Brasil e de uma forma especial na própria dinâmica territorial, tendo em vista que participaram ativamente das privatizações brasileiras, pois foram contratadas pelo BNDES para “conferir racionalidade técnica e credibilidade, no âmbito do mercado global, ao programa de privatização brasileiro, transformando-o em oportunidades de negócios” (SILVA BERNARDES, 2001, p. 219). Tais empresas representam cada vez mais a base da especialização produtiva e a cara da produção globalizada que caracteriza os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação da soja, principalmente porque estas trabalham especificamente com a informação refinada, especializada.

Segundo Silva Bernardes (2001), as empresas de consultoria, ao participarem do processo de privatização no país, passaram a

[...] deter importantes informações sobre o funcionamento dos sistemas produtivos e do território. Gerenciam, a partir de então, novos bancos de dados a respeito dos macros circuitos espaciais de produção, sempre negociáveis na rede de negócios globais das empresas (SILVA BERNARDES, 2001, p. 221).

Neste contexto, as empresas de consultoria correspondem a um ingrediente indispensável aos circuitos espaciais de produção.

Em Balsas, as empresas de consultoria que prestam serviços especializados às fazendas produtoras de soja estão voltadas para os serviços

técnicos ligados à produção agrícola, que vai desde o suporte da produção, com financiamento, até a comercialização do produto no mercado externo. Tais consultorias localizadas nessa cidade prestam serviços para toda a região de Balsas, incluindo o Sul do Piauí e Norte de Tocantins e região de Chapadinha.

Dentro da hierarquia urbana da região produtora de soja, Balsas encontra-se como uma cidade nodal e importante centro de comando regional da informação, tendo em vista que influencia e comanda um conjunto significativo de localidades presentes tanto no Maranhão, quanto em outras unidades federadas, estendendo sua influência principalmente para o Sul do Piauí e Norte de Tocantins.

A manipulação e uso da informação pelas empresas de consultoria (SILVA BERNARDES, 2006) são características marcantes do atual período técnico-científico-informacional, em que se encontra como poderosa mercadoria. É talvez a mercadoria mais cara e preciosa do atual contexto e a maior responsável pela configuração territorial.

A atuação das grandes empresas multinacionais e, conseqüentemente, das empresas de consultoria no contexto do circuito espacial de produção da soja acentua uma divisão do trabalho, baseada numa especialização produtiva. Reduz uma solidariedade orgânica que se dava entre a produção agrícola tradicional e implementa uma solidariedade organizacional, tendo como comando as grandes multinacionais que produzem soja.

Para Marx (2002), a divisão do trabalho é, de um lado, a totalidade das formas heterogêneas de trabalho útil, que diferem em ordem, gênero, espécie e variedade; de outro, condição de alienação. O autor considera a divisão do trabalho um meio para se alcançar a produção de mercadorias e as relações de propriedade. Ou seja, a divisão do trabalho e a especialização das atividades em classes são, basicamente, a divisão dos meios de produção e da força de trabalho na concepção do autor.

Neste contexto, “a cada momento da divisão do trabalho, a sociedade se redistribui, através de suas funções novas e renovadas, no conjunto de formas preexistentes ou novas [...]” (SANTOS, 2008d, p. 60). A divisão do trabalho, que para Santos, é social e territorial, apresenta-se assim como sendo um elemento central da dinâmica territorial, uma vez que sua evolução e desenvolvimento influenciam diretamente o conjunto da sociedade.

O território é um misto de divisões do trabalho. Nele é possível encontrar um conjunto diferenciado de divisões do trabalho, mas também lugares que já nascem com uma especialização produtiva ou se aprofundando numa. Desse modo, quanto mais diversificada a base produtiva do território, maior será a quantidade de divisões do trabalho existente em seus domínios, do contrário, quanto mais especializado em determinada produção, menor será a quantidade de divisões do trabalho. Pode-se inferir, neste sentido, que a divisão do trabalho é diretamente proporcional à diversificação produtiva e inversamente proporcional à especialização produtiva.

A exemplo de Balsas e Chapadinha, que se especializam na produção de soja, os territórios especializados em determinados produtos tendem a congregar uma quantidade bem menor de divisão do trabalho do que os lugares onde este processo se desenvolveu com maior amplitude. Aliás, Marx e Engels (2007) irão mencionar que

As relações (Beziehungen) entre diferentes nações dependem de como cada uma delas desenvolveu suas forças de produção, a divisão do trabalho e o intercâmbio interno [...] Mas não apenas a relação de uma nação com outras, porém até mesmo toda estrutura interna dessa nação, depende do nível de desenvolvimento de sua produção e de seu intercâmbio interno e externo. Em que pés as forças produtivas de uma nação estão desenvolvidas é mostrado de modo mais visível pelo grau em que a divisão do trabalho está desenvolvida (MARX e ENGELS, 2007, p. 43).

Desse modo, a divisão do trabalho é uma característica marcante do território, pois, nem todos os lugares produzem as mercadorias ou objetos necessários à sua própria existência. Além disso, existem lugares que produzem especificamente para atender a demanda de outros. Portanto, é o mecanismo que possibilita as trocas e o intercâmbio entre os mais diferentes lugares. Pode-se afirmar que a divisão social e territorial do trabalho constitui uma condição *sine qua non* da dinâmica territorial.

A dinâmica territorial, na concepção de Santos (2002), “[...] constitui o motor da vida social e da diferenciação espacial” (SANTOS, 2002, p. 129). É um processo inevitável que se desenvolve tanto no território quanto na produção, se amplia com a produção capitalista e se intensifica no atual período técnico, uma vez que neste são criados novos objetos e com eles novas necessidades e ações.

A divisão do trabalho “[...] movida pela produção, atribui a cada movimento, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares” (SANTOS, 2002, p. 131). A cada novo conjunto de objetos criados novas necessidades são criadas. Estas, por sua vez, criam novas divisões do trabalho. Isto acontece porque as técnicas são solidárias, ou seja, à medida que um novo sistema técnico é criado, novos sistemas de ações também são criados e vice-versa e, com isso, novas divisões do trabalho são criadas para atender aos anseios dos novos sistemas técnicos.

A divisão do trabalho “tende a se intensificar ainda mais no atual período técnico, uma vez que o seu motor é a *informação*” (SANTOS, 2002, p. 131). A informação é um componente indispensável da lógica espacial, pois ela tende a intensificar os fluxos (materiais e imateriais) entre os mais diversos circuitos espaciais de produção, bem como, entre os seus respectivos círculos de cooperação, uma vez que esta atua na compressão do espaço-tempo. Ela pode ser vista também pela forma como os recursos se distribuem social e geograficamente. (SANTOS, 2002, p. 132).

Ao contrário dos locais onde há uma diversidade produtiva e uma ampliação da divisão do trabalho, nas regiões produtoras de soja – com o acirramento da especialização produtiva – há uma substituição da divisão do trabalho anterior pautada numa produção familiar por uma especialização produtiva, cuja base de organização é extremamente concentrada. Essa é uma condição do atual período técnico-científico-informacional e das novas formas de produção já que as empresas buscam cada vez mais lugares especializados.

A divisão do trabalho é uma condição necessária da existência social, sobretudo da atual etapa do modo capitalista de produção, cuja especialização produtiva é cada vez mais exigida. Assim, o movimento do espaço é resultante do movimento dos lugares e segue essa mesma lógica. É a lógica da produção e reprodução ampliada do capital legitimada pela atuação das grandes empresas sobre o território.

O comando do território e, portanto, da divisão do trabalho, é um privilégio das grandes empresas multinacionais. Essas grandes empresas promovem possibilidades para que novas divisões do trabalho possam se materializar: quando elas encontram divisões do trabalho que não lhes interessa, acabam provocando o seu desaparecimento, ou proporcionando a coabitação com as antigas divisões do

trabalho existentes. Nas regiões de Balsas e Chapadinha, conforme já destacado anteriormente, houve o surgimento de novas *divisões locais do trabalho*, resultantes da chegada de migrantes e de profissionais qualificados. Observou-se, ainda, que houve destruição de grande parte da produção agrícola que tinha como base o trabalho familiar, o que acarretou o desrespeito aos direitos (BARBOSA, 2009) conquistados historicamente pelos trabalhadores.

De acordo com Santos (2002), a divisão territorial do trabalho, quando materializada num território, “[...] cria uma hierarquia entre lugares e, segundo a sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas, e instituições” (SANTOS, 2002, p. 135). Ou seja, quanto mais desenvolvida for a divisão territorial no interior destes, maiores serão as possibilidades de atuação dos agentes produtivos, tendo em vista que isso amplia o universo da solidariedade orgânica.

Ainda mediante compreensão do autor, a divisão social do trabalho “[...] é freqüentemente considerada como repartição (ou no Mundo, ou no Lugar) do trabalho vivo. Essa distribuição vista através da localização dos seus diversos elementos, é chamada de divisão territorial do trabalho” (SANTOS, 2002, p. 139).

A divisão do trabalho é social, tendo em vista que há uma divisão entre as classes sociais e o território, uma vez que os lugares tendem a possuir divisões do trabalho distintas. De acordo com Marx (2007), “a divisão do trabalho no interior de uma nação leva, a princípio, à divisão do trabalho industrial e comercial do trabalho agrícola, e com isso à divisão entre campo e cidade e à oposição entre o interesse de ambos” (MARX e ENGELS, 2007, p. 43). Para ele, o fundamento da divisão do trabalho é a separação entre cidade e campo (MARX, 2002, p. 407), pois, às cidades cabiam as atividades secundárias e terciárias (indústria e comércio) e ao campo cabia a produção agropecuária.

Para a época de Marx, que vivia o auge da Revolução Industrial inglesa, esse mecanismo era possível ser explicado dessa maneira. No entanto, na atualidade, as relações não são tão bem definidas quanto podem aparentar, pois nem o campo se define especificamente pela atividade primária – ainda que lhe seja uma condição necessária, tendo em vista que existem atividades secundárias localizadas em áreas não urbanizadas – e nem a cidade se define especificamente pelas atividades secundárias e terciárias, uma vez que estas estão sendo

implementadas em áreas não urbanas, mas pelo menos próximas e com um grande contato⁵¹.

Marx (2002) afirma que os fundamentos da divisão do trabalho consistem na diferença entre campo e cidade, mas também estão na composição do trabalho intelectual e do trabalho material. Para ele, o campo é o local da produção material, da produção de matérias-primas para a indústria, enquanto que a cidade é o local da produção intelectual e, portanto, exerce um poder de dominação sobre o campo. Ao vivenciar em uma outra época e, embora a cidade ainda seja a grande produtora de conhecimento, por congregar as grandes instituições e centros de pesquisa, Santos (2008c) afirma que algumas cidades, principalmente onde a atividade agrícola é mais intensa, são comandadas pela produção agrícola, pelo agronegócio. São papéis que se inverteram com o surgimento de novas divisões territoriais do trabalho.

A divisão do trabalho, além de internacional é interna, pois todos os Estados nacionais estão incluídos no processo da divisão internacional. Mas existe uma divisão no interior das próprias formações sócio-espaciais. Neste sentido, Santos (2008d, p. 61) afirma que a divisão internacional do trabalho revela a produção dominante e explica a seletividade espacial, enquanto que a divisão interna explica a dinâmica territorial.

Apesar de necessária, a divisão do trabalho apresenta-se como uma forma de alienação do território, uma vez que este se adapta às modalidades produtivas sem incluir a população que mais necessita.

5.5. Divisão do trabalho, especialização produtiva, alienação do território e vulnerabilidade territorial

Os lugares não reúnem condições para a produção de todas as mercadorias e objetos de que necessita sua população. Neste sentido, a necessidade da troca é inevitável. No entanto, os territórios sempre se caracterizaram por uma infinidade de relações, sobretudo pelo acontecer solidário,

⁵¹ Sobre a relação campo cidade é importante destacar os trabalhos de Bernardelli (2006), Veiga (2002), Abramoway (1998), que tratam com maiores detalhes essa relação.

pelas relações estabelecidas entre os sistemas de objetos e de ações que são produzidos, ou seja, por um conjunto amplo de relações de produção e de meios de produção.

Mediante intensificação da divisão do trabalho, os territórios tem se especializado cada vez mais na produção de uma determinada mercadoria (no nosso caso a soja) que, a exemplo do que disse Marx, em relação à divisão do trabalho, onde o trabalhador perde seu caráter universal e passa a se tornar um trabalhador parcial (MARX, 2002, p. 395 e p. 413-4) é porque não domina mais a totalidade da produção de determinada mercadoria. Assim também é o lugar, cada vez mais criando apenas uma espécie de mercadoria, ou parte desta se especializando em uma determinada mercadoria como a soja.

Do ponto de vista da produção, à medida que se aprofunda a divisão do trabalho a dimensão local aliena-se por congregar apenas uma especialidade produtiva. Por outro lado, do ponto de vista da dimensão espacial, o lugar também é uma totalidade. A especialização produtiva, que se intensifica com o modo de produção capitalista, é responsável pela gênese da especialização local por congregar apenas ramos da produção de um determinado produto, ou seja, caracteriza-se por produzir apenas um tipo ou parte de uma mercadoria. Este também pode ser denominado território alienado que não se reconhece enquanto produtor de suas mercadorias, tendo em vista que, além de produzir apenas parte do processo produtivo, o conjunto dos objetos produzidos não são usados pelos mesmos territórios que produzem.

Neste contexto, a especialização territorial é, sem dúvida, uma alternativa que a lógica capitalista desenvolve, por meio de uma economia fundamentada na concorrência dentro do território, criando um acontecer solidário complementar e hierárquico, capaz de eliminar a concorrência entre os lugares. Esta tem sido uma estratégia muito usada pelas grandes corporações com o aval do Estado na lógica da reprodução do capital.

Desse modo, a partir do processo de desregulamentação⁵² impostas pelo mercado, com o advento neoliberal e conseqüente aumento do poder das grandes corporações sobre a base territorial, houve considerável aumento da criação dos

⁵² Sobre a desregulamentação, em seu livro *A Natureza do espaço*, Santos (2002, p. 275) afirma que, ao contrário do que se pensa, “[...] a desregulamentação não suprime as normas. Na verdade, desregular significa multiplicar o número de normas.”

locais especializados, sobretudo, voltado para a produção de *commodities*. Essa é uma tendência da economia capitalista e tem como base a competitividade entre empresas e entre territórios.

A especialização produtiva territorial tende a criar territórios vulneráveis, uma vez que tal processo cria uma divisão do trabalho baseada sob um determinado produto.

Isnard (1982) refere-se ao uso do território alienado durante o advento do processo de colonização. Para este, a colônia constituía um “espaço alienado” (ISNARD, 1982, p 156-157), uma vez que servia como forma de desenvolvimento da metrópole à custa do seu empobrecimento, pois o território era usado pela Coroa Portuguesa e tudo o que era produzido pelos circuitos espaciais de produção era comercializado pela e para a metrópole, beneficiando apenas uma pequena elite ligada aos interesses metropolitanos, sem que a população que produzia se beneficiasse. Por outro lado, as formas, a estrutura e o processo mudaram, mas a função permanece a mesma: a exploração e acumulação de capital. A importância deste conceito refere-se à indicação do papel ativo do espaço na organização e desorganização da sociedade.

Santos (2003a, p. 144-5) já havia feito referência ao espaço alienado que se configura a partir do processo de especialização produtiva, tendo como base a concepção de alienação em Marx que se intensifica com a divisão do trabalho. Para Marx (2002), a intensificação da divisão do trabalho, constituído pelas diversas etapas do processo produtivo e das trocas de mercadorias, faz com que o homem não se reconheça como produtor diante de sua criação. Para Santos (2007, p. 28), tanto a especialização da produção quanto intensificação das trocas contribui para tornar o homem estranho ao seu trabalho e, portanto, ao seu espaço, que de um lado, nem reconhece o seu entorno, pelas transformações decorrentes de instalação de plantas de empresas ou de cultivos diferentes de sua realidade e necessidade, de outro, não consegue visualizar o resultado do seu trabalho, não consegue usufruir da infra-estrutura criada no local e nem mesmo consegue consumir aquilo que produz.

Desse modo, a cidade se torna estranha à região e esta torna-se alienada porque não produz para atender suas necessidades, mas às necessidades de lugares estanhos, distantes da sua realidade. As regiões de produção de soja no Maranhão são exemplos de espaços alienados, uma vez que produzem para

satisfazer às necessidades de outros lugares distantes. E grande parte da população que vivia da e na terra não se reconhece mais nem como trabalhadora rural, porque perdeu ou vendeu suas terras, nem como trabalhador urbano, uma vez que as fazendas e empresas que se instalam nesses espaços, além de não conseguir absorver o contingente de força de trabalho desempregada pela atividade agrícola, são responsáveis pelo desemprego de grande parte dos trabalhadores da agricultura, principalmente com a expropriação da terra.

Além disso, os lugares onde há produção de soja no Maranhão mantêm relações estritas mais com os locais distantes do que com os locais próximos, tanto no que diz respeito à comercialização da soja⁵³, como com os locais onde a força de trabalho especializada busca especialização⁵⁴.

Devido ao processo de especialização produtiva, os lugares, pontos da modernização da agricultura maranhense, e, portanto, do circuito espacial de produção da soja, estão conectados por meio da extração de mais valia e estão ligados aos interesses distantes, tornando o território alienado, pois o lugar produz, mas não se reconhece como produtor de suas mercadorias, tendo em vista que nem o lugar e muito menos o trabalhador rural, o *homo faber*, consome o resultado de sua produção.

Os espaços da produção internacionalizada, ou os espaços luminosos, são contraditoriamente também os espaços alienados, pois sua coesão interna é mantida por lógicas que os transcendem. As relações entre as cidades são afetadas pelo vínculo com as empresas. O transporte, por exemplo, deixa de ser pensado como uma condição social da mobilidade e passa a ser gerido como elo de ligação a promover a fluidez necessária para um número limitado de agentes. Para eles o equipamento viário se apresenta mais rápido e mais barato. As redes aumentam a flexibilidade a estes agentes (SILVA, 2005, p. 150-1).

Devido aos discursos criados pela ideologia desenvolvimentista que atua em prol dos grandes projetos da soja tem-se um discurso modernista que leva em consideração os interesses das grandes empresas e não privilegia a maioria da população. Neste sentido, as maiores reivindicações dos produtores se deve à construção de ferrovias ligando Balsas, maior entreposto de produção de soja, a

⁵³ Trata-se do processo de comercialização da soja que é feita com os locais mais distintos, envolvendo desde os Estados Unidos e Europa até a Ásia.

⁵⁴ A maioria dos trabalhadores especializados, sobretudo agrônomos que trabalham nas fazendas que produzem soja, são oriundos da Região Sul do país, particularmente dos centros especializados na produção de soja, como Pelotas/RS e Maringá/PR.

Porto Franco/MA, que já existe um modal de fluidez da soja para ser ligado a este e, conseqüentemente, à Estrada de Ferro Carajás até o Porto de Itaqui em São Luís. Impregnados por tal ideologia, a própria população de Balsas de um modo especial clama por criação de infra-estrutura para possibilitar o desenvolvimento territorial. No entanto, a infra-estrutura quando chega se presta a atender os interesses dos espaços reticulares comandados pelas grandes empresas e não aos interesses da grande maioria da população.

Quando as reivindicações não são atendidas há todo um clamor pela criação de um novo estado, tendo como argumento a omissão do Estado para com o território.

Desse modo, a história mostra que o território brasileiro tem se organizado com base na Colonização e na lógica externa, inicialmente pelo capital comercial português e industrial britânico, ou seja, o território brasileiro se configura em função de uma lógica externa que tem privilegiado o capital internacional.

Do momento em que se aceita um modelo de crescimento orientado para fora, o Estado e a Nação perdem o controle sobre as sucessivas organizações do espaço. Ao ser adotada a ideologia do desenvolvimento pela maioria dos países do Terceiro Mundo, o Estado prepara o caminho para que os 'modernizadores' possam instalar-se e operar. A estrutura dos gastos públicos, transforma-se, orientando-se de preferência para a construção de infra-estrutura, transportes ou bens públicos, os quais serve mais, melhor e mais barato às empresas modernas que à população. Isso sem falar da isenção de impostos, baixas taxas de juros, exportação protegida e financiada, etc. (SANTOS, 2008d, p. 46).

Assim, as formas de configuração patrocinadas historicamente no Brasil tiveram como orientação o crescimento exógeno, orquestrado pelas políticas, mecanismos, instituições e firmas externas, e também por uma elite interna comprometida com o capital estrangeiro que se privilegiava desse processo.

Uma face dessa alienação dos espaços pode ser captada pela análise da vulnerabilidade do território, verificada a partir do compacto da formação sócio-espacial com as ações e agentes hegemônicos (criadores de verticalidades) e externos ao território brasileiro. O espaço sofre as conseqüências do processo de alienação, uma vez que a "[...] cidade torna-se estranha à região, a própria região fica alienada, já que não produz mais para servir às necessidades reais daqueles que a habitam" (SANTOS, 2007, p. 29), mas sim às necessidades de locais

distantes. O circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da soja mantêm com o lugar uma relação de estranhamento.

O conceito de território alienado desenvolvido por Santos e intensamente enfatizado por Cataia (2001) soma-se à criação de uma vida de relações dependentes de uma única atividade econômica – a produção de *commodities* – caracterizada por uma efemeridade, complacente com as dos mercados, que garante sua rápida substituição por cultivos mais rentáveis. Considerando que o comando dessa produção, ao menos em parte, não se encontra no território nacional, qualquer abalo do mercado pode atingir fortemente as bases da vida cotidiana das pessoas que vivem nesta região.

Sendo assim, Arroyo (2001) afirma que

[...] quanto mais especializado produtivamente estiver um lugar, uma região ou país, mais vulnerável ele pode tornar-se no quadro das relações internacionais. Isso acontece, sobretudo, quando se trata de bens pouco diferenciados, com baixo valor agregado, tipicamente o caso das matérias-primas como as *commodities* (ARROYO, 2001, p. 54).

Arroyo é extremamente feliz. Quanto menos diversificada uma economia de um determinado local, e menor a divisão do trabalho, maiores são as possibilidades de falência e decadência dos circuitos produtivos, sobretudo se esta especialização não conseguir acumular técnica e capital suficientes para diversificar suas atividades produtivas. A especialização de um local demonstra a redução considerável da solidariedade orgânica pela lógica da solidariedade organizacional, do uso corporativo do território por uma quantidade cada vez mais reduzida de agentes hegemônicos como a Bunge e a Cargill, que dominam a produção de soja no Maranhão.

Além disso, demonstra ainda sua maior vulnerabilidade a outros espaços ou espaços externos, pois requer sempre maior intensidade de fluxo, configurando-se de forma diferente do território, que possui uma solidariedade orgânica bem constituída. Neste, as atividades e as trocas se dão com maior facilidade entre as atividades ou ramos produtivos. O território maranhense, ao longo dos períodos técnicos, caracterizou-se por se especializar em atividades primárias exportadoras. Isto, além de não criar outras possibilidades produtivas, empobreceu ainda mais o território e vulnerabilizou o conjunto dos circuitos regionais existentes, dificultando a

formação de um sistema de circuitos espaciais produtivos tendo como base uma solidariedade orgânica.

Se, de um lado, a chegada das multinacionais no Sul e Nordeste maranhense, com a produção de soja, revela uma das variadas formas perversas que permeiam o uso seletivo do território, do outro, o uso do território pelos trabalhadores rurais está cada vez mais restrito, voltado para sua única e exclusiva subsistência.

Desse modo, o lugar de produção de soja no Maranhão se apresenta como sendo

[...] o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 2002, p. 322).

O lugar é a base para o desenvolvimento de um *acontecer solidário*, mas também é a potência de uma eventual reação. Neste sentido, os lugares que produzem soja no Maranhão têm ofertado pouca resistência, principalmente porque as lideranças políticas, bem como empresas e grandes produtores rurais, comprometidas com o agronegócio, conseguem, por meio do convencimento e do discurso desenvolvimentista, implantar a soja no Maranhão. Se não bastasse isso, há uma tentativa de criação de um estado (unidade federada) que está em ótimas condições de andamento no trâmite da política nacional.

Desse modo, Santos (2008c), com base na concepção de Marx (2002, p. 570), afirma que o campo tende a reagir menos contra as ações das grandes empresas, quanto ao uso corporativo do território. No entanto, nas últimas décadas, o campo, através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, tem resistido intensamente às lutas e investidas do grande capital. Santos tem plena razão em afirmar o porquê o MST não está presente em todos os lugares. A cidade, sobretudo nas grandes cidades e metrópoles, caracteriza-se como espaço da concentração, da densidade, lugar onde a resistência é mais perceptível e se dá com maior intensidade. O campo, por sua vez, se caracteriza como o espaço da dispersão. Como afirma Marx (2002, p. 570) “a dispersão dos trabalhadores rurais em áreas extensas quebra sua força de resistência, enquanto a concentração aumenta a dos trabalhadores urbanos” (MARX, 2002, p. 570). É por isso que a

capacidade de resistência depende da variável espacial, não sendo, portanto, um problema meramente social, mas também especificamente espacial.

Tanto na região agrícola de Balsas quanto de Chapadinha o processo de implantação da soja foi intenso e representou para os trabalhadores rurais uma grande derrota, uma vez que muitos perderam suas terras e sua capacidade de produção, com o aval do Estado, principalmente por meio dos incentivos fiscais e do apoio e assistência técnica da Embrapa.

Em função de sua força e poder político, o agronegócio usa uma série de artifícios para quebrar a resistência que o lugar impõe. Dentre os artifícios, destaca-se a cooptação de sindicatos, a imposição de um modelo de produção contraditório ao proposto pelos sindicatos e a tentativa da convivência com a agricultura de subsistência.

Num estado como o Maranhão, onde não há um desenvolvimento considerável da divisão do trabalho, sem a formação de um mercado de mão-de-obra para atender à demanda de uma população economicamente ativa, a supressão do direito de produzir para sua subsistência é perversa, uma vez que a maior parte da população rural que vive da agricultura de subsistência e da extração de produtos agrícolas precisa de terras para produzir.

Para as famílias que trabalham com a agricultura de subsistência, a soja representa um grande entrave, uma vez que tem se apropriado de grande parte das áreas cultiváveis, criando assim um grande processo de exclusão.

O circuito espacial de produção da soja é um subespaço onde impera uso exclusivo do território por parte das grandes empresas na produção de *commodities* e produtores agrícolas. Tal processo quando materializado acaba restringindo o direito ao uso do território por parte dos trabalhadores rurais que vivem da agricultura de subsistência, da coleta e extração dos recursos naturais do cerrado.

6. CONCLUSÃO

O processo inicial de criação dos circuitos de produção no Maranhão é caracterizado pela dependência técnica e organização em manchas desarticuladas por não constituírem redes eficientes de ligação entre os circuitos produtivos. Há uma forte luta do homem pela criação técnica e eventual adaptação do homem à natureza.

Uma das características marcantes dos circuitos de produção no período técnico reside na forte ligação com o global ou mundial e suas débeis comunicações com o local, constituindo um fenômeno denominado por Santos de alienação do território. Em outras palavras, os circuitos regionais de produção, por estarem voltados especificamente para as demandas externas, não promoveram o desenvolvimento de tecnologias que possibilitassem o surgimento de um sistema de circuitos locais, ampliando, assim, a solidariedade orgânica, uma vez que estavam atrelados a interesses de organizações comerciais distantes e não a interesses da sociedade local.

Os circuitos regionais de produção que se desenrolam no território maranhense conferem a este o status de fornecedor “marginal” de produtos primários (MALUF, 1977, P. 11) que se aproveita dos momentos de crise para alavancar sua economia, não possuindo, portanto, a preocupação em criar tecnologias e, assim, originar novos circuitos produtivos.

Além disso, por utilizar-se da mão-de-obra escrava, da grande propriedade de terra, por ser monocultor e, essencialmente, por desenvolver e se especializar em um único produto, esses circuitos destroem as solidariedades orgânicas e não transferem tecnologia para o desenvolvimento de um sistema de circuitos produtivos. Tais circuitos regionais, quando implantados nos locais, que são os espaços de existência e coexistência, promovem uma ruptura da solidariedade orgânica que acabam promovendo o que Santos (2002; 2003b) denomina solidariedade organizacional, embora estes elementos ainda não sejam evidentemente perceptíveis, como no período técnico-científico-informacional.

Um dos grandes problemas dos circuitos regionais de produção maranhense se deu em torno da especialização produtiva em um único produto e da dependência política, econômica e técnica, que não possibilitou a diversificação de

produtos para criação de novos circuitos produtivos. Na primeira crise e decadência de um dos circuitos o espaço se desorganizava de tal maneira que eles entravam em decadência, confirmando ainda mais a tese de que os espaços dos países subdesenvolvidos caracterizam-se

[...] por organizarem-se e reorganizarem-se em função de interesses distantes e mais freqüentemente em escala mundial. Mas não são atingidos pelas forças de transformação, cujo impacto [...] é muito localizado e encontra uma inércia considerável à sua difusão (SANTOS e KAYSER, 1971 apud SANTOS, 2008a, p. 20).

Além disso, não havia um processo de integração territorial, fato que dificultou os fluxos de mercadorias, serviços, informações etc. entre os circuitos, uma vez que estes se davam como “ilhas” formando um grande “arquipélago”.

Dessa maneira, o circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da soja no Maranhão estão ligados a uma conjuntura política, econômica cultural, interna e externa, cuja materialidade se expressa por uma temporalidade. O surgimento dos eventos constitui uma condição indispensável do processo de organização espacial, de um lado, porque “[...] um elemento não evolui isoladamente e quando se transforma influencia os demais no seu movimento” (SANTOS, 2006, p. 24), de outro, porque sua gênese e materialização dão continuidade ao processo histórico de desenvolvimento da sociedade.

A modernização e fluidez do território são etapas imprescindíveis dentro da organização espacial. Estes eventos foram de substancial importância para alcançar-se o desenvolvimento técnico e vice-versa, uma vez que o território se apresenta como uma totalidade dinâmica, integrada, contínua, característicos do período técnico-científico-informacional e não fragmentada.

Sendo assim, o processo de integração e modernização territorial, desenvolvidos pelo Estado em favor do uso corporativo do território, foram eventos que propiciaram a fluidez ao território e conseqüente adaptação deste aos anseios da ação dos grandes projetos.

A exemplo da concepção trotskista do desenvolvimento capitalista, entende-se que o território também é desigual e combinado, considerando que a tendência do capitalismo é a combinação de variadas formas de uso do território (o agronegócio e suas formas de acumulação e concentração de capitais e uma agricultura de subsistência que usa um efetivo baixo de capitais e técnica). Esta

acumulação e concentração se dão com maior intensidade em parcelas do território, principalmente no circuito espacial da soja, uma vez que este se manifesta pela acumulação desigual, tanto de tempos, quanto de técnicas, mas também de capital, tendo em vista que em determinado local há maiores concentração que em outros. Essa é a verdadeira essência do território, sobretudo aqueles em que os subespaços globalizados são alvos da especialização produtiva, onde a solidariedade organizacional se sobrepõe à solidariedade orgânica, características dos territórios especializados na produção de determinado gênero.

A modernização da agricultura, que se dá concomitantemente à modernização do território, é um processo que se manifesta de forma concentrada, espacial e setorialmente. Mesmo nos territórios onde há um intenso desenvolvimento das técnicas agrícolas existem subespaços que ainda não estão integrados aos processos produtivos e nem aos vetores de modernização (como é o caso da agricultura de subsistência desenvolvida nestes municípios). Nos subespaços de modernização da agricultura recente, somente uma pequena parcela deste se moderniza, uma vez que esta é seletiva e conservadora.

Desse modo, a inserção dos grandes projetos no Maranhão pelo Estado “modernizador e integralista” representa a quem deve ser destinado o uso do território. Neste contexto, são lançadas as bases para inserção dos circuitos espaciais de produção de minérios e agropecuários, especificamente da soja, que terá “território livre para usá-lo e abusá-lo”.

As empresas que produzem soja e as demais que participam do circuito espacial de produção, acumulando capitais, não poderiam se instalar no cerrado maranhense se a pesquisa científica não avançasse e muito menos se não fosse criado todo um conjunto de fixos (infra-estrutura, rodovias, ferrovias, etc.) que os grandes projetos possibilitaram para escoar a produção, as informações e as trocas. No território usado pela soja no Maranhão alguns elementos são importantes para fundar tal implantação, tais como: a necessidade de expansão capitalista, a conjuntura internacional de crises, a necessidade de produção de alimento, a necessidade de acumulação de capital, a expansão da fronteira agrícola, a demanda mundial do produto etc. No entanto, a técnica, a ciência e informação são os elementos centrais da produção de soja, pois esta não poderia ser produzida no Maranhão sem a fusão destes elementos e nem tampouco sem a integração do território maranhense às demais regiões da formação socioespacial.

Como toda produção capitalista, o circuito espacial de produção da soja não tem promovido o desenvolvimento dos lugares que a produzem, mas contempla os anseios de um pequeno grupo de produtores e empresas que usam o território. A exemplo dos processos de modernização, do uso, a produção de soja é concentrada espacialmente e socialmente, estando nas mãos de uma casta de produtores e de um número reduzido de empresas. Embora algumas municipalidades possuam indicadores econômicos elevados, as riquezas resultantes da produção de soja não chegam ao conjunto da população, uma vez que estão concentradas nas mãos de poucos produtores e empresas.

O território maranhense não é organizado para atender aos anseios da maioria de sua população, mas de um número reduzido de produtores e empresas comprometidos com o uso corporativo do território. Deste modo, é preciso que seu uso seja organizado para atender aos anseios da população e não aos interesses de estranhos. O território tem que ser de todos e para todos e não para uso exclusivo de poucos sem compromissos com o local.

A produção de soja nas regiões de Balsas e Chapadinha é, pois, uma relação dupla de estranhamento com o lugar, uma vez que nem é consumida pelos trabalhadores e populações locais e nem tampouco os recursos financeiros gerados pela comercialização são convertidos em benefícios públicos às populações.

Em função de sua organização voltada para a atuação dos agentes hegemônicos, o território maranhense, sobretudo as localidades que produzem soja, não tem resistido à atuação das empresas multinacionais, tendo em vista que, tanto os trabalhadores rurais, quanto os movimentos sociais que atuam na defesa do lugar têm se posicionado de forma tímida, tendo como base atuações voltadas mais para as questões ambientais.

Com isso não se quer afirmar que as atuações voltadas para a defesa do meio ambiente não sejam importantes, pelo contrário. No entanto, preservar o meio ambiente para uso exclusivo de um pequeno grupo de empresas é promover ainda mais as desigualdades territoriais. É importante que se preserve o meio ambiente para todo o conjunto da sociedade.

O circuito espacial de produção da soja, enquanto elemento que se manifesta na produção social, se desenvolve no território maranhense e caracteriza-se por possuir um elevado grau de densidade técnica e só foi capaz de se materializar a partir do momento em que houve o processo de modernização

seletiva e conservadora do território, por meio da construção de um conjunto de sistemas de engenharia que possibilitaram sua integração com a formação socioespacial. No entanto, tanto a modernização como os sistemas de engenharia estão sendo usados apenas para o benefício de poucas empresas e produtores e não para a população que mais necessita.

A fluidez do território maranhense, alcançada na década de 70, com a pavimentação das estradas de rodagem e, mais tarde, com a criação do sistema multimodal de transporte, foi imprescindível à atuação das grandes multinacionais. Estas condições possibilitaram o desenvolvimento do circuito espacial de produção da soja no Maranhão e uso corporativo do território.

Neste contexto, enquanto instituição do governo que fomenta e desenvolve pesquisa, a participação da Embrapa no circuito espacial de produção da soja tem sido importante, tanto fornecendo conhecimento, quanto aprimorando técnicas de produção que têm repercutido em altos graus de produção e produtividade agrícola. Assim, o Estado, tem atuado em benefício das elites, concorrendo para a manutenção do *status quo* destas.

Por outro lado, o circuito de produção da soja não poderia se desenvolver sem o processo de financiamento da produção por meio das instituições financeiras que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural, e também por meio das *tradings* que tem intensificado ainda mais a sua participação enquanto agente hegemônico no uso do território através do circuito espacial de produção da soja.

Além disso, as empresas de consultorias representam um grandioso passo no desenvolvimento do circuito espacial de produção da soja, uma vez que prestam serviços especializados e cooperam com as grandes empresas a usarem e abusarem do território maranhense com trânsito livre. Essas empresas, além de potencializar a produção de soja por meio dos serviços especializados, constituem um poderoso fator no uso do território, principalmente no período técnico-científico-informacional, em que a informação exerce um papel de comando da produção globalizada.

O circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da soja, conduzidos pelas grandes multinacionais do ramo de alimentos, máquinas, tratores e implementos agrícolas, instituições financeiras, etc. têm configurado o território não para o acesso comum, mas têm privilegiado uma pequena quantidade de

empresas, uma vez que são estas que estão conduzindo tais circuitos e a divisão do trabalho.

A exemplo do que afirmou Castro (2002), sobre a possibilidade de o agronegócio criar novas correlações de forças políticas como novas tendências no Nordeste, e Nonato (2005), quando afirma que a produção de soja pode criar uma crise da federação, tendo como base um federalismo corporativo, no sentido de articular forças políticas para criar novos estados, o circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da soja sinalizam para a criação de novos estados e com isso configuram um território de uso exclusivo das grandes multinacionais.

Além do mais, como se trata de um estado que apresenta indicadores bastante dramáticos de qualidade de vida, o Maranhão não poderia se dar ao luxo de promover renúncia fiscal, sobretudo atraindo empreendimentos que além de degradarem o ambiente, promovem concentração da renda e da riqueza, geram poucos postos de trabalho para os maranhenses, e, portanto, tem um forte conteúdo de exclusão social. Estes fatos contribuem para o incremento das dificuldades sociais, ambientais prevaletentes no estado e naquela área específica, embora possa ser alardeado que ali há um crescimento do produto agregado do setor agrícola, que como se sabe, não implica necessariamente em melhoria nos padrões de vida das populações, e via de regra, como se trata no caso específico, ocorre com uma elevada concentração da riqueza e da renda geradas (LEMOS, 2008).

As regiões agrícolas de Chapadinha e Balsas tenderão a constituir subespaços organizados mediante o interesse de lugares distantes. Portanto, constituem territórios alienados, uma vez que tanto sua produção, quanto o território atendem aos interesses de um grupo de empresas que produzem a soja. Por outro lado, os lugares de domínio dos demais produtos agrícolas, sobretudo aqueles que estão na esfera da agricultura de subsistência, que possuem relações extremamente restritas com os lugares, portanto, que promovem horizontalidades e solidariedades, estão sendo cada vez mais configurados sob a ótica da produção das *commodities*.

Dentro da hierarquia urbana, as cidades de Balsas e Chapadinha tendem a se destacar ainda mais na produção de soja e concentrar uma especialização produtiva que as destaquem ainda mais dentro do circuito espacial de produção e dos círculos de cooperação da soja. Observa-se, paradoxalmente, um processo de concentração das atividades produtivas e da concentração de problemas sociais, principalmente porque estas cidades têm crescido consideravelmente, mas as políticas públicas desenvolvidas não têm sido suficientes para atender a demanda do crescimento populacional.

Tímidas instalações industriais na municipalidade de Porto Franco/MA apontam para uma contida horizontalização do circuito espacial de produção da soja, com indústrias de refino, principalmente na porção central do Corredor Centro-Norte de Exportação que pode constituir alternativas para absorver parte do excedente da força de trabalho que surgirá nas municipalidades. No entanto, se tais iniciativas permanecerem restritas sem criar novas solidariedades, o efeito pode ainda ser mais nocivo aos lugares, uma vez que estas cidades atraem investimentos e populações, mas não há demanda para atender e absorver a força de trabalho.

No atual período técnico, caracterizado pela globalização, há uma tendência tanto da terceirização quanto da mecanização da produção, fato que irá implicar em redução ainda mais drástica dos níveis de emprego na agricultura nos locais de produção da soja, levando ao aumento considerável do desemprego e da precarização das relações de trabalho.

Estudos apontam para um processo crescente da concentração fundiária à medida que aumente a produção nas municipalidades que produzem soja, uma vez que, além do agronegócio necessitar de grandes propriedades de terra para produzir, a elevação considerável da renda da terra fará com que sua obtenção se condicione a quem puder comprá-la a um valor elevado. As questões fundiárias representam o pivô de intensos problemas sociais que se desencadeiam tanto no campo, como também, e principalmente, nas cidades, como a submoradia, subemprego, desemprego, problemas de segurança pública etc. Enfim, o circuito espacial de produção desencadeia um *circuito espacial de problemas sociais* que, se não combatido em sua dimensão territorial, pode criar novas configurações do território tendo como base o binômio exclusão/inclusão.

Por mais que estudos apontem que as áreas do cerrado brasileiro, de um modo geral, e do cerrado maranhense, em especial, sejam amplas, percebe-se que a expansão da soja no Estado tende a se intensificar, uma vez que da área que pode ser cultivada ainda resta praticamente mais da metade. Por outro lado, se não houver uma preocupação política em organizar as novas formas de produção de tais áreas, a sociedade maranhense sofrerá intensas conseqüências, principalmente por se tratar de uma área estratégica do ponto de vista dos recursos naturais. Sua exaustão pode desencadear sérias conseqüências (sociais e ambientais) à população maranhense, mas principalmente para quem vive de tais regiões.

Por outro lado, com o uso do cerrado há uma tendência de agravamento da problemática ambiental. Estudos já realizados apontam para um nível elevado de assoreamento dos rios, redução do volume de água, concentração do escoamento superficial durante o período chuvoso e conseqüente enchente devido à compactação do solo, sem mencionar a poluição de rios por agrotóxicos.

Num período em que há cada vez mais o acirramento das relações de produção, de crise mundial dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação devido à crise do capitalismo, o território precisa ser de todos e para todos, principalmente para aqueles que mais necessitam e não de uma pequena quantidade de pessoas que usam e furtam o direito de uso das demais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas: Hucitec/Anpocs/Ed. Unicamp. 1998.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência**: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão. São Luís, IPES, 1983.

ALMEIDA, Luciana Florêncio de; ZYLBERSZTAJN, Decio. Crédito Agrícola no Brasil: uma perspectiva institucional sobre a evolução dos contratos. **Internext – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 267-287, ago./dez. 2008.

ANDRADE, Manuel C. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento**: A teoria dos Pólos de Desenvolvimento e a Realidade Nordestina. 4. ed. São Paulo. Ed. Grijalbo, 1977.

ANDRADE, Maristela de Paula. **Os gaúchos descobrem o Brasil**: os pequenos produtores agrícolas do sertão maranhense frente à implantação de projetos agropecuários. São Luís: Cáritas Brasileira, 1984.

2009 – ANO internacional das fibras naturais. Disponível em:
<http://www.citeve.pt/html-cache/writedoc__q1id_obj__3D2425229__3D_idc0__3D64__3D_idc1__3D35__3D_idc2__3D0__3D_I__3DPT__q20__q30__q41__q5.htm>. Acesso em 29 de jun. 2009.

ANTAS Jr, Ricardo M. **Território e regulação**: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito. São Paulo, Ed. Humanitas - FAPESP, 2005.

ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra**: uma análise da colonização na Pré-Amazônia Maranhense. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.

ARROYO, Mônica. **Território Nacional e Mercado Externo**: uma leitura do Brasil na virada do século XX. São Paulo: USP, 2001. Tese (Doutorado em Geografia da Universidade de São Paulo).

BANCO DO BRASIL. Evolução do agronegócio. Revista de Política Agrícola. Ano XIII - Nº 4 - Out./Nov./Dez. 2004, pp. 10-17. Disponível em:
<http://www.agronegocios-e.com.br/agr/download/artigos/Pol_Agr_4_Artigo_02.pdf>. Acesso em 07 de Ago. 2009.

BARBOSA, Nair Martins; CUTRIM, Suany Clise Froz; VIEIRA, Ezron de Andrade. A expansão da soja no Baixo Parnaíba e os impactos aos direitos humanos. Disponível em: <http://www.faor.org.br/CD/download/3_expansao_soja.pdf>. Acesso em 05 de Ago. 2009.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. Experiência na desigualdade: Conflitos e Mobilização no meio rural maranhense. In: http://201.48.149.88/abant/arquivos/12_6_2008_16_33_23.pdf. Acesso em 09 de Out. 2008.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Cláudio. A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1998.

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPÓSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Orgs.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. "Técnica e trabalho na fronteira agrícola de expansão da agricultura moderna brasileira". In: Ribeiro, Ana Clara Torres *et al* (Orgs.). **Formas em crise: utopias necessárias**. Rio de Janeiro: Arquimedes edições, 2005. p. 47-66.

BOTELHO, Raimundo Edson Pinto. Produção de soja e dinâmica territorial no Maranhão no período técnico-científico-informacional. In: VIII Encontro NACIONAL E I ENCONTRO INTERNACIONAL COM O PENSAMENTO DE MILTO SANTOS – LUGAR-MUNDO: PERVERSIDADES E SOLIDARIEDADES. 2009, Natal, **Resumos...** Natal, UFRN, 2009.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do Estado do Maranhão**. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

_____. **Censo Agrícola do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

_____. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

_____. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

_____. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

_____. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

_____. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

CARNEIRO, Ricardo. Repensando o Nordeste. In: **Vidas Secas**. Recife: Editora Universitária, 1980.

CASTILLO, Ricardo A. Tecnologias da informação e os novos fundamentos do espaço geográfico. In: DOWBOR, Ladislau et al. (Orgs.). **Desafios da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 200.

_____. "Dinâmica Regional e Circuitos Espaciais de Produtos Agrícolas no Brasil", In: **Anais do VI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**. Fortaleza, 2005.

CASTILLO, Ricardo e FREDERICO, Samuel. **Espaço Geográfico, produção e movimento**: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. Artigo aceito para publicação como capítulo de livro organizado por docentes da Universidade Federal de Uberlândia, a ser publicado pela Editora da UFU. Por enquanto, o texto é inédito.

CASTRO, I. E. de. Seca versus seca: novos interesses, novos territórios, novos discursos. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C; CORREA, R. L. **Brasil**: questões atuais de reorganização do território. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHESNAIS, François. Um programa de ruptura com o neoliberalismo. In: HELLER, Agnes. **A crise de paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

COELHO, Maria Célia Nunes. A CVRD e a (Re)estruturação do Espaço Geográfico na área de Carajás (PARÁ). In: CASRTO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Brasil**: Questões atuais da Reorganização do Território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, Nilson Luiz. **Agronegócio e desenvolvimento econômico**: uma análise da expansão da soja no cerrado brasileiro e das transformações socioeconômicas no Pólo Balsas/MA. Belém: [s.n.], 2008. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido da Universidade Federal do Pará).

COSTA, Sílvia Cristina Mineu. **A ALCOA no Maranhão e o Desenvolvimento Socioeconômico Regional**. São Luís: UFMA, 2003. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão).

DEPARTAMENTO INTERSIDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Consultoria e pesquisa/diagnóstico. Produto 3: Estudo de caso II: Agroindústria da soja (Maranhão, Piauí e Bahia). Nov., 2006.

DIAS, Priscila Simone. Território e Informação: o circuito da produção publicitária na cidade de São Paulo. Campinas: [s.n.], 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Campinas).

DINO, Flávio. A Agricultura Maranhense em 2008. Disponível em: <<http://www.jornalpequeno.com.br/2008/1/16/Pagina71443.htm>>. Acesso em 06 de Ago. 2009.

DONADONE, Júlio C. **“Os hunos já chegaram!”**: Dinâmica organizacional, difusão e conceitos gerenciais e a atuação das consultorias. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado, Escola Politécnica, Universidade de São Paulo).

_____. “O Mercado Internacional de Consultorias nas Últimas Décadas: Crescimento, Diversificação e Formas de Disputa”. REGE. **Revista de Gestão**. São Paulo: São Paulo, v. 03, p. 51, 2003.

ECONOMIA do Maranhão. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_do_Maranh%C3%A3o#Principais_Industrias_do_Setor_Algodoeiro_e_de_Fibras_Animais_e_Vegetais>. Acesso em 30 de Jun. 2009.

EGLER, Cláudio Antônio Gonçalves. A Pré-Amazônia Mato-Grossense no Contexto Nacional Sul-Americano. In: MAITELLI, Gilda Tomasini e ZAMARONI, Cleusa Aparecida Gonçalves Pereira. (Orgs.). **Expansão da Soja na Pré-Amazônia Mato-Grossense**: impactos socioambientais. Cuiabá: Estrelinhas; EDUFMT, 2007.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**: a Região de Ribeirão Preto/SP. São Paulo: EDUSP, 2003.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Disponível em:
<http://www.cnpso.embrapa.br/index.php?op_page=107&cod_pai=188>. Acesso em 16 de Out. 2008.

ENGELS, Frederick. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3. ed. São Paulo: Editora Global. 1986

ENTENDA a moratória. Disponível em: Extraído do sítio.
<<http://www.greenpeace.org/brasil/amazonia/moratoria-da-soja/entenda-a-moratoria-da-soja>>. Acesso em 06 de Ago. 2009.

EXPORTAÇÕES brasileiras: Maranhão. Principais empresas exportadoras. Disponível em: <www.mdic.gov.br>. Acesso em 23 de Ago. 2008.

FÁBRICA esmagadora de soja inaugura nova era no mercado exportador. Disponível em:<
<http://www.jornalpequeno.com.br/2006/12/18/Pagina47446.htm>>. Acesso em 05 de Ago. de 2009.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O Estado capitalista contemporâneo**: para a crítica das visões regulacionistas. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 73).

FARIAS, Hélio Caetano. **O BNDS e as privatizações no uso do território brasileiro**. Capinas: [s.n.], 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Campinas).

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **Tendências da economia mundial e ajustes nacionais e regionais**. São Luís: Mestrado em Políticas Públicas da UFMA, 1998

_____. **O processo sócio-econômico do Maranhão:** História e desenvolvimento. Belém: UFPA, 1994: Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará).

FERREIRA, Antônio José de Araújo. A Evolução da Geografia dos transportes no Estado do Maranhão, Brasil: de ancoradouro a sistema multimodal. Disponível in: <http://egal2009.easyplanners.info/area05/5634_FERREIRA_Antonio_Jose_de_Araujo.pdf>. Acesso em 30 de jul. 2009.

FERREIRA, Maria da Glória Rocha. **A produção de soja e as novas formas de organização do espaço na região de Balsas/MA.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Tese (Doutorado em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro).

FREDERICO, Samuel. **Sistema de movimentos no território brasileiro:** os novos circuitos espaciais produtivos da soja. Campinas/SP: UNICAMP, 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Campinas).

GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. Desenvolvimento dos transportes e integração regional no Brasil – uma perspectiva histórica. In: **Revista Planejamento e Políticas Públicas.** IPEA n. 13, Jun. 1996.

GOMES, Paulo César da Costa. **A Condição Urbana:** ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Moderna Agricultura.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

GIODANO, Samuel Ribeiro. **Competitividade regional e globalização.** São Paulo: USP, 1999. Tese (Doutorado em Geografia da Universidade de São Paulo).

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005

IANNI, Octávio. **Sociologia da Sociologia latino-americana.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. **Origens agrárias do Estado brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

INSTITUTO ITERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. A experiência da Cooperação Técnica do IICA. SÍTUAÇÃO E PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA BRASILEIRA 2008. Avanços na Agricultura Brasileira em 2008 e Medidas Públicas para vencer a Crise da Segurança Alimentar. Brasília: IICA, 2008. Disponível em: <http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIICA/situacao_perspectivas_agricultura_brasileira_2008.pdf>. Acesso em 11 de Ago. 2009.

IOZZI, Fabíola Lana. **Políticas territoriais das empresas de telecomunicações no Brasil**: universalização do serviço de telefonia fixa. Campinas: [s.n.], 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Campinas).

ISNARD, Hildebert. **O espaço geográfico**. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34 (Coleção Trans), 1994.

LESSA, Carlos. **15 anos de Política Econômica**. Campinas: Cadernos I. F.C.H. (Unicamp).

LIMA JÚNIOR, Heitor Moreira. **Colonização de Fronteira Agrícola**. Um modelo de desenvolvimento rural. São Luís: PPPG/EDUFMA, 1987.

LEMOES, José de Jesus Sousa. **O cultivo da soja no sul do Maranhão**: implicações ambientais, sociais e econômicas. Disponível em:
<<http://www.funaguas.org.br/trabalhos/t1.htm>>. Acesso em 20 de maio 2008.

LOCATEL, Celso Donizete. **Modernização da agricultura, Políticas Públicas e Ruralidade**: Mudanças e Permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e de Fernandópolis – SP. Presidente Prudente/SP: UNESP, 2004. Tese (Doutorado em Geografia da Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente).

LOPES, Heloísa Santos Molina. **Agricultura, modernização e uso corporativo do território**. São Paulo: [s.n.], 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia da Universidade de São Paulo).

MALUF, Renato Sérgio J. **A expansão do capitalismo no campo**: o arroz no Maranhão. Campinas, 1977. Dissertação (Mestrado em História da Universidade de Estadual de Campinas).

MANZONI NETO, Alcides. **O novo planejamento territorial**: empresas transnacionais de consultoria, parcerias público-privadas e uso do território brasileiro. Campinas: [s.n.], 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Campinas).

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 8 ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MARX, Karl. A chamada acumulação primitiva do capital. Capítulo XXIV. In: **O capital**. Crítica da Economia Política: o processo de produção do capital, livro I, vol. II. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 825-877.

_____. Cooperação. Capítulo XI. In: **O capital**. Crítica da Economia Política: o processo de produção do capital, livro I, vol. I. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 372-388.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **A ideologia alemã**: crítica da novíssima filosófica alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes**: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MORAES, Antonio C. Robert de. Los circuitos espaciales de la producción y los círculos de cooperación en el espacio. In: Luis Yanes et al. (Orgs.), **Aportes para el estudio del espacio socioeconómico**, tomo III, El Colóquio. Buenos Aires: [s.n.], 1985.

MONAL, Isabel. Mundialización imperialista: Estados nacionales y soberanía. In: **Rev. de Pol. Pub.** São Luís: EDUFMA, v. 9. n. 1. p. 7-30. 2005.

NONATO, Rita de Cássia. **Crise da Federação e Federalismo corporativo**: propostas de criação de novos estados no *front* agrícola brasileiro. Campinas: [s.n.], 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Campinas).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma nova (re)ligião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ORTEGA Y GASSET, J. **Meditação da Técnica**: Vicissitudes das ciências. Cacofonia da Física. Rio de Janeiro: LIVRO IBERO-AMERICANO LIMITADA, 1963.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 18. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1976.

RAMALHO, Mariana Lamas. **Especialização produtiva e alienação do território**: a moderna produção de algodão no Mato Grosso. Campinas. [s.n.], 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Campinas).

REZENDE, Christiane Leles. **A coordenação do Sistema Agroindustrial do tomate Orgânico no Estado de São Paulo e o Comportamento do Consumidor**. São Paulo: USP, 2003. Dissertação (Mestrado em Nutrição Humana Aplicada da Universidade de São Paulo).

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**: ensaios. Petrópolis/RJ: Vozes, 1979.

_____. "Guerra dos lugares". In: **Folha de São Paulo**, 08/09/1999.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **Economia Espacial**: críticas e alternativas. São Paulo, Edusp, 2003a.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2003b.

_____. e SILVEIRA, Marília Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo, Edusp, 2007.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008a.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo**. Globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008b.

_____. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008c.

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2008d.

_____. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da geografia à geografia crítica. 6. Ed. São Paulo: EDUSP, 2008e.

_____. **Espaço e método**. 5. Ed. São Paulo: EDUSP, 2008g.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008h.

_____. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. 2. ed. São Paulo: EDSUP, 2009.

SILVA BERNARDES, Adriana M. **A contemporaneidade de São Paulo**: Produção de informações e novo uso do território brasileiro. FFLCH/USP, São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Geografia da Universidade de São Paulo).

_____. A nova divisão territorial do trabalho e a produção de informação em São Paulo: o caso das empresas de consultoria. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Clayton Luiz. **Alienação e uso corporativo do território**. Incentivos territoriais e investimentos privados. Campinas: [s.n.], 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Campinas).

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Fronteira Agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton. et al. (Orgs.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 282-312.

SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. In: **Território**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 6, p. 21-28, 1999.

SOUZA, M. A. A. de Souza. (Org.) **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas/SP: Edições Territorial, 2003.

_____. "Uso do território e saúde: refletindo sobre municípios saudáveis". In: SPERANDIO, Ana Maria G. (Org.). **O Processo de Construção das Redes de Municípios Potencialmente Saudáveis**. Campinas: IPES Editorial, 2004.

SOUZA JÚNIOR, Gotardo M. de. **Hedge para Produtores de Soja (Estudo de Caso de Produtores dos Municípios de Sinop e Lucas do Rio Verde – MT)**. Brasília, 2006, 180p. Dissertação (Mestrado em Agronegócios da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília).

SOUZA, Nali de Jesus de. Teoria dos Pólos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. In: **Análise**. Porto Alegre, v. 16, n. 1, PP. 87-112, jan./jul., 2005.

STEDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo: Expressão popular, 2005.

SUBPRODUTOS de origem animal na criação: pesquisador desmistifica restrições. Disponível em:

<<http://www.avisite.com.br/reportagem/reportagem.asp?codigo=6>>. 05 de Abr. 2002. Acesso em 06 de Ago. 2009.

TERMINAL DE GRÃOS DO MARANHÃO. Disponível em:

<<http://www.aprosoja.com.br/novosite/downloads/10102008111126.pdf>>. Acesso em 3 de Ago. 2009.

TOLEDO, Márcio Roberto. **Circuitos espaciais da soja, da laranja e do cacau no Brasil: uma nota sobre o papel da Cargill no uso corporativo do território brasileiro**. Campinas, 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Campinas).

TOZI, Fábio. **As privatizações e a viabilização do território como recurso**. Campinas: IGUNICAMP, 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Campinas).

TREVISAN, Leandro. **Os operadores logísticos e o uso do território brasileiro: racionalidade e fluidez aos circuitos espaciais de produção**. Campinas: [s.n.], 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Campinas).

TROTSKY, L.; NOVACK, G.; MORENO, N. **La ley del desarrollo desigual y combinado**. México: Ediciones Quinto Sol, [s./d.].

TROVÃO, José Ribamar. **Ilha Latifundiária na Amazônia Maranhense; estudo de expansão de fronteira agrícola no Vale do Pindaré: o caso de Santa Inês**. São Luís: UFMA/PPPG, 1989.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autoras Associados, 2002.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ZILBERSTARJN, Decio; ALMEIDA, Luciana Florêncio de. PERSPECTIVA INSTITUCIONAL SOBRE A EVOLUÇÃO DOS CONTRATOS. Disponível em: **<http://internext.espm.br/index.php/internext/article/viewFile/67/57>**. Acesso em 07 de ago. 2009. p. 256-287.